



REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSOFIA

REVISTA ALAMEDAS

REVISTA ALAMEDAS Vol. 8, n. 1, 2020 e-ISSN 1981-0253

[HTTP://E-REVISTA.UNIOESTE.BR/INDEX.PHP/ALAMEDAS](http://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas)

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia -
UNIOESTE - Rua da Faculdade 645. Toledo - PR. CEP: 85.903.000
Email: revistaalamedas@gmail.com



Revista Alamedas - Revista Eletrônica de Ciências Sociais e Filosofia. Caracteriza-se como iniciativa que tem como objetivo principal construir espaços para a divulgação do conhecimento produzido por pesquisadores das Ciências Sociais e da Filosofia.

A Revista Eletrônica Alamedas é uma publicação dos discentes dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Tal iniciativa tem como principal objetivo abrir caminhos para a divulgação do conhecimento produzido por pós-graduandos. Serão aceitos trabalhos inéditos em revistas, cujos autores sejam mestrandos ou doutorandos. A revista aceitará contribuições nos seguintes formatos: artigos e ensaios inéditos, traduções, resenhas e entrevistas.

• **FICHA CATALOGRÁFICA:**

- Marilene de Fátima Donadel (UNIOESTE/Campus de Toledo)
CRB 9/924

Revista Alamedas: Revista Eletrônica do NDP [recurso eletrônico] /

R454 Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa; editor científico Nilceu Jacob Deitos, editora adjunta Yonissa Marmitt Wadi. -- v.1, n. 1 (jan./jul. 2006) - Dados eletrônicos. -- Toledo: NDP, 2006.
Semestral
Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: www.unioeste.br/ndp/revista

ISSN: 1981-0253

1. Ciências sociais - Periódicos 2. História - Periódicos 3. Educação - Periódicos 4. Filosofia - Periódicos I. Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa II. Deitos, Nilceu Jacob, Ed. Wadi, Yonissa Marmitt, Ed.

CDD 20. ed. 001.305

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

REITOR

Paulo Sérgio Wolff

DIRETOR DO CAMPUS DE TOLEDO

Remi Schorn

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

César Augusto Battisti

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Geraldo Magella Neres

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Claudinei Aparecido de Freitas da Silva

EXPEDIENTE

COMISSÃO EDITORIAL E EXECUTIVA

- Prof. Dr. Claudinei Aparecido de Freitas da Silva (UNIOESTE)

EDITOR CIENTÍFICO E EXECUTIVO:

- Prof. Dr. Jadir Antunes (UNIOESTE)

EDITORES ADJUNTOS:

- Célia Machado Benvenho (UNIOESTE)
- Charles Eriberto Wengrat Pichler (UNIOESTE)
- Cristiane Roberta Xavier Candido (UNIOESTE)
- Fabiana de Jesus Benetti (UNIOESTE)
- Giovane da Silva Lozano (UNIOESTE/UFGD)
- Jhonatan Gonçalves (UNIOESTE)

- Josiane Paula da Silva (UNIOESTE)
- Kátia Rocha Salomão (UNIOESTE)
- Suellen Dantas Godoi (UNIOESTE)

APOIO EDITORIAL:

- Projeto SABER (Sistema de Acesso à Biblioteca Eletrônica de Revistas)

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:

- DRI - Diretoria de Informática (UNIOESTE/Campus de Toledo)
- NDP - Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa (UNIOESTE/Campus de Toledo)

REVISÃO:

- Revista Alamedas

CONSELHO EDITORIAL:

- Prof. Dr. César Augusto Battisti (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Jadir Antunes (UNIOESTE)
- Prof. Dr. José Luiz Ames (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Libanio Cardoso Neto (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Luciano Carlos Utteich (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Paulo Roberto Azevedo (UNIOESTE/Campus de Toledo)
- Prof. Dr. Rosalvo Schütz (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Stefano Buselatto (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Tarcílio Ciotta (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Wilson Antonio Frezzatti Júnior (UNIOESTE)
- Prof^ª. Dra. Denise Jardim (UFRGS)
- Prof^ª. Dra. Ester Maria Dreher Heuser (UNIOESTE)
- Prof^ª. Dra. Marta Rios Alves Nunes da Costa (UNIOESTE/UFMS)

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL:

- Prof. Dr. Danilo Saretta Veríssimo (UNESP)

- Prof. Dr. Ericson Sávio Falabretti (PUCPR)
- Prof. Dr. Ernildo Jacob Stein (PUCRS)
- Prof. Dr. Evanildo Costeski (UFC)
- Prof. Dr. Fábio Marques de Almeida (UFG)
- Prof. Dr. Marcelo Fabri (UFMS)
- Prof. Dr. Marciano Adilio Spica (UNICENTRO)
- Prof. Dr. Marcos José Müller (UFSC)
- Prof. Dr. Max Rogério Vicentini (UEM)
- Prof. Dr. Reinaldo Furlan (USP)
- Prof. Dr. Sirio Lopez Velasco (FURG)
- Prof. Dr. Wanderley Cardoso de Oliveira (UFSJ)
- Prof^ª. Dra. Marta Nunes da Costa (UFMS)

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL:

- Prof. Dr. Duane Harvey Davis (University of North Carolina, *Asheville/EUA*)
- Prof. Dr. Franco Riva (Università Cattolica del Sacro Cuore/Milano)
- Prof. Dr. Martin Grassi (UCA /Buenos Aires)
- Prof. Dr. Renaud Barbaras (Panthéon/Sorbonne/Paris)
- Prof. Dr. Roberto Juan Walton (UBA/Buenos Aires)
- Prof. Dr. Thamy Claude Ayouch (Sorbonne/Paris VII)
- Prof^ª. Dra. Graciela Ralon Walton (UNSAM/Buenos Aires)
- Prof^ª. Dra. Irene Borges Duarte (Universidade de Évora)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO _____	8
<i>Comissão Editorial</i>	
A IDENTIDADE EM TRÊS OLHARES: CONTRIBUIÇÕES E NUANCES DE BOAVENTURA SANTOS, CASTELLS E CUCHE _____	13
<i>Jairo Hely Silva</i>	
O DESENGAJAMENTO E O CARÁTER DETERIORADO NA MODERNIDADE RADICALIZADA: UMA REFLEXÃO TEMÁTICA EM TORNO DA SOCIOLOGIA DE RICHARD SENNETT E ZYGMUNT BAUMAN _____	35
<i>Patrick Silva dos Santos</i>	
O PENSAMENTO DE PAULO FREIRE E O ENSINO DE FILOSOFIA _____	53
<i>Homero Santos Souza Filho</i>	
ANÁLISE DE UM CASO CLÍNICO DE TDAH E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO CONTEXTO FAMILIAR, SOCIAL E EMOCIONAL _____	73
<i>Márcia Soares da Silva</i>	
O CAMPO DO ENSINO SUPERIOR E SEUS CONFLITOS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DE PIERRE BOURDIEU E GEORG SIMMEL _____	87
<i>Ednilson Barbosa de Oliveira</i>	
O PÓS-ESTRUTURALISMO E O DEBATE SOBRE A FABRICAÇÃO DOS SUJEITOS: A GENEALOGIA DE MICHEL FOUCAULT _____	99
<i>Gilberto Antes</i> <i>Eduardo Nunes Jacondino</i>	
O DIREITO DE HOSPITALIDADE UNIVERSAL E O COLONIALISMO NO PENSAMENTO DE KANT _____	115
<i>Márcio Bonini Notari</i>	
TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES NO CAPITALISMO: ANÁLISE A PARTIR DA SOCIOLOGIA _____	134
<i>Gilberto Romeiro de Souza Júnior</i>	
ENTREO LUXO E O TRABALHO ESCRAVO: A ATUALIDADE DE MARX NA CRÍTICA CONTEMPORÂNEA À EXPLORAÇÃO NO MERCADO DA MODA _____	150
<i>Hallana Maria Almeida de Carvalho</i>	
UMA ANTROPOLOGIA DO IRREDUTÍVEL O HOMEM CONTEMPORÂNEO À LUZ DO PÓS-HUMANISMO _____	163

Fabio Henrique Medeiros Bogo

CONCEPÇÕES ACERCA DA IDENTIDADE E DA DIFERENÇA _____ 174

Elemar Kleber Favreto

**PROCESSO DA CONSTITUIÇÃO DA FRONTEIRA E CULTURA ÉTNICA
ENTRE A COMUNIDADE FULA E MANDINGA EM GUINÉ-BISSAU _____ 188**

Sambite Santos Cabi

Fernando José Martins

**TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS IMANENTES A
CIDADANIA SOCIAL BRASILEIRA _____ 204**

Huama Maximo

Elizete Conceição Silva

**O TRAÇADO URBANO DA CIDADE DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
ASPECTOS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL _____ 219**

Larissa Emanuelle Dalpasquale Zalamena

Paulo Ricardo Bavaresco

**OS PROCESSOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE ACOLHIMENTO PARA
HAITIANOS EM MARINGÁ-PR _____ 232**

Alex Sandro dos Santos

**CULTURA RELIGIOSA AFRO-BRASILEIRA NA CIDADE DE FOZ DO
IGUAÇU _____ 245**

Jarbas da Silva Guimarães

**RELATÓRIO DE CAMPO DE VISITA FRUSTRADA À FEDERACIÓN DE
MOTOTAXISTAS DE CUIDAD DEL ESTE _____ 260**

Roberto Rigaud Navega Costa

Tatiane dos Santos Navega Costa

**FASCISMO NO CONDOR O DEBATE SOBRE A IDEOLOGIA FASCISTA NAS
DITADURAS MILITARES DO CONE SUL _____ 268**

Guilherme da Conceição de Lima

O ESTADO DE DIREITO E O BOICOTE À LIBERDADE _____ 283

Clarisse Goulart Nunes

DIRETRIZES E NORMAS _____ 296

Comissão editorial

APRESENTAÇÃO

Car@s leitor@s é com satisfação que apresentamos a nova edição da Revista Alamedas. Nesse volume, há 20 contribuições perpassam por vários temas dentro das Ciências Sociais, Filosofia e áreas das Ciências Humanas. Nesse sentido, os textos selecionados tratam de diversos assuntos relacionados a educação, capitalismo política, exploração, liberdade, fronteira, migração, ditadura e pensadores das Ciências Sociais e Filosofia.

No primeiro capítulo intitulado **“A IDENTIDADE EM TRÊS OLHARES: CONTRIBUIÇÕES E NUANCES DE BOAVENTURA SANTOS, CASTELLS E CUCHE”** o autor Jairo Hely Silva discute o conceito e o tema de identidade permeia a vida social. Com isso, desenvolve a análise por meio de três olhares das ciências sociais.

No capítulo dois Patrick Silva dos Santos, no seu texto **“O DESENGAJAMENTO E O CARÁTER DETERIORADO NA MODERNIDADE RADICALIZADA: UMA REFLEXÃO TEMÁTICA EM TORNO DA SOCIOLOGIA DE RICHARD SENNETT E ZYGMUNT BAUMAN”**, reflete sobre as noções de desengajamento e de caráter pessoal deteriorado por meio dos textos do sociólogo estadunidense Richard Sennett e do sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Assim, analisou criticamente os trabalhos *A corrosão do caráter e a Modernidade líquida*, observando que a configuração do mundo do trabalho gerou alterações no modo de como a classe trabalhadora se posiciona.

Homero Santos Souza Filho nos apresenta, no terceiro capítulo, uma reflexão sobre o educador Paulo Freire e a Filosofia. Em **“O PENSAMENTO DE PAULO FREIRE E O ENSINO DE FILOSOFIA”** o autor analisa a contribuição do educador para o ensino de Filosofia, verificando assim a compatibilidade entre essa pedagogia e as concepções mais recentes sobre o ensino ou sobre a didática da Filosofia.

No quarto capítulo intitulado **“ANÁLISE DE UM CASO CLÍNICO DE TDAH E SUAS CONSEQUENCIAS NO CONTEXTO FAMILIAR, SOCIAL E EMOCIONAL”** a autora Márcia Soares da Silva analisou um caso clínico de TDAH e suas consequências no contexto familiar, social e emocional, salientando a complexidade do fenômeno ao abordar a diversidade de influências que o envolve.

O capítulo quinto **“O CAMPO DO ENSINO SUPERIOR E SEUS CONFLITOS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DE PIERRE BOURDIEU E GEORG SIMMEL”**, Ednilson Barbosa de Oliveira refletiu os conceitos de dois autores, o sociólogo alemão Georg Simmel, que trata sobre os conflitos entre indivíduos, que segundo ele, são necessários à manutenção de uma estrutura social. O outro autor é o sociólogo francês Pierre Bourdieu, que apresenta o conceito de campo, o qual representa um espaço abstrato e se estrutura a partir de posições.

O sexto capítulo **“O PÓS-ESTRUTURALISMO E O DEBATE SOBRE A FABRICAÇÃO DOS SUJEITOS: A GENEALOGIA DE MICHEL FOUCAULT”**, discutido por Gilberto Antes e Eduardo Nunes Jacondino, nos trás uma análise sobre a perspectiva pós-estruturalista, seus métodos e os novos questionamentos sociais que têm se consolidado no presente. O texto apresenta novas possibilidades de compreensão da realidade social, em especial, no que se refere a produção dos sujeitos por meio das relações de poder e da relação poder-saber.

No sétimo capítulo intitulado **“O DIRETO DE HOSPITALIDADE UNIVERSAL NO PENSAMENTO DE KANT”**, o autor Márcio Bonini Notari analisa o tema do direito de hospitalidade universal e a questão do colonialismo que, ainda em pleno século XXI, desafia a globalização e seu modo universal de exploração de territórios e conflitos econômicos, étnicos e raciais.

Gilberto Romeiro de Souza Júnior nos apresenta o oitavo capítulo, **“TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES NO CAPITALISMO: ANÁLISE A PARTIR DA SOCIOLOGIA”**, com o objetivo de analisar e destacar a questão da centralidade da categoria “trabalho” no pensamento sociológico clássico, bem como associar os principais conceitos, presentes nas correntes teóricas dos autores, às novas conjunturas e dinâmicas do mundo do trabalho na contemporaneidade.

No nono capítulo, Hallana Maria Almeida de Carvalho, em seu texto **“ENTREO LUXO E O TRABALHO ESCRAVO: A ATUALIDADE DE MARX NA CRÍTICA CONTEMPORÂNEA À EXPLORAÇÃO NO MERCADO DA MODA”**, faz uma reflexão sobre uma série de denúncias, à, grifes e marcas de luxo, sendo a questão do trabalho em condições análogas à escravidão uma das principais problemáticas deste nicho de mercado no ramo da moda. Este artigo tem por objetivo

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

refletir sobre a exploração de profissionais da indústria da moda à luz das contribuições teórico-conceituais de Karl Marx, evidenciando a possibilidade de seu uso para analisar fenômenos atuais.

No décimo capítulo, intitulado **“UMA ANTROPOLOGIA DO IRREDUTÍVEL: O HOMEM CONTEMPORÂNEO À LUZ DO PÓS-HUMANISMO”**, o autor Fabio Henrique Medeiros Bogo faz uma reflexão sobre perspectiva do humanismo. O movimento filosófico pós-humanista surge não só sob a forma de uma crítica contumaz à dogmatização limitante do homem como conceito, como também como uma proposta alternativa de elaboração de uma antropologia filosófica ampliada a tal ponto que contempla um plano de consistência global no qual o homem figura tão somente como um de seus coabitantes.

Décimo primeiro artigo, **“CONCEPÇÕES ACERCA DA IDENTIDADE E DA DIFERENÇA: A RELAÇÃO ENTRE SER E NÃO-SER NA DIALÉTICA HEGELIANA”** de Elemar Kleber Favreto, discorre sobre a dialética hegeliana como uma ontologia da negação, onde o não-ser é essencial para que o ser não seja considerado imutável. Nesse sentido, a ontologia hegeliana mostra a potencialidade da dialética na compreensão do movimento e do próprio tempo, ou seja, na compreensão da realidade do mundo.

No décimo segundo capítulo, **“PROCESSO DA CONSTITUIÇÃO DA FRONTEIRA E CULTURA ÉTNICA ENTRE A COMUNIDADE FULA E MANDINGA EM GUINÉ-BISSAU”**, os autores Sambite Santos Cabi e Fernando José Martins analisam os processos de constituição da fronteira na identidade cultural e tradicional guineense (Guiné-Bissau), especificamente das etnias Fula e Mandiga. A análise será desenvolvida a partir da convivência e da relação do autor com o conflito envolvendo o território e o processo de constituição étnica da identidade Fula e Mandiga.

O décimo terceiro artigo, intitulado **“TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS IMANENTES A CIDADANIA SOCIAL BRASILEIRA”**, as autoras Huama Maximo e Elizete Conceição Silva fazem uma reflexão referente a trajetória de construção dos direitos imanentes à cidadania social brasileira em uma perspectiva histórica crítica. Por meio de dados bibliográficos objetivou-se analisar a

trajetória de construção dos elementos inalienáveis a cidadania social, sendo eles: o direito social, o direito político e o direito civil.

Os autores Larissa Emanuelle Dalpasquale Zalamena e Paulo Ricardo Bavaresco, no décimo quarto capítulo, analisam **“O TRAÇADO URBANO DA CIDADE DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC: ASPECTOS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL”**. Neste texto buscam demonstrar como o traçado urbano de uma cidade faz parte do Patrimônio Histórico e Cultural do município.

O décimo quinto texto, **“OS PROCESSOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE ACOLHIMENTO PARA HAITIANOS EM MARINGÁ-PR”** de Alex Sandro dos Santos, reflete sobre a presença dos migrantes haitianos na região metropolitana de Maringá e seus desdobramentos. O texto também discorre sobre a atuação das políticas públicas e assistencialismo social local frente a este grupo.

No décimo sexto capítulo, Jarbas da Silva Guimarães, e seu texto **“CULTURA RELIGIOSA AFRO-BRASILEIRA NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU”**, faz uma análise sobre o conhecimento e a representação do sistema religioso cultural afro-brasileiro na cidade de Foz do Iguaçu – Paraná, na Tríplice Fronteira, onde se encontram diferentes tradições e manifestações culturais religiosas presentes em sua sociedade.

“RELATÓRIO DE CAMPO DE VISITA FRUSTRADA À FEDERACIÓN DE MOTOTAXISTAS DE CIUDAD DEL ESTE” é o décimo sétimo artigo. Os autores, Roberto Rigaud Navega Costa e Tatiane dos Santos Navega Costa, descrevem uma ida ao campo de pesquisa, feita por nós, mas que não foi bem sucedida. Eles explicam como puderam mudar o foco de nossa atenção a tempo de transformarmos um contratempo em uma fonte de observações valiosas a respeito das diferenças que dois espaços contíguos, as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este.

O décimo oitavo artigo tem por título **“FASCISMO NO CONDOR? O DEBATE SOBRE A IDEOLOGIA FASCISTA NAS DITADURAS MILITARES DO CONE SUL”**. No texto autor Guilherme da Conceição de Lima nos apresenta aspectos do fascismo que podem ser identificadas como características do plano Condor (autoritarismo, censura, criação de um inimigo, perseguição política), além de retratar práticas coercitivas destes governos totalitários, contidas nos testemunhos e documentos acerca da Operação Condor.

No nono e último artigo, intitulado **“O ESTADO DE DIREITO E O BOICOTE À LIBERDADE”**, a autora Clarisse Goulart Nunes, analisa que a problemática entre Estado e liberdade apresenta-se como um importante e sempre atual ponto de tensão. A autora também analisa a relação entre o modelo de Estado de Direito e a liberdade: o conceito de Estado de Direito será delimitado a partir de formulação de Jeremy Waldron e o conceito de liberdade a partir do ensaio “Dois Conceitos de Liberdade” de Isaiah Berlin.

Esperamos que depois dessa apresentação, @s leitor@s façam uma agradável, útil e ótima leitura e que os textos selecionados possam contribuir com análises e reflexões.

Comissão Editorial

**A IDENTIDADE EM TRÊS OLHARES:
CONTRIBUIÇÕES E NUANCES DE BOAVENTURA SANTOS, CASTELLS E
CUCHE**

Jairo Hely Silva¹

RESUMO: O conceito de identidade é inquestionavelmente relevante para as análises acadêmicas e sociais da atualidade. Ao longo dos tempos, no âmbito das Ciências Sociais, consolidaram-se as discussões sobre a temática identidade, com várias contribuições problematizando a vida em sociedade e a construção deste importante conceito para entendermos tanto as individualidades, quanto as coletividades. Teóricos das mais diversas linhas e escolas do pensamento social, “afastaram-se” e “aproximam-se”, analisando o conceito e problematizando-o. Este esforço teórico se dá no sentido de entender os fenômenos presentes nas sociedades envolvente se suas particularidades, e tem o propósito de possibilitar uma discussão em torno da identidade, o que resulta, desde sempre, num amplo e caro debate para as Ciências Sociais. Entre os teóricos que discutem o conceito estão Boaventura de Souza Santos, Manuel Castells e Denys Cuche. Nas suas contribuições, podemos perceber a existência de nuances que auxiliam no entendimento da identidade, a partir da materialização dos recentes fenômenos sociais. Procura-se aqui, partindo de uma rápida, porém importante análise das contribuições teóricas dos três pensadores, bem como das aproximações e distanciamentos teóricos existentes entre eles, avaliar os nuances que subsidiam para o entendimento histórico do conceito de Identidade.

Palavras-chave: Identidade; Boaventura Santos; Castells; Cuche.

**IDENTITY IN THREE LOOKS: CONTRIBUTIONS AND NUANCES OF
BOAVENTURA SANTOS, CASTELLS AND CUCHE**

ABSTRACT: The concept of identity is unquestionably relevant to current academic and social analyzes. Over the years, within the scope of Social Sciences, discussions on the theme of identity were consolidated, with several contributions problematizing life in society and the construction of this important concept to understand both individualities and collectivities. Theorists of the most diverse lines and schools of social thought, “moved away” and “approached”, analyzing the concept and problematizing it. This theoretical effort is made in order to understand the phenomena present in the surrounding societies and their particularities, and has the purpose of enabling a discussion around identity, which has always resulted in a wide and expensive debate for the Social Sciences. Among the theorists who discuss the concept are Boaventura de Souza Santos, Manuel Castells and Denys Cuche. In his contributions, we can perceive the existence of nuances that help in the understanding of

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Mestrando em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE E-mail: oriaj_21@yahoo.com.br
Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

identity, from the materialization of recent social phenomena. It is sought here, starting from a quick, but important analysis of the theoretical contributions of the three thinkers, as well as of the theoretical approaches and distances existing between them, to evaluate the nuances that subsidize for the historical understanding of the concept of Identity.

Keywords: Identity; Boaventura Santos; Castells; Cuche.

INTRODUÇÃO

Nas Ciências Sociais foram “criados” alguns conceitos que tomaram formas, ganharam espaços e contribuíram de modo fundamental para o estudo das sociedades. Dentre os vários conceitos, um dos mais relevantes é o denominado de identidade. A identidade tem se destacado como um importante problema para as Ciências Sociais, bem como para várias áreas afins no conjunto das chamadas Ciências Humanas. Pesquisas atuais se debruçam sobre a temática, no sentido de entender quais são os fatores implicativos para as situações onde estão localizadas as mais complexas sociedades, aquelas nas quais as questões da identidade exercem forças muito influenciadoras. Assim, as abordagens discutindo os processos de elaboração das identidades se debruçam, desde sempre, em entender a sua relevância para a construção individual e social, numa relação interativa de um contexto socio-global.

Na segunda metade do século XX, as abordagens sobre a identidade ganharam contornos característicos. Atualmente, elas dialogam com diversas perspectivas práticas e teóricas e é nesse sentido, por exemplo, que percebemos as várias contribuições e análises sobre o conceito. Com efeito, surgem novas e primordiais questões para as abordagens sobre a identidade, onde vários autores discutem a partir de nuances que guardam relações comuns e, ao mesmo tempo, se distanciam nas concepções teóricas. Entre estes vários autores, abordamos três: Boaventura de Souza Santos: pensa a identidade como algo dinâmico, em plena construção e diálogo com as transformações sociais; Denys Cuche: com uma ampla abordagem sobre o conceito que considera, por exemplo, que o procedimento de reconhecimento e identificação, agindo de forma ativa nas sociedades envolventes, pode operar num sentido que resulta o "fechamento em uma identidade etnocultural" e; Manuel Castells: propondo a identidade eivada de um poder sem precedentes que, posicionando-se estrategicamente, interfere diretamente nos

rumos de uma sociedade, exercendo "força para dentro e para fora". Em suma, nestes autores existe uma problematização comum sobre o conceito: a identidade é resultado e resultante de processos históricos. E é a partir deste entendimento que apontamos pontos do importante e histórico debate a respeito do conceito de identidade.

Para iniciarmos uma análise dos nuances existentes nas contribuições e pontos de vista científico dos três autores, apresentamos os subsídios teóricos propostos por Cuche (1999). Este pensador produziu uma ampla abordagem em torno do conceito de identidade, indicando no desdobramento dessa rica e importante análise do fenômeno, como a construção do conceito percorreu caminhos diversos nos últimos tempos. Cuche apresentou um "manual da identidade", com discussões desde as noções objetivistas até as subjetivistas. Uma análise que contribui para entender o conceito a partir de pontos como "auto-identidade" e "hetero-identidade", numa construção teórica importantíssima para compreensão da identidade que também é relacional e situacional. Uma proposta teórica crítica, onde chamamos a atenção para o nível em que a identidade assume, de forma mais articulada, posicionamentos estratégicos numa conjuntura onde grupos sociais específicos se posicionam politicamente, inseridos em determinada situação para afirmar e requerer o reconhecimento das identidades características.

Num segundo momento de análise conceitual, nos aproximamos, partindo dos nuances apontados por Cuche (1999), do pensamento de Castells. No que diz respeito ao entendimento a partir de uma concepção de estratégia política, Castells (1999) propôs a identidade eivada de um poder sem precedentes, posicionando-se estrategicamente, interferindo diretamente nos rumos de uma sociedade, exercendo "força para dentro e para fora". O autor provoca reflexões quanto à força do Estado na imposição das identidades. Citando situações como as existentes na organização da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e no Estado Espanhol, nos transportando à uma visualização, a partir de situações históricas, do poder e das estratégias das identidades; convidando a pensar sobre as relações entre as instituições e as resistências das identidades grupais e coletivas. Como ocorre a oposição das identidades étnicas quando pressionadas pela ideia de uma identidade geral, nacional? As análises de Castells contribuem para a compreensão desta e outras questões.

Finalizando a nossa análise, introduzimos Boaventura de Souza Santos. Ao questionar sobre a necessidade de sabermos quem pergunta pela identidade, em que

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados, Santos (1994) discutiu sobre as possibilidades da existência de uma "identidade fictícia", num estágio onde a própria identidade responde às demandas internas e externas a ela, de forma a inventar-se e reinventar-se no conjunto das situações sociais. O autor, a partir de uma abordagem contemporânea, refletiu sobre as ações do mercado e do Estado e de como materializam-se nos contextos onde estão imbricadas as reivindicações das identidades. O que é a identidade na modernidade? Seria ela o resultado de uma pressão vinda de fora, ou a consolidação de uma resistência que significa a sobrevivência? Estas questões levam a perceber as possibilidades modernas de respostas sobre as identidades e, nesse sentido, ao questionamento: a identidade seria, portanto, fictícia?

Nas considerações finais, apresentamos uma breve análise crítica dos debates históricos sobre o conceito de identidade, questionando sobre a sua construção e como as Ciências Sociais vem lidando com a identidade ao longo dos tempos, pontuando algumas outras contribuições teóricas e importantes para o debate e, com efeito, para a vida em sociedade.

DENYS CUCHE E O “MANUAL SOBRE IDENTIDADE”

Em sua obra denominada *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*², Denys Cuche (1999) propôs uma ampla abordagem sobre os principais debates a respeito da identidade, a partir do que considerou como questões relevantes para as Ciências Sociais, principalmente quando pesamos as transformações sociais ocorridas no final do século XX. Pela riqueza da análise proposta pelo pensador, não é demasiadamente pretencioso considerar sua abordagem teórica como um “manual sobre a identidade”. Em suma, para Cuche a identidade é um debate caríssimo para as Ciências Sociais e tem ganhado corpo nas abordagens que se debruçam sobre as novas relações sociais projetadas nos períodos recentes.

Primeiramente, numa concepção geral, Cuche (1999) analisou a identidade como fator preponderante para as filiações internas de um grupo, como também para as relações com outras "coligações sociais". Neste sentido, ponderou que a identidade

²Nesta obra, Cuche realizou uma ampla discussão sobre a cultura, donde destacamos o debate em torno do conceito de identidade.

grupal e social é resultado de uma relação cultural. É fruto do entendimento do *nós-eles* e dos seus desdobramentos nas defesas e afirmações de culturas específicas, para dentro e para fora dos universos particulares. Em outras palavras, a identidade é o resultado do próprio "jogo social". A partir desta abordagem, percebemos o quão problemática é a questão da identidade, bem como o quanto estas questões podem significar importantes influências sobre entendimentos e comportamentos grupais e gerais. Na perspectiva dos enfoques do autor, interessa-nos as características fundamentais da elaboração sobre o conceito identidade.

Consideremos, inicialmente, a ideia que concebeu e propôs a identidade como algo precedente ao indivíduo. Cuche (1999) apontou as correntes teóricas que analisaram e sugeriram a identidade como algo estático, definida e, segundo o autor, limitada. São as compreensões objetivistas. Existindo numa noção que se materializa, principalmente, na visão que aproxima a identidade de uma construção vinculada apenas à herança genética, essas concepções resultam de um essencialismo teórico e social, onde o indivíduo está envolvido pela realidade histórica e legítima do grupo. Assim, a facção ao qual o indivíduo pertence lhe impõe uma identidade como algo anterior a ele, ainda que esta imposição ocorra, "inconscientemente", por meios e forças invisíveis. Todavia, essa força da identidade enraizada e enraizadora não age apenas sobre o indivíduo, ela também se materializa sobre o próprio grupo, a partir de imposições internalizadas e também externas. Ocorrendo, incontestavelmente, um engessamento da identidade individual e/ou coletiva. Para Cuche (1999), além de representar um dogma ideológico do conceito, essas concepções sobre a identidade agem como um efeito de "racialização" e "enraizamento" dos indivíduos e do grupo:

[...] A origem, as "raízes" segundo a imagem comum, seriam o fundamento de toda identidade cultural, isto é, aquilo que definiria o indivíduo de maneira autêntica. Esta representação quase genética da identidade que serve de apoio para ideologias do enraizamento, leva à "naturalização" da vinculação cultural. Em outras palavras, a identidade seria preexistente ao indivíduo que não teria alternativa senão aderir a ela, sob o risco de se tornar um marginal, um "desenraizado". Vista desta maneira, a identidade é uma essência impossibilitada de evoluir e sobre a qual o indivíduo ou o grupo não tem nenhuma influência. (CUCHE, 1999, p.178).

Notadamente, observamos a presença de teses evocando a identidade como algo que não se transforma, que está necessariamente e indissociavelmente vinculada à ideia de uma identidade definitiva, imutável e impenetrável.

Apresentada a concepção de identidade como resultada de uma certa herança genética, temos agora o ponto de vista que a vincula a uma total culturalização e socialização do grupo e do indivíduo. Essa segunda abordagem, que também pertence a percepção objetivista, age como princípio da proposta dos enfoques culturalistas da identidade. Dessa forma, a identidade do indivíduo e do grupo, na concepção de identidade culturalista, está engendrada apenas na socialização, sem romper as próprias fronteiras. Cuche (1999) também considera essa visão limitada, assim como a ideia de identidade apenas como herança genética. Apontando ainda:

[...] o resultado é quase o mesmo, pois segundo esta abordagem, o indivíduo é levado a interiorizar os modelos culturais que lhe são impostos, até o ponto de se identificar com seu grupo de origem. Ainda assim a identidade é definida como preexistente ao indivíduo. Toda identidade cultural é vista como consubstancial com uma cultura particular. (CUCHE, 1999, p.179).

Esta ideia ainda reside numa concepção de identidade anterior ao indivíduo, uma identidade capturando a sua subjetividade e que não possibilita a ruptura das fronteiras das suas relações com o grupo em que convive e com a sociedade no geral. Assim, não se consegue visualizar um “ponto de fuga”. Pois o indivíduo, na relação apenas de culturalização e socialização, está entorpecido com o meio e não interfere na construção da sua identidade e, por conseguinte, na sua inclusão interna e externa ao grupo. Estas ideias associam-se as concepções essencialistas e primordialistas, analisando a construção da identidade como: “[...] uma propriedade essencial inerente ao grupo que é transmitida por ele e no seu interior, sem referências aos outros grupos. A identificação é automática, pois tudo está definido desde seu começo”. (CUCHE, 1999, p.180).

As concepções objetivistas da identidade, apresentadas acima, são aquelas considerando que a identidade só pode existir a partir das vinculações objetivas dos indivíduos e grupos, quais sejam: hereditariedade, genealogia, língua, cultura, religião, psicologia básica. Conforme observamos, aprisionam o indivíduo e o grupo numa identidade imutável e impenetrável, impossibilitando a dinâmica da construção das identidades.

Apresentadas as noções objetivistas, Cuche (1999) apontou para as construções que consideram a identidade e as relações com o indivíduo e o grupo como algo do campo da subjetividade. Apesar de não aprofundar a abordagem sobre as concepções subjetivistas da identidade³, o autor chamou a atenção para o efeito contrário provocado pela concepção subjetivista, que age desvinculando o indivíduo das suas filiações genéticas e culturais. Cuche (1999) indicou que sua crítica fundamental, dos subjetivistas ao objetivismo, residia na ponderação de que a identidade não é algo dado. A identidade é, portanto, resultado da ação do indivíduo nos seus contextos e situações sociais. Nesse sentido, observamos que: se por um lado as concepções objetivistas expõem os limites de uma constituição identitária essencialista, por outro as concepções subjetivistas apresentam limites quando consideramos que a identidade não é fruto apenas da escolha individual:

[...] o ponto de vista subjetivista levado ao extremo leva à redução da identidade a uma questão de escolha individual arbitrária, em que cada um seria livre para escolher suas identificações. Em última instância, segundo este ponto de vista, tal identidade particular poderia ser analisada como uma elaboração puramente fantasiosa, nascida da imaginação de alguns ideólogos que manipulam as massas crédulas, buscando objetivos nem sempre confessáveis. A abordagem subjetivista tem o mérito de considerar o caráter variável da identidade, apesar de ter a tendência a enfatizar excessivamente o aspecto efêmero da identidade. Não é raro, no entanto, que as identidades sejam relativamente estáveis. (CUCHE, 1999, p.181).

Num segundo momento, Cuche (1999) assinalou as concepções relacionais e situacionais de identidade. Observa-se que na análise as noções relacionais e situacionais são mais abertas, possibilitando as interações e mediações nas relações de identidade. Para o autor, se pretendemos perceber o porquê de, em alguns momentos, as identidades serem negadas e, em outros, afirmadas, não é resumindo-a ao objetivismo e/ou subjetivismo que conseguiremos efetivar essa compreensão, sendo necessário intuímos a identidade como algo ligado a relação e a situação. O autor ponderou que a construção das identidades é determinada em contextos sociais que se originam e influenciam na "localização" dos agentes sociais. Isso interferindo diretamente nas escolhas que determinam a afirmação ou repressão da identidade individual e/ou grupal.

³Na citada obra, Denys Cuche não abordou de forma ampla as concepções subjetivas da identidade, apresentando apenas em uma breve exposição sobre o assunto.

Nesse sentido, há uma indicação a contribuição de Barth para a superação da uma concepção subjetivista/objetivista da identidade. Assim, não é possível considerar os membros de um grupo como sendo definitivamente determinados por sua vinculação etnocultural: "pois eles são os próprios atores que atribuem uma significação a esta vinculação, em função da situação relacional em que eles se encontram" (CUCHE, 1999, p.183).

Portanto, a identidade é um processo de relação/situação com várias outras identidades. Dialogando com o contexto geral da sociedade onde e está vinculada, determinando e sendo determinada. O que caracteriza a posição entre ser determinado ou determinar é o resultado da relação e da situação com que as identidades se intercambiam. Entretanto, isso também gera consequências sobre a construção das identidades, se considerarmos que para que uma identidade se afirmar ela passa por um processo de identificação, fenômeno inerente aos intercâmbios entre identidades. Nesse sentido, o próprio processo de identificação já evidencia uma dominação, funcionando como imposição ou afirmação de uma determinada identidade, em detrimento de outra/s. Cuche (1999) considerou então que a identidade é um processo de negociação numa relação entre: "auto-identidade" e "hetero-identidade". Apesar de essa relação soar como algo simples, o autor advertiu para as implicações ocorridas na efetivação: "A auto-identidade terá maior ou menor legitimidade que a hetero-identidade, dependendo da situação relacional, isto é, em particular da relação de força entre os grupos de contato – que pode ser uma relação de forças simbólicas." (CUCHE, 1999, p.184).

Observe-se que estas concepções parecem apontar e alertar para uma relação política da dinâmica construção das identidades. Sugerindo, sobretudo, a necessidade de uma atenção para a posição que cada grupo ocupa na sociedade e dos fatores implicativos nas relações com os outros grupos, na sua afirmação e na sua identificação. Justamente por isso que a identidade deve ser entendida no contexto político e abordada como uma questão também de estratégia, uma questão de Estado. Ora, é nas sociedades modernas que o Estado tem o poder legitimado de classificar as identidades e influenciar diretamente nas suas afirmações ou repressões. Consideremos agora, que o Estado efetiva, em auto grau, a identificação e classificação das identidades, agindo com força de imposição cultural sobre elas. Com efeito, esta identificação e classificação resultam numa "etnicização" dos grupos subalternizados, conforme apontou o autor:

O poder de classificar leva à "etnicização" dos grupos subalternos. Eles são identificados a partir de características culturais exteriores que são consideradas como sendo consubstanciais a eles e logo, quase imutáveis. O argumento de sua marginalização e até de sua transformação em minoria vem do fato de que eles são muito diferentes para serem plenamente associados à direção da sociedade. Pode-se ver que a imposição de diferenças significa mais a afirmação da única identidade legítima, a do grupo dominante, do que o reconhecimento das especificidades culturais. (CUCHE, 1999, p.187).

A identificação e classificação das identidades nas sociedades atuais ocorre a partir desse contexto. Essa é uma das principais formas de efetivação da força real, simbólica e efetiva do Estado. Se considerarmos os acontecimentos do final do século XX, principalmente o alargamento dos chamados Estados-Nações, observaremos a existência de consideráveis energias trágicas sob a causa e o efeito da classificação de identidades de grupos e minorias subalternizadas. As implicações ocorridas a partir de então, correspondem a indivíduos cada vez menos livres. Assim, notamos que a ação do Estado é como um "novo objetivismo" da construção das identidades, que opera sobre uma situação relacional e situacional, onde os grupos subalternizados, caracterizados "agentes sociais fragilizados", apenas seguem a imposição do agente melhor localizado: o Estado. Portanto, segundo ponderou o próprio Cuche (1999), a relação de dominação empreendida pelo Estado, tem efeito duplo: 1) – a burocratização e a força de classificar e determinar a identidade do outro leva os grupos a se fecharem nas classificações; 2) – ocorre uma apropriação dos meios de classificação e identificação que estimula os grupos à defesa de suas identidades, agindo no "jogo das identidades" e positivando a ação que "falsifica", burocratiza e impõe a identidade.

A fim de possibilitar a ampliação deste entendimento, o autor apresentou a proposta de "Identidade Multidimensional": "[...] Nenhum grupo, nenhum indivíduo está fechado *a priori* em uma identidade unidimensional. O caráter flutuante que se presta a diversas interpretações ou manipulações é característico da identidade." (CUCHE, 1999, p.192). Obviamente que, conforme o próprio autor propôs, a ideia de identidade multidimensional é um fenômeno recente nos estudos das sociedades, cabendo contestar em que grau ela corresponde a uma ação de fuga da relação desvantajosa com o Estado. Para auxiliar este entendimento, Cuche (1999) exemplificou com as situações provocadoras das migrações, que forçam grupamentos inteiros a

assumirem identidades outras, a fim de corresponder à sobrevivência em uma situação particular, numa conjuntura específica. O que é importante nas considerações de Cuche (1999) sobre a proposta de identidade multidimensional é observar, mais uma vez, que a identidade corresponde a forças externas e internas, num movimento de mão-dupla, onde a força e a colocação das vias de interferência corresponderão ao grau de afirmação e/ou negação desta ou daquela identidade.

Aprofundando o conceito de identidade multidimensional e relacionando-o com as movimentações da identidade, foi possível conceber a ideia de identidade como estratégia, ou das estratégias da identidade. Observamos, ao longo das abordagens sobre a identidade, que esta pode "aceitar" a manipulação e a interferência externa; movimentar-se de acordo com a relação e a situação; posicionar-se num entendimento estratégico da conjuntura e; definir-se na relação social conforme seus interesses. Entretanto, ainda a ideia de estratégia na construção e efetivação das identidades, não pode considerar os sujeitos e os grupos como livres para pensar e direcionar a/s sua/s identidade/s. Todavia: "[...] Ao se enfatizar o caráter estratégico da identidade, pode-se ultrapassar o falso problema da veracidade científica das afirmações de identidade". (CUCHE, 1999, p.197).

A identidade é esse complexo tema, um fenômeno correspondendo aos desdobramentos da constituição das grandes sociedades e das suas relações com outras sociedades e grupos e; do indivíduo consigo mesmo, com estes grupos e com as tantas outras situações sociais. A identidade se inventa e se reinventa, se posiciona e se reposiciona, eivando-se de problemáticas sociais que formam um verdadeiro mosaico cultural e espacial das relações cosmológicas da sociedade. Suas fronteiras, conforme analisa Cuche (1999) dialogando com autores como Fedrick Barth, estão significadas de problemáticas onde o próprio exercício de teorizá-las é parte do desafio de constituir a própria identidade.

A proposta de análise a partir das ideias de Manuel Castells (1999), estimula refletir como dialogar com a concepção de estratégias da identidade, apresentada inicialmente em Denys Cuche (1999) a fim de abranger o comportamento e as assimilações utilizadas pelas reivindicações ligadas à identidade, no final do século XX. Este entendimento nos leva diretamente à percepção de Cuche (1999), que faz uma provocação desafiadora possibilitando abrir caminho para outros entendimentos sobre o

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

fenômeno da identidade: “[...] Se admitirmos que a identidade é uma construção social, a única questão pertinente é: “Como, por que e por quem, em que momento e em que contexto é produzida, mantida ou questionada certa identidade particular?”” (CUCHE, 1999, p.202).

MANUEL CASTELLS E A IDEIA DE “IDENTIDADE ESTRATÉGICA”

Manuel Castells, em obra publicada no ano de 1999, denominada *O poder da identidade*⁴, envereda por um importante caminho que, focalizado nos fenômenos sociais do século XX, problematiza o quanto à busca pela identidade, bem como a defesa em torno dela, influencia o posicionamento estratégico de grupos e sociedades nos períodos atuais. O autor assinala o quanto essa conflituosa relação se estabeleceu como fator preponderante no ressurgimento e reorganização dos Estados-Nações, destacando as implicações, em um processo de globalização, no arranjo dos espaços sociais e na construção das sociedades envolventes.

Considerando o processo de construção e reorganização das identidades como um resultado da ação da nova dimensão econômica do final do século, ou seja, da globalização das economias e da sua relação com os novos contornos sociais daí resultantes, Castells (1999) propôs também como fator importante e primordial a disseminação das instituições políticas que, numa postura diferenciada, apresentam novas possibilidades reais sobre o comportamento individual e coletivo presentes nas sociedades. Contudo, Castells (1999) chamou a atenção para uma análise necessária a partir das novas dinâmicas teóricas e empíricas. Para o autor, se faz necessária uma crítica para além da concepção inflexível da identidade, sendo imprescindível problematizar as relações das instituições com os grupos, dos Estados com as sociedades. Afinal, essas relações e as estratégias assumidas pelas identidades é a fundamental resposta que as sociedades envolventes e suas instituições dão aos inerentes conflitos gerados pelos desgastes dos ideais dos Estados nacionais e dos seus resultados no conjunto dos processos de construção das identidades coletivas.

Nessa perspectiva, o autor ponderou sobre os acontecimentos que levaram à derrocada do experimento de unificação social na União das Repúblicas Socialistas

⁴*The power of identity*, no original.

Soviéticas - URSS. Castells problematizou sobre os esforços perpetrados pela URSS, que apostou na tentativa de aliança de várias identidades nacionais em torno de uma só: uma ideia de identidade da nação socialista. Para o autor, o fim da proposta de unificação onde várias identidades se voltaram, estrategicamente, à reivindicação das suas distinções e justificações primárias levando a um longo processo de desgaste da organização da URSS e da nação socialista, foram evidências mais que importantes do quanto à identidade tem poder de reorganizar espaços sociais numa postura estratégica, se voltando contra as imposições de um determinado Estado que almeje a consignação de uma só identidade.

Os acontecimentos que provocaram a derrocada da unificação da identidade imposta pela URSS possibilitam um campo vasto de análise sobre o fenômeno do comportamento das identidades e seus paradigmas. Castells (1999), tomando como marco analítico aquela situação, evocou o poder da identidade e suas nuances de estratégias políticas e de resistências. Nesse sentido, a partir dos importantes apontamentos da abordagem de Castells (1999), cabe questionarmos até que ponto as várias identidades nacionais, encravadas numa "identidade socialista forçada", se posicionaram estrategicamente, ante a imposição de unificação. Entretanto, cabe ressaltar que com relação ao sentido de identidade como estratégia (ou identidade estratégica), o que provoca o posicionamento relativamente passivo diante de uma imposição de identidade não é somente a própria injunção. Devem-se considerar, sobretudo, as estratégias de sobrevivências de uma ou outra identidade, bem como as suas "acomodações". Talvez, o limite deste posicionamento estratégico das identidades abrandadas na identidade de nação socialista, tenha sido resultado do próprio desgaste da identidade unificada e, naquele caso, imposta pela força de Estado.

Em outro exemplo, Castells (1999) analisou o arrolamento do Estado com a sociedade e seus grupos étnicos, apontando a histórica e conflituosa relação entre os Catalães e o Estado Espanhol, propondo que esse fenômeno vem corroborando, principalmente, a dinâmica dos processos de construção das identidades quando influenciados pelos sentidos de uma estratégia de sobrevivência vinculada à uma etnia. Assim, o sentimento de pertencimento a um grupo exerce influência no comportamento estratégico de uma identidade e isso pode favorecer a reivindicação de uma força identitária original e fundamental, portanto, como estratégia de existência/resistência da

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

identidade daquele certo grupo. Para Castells (1999), a postura do Estado espanhol de impor o constrangimento da identidade nacional, aceitando a identidade catalã, é uma revelação do poder de uma identidade sob contornos estratégicos-étnicos, agindo no contra fluxo da imposição de outra. Por isso mesmo, Castells (1999) reservou espaço especial na sua teoria para as identidades cujos reconhecimentos estão relacionados com uma justificação étnica: “[...] Ao longo da história da humanidade, a etnia sempre foi uma fonte fundamental de significado e reconhecimento. Trata-se de uma das estruturas mais primárias de distinção e reconhecimento social, como também de discriminação, em muitas sociedades contemporâneas, [...]” (CASTELLS, 1999, p.71).

Entretanto, os exemplos práticos utilizados por Castells (1999) possibilita ampliar mais ainda o caminho para um movimento teórico dotado de dados empíricos, correspondendo a uma crítica das ideias e propondo a identidade como algo não apenas imposto pelo Estado: "Assim, constrói-se o nacionalismo a partir de ações e reações sociais, tanto por parte das elites quanto das massas, conforme sustenta Hobsbawm, contrariando a ideia de Gallner" [...] (CASTELLS, 1999, p.48). Nesse sentido, ressalta-se que Castells (1999) posicionou-se diante do fenômeno da identidade entendendo-a como um paradigma que precisa ser mais e melhor elaborado e, portanto, propondo-a como algo que também exerce força, numa relação de mão-dupla, para com as instituições e o Estado: [...] "Assim, a experiência soviética desmente a teoria segunda a qual o Estado é capaz de construir identidade nacional por si só." (CASTELLS, 1999, p.56). Mais que isso, Castells (1999) situou ainda, a importante relação estratégica inerente ao próprio processo de construção de uma identidade, onde grupos se posicionam no conjunto da sociedade reivindicando o reconhecimento de uma “identidade diferente” e se colocando numa relação com o contexto social amplo, dialogando com forças internas e externas no campo do "jogo das identidades": [...] "Comunidades podem ser imaginadas, mas isso não significa necessariamente que serão acolhidas pelo povo." (CASTELLS, 1999, p.56).

Essas reflexões críticas do autor correspondem a uma análise teórica a partir de situações concretas, trazendo à luz as relações conflituosas da identidade. Como instrumento principal da sua crítica, Castells (1999) recorreu às abordagens que indicam uma ampliação da teoria das identidades, relacionando-a com a própria dinâmica social e propondo-a como um construto ativo e, portanto, passível de pesquisas e observações

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

ampliadas⁵. Na medida em que Castells (1999) apresentou os seus enfoques, apesar de uma aproximação não explicitamente enunciada, a sua teoria ligou-se com a ideia de identidade como estratégia; como resultante da própria relação dinâmica do "jogo"; causa-efeito de um processo político; com o qual guarda íntimas relações. Assim, o anunciado por Denys Cuche (1999), e apontado por Boaventura Santos (1994), aparece também em Castells: [...] "mas o que realmente importa, tanto do ponto de vista prático quanto teórico é, como, a partir de quê, por que e para quê uma identidade é construída". (CASTELLS, 1999, p.48).

A conclusão sobre as abordagens de Castells (1999) nos leva a concordar com a ideia de que a identidade é construída e reconstruída numa relação estratégica, como já apontou Cuche (1999) e Santos (1994). Cabendo, conforme esses autores indicaram de forma provocativa, perceber quais são as estratégias das identidades; quais são os resultados internos e externos dessas estratégias e os seus desdobramentos no contexto político do "jogo das identidades em construção". A análise proposta por Santos (1994), provoca a reflexão sobre os desdobramentos de uma "identidade factícia".

BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS: "IDENTIDADE FICTÍCIA" (?)

A compreensão de Santos (1994) sobre a identidade é uma importante contribuição para a percepção deste fenômeno a partir de um olhar crítico, de uma análise dinâmica. O autor considerou que os problemas a respeito das identidades são oriundos das novas perspectivas presentes no conjunto das teorias sociais, bem como das próprias dinâmicas sociais dos últimos tempos. Para o pesquisador português, a temática tornou-se mais importante nos recentes períodos e a tendência comum é que cresça ainda mais enquanto problema social. O autor acredita que a modernidade carrega em si mesma as próprias indagações sobre as identidades, expressa na subjetividade dinâmica dos questionamentos modernos:

Sabemos hoje que as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de

⁵Para uma maior visualização da análise teórica de Castells e a sua relação com autores como Anderson, Hobsbaw, Rubert e Deutsch, ver a própria obra *The power of identity*. Em nosso artigo interessa-nos primordialmente as ideias de Castells sobre a identidade como estratégia.

identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso. (SANTOS, 1994, p.31).

A proposta de Santos (1994) também destacou a identidade como algo dinâmico, aproximando-o das reflexões de Cuche (1999) e das abordagens de Castells (1999). Dessa forma, em Boaventura Santos também está presente o questionamento feito pelos outros pensadores: [...] "É, pois, crucial conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados". (SANTOS, 1993, p.32). O que caracteriza a contribuição de Santos (1994) é a ênfase numa problematização diferenciada concebendo à identidade como um processo de complexidade muito mais ampla, se consideradas as ideias presentes em Castells (1999) e em Cuche (1999). O sociólogo português, além de entender que o fenômeno da identidade corresponde a uma relação de poder, de estratégia, também a propôs como uma questão mais paradigmática em relação às forças externas e internas: "A questão da identidade é assim semi-fictícia e semi-necessária. Para quem a formula, apresenta-se sempre como uma ficção necessária. Se a resposta é obtida, o seu êxito mede-se pela intensidade da consciência de que a questão fora, desde o início, uma necessidade fictícia." (SANTOS, 1994, p.32).

Foi esse "salto teórico", característico na abordagem de Santos (1994), que possibilitou a visualização de questões intrigantes em torno do fenômeno da identidade. Ao longo da contribuição do autor, a ideia de identidade fictícia foi evidenciada nas relações estabelecidas historicamente entre quem pergunta e quem responde pela identidade. Nesse sentido, além de posicionar as forças externas, onde destaca-se o Estado, o autor elaborou uma teoria com ênfase também diferenciada ao indivíduo/grupo/comunidade que responde a essas forças e, digamos: cria dinamicamente a identidade.

Em sua análise o sociólogo português apontou como o processo de criação das identidades foi subvertido em uma relação de imposição e dominação fortemente

eurocêntrica⁶. Nesse sentido, várias identidades foram suplantadas por uma concepção ideológica de que a identidade válida é aquela vinculada, necessariamente, as imposições da identidade da sociedade considerada civilizada. Originando a proposta do autor de identidade fictícia, chama-se a atenção ainda, para a "conversão perversa das energias emancipatórias em energias regulatórias", que ocorreu quando a promiscuidade assumiu a frente do projeto da modernidade e sua relação com o desenvolvimento capitalista, fenômeno notadamente evidente na segunda metade do século XX. Nesse contexto, o Estado acumulou forças descomunais nas relações com a sociedade, interferindo de maneira extremamente nociva nas relações da sociedade civil e, portanto, nos processos de identidade. Por outro lado, as demandas de mercado também exercem força sobre esses processos, interferindo nas suas lógicas:

[...] o outro não é um verdadeiro indivíduo porque o seu comportamento se desvia abissalmente das normas da fé e do mercado. Tampouco é detentor de subjetividade estatal, pois que não conhece a ideia do Estado nem a de lei e vive segundo formas comunitárias, pejorativamente designadas por bandos, tribos, hordas, que não se coadunam, nem com a subjetividade estatal, nem com a subjetividade individual. A este propósito deve-se salientar que o discurso jurídico é um suporte crucial da linguagem abstrata que permite descontextualizar e conseqüentemente negar a subjetividade do outro no mesmo processo em que a designa e a avalia à luz de critérios pretensamente universais. (SANTOS, 1994, p.35).

Observemos, na segunda parte da citação acima, o destaque sobre a questão jurídica: existindo um espaço reservado para o poder do Estado que se expressa sobre a identidade do outro com força e aparato organizado. Cuche (1999) apontou para uma reflexão a respeito da identidade como um problema de Estado; Castells (1999) advertiu que o fenômeno da identidade está necessariamente relacionado com o posicionamento estratégico ante as forças externas institucionais; Santos (1994) problematizou a presença dessa força, propondo uma complexidade do paradigma em torno do fenômeno identidade.

Nessa proposta de complexidade há uma referência as resistências à imposição de forças internas que contextualizam a identidade como algo visto de fora. A resposta

⁶Neste ponto, a análise histórica de Boaventura de Sousa Santos é riquíssima, não sendo possível pormenorizá-la nos limites desse nosso artigo.

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

fundamental para essas imposições, corresponde ao que denominou-se “contestações românticas” e, em outras instâncias, “contestações marxistas” da identidade:

[...] Contra uma racionalidade descontextualizada e abstrata crescentemente colonizada pelo instrumentalismo científico e pelo cálculo econômico, o romantismo propõe uma busca radical de identidade que implica uma nova relação com a natureza e a revalorização do irracional, do inconsciente, do mítico e do popular e o reencontro com o outro da modernidade, o homem natural, primitivo, espontâneo, dotado de formas próprias de organização social. Contra a parêntese indivíduo-estado e o juridicismo abstrato que a regula, o romantismo glorifica a subjetividade individual pelo que há nela de original, irregular, imprevisível, excessivo, em suma, pelo que há nela de fuga à regulação estatal-legal.

[...] A recontextualização da identidade proposta pelo marxismo contra o individualismo e o estatismo abstratos é feita através do enfoque nas relações sociais de produção, no papel constitutivo destas, nas ideias e nas práticas dos indivíduos concretos e nas relações assimétricas e diferenciadas destes com o Estado. Por esta via, o conflito matricial da modernidade entre regulação e emancipação passa a ser definido segundo as classes que o protagonizam: a burguesia do lado da regulação e o operariado do lado da emancipação. (SANTOS, 1994, p.36).

Para aproximações com a noção de identidade fictícia, cabe aqui⁷ apenas ressaltar a crítica feita por Santos (1994) às duas formas de resistências apresentadas: na primeira há um processo de utopização em torno das identidades, onde a resposta ocorre no sentido de um *éthos* religioso, ratificando assim novas formas de um processo de ficção em torno da identidade; na segunda, as subjetividades, característica fundamental no processo de construção das identidades, são devoradas em um verdadeiro processo antropofágico. Nesse sentido, o que antes era realizado pelo Estado passa a ser desempenhado pela ideia de classe, ou seja, há um aprisionamento externo da identidade que, por sua vez deve responder a nova força aprisionadora imposta a ela: a ideia da sociedade de classes.

Mas, poderíamos perguntar sobre por que recorrer às observações de Santos (1994), uma vez que existem indícios de que Cuche (1999) e Castells (1999) também localizaram os mesmos problemas apontados pelo sociólogo português. Afinal, ao apontar o objetivismo das identidades, Cuche (1999) localizou uma prisão em torno das concepções que posicionam o indivíduo e o grupo em visões vinculando o fenômeno da identidade à consanguinidade e à cultura. Por sua vez, Castells (1999) observou que a

⁷Dados os limites do estudo proposto neste artigo, não é possível aprofundar a análise sobre as noções de “contestações românticas” e “contestações marxistas” da identidade.

ideia de imposição da identidade de nação socialista foi o próprio resultado da sua queda: não foi possível sustentar-se, mesmo que a participação das identidades que a compunham tenha sido percebida como uma estratégia da identidade. Entretanto, a questão primordial é a ampliação realizada pela teoria proposta por Santos (1994). Ela alargou as possibilidades analíticas sobre o fenômeno da identidade, localizando criticamente as relações de construção das identidades de forma que se percebe, mesmo que não facilmente, dada a complexidade teórica, como é possível caminharem em torno de uma ficção. Isso ocorre, principalmente, a partir de uma análise que compreende a ação do Estado num corpo jurídico, o que não foi expresso de maneira específica por Cucho e Castells. Ademais, a análise das relações com a noção de imposição de identidade a partir da colonização numa contextualização histórica, possibilita visualizar a proposta teórica diferenciada de sociólogo português. Finalmente, observamos também que, ao seu modo, o pensador apresentou pontos de aproximação com Cucho (1999) e Castells (1999): criticando o colonialismo e a modernidade. E mais: quando do questionamento primário, a aproximação também ficou evidente: quem, porquê, para quê e como, pergunta pela identidade?

Existindo ainda em Santos (1994), uma percepção bem mais completa e complexa do fenômeno da identidade, o seu entendimento sobre os paradigmas contemporâneos possibilita uma abordagem atual do fenômeno:

A multiplicação e sobreposição dos vínculos de identificação — a que hoje assistimos — particulariza as relações e, com isso, faz proliferar os inimigos e, de algum modo, trivializá-los, por mais cruel que seja a opressão por eles exercida. Quanto mais incomunicáveis forem as identidades, mais difícil será concentrar as resistências emancipatórias em projetos coerentes e globais. (SANTOS, 1994, p.42,43).

Além de ver o problema das identidades como algo mais complexo, a análise de Santos (1994) pode ser percebida como crítica a vários campos teóricos⁸, como também em várias situações. Desde as mais locais, àquelas mais gerais. Assim, pensar a identidade como um processo de ficção é, a partir desta perspectiva, problematizar desde as teorias que abordam o fenômeno, até as situações sociais concretas. Também o

⁸A abordagem de Boaventura de Sousa Santos problematizou campos da teoria social que vão desde Durkheim até Weber.

contexto em que tornaram-se mais importantes os processos legalizados de identificação do outro, pode ser visualizado a partir de outras complexidades quando aproximamos da teoria do autor. A identidade fictícia proposta por Santos (1994), se aproximada das situações concretas da atualidade e possibilita respostas as contestações feitas pelos três teóricos analisados. Entretanto, somente a análise de situações sociais específicas pode nos auxiliar a responder aos questionamentos das identidades e a visualização dos fenômenos e paradigmas inerentes as mesmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: BREVE ANÁLISE CRÍTICA DOS DEBATES HISTÓRICOS SOBRE A IDENTIDADE

A ideia da existência de uma identidade cultural é discutida nas Ciências Sociais desde os seus primórdios. Já nas primeiras experiências de pesquisas das sociedades, mesmo com os limites relativos ao pensamento dominante naquele período, Heródoto confrontava-se com a constatação de haver um *outro* diferente do *eu*. É bem verdade que falar de um *outro* e/ou de um *eu*, naqueles contextos iniciais, é resultado de uma suposição analítico-temporal da experiência sociológica. Entretanto, com certo esforço intelectual, podemos considerar sim, uma possibilidade já da existência epistemológica dos dois. Com efeito, se ambos existem, existe também aí – como possibilidade científica – o germe da concepção de uma identidade.

Nas Ciências Sociais construíram-se abordagens e conceitos fundamentais que foram elaborados e definidos com o passar do tempo. Ao passo que o Iluminismo se materializava, os primeiros “olhares diferenciados e qualificados” foram estabelecidos sobre os mais variados contextos sociais. Esses contextos além da Europa, constituíam partes importantes das situações humanas, correspondendo a reconhecida diversidade de comportamentos e com fins incontáveis de uso do intelecto, do corpo, das relações sociais e do diálogo com o meio onde ocorrem “conflitos com a vizinhança”. Mesmo assim, apesar de todos os instrumentos que constituem a identidade estarem presentes, o conceito ainda não estava epistemologicamente definido. Era necessário, portanto, um olhar para si?

Olhar para si e ver a existência do outro nas situações humanas complexas, dependendo de como se olha, poderia objetivar a compreensão sobre a identidade

sociocultural. Entretanto, o olhar que olhou, no lugar de conceber a existência da diversidade humana, por vezes quis extirpa-la. Eis o *Etnocentrismo* que por muito tempo dominou as análises sociais, nublando a afirmação da identidade. A partir de então, o outro converteu-se no “sem alma”, “sem vergonha”... observe-se que este ser estranho, ironicamente, sequer pôde ser “sem identidade”. Tudo bem se considerado uma “idade média” das Ciências Sociais? O que seria necessário, portanto, para o conceito de identidade ser discutido/definido? Quiçá, a crítica tenha rompido a última fronteira apresentada para que a identidade fosse reconhecida.

Com as abordagens da Antropologia moderna aberta à crítica contemporânea, foram favorecidas as discussões sobre o conceito de identidade. As teorias antropológicas do século XX, especialmente na sua segunda metade, propunham uma problematização dos contextos sociais, interagindo com a diversidade humana e concebendo a existência das diferenças e de como elas constituem algo particular nas relações sociais. Surgiu daí a ideia de que essas diferenças se manifestam numa relação dialógica onde o indivíduo, na sua relação coletivizada com o outro, expressa a sua diferença ou defende o direito de ser diferente e; o coletivo, também na relação coletivizada, interage com cada indivíduo num contexto social complexo de existência das várias diferenças. É nesse sentido, que Frederick Barth, por exemplo, entende a identidade a partir das suas fronteiras, como algo relacional e/ou situacional, conforme apresentado por Poutignat et al. (1998). Enfim, diante desta “abertura científica” o conceito de identidade passou a ser discutido pelas Ciências Sociais.

Mas, bem sabemos que um conceito é fator ímpar de contribuição dos paradigmas. Portanto, nenhum conceito está livre da crítica, ou do seu uso crítico. Dessa forma, surgiram abordagens questionadoras indagando sobre os meios que contribuem para a construção conceitual da identidade. As indagações vão desde as provocações se a identidade é apenas correspondente à questão sanguínea, até se ela não seria fictícia, como apresentamos acima. Todavia, de todas as respostas às questões suscitadas pelos debates históricos sobre a identidade, talvez as mais fundamentais foram aquelas que provocaram novas perguntas, conforme vimos na aproximação entre os três autores abordados inicialmente neste artigo: quem? Por que? Quando? Para que? Em que condições, pergunta pela identidade?

De todas as constatações críticas que o conceito de identidade fez surgir, talvez as mais importantes tenham sido aquelas que evidenciaram novos olhares como, por exemplo: a identidade é política, estratégica, situacional e relacional; ao tempo que também é resultada de uma relação social, grupal, de consanguineidade. Outros pensadores também propuseram questões mais instigantes: Cardoso (2006), por exemplo, equacionou o momento de crise em que estão engendradas as identidades modernas, para evidenciar os “descaminhos do eu” – do *self*; Bauman (2005), recorreu à metáfora de uma identidade moderna-líquida; Hall (2005), provocou no sentido de pensar uma identidade cultural na pós-modernidade, questionando como o culturalismo contribuiu para pensar estas “identidades multifacetadas”. Assim, precisamos olhar para as abordagens sobre o conceito nos mais diversos períodos: de Malinowski à Levi Strauss; de Geertz à Mauss; de Goffman à Tylor... reconhecendo os limites e contribuições da “ciência dos homens”, nas discussões e compreensões sobre o conceito de identidade. Afinal, somos mulheres e homens, estudando e observando outras mulheres e homens, em espaços de mulheres e homens, construindo a ciência que trata de/sobre/para mulheres e homens. Na atualidade, este entendimento se consolida nas Ciências Sociais.

Em resumo, as identidades emanam como resultado e resultante de um debate histórico. Nas relações sociais existentes nas sociedades complexas, talvez a identidade tenha alcançado o nível de se auto questionar, num sentido em que cabe as Ciências Sociais, bem como aos seus pensadores, entender e expressar as razões pelas quais ocorrem esses questionamentos, como também os resultados que surgem deles. A resistência sociocultural, as situações transculturais, as mobilizações dos mais variados grupos existentes atualmente, evidenciam novos horizontes para as abordagens sobre a identidade. Nesse sentido, o conceito de identidade se apresenta como parte fundamental da própria razão de existir das Ciências Sociais, da própria existência de mulheres e homens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CATELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade**: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15. 2006.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrick Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 5, n. 1/2, p. 31-52, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v5n1-2/0103-2070-ts-05-02-0031.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

**O DESENGAJAMENTO E O CARÁTER DETERIORADO NA
MODERNIDADE RADICALIZADA:
UMA REFLEXÃO TEMÁTICA EM TORNO DA SOCIOLOGIA DE RICHARD
SENNETT E ZYGMUNT BAUMAN**

Patrick Silva dos Santos⁹

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo estabelecer uma reflexão sobre as noções de *desengajamento* e de *caráter pessoal deteriorado* por meio dos textos do sociólogo estadunidense, Richard Sennett e do sociólogo polonês, Zygmunt Bauman. Acredito, que por meio das formulações destes dois cientistas sociais tornam-se legíveis o modo que o trabalhador/cidadão global lida com o seu mundo circundante, reconfigurado em moldes ditados pelo capitalismo de especialidade flexível. Metodologicamente analisei objetivamente de forma crítica os trabalhos *A corrosão do caráter* e *a Modernidade líquida*. Em suma, estes sendo, a meu ver, trabalhos que permitem compreender como a reconfiguração do mundo do trabalho imposta pelas novas dinâmicas do sistema capitalista gerou um duro golpe no modo como a classe trabalhadora se posiciona, não somente no mundo do trabalho, mas também, em outras dimensões do convívio social mais amplo.

Palavras-chaves: Richard Sennett; Zygmunt Bauman; caráter deteriorado; desengajamento; capitalismo flexível.

**STOPPING AND DETERIORITY IN RADICALIZED MODERNITY:
A THEMATIC REFLECTION AROUND THE SOCIOLOGY OF RICHARD
SENNETT AND ZYGMUNT BAUMAN**

ABSTRACT: The purpose of this article is to establish a reflection on the notions of disengagement and of a deteriorated personal character through the texts of the American sociologist, Richard Sennett and the Polish sociologist, Zygmunt Bauman. I believe that, through the formulations of these two social scientists, the way in which the global worker / citizen deals with his / her surrounding world, reconfigured in ways dictated by flexible specialty capitalism, becomes legible. Methodologically I critically analyzed objectively the works *Corrosion of character* and *liquid Modernity*. In short, these are, in my view, works that allow us to understand how the reconfiguration of the world of work imposed by the new dynamics of the capitalist system generated a severe blow to the way the working class positions itself, not only in the world of work, but also, in other dimensions of the wider social life.

⁹ Doutorando em Sociologia. Pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), da Universidade Federal Fluminense (UFF); mestre em Sociologia pela mesma instituição; graduado em Ciências Sociais pelas Faculdades Integradas Campograndense (FIC). Desde 2015 – Professor de Sociologia da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ). E-mail: patrickds@id.uff.br
Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

Keywords: Richard Sennett; Zygmunt Bauman; deteriorated character; disengagement; flexible capitalism.

INTRODUÇÃO

A modernidade que estamos inseridos, se caracteriza pela sua radicalização em variadas dimensões. Alguns estudiosos buscaram enquadrar estas radicalizações em sintonia direta com o contexto de multiplicação de novas tecnologias. Mas, o que me importa aqui são as mudanças e/ou reconfigurações institucionais da modernidade que impuseram uma condição pouco engajada que alteraram substancialmente o caráter pessoal dos indivíduos, sob esta dimensão as transformações no mundo do trabalho apresentam importantes elementos para tornar legível este processo que se espraia do universo da organização laboral para as relações pessoais da vida cotidiana.

Para compreender a questão central deste artigo é importante concentrar a análise nas transformações institucionais do mundo do trabalho por meio da passagem do modo de produção e organização laboral do capitalismo pesado para uma forma mais flexível, isto é, um capitalismo leve. Não aferindo que somente estas dimensões foram responsáveis por essa alteração no modo em que os indivíduos se alocam no mundo, mas, sugerindo a partir das leituras de Zygmunt Bauman e Richard Sennett, uma certa centralidade do trabalho nestas mudanças no caráter individual e na postura desengajada frente as peripécias sociais que afligem diretamente todo um segmento populacional.

Neste sentido, as reflexões robustas de Bauman e Sennett são extremamente pertinentes para a compreensão deste problema que aflige milhões de pessoas em todo o globo terrestre. Assim, analisarei criticamente os trabalhos *A modernidade líquida* e *A corrosão do caráter* para compreender como os dois sociólogos apresentaram para os seus leitores e os demais pesquisadores e pesquisadoras as transformações pessoais induzidas pela reconfiguração institucional que trouxeram à tona o chamado: *capitalismo de especialidade flexível*.

Portanto, as questões deste artigo, são: quais foram as operações e/ou dinâmicas relacionais que permitiram a deterioração do caráter pessoal e, por conseguinte, a adoção de posturas pouco engajadas em relação a essas mudanças e aos problemas de natureza mais variadas da vida cotidiana? Como isso impactou e vem impactando no convívio social? Por fim, tentarei responder estas questões por meio das pesquisas e

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

reflexões do sociólogo estadunidense, Richard Sennett, em *A corrosão do caráter* –, movimento idêntico, proponho em torno do sociólogo polonês, Zygmunt Bauman, em *A modernidade líquida*, ressaltando que foram os trabalhos principais analisados, mas, não os únicos utilizados.

O CARÁTER PESSOAL NA MODERNIDADE RADICALIZADA NA ÓPTICA DE RICHARD SENNETT E ZYGMUNT BAUMAN

Pensar a transformação e/ou desintegração do caráter pessoal é um tanto complexo, haja vista, que podem incidir diferentes elementos, que possibilitam uma virada radical no modo que os indivíduos compreendem o mundo. No entanto, longe de buscar fazer aqui uma análise superficial de elementos individuais, ainda que, relacionais também, próprios da psicologia. Zygmunt Bauman e Richard Sennett permitem a compreensão da deterioração do caráter pessoal por meio das dinâmicas cotidianas institucionais do capitalismo de especialidade flexível operadas numa nova configuração do mundo do trabalho, nesta fase da modernidade que todos nós estamos experimentando.

Como sustentava Zygmunt Bauman (2001), a lógica operada na compreensão dos indivíduos em relação ao mundo é sempre *praxeomórfica*, isto é, uma construção no âmbito do convívio social fortemente determinada pelo acúmulo de experiências geradas pela equação: o como é que podem fazer e, também, a maneira como usualmente a fazem. Neste sentido, a meu ver, parecem satisfatórias as análises em torno da centralidade que o trabalho flexível tem na corrosão do caráter pessoal, para ficarmos com a terminologia de Richard Sennett.

Em *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, o sociólogo estadunidense Richard Sennett informa o leitor por meio de uma robusta reflexão e pesquisa sobre os males causados aos indivíduos inseridos diretamente nas dinâmicas flexíveis da nova organização do mundo do trabalho, no que concerne a afetação direta no caráter pessoal. Tendo como expressão maior desta deterioração do caráter pessoal elementos como a *incerteza* e a *ansiedade*, gerados pela quebra institucional da perspectiva da linearidade do tempo, comum na relação trabalhador e trabalho do capitalismo pesado.

Portanto, essa descontinuidade, sustenta Sennett, teria causado danos substanciais na vida cotidiana dos indivíduos, como, por exemplo, a perda de controle em relação as suas próprias vidas. Pois, se antes era comum fazer planejamento pessoais em relação a outras dimensões da vida a longo prazo, isso agora, fora quebrado, sendo as perspectivas de curto prazo o novo *ethos* motivador dos indivíduos. Isto é, a flexibilidade tende a causar ansiedade nas pessoas, uma vez que, já não se sabe mais os riscos que podem ou não serem compensados no futuro, a falta desta perspectiva, por conseguinte, gera uma expressiva insegurança em que caminhos seguir. O que fora “vendido” as pessoas como possibilidades maiores de liberdade, na verdade, consolidaram novas formas de controle ilegíveis, pois ao atacar

(...) a burocracia rígida e enfatizando o risco, a flexibilidade dá às pessoas mais liberdade para moldar suas vidas. Na verdade, a nova ordem impõe novos controles, em vez de simplesmente abolir as regras do passado – mas também esses novos controles são difíceis de entender. O novo capitalismo é um sistema de poder muitas vezes ilegível. (SENNETT, 2009, p. 10)

Diametralmente oposto do que fora antes “vendido” aos inseridos nesta dinâmica, Richard Sennett aponta, que de fato, o que ocorreu com a flexibilização correspondente a esta nova fase do sistema capitalista gerou um impacto bastante confuso sobre o caráter pessoal dos trabalhadores e trabalhadoras. Pois, não só impactou sobre o mundo do trabalho, mas também impactou em relação as perspectivas futuras dos indivíduos e na maneira de se relacionar com os demais indivíduos a sua volta.

Sendo assim, o caráter pessoal se desenvolve por meio das nossas experiências emocionais cuja concentração reside nos aspectos de longo prazo. Contudo, é por meio das ideias de lealdade e compromisso mútuo, antes comuns na dinâmica relacional do trabalhador com seu trabalho, institucionalmente normatizado com o capitalismo pesado do passado. A busca de metas numa lógica de longo prazo e/ou a prática antes comum de adiar a satisfação em troca de um fim futuro, foi perdido, em meio à confusão gerada nas personalidades dos indivíduos nesta nova fase. Aí concentram-se os problemas: como manter tais posturas e aspirações numa realidade impulsionada pela flexibilidade? Como manter valores duradouros e projetar metas numa lógica econômica de curto prazo? Como projetar posicionamentos leais e mutuamente compromissados numa

lógica institucional cujo mundo do trabalho está continuamente sendo reprojetoado? Isso quando, não se desfaz completamente.

Deste modo, o autor informa com bastante coerência que tais características impuseram um duro golpe sobre as dimensões psicológicas dos trabalhadores e trabalhadoras. Ora, o capitalismo cuja dinâmica laboral moldou a sociedade numa perspectiva impaciente, em que a busca por ganhos é agora imediata, por conseguinte, impôs uma nova maneira de observação e alocação no mundo, onde, teve, no limite, o caráter pessoal afetado seriamente pelo capitalismo de especialidade flexível. Ou seja, sendo este não só um condicionante de uma maneira nova de percepção do trabalho, mas sim, de toda uma concepção de organização social mais ampla.

Com a vida emocional à deriva, todo este processo impôs ao trabalhador uma forma igualmente nova de organização do tempo. Por meio da descrição feita sobre o filho de um dos trabalhadores, entrevistado por ele há vinte e cinco anos antes, para o livro *Hidden Injuries of Class*. Ao reencontrar, com o jovem (agora um adulto) num aeroporto, o sociólogo, Richard Sennett apresenta como após uma longa conversa notou de maneira pontual como o capitalismo flexível, não só teria afetado sua vida emocional, mas também a própria organização do tempo, de forma bem distinta, como ocorria com o pai do rapaz a um quarto de século atrás quando fora entrevistado. Pois agora, afirma Sennett, o

(...) comportamento que traz o sucesso ou mesmo apenas a sobrevivência no trabalho, portanto, pouco dá a Rico para oferecer como modelo paterno. Na verdade, para esse casal moderno, o problema é exatamente o contrário: como podem eles evitar que as relações familiares sucumbam ao comportamento a curto prazo, ao espírito de reunião, e acima de tudo à fraqueza da lealdade e do compromisso mútuo que assinalam o moderno local de trabalho? Em lugar dos valores de camaleão da nova economia, a família – como Rico a vê – deve enfatizar, ao contrário, a obrigação formal, a confiança, o compromisso mútuo e o senso de objetivo. Todas essas são virtudes de longo prazo. (...) Esse conflito entre família e trabalho impõe algumas questões sobre a própria experiência adulta. Como se podem buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos? As condições da economia alimentam, ao contrário, a experiência com a deriva no tempo, de lugar em lugar, de emprego e emprego. Se eu fosse explicar mais amplamente o dilema de Rico, diria que o capitalismo de curto prazo corrói o caráter dele, sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável. (SENNETT, 2009, p. 27)

Essa corrosão do caráter descrita por Richard Sennett, explicitado por meio do caso de Rico pode ser notada pela busca que Rico tem em relação a manutenção de certas relações familiares, cuja sua reprodução social é concretamente bloqueada pela contraposição com as relações estabelecidas em sua vida laboral, isso porque, como ensinar, por exemplo, aos filhos a importância de se estabelecer relações duradouras com os colegas de vizinhança, ao passo que se vive em constante mudança por conta das sucessivas demissões, que geram (no caso de Rico) não somente a mudanças de emprego, mas também de cidades?

Tal perspectiva cria uma série de ressentimentos, onde, na falta de maneira concreta de adequação em meio essas contraposições entre trabalho e vida pessoal, tende a gerar uma espécie de ressentimento com outros indivíduos. Não à toa, me parece pertinente a reflexão do *conservadorismo cultural* por meio desta base processual. Creio que, por não conseguir obter o controle da própria vida, por conta da forma que o mundo do trabalho organiza-a em sua fase de curto prazo, o indivíduo tende a culpabilizar outros que supostamente não tenham os esforços parecidos com os seus. Orientando, por assim dizer, uma postura acusatória em relação a outros indivíduos socialmente fragilizados, tomando exceções como regras, por exemplo, na orientação de críticas difusas em relação as pessoas dependentes de benefícios sociais garantidos pelo Estado. Em torno deste problema, Richard Sennett assim o descreve:

A conversa de Rico sobre a família também o fizera, evidentemente, pensar em seus valores éticos. (...) A intolerância de Enrico [seu pai] com os negros e estrangeiros envergonhava o filho [Rico]. Mas disse que, desde que fora trabalhar, se tornara “conservador cultural”. Como a maioria de seus pares, detesta os parasitas sociais, para ele encarnados na figura da mãe que vive da previdência e gasta os cheques que recebe do governo em bebida e drogas. Também se tornou um crente de padrões de comportamento comunal fixos, draconianos, em oposição aos valores de “paternidade liberal”, que apenas reproduzem aquelas reuniões que não chegam a nada no trabalho. Como exemplo desse ideal comunal, disse-me que aprova a proposta atual, em alguns círculos conservadores, de tomar as crianças dos maus pais e pô-las em orfanatos. (...) Ele sabe que seu conservadorismo é apenas isso – uma comunidade simbólica idealizada. Não tem verdadeira expectativa de trancar crianças em orfanatos. Certamente teve pouca experiência, como adulto, do conservadorismo que preserva o passado; por exemplo, outros americanos o trataram, toda vez que se mudou, como se a vida estivesse apenas começando, o passado entregue ao esquecimento. O conservadorismo cultural que defende forma um testamento à coerência que sente faltar em sua vida. (SENNETT, 2009, p. 28-29. Grifos meus)

Entretanto, outra dimensão importante trazida no trabalho sociológico do intelectual estadunidense, se concentra em torno da *competição* e a *auto culpabilização* alocadas sobre o caráter pessoal por meio dessa lógica flexível. Assim sendo, antes uma posição competitiva particular as empresas em disputa, passa a ser primordialmente, um aspecto importante do *ethos* dos trabalhadores, espraiando-se numa espécie de auto responsabilização pelo seu fracasso no atual emprego – sendo, por assim dizer, descartado termos como: “fui demitido”, por exemplo – sendo encorajado psicologicamente sua substituição, por sentenças como: “enfrentei uma crise”, “tive que tomar uma decisão”, “fiz minhas próprias escolhas” etc., (SENNETT, 2009) naturalizando a postura do empresário na diminuição do quadro de pessoas e diminuição de custos. Ou seja, nas palavras do autor, a “sua flexível disposição de ser responsabilizado por essa qualidade de caráter, e não por um curso de ação” (SENNETT, 2009, p. 31), assim, pode-se dizer, de fato, que a “flexibilidade forçou-o a afirmar a pura força de vontade como a essência de seu próprio caráter ético” (SENNETT, 2009, p. 31).

Essa nova fase do capitalismo permite o desenvolvimento de relações pautadas num dinamismo muito distinto, de sua fase anterior. Isto é, por meio do fluxo de curto prazo e da sua flexibilidade impondo-se as relações, pouco tende a oferecer ao desenvolvimento seja social, seja econômico, as narrativas subsequentes. No entanto, o que é assustador em todo esse processo, é que essa corrosão do caráter é fruto de uma transformação bem-sucedida da organização laboral capitalista e não pelo oposto, pois

(...) a maior parte da história humana, as pessoas têm aceito o fato de que suas vidas mudarão de repente devido a guerras, fomes ou outros desastres, e de que terão de improvisar para sobreviver. Nossos pais e avós viveram em grande ansiedade em 1940, depois de suportarem o naufrágio da Grande Depressão, e enfrentando a iminente perspectiva de uma guerra mundial. (...) o que é singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo. (...) a corrosão de caracteres seja uma consequência inevitável. “Não há mais longo prazo” desorienta a ação a longo prazo, afrouxa os laços de confiança e compromisso e divorcia a vontade do comportamento. (...) O comportamento flexível que lhe trouxe o sucesso está enfraquecendo seu caráter de um modo para o qual não há remédio prático. (SENNETT, 2009, p. 33)

Em *Modernidade Líquida*, o sociólogo polonês, Zygmunt Bauman faz uma análise sociológica bastante contundente, assim como Richard Sennett em torno dos males psicológicos dos quais são arrastados os trabalhadores por meio de como vem sendo institucionalizada a rotina de trabalho em sua fase flexível. Bauman sustenta que nesta nova fase de organização laboral os trabalhadores e trabalhadoras tornaram-se as peças mais “dispensáveis, disponíveis e trocáveis do sistema econômico” (BAUMAN, 2001, p. 191).

Segundo Zygmunt Bauman (2001) os requisitos desejáveis para o indivíduo nessa configuração do mundo do trabalho seriam incompatíveis com a interação social com um corpo social mais amplo, pois tornaram-se peças mais fáceis de serem trocadas, ou seja, os trabalhadores se transformaram num grupo fragilizado, sem poder em relação as negociações com os empregadores, como fora no passado. Portanto, converteram-se em elementos residuais de fáceis descartes. Daí se desenvolve a centralidade do individualismo como elemento desse caráter pessoal dos indivíduos inseridos nesta dinâmica do trabalho, pois, por compreenderem que são peças descartáveis, a perspectiva do indivíduo é, sobretudo, em direção a garantia de sua posição, pouco, importando os demais.

Se antes o adiamento da satisfação garantia a durabilidade dos esforços no mundo do trabalho, sendo este o princípio ético balizador de uma sociedade de produtores, cujas práticas capitalistas mantinham os trabalhadores de mãos dadas com o trabalho, ambos enraizados, ainda que este nunca tenha sido um casamento com a ausência de conflitos –, na sociedade dos consumidores, a mesma durabilidade é aceita, no entanto, para assegurar o desejo. Numa sociedade de consumidos é ainda “mais efêmero e frágil que o trabalho, e, ao contrário do trabalho, não reforçado por rotinas institucionalizadas, o desejo não tem chance de sobreviver” (BAUMAN, 2001, p. 200).

Assim, o que Bauman informa de forma substancial é uma configuração relacional mais ampla, no que diz respeito, as interações sociais numa sociedade marcada pelo predomínio do consumo. Ainda que o intelectual polonês esteja tratando de distintos espaços que coexistem no mesmo mundo –, mesmo sendo espaços de ações sociais diferentes, tratam-se de espaços que convergem e mesmo com os seus distanciamentos, possuem códigos semelhantes do ponto de vista comportamental. Um mundo marcado pela vulnerabilidade social e psicológica.

A política de precarização das condições de trabalho, conscientemente reconfiguradas sobre a égide da flexibilidade vem causando danos consistentes no caráter pessoal das pessoas no atual momento. E como isso se materializa? Zygmunt Bauman explica a materialização deste caráter pessoal em contínua deterioração, por meio, do enfraquecimento e/ou decomposição dos laços humanos em suas mais variadas dimensões da vida cotidiana. Então, os compromissos antes duráveis, tornam-se compromissos transitórios e, por conseguinte, suscetíveis a rupturas unilaterais a qualquer momento, orientada por pressões psicológicas como, por exemplo, cálculos e oportunidades. Ao invés de laços e parcerias duradouras comuns as relações estabelecidas outrora. Hoje são vistos e “tratados como coisas destinadas a serem *consumidas*, e não produzidas; estão sujeitas aos mesmos critérios de avaliação de todos os outros objetos de consumo” (BAUMAN, 2001, p. 205).

O DESENGAJAMENTO PELO PRISMA DE RICHARD SENNETT E ZYGMUNT BAUMAN

Tomando emprestado o termo apresentado pelo sociólogo alemão, Axel Honneth (2018) a *ontogênese*, que diz respeito processo de reconhecimento como antecessor do conhecimento. Sustenta o autor, que “nas relações sociais humanas, há um primado ao mesmo tempo genético e categorial do reconhecimento diante do conhecimento, de um engajamento em face da apreensão neutra de outras pessoas” (HONNETH, 2018, p. 79). Deste modo, o esquecimento e/ou a negação do reconhecimento como etapa prévia ao conhecimento, gera o processo chamado de *reificação*. Balizado em Lukács, o autor, nos descreve que “são as coerções anônimas do mercado capitalista sobre o comportamento que levam os sujeitos a adotar uma postura não de reconhecimento, mas meramente cognitiva em relação a seu mundo circundante” (HONNETH, 2018, p. 88).

Todavia é pertinente a abertura deste ponto do texto com uma breve exposição em relação a *ontogênese* e a *reificação*, para compreender de maneira mais segura, como o mercado capitalista flexível ao reconfigurar o mundo do trabalho, não só fragmentou o caráter pessoal da classe trabalhadora, mas também, criou as bases para uma postura de negação e/ou recusa do reconhecimento precedente. Gerando o desenvolvimento de posturas difusas no cotidiano social por parte de indivíduos já

muito fragilizados pelas dinâmicas de precarização laboral operada pelos agentes no topo da cadeia de comando dos mercados capitalistas.

O desengajamento segundo a reflexão de Zygmunt Bauman é uma postura diante das peripécias da vida cotidiana altamente desejável pelos operadores do mercado capitalista atual. Sendo esta postura, altamente desejada em prol da naturalização das distorções valorativas promovidas pelo mercado flexível, mas também, gerando ganhos políticos grandes para líderes populistas que utilizam-se deste desengajamento para fomentar a radicalização populacional, jogando, por assim dizer, uma parte da população contra outra (BAUMAN, 1999, 2000, 2001, 2013, 2015 e 2017). Ora, estas distorções favorecem o encobrimento dos reais problemas sociais, cuja principal dimensão é gerada pelo próprio mercado capitalista que, segundo Bauman, nas atuais administrações governamentais pouco podem influir sobre a atuação dos mercados flexíveis.

Para o sociólogo polonês, uma questão importante para tornar legível o desengajamento, concentra-se nas próprias dinâmicas relacionais do mercado altamente dinamizado em bases tecnológicas avançadas. Isso porque, se antes os trabalhadores e trabalhadoras ainda que com grande grau de assimetria, sabiam quem davam as ordens e quem eram os seus empregadores. No capitalismo leve, flexível – o padrão da atual elite empresarial num mundo altamente globalizado, tecnológico em que o capital já não obedece, às regras e nem os limites das fronteiras nacionais, os empregadores devem ser entendidos segundo a terminologia de Bauman, como “senhores ausentes”. Ou seja, a

(...) elite global contemporânea é formada no padrão do velho estilo dos “senhores ausentes”. Ela pode dominar sem se ocupar com a administração, gerenciamento, bem-estar, ou, ainda, com a missão de “levar a luz”, “reformular os modos”, elevar moralmente, “civilizar” e com cruzadas culturais. O engajamento ativo na vida das populações subordinadas não é mais necessário (ao contrário, é fortemente evitado como desnecessário (ao contrário, é fortemente evitado como desnecessariamente custoso e ineficaz) – e, portanto, o “maior” não só não é mais o “melhor”, mas carece de significado racional. Agora é o menor, mais leve e mais portátil que significa melhoria e “progresso”. Mover-se leve, e não mais aferrar-se a coisas vistas como atraentes por sua confiabilidade e solidez – isto é, por seu peso, substancialidade e capacidade de resistência – é hoje recurso de poder. (...) Fixar-se ao solo não é tão importante se o solo pode ser alcançado e abandonado à vontade, imediatamente ou em pouquíssimo tempo. Por outro lado, fixar-se muito fortemente, sobrecarregando os laços com compromissos mutuamente vinculantes, pode ser positivamente prejudicial, dadas as novas oportunidades que surgem em outros lugares. (BAUMAN, 2001, p. 22)

Não tendo a quem reclamar, sendo aos trabalhadores inacessíveis e muitas vezes desconhecidos os comandos que são passados, torna-se inviáveis a ação contestatória diante de tal precariedade. Portanto, o capitalismo, em sua configuração leve tornou as barreiras entre os trabalhadores e trabalhadoras e o centro dos mecanismos de comando dos mercados cada vez mais distantes, para não dizer, inacessíveis. No entanto, esse processo em que o fim, conscientemente esperado e realizado é o afrouxamento das relações sociais e a cooperação entre os setores vulneráveis das sociedades inseridas numa lógica flexível, não é operada somente pelo mercado, pelo contrário, tem sua radicalização operada também por instâncias governamentais e midiáticas, que também, ganham com essa paisagem desengajada. Não à toa, Bauman ao tratar do crescimento dos líderes populistas de direita, destaca em seu trabalho *Estranhos à nossa porta*, que os

(...) governos não estão interessados em aliviar as ansiedades de seus cidadãos. Estão interessados, isto sim, em alimentar a ansiedade que nasce da incerteza quanto ao futuro e do constante e ubíquo sentimento de insegurança, desde que as raízes dessa insegurança possam ser ancoradas em lugares que forneçam amplas oportunidades fotográficas para os ministros tensionarem seus músculos, ao mesmo tempo que ocultam os governantes prostrados diante de uma tarefa que são fracos demais para levar a cabo. A “securitização” é um truque de mágica, calculado para ser exatamente isso. Ela consiste em desviar a ansiedade, de problemas que os governos são incapazes de enfrentar (ou não têm muito interesse em fazê-lo), para outros, com os quais os governantes – diariamente e em milhares de telas – aparecem lidando com energia e (por vezes) com sucesso. No primeiro tipo de problema encontram-se fatores fundamentais da condição humana, como a oferta de empregos de qualidade, a confiança e a estabilidade da condição social, a proteção efetiva contra a degradação social e a imunidade quanto à negação da dignidade – todos esses determinantes da segurança e do bem-estar que os governos, os quais antes prometiam pleno emprego e uma ampla previdência social, são hoje incapazes de anunciar, que dirá fornecer. (BAUMAN, 2017, p. 33-34)

Já em relação a operação midiática que também se coloca de forma engajada neste processo, sustenta Zygmunt Bauman, em *A riqueza de poucos beneficiam todos nós?* Que as

(...) eclosões dispersas de ira oferecem um alívio temporário para as emoções tóxicas que em geral são domesticadas e bloqueadas, e induzem um adiamento também curto – embora somente para tornar a renição plácida e

resignada às injustiças destacadas e odiadas da vida cotidiana um pouco mais fácil de suportar. Como advertiu Richard Rorty com discernimento há poucos anos: “Se os proletários puderem ser distraídos de sua própria desesperança por pseudo-ocorrências criadas pela mídia,... os super-ricos pouco terão a temer.” (BAUMAN, 2015, p. 65. Grifos do autor)

Contudo estes argumentos são necessários para a compreensão de uma gama de operações que forjaram as bases para a materialização de posturas desengajadas por parte dos segmentos populacionais mais fragilizados na contemporaneidade, ainda, que seja legível uma primazia das ações do mercado capitalista em sua especialidade flexível, cuja a ação diretiva leva ao afrouxamento e consolidação de uma forma frágil de se relacionar socialmente. Nesta fase da modernidade, cuja liquidez é sua expressão mais suscetível, os governos (alinhados a tais perspectivas de mercado) e os grandes conglomerados midiáticos tem suas parcelas de ganhos garantidos em meio a essa reconfiguração social.

Uma vez que os laços de cooperação estão cada vez mais desintegrados, corroídos pelas dinâmicas relacionais de uma época marcada pela flexibilidade do mundo do trabalho que se espraia para outras formas de se colocar na vida cotidiana. Tomar para si, uma postura engajada em prol aos benefícios de toda uma coletividade da qual o indivíduo mesmo sendo parte integrante é coagido pelas pressões do mercado. Uma postura em prol de interesses coletivos é desencorajada por variadas instâncias de poder.

Num mundo em que o futuro é, na melhor das hipóteses, sombrio e nebuloso, porém mais provavelmente cheio de riscos e perigos, colocar-se objetivos distantes, abandonar o interesse privado para aumentar o poder do grupo e sacrificar o presente em nome de uma felicidade futura não parecem uma proposição atraente, ou mesmo razoável. (...) Como os compromissos de hoje são obstáculos para as oportunidades de amanhã, quanto mais forem leves e superficiais, menor o risco de prejuízos. (...) a política de “precarização” conduzida pelos operadores dos mercados de trabalho acaba sendo apoiada e reforçada pelas políticas de vida, sejam elas adotadas deliberadamente ou apenas por falta de alternativas. Ambas convergem para o mesmo resultado: o enfraquecimento e decomposição dos laços humanos, das comunidades e das parcerias. Compromissos do tipo “até que a morte nos separe” se transformam em contratos do tipo “enquanto durar a satisfação”, temporais e transitórios por definição, por projeto e por impacto pragmático – e assim passíveis de ruptura unilateral, sempre que um dos parceiros perceba melhores oportunidades e maior valor fora da parceria do que em tentar salvá-la a qualquer – incalculável – custo. (...) Em outras palavras, laços e parcerias tendem a ser vistos e tratados como coisas destinadas a serem *consumidas*, e não produzidas; estão sujeitas aos mesmos critérios de

avaliação de todos os outros objetos de consumo. (BAUMAN, 2001, p. 204-205)

A *individualidade* se torna nesta configuração o dano colateral mais perverso, que orienta as formas de apreensão do mundo circundante nas mais variadas esferas sociais. Não é somente, no mundo do trabalho que essa postura desengajada se concretiza, pelo contrário, é perceptível na forma de se relacionar com a vizinhança, com os familiares, sendo igualmente, perceptível na postura apática diante dos problemas sociais. Frações mais fragilizadas tem se posicionado em defesa de posturas cada vez mais incompatíveis com o bem-estar do grupo ao qual se pertence – o Brasil e os Estados Unidos da América, para ficarmos com dois exemplos, servem como modelos nacionais em que o capitalismo flexível tornou desengajado amplos segmentos populacionais que tem defendido líderes populistas que concretamente tem tornado cada vez mais suas vidas difíceis.

Richard Sennett aponta a desconfiança dos indivíduos em relação aos trabalhadores que possuem estabilidade, mesmo nesta fase flexiva do capitalismo, como fator importante para a reflexão. Sennett utiliza o desdém de Rico em relação a sua carreira estável como professor universitário. Podemos, neste ponto, tomar como indicativo a própria percepção que algumas pessoas possuem no caso brasileiro em relação aos funcionários públicos. Estabilidade, é percebida por esses indivíduos modulados numa lógica de trabalho flexível com certo desdém a estabilidade, pelo menos, assim o demonstram publicamente certa rejeição a estas práticas duráveis, além de verem como conformistas os trabalhadores estáveis, que não se “arriscam” como muitos trabalhadores envolvidos nesta dinâmica confusa acreditam estarem fazendo.

Em *A corrosão do caráter*, Richard Sennett demonstra a pertinência da flexibilização do horário de trabalho, mas também, a centralidade da automação tecnológica dos processos produtivos antes feitos por especialistas, como elementos relevantes para o desengajamento dos indivíduos em relação a preponderância do trabalho que fazem em suas vidas. Com o advento da automação em todas as fases do processo produtivo, os indivíduos ao invés de terem suas capacidades cognitivas desafiadas, muito pelo contrário, precisam saber somente pressionarem botões em painéis. Isso, para Sennett é extremamente nocivo no desenvolvimento psicológico dos indivíduos. Assim, diz o sociólogo:

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

O que é realmente novo é que, na padaria, percebi um terrível paradoxo. Nesse local de trabalho *high-tech*, flexível, onde tudo é fácil de usar, os empregados se sentem pessoalmente degradados pela maneira como trabalham. Nesse paraíso do padeiro, tal reação ao trabalho é uma coisa que eles próprios não entendem. Operacionalmente, tudo é muito claro; emocionalmente, muito ilegível. (SENNETT, 2009, p. 79)

Diferente das velhas estruturas do capitalismo pesado, onde cada trabalhador tinha a noção do que estava fazendo, em sua fase flexível o trabalho é cada vez mais ilegível. Não, cabendo em sua organização grandes dificuldades para a realização dos processos o que gera nos trabalhadores uma repulsa cada vez maior pelo trabalho realizado, uma vez que não são desafiados em suas atividades. Isso, tende a tornar o trabalho cada vez mais distante do trabalhador, que é processualmente levado a se relacionar de maneira indiferente em relação ao trabalho.

A “dificuldade é contra produtiva num regime flexível. Por um terrível paradoxo, quando diminuimos a dificuldade e a resistência, criamos as condições mesmas para a atividade acrítica e indiferente por parte dos usuários” (SENNETT, 2009, p. 84). Não à toa, uma das entrevistadas da padaria, ironicamente, diz ao professor norte-americano: “– Padaria, sapataria, gráfica, é só dizer, eu tenho as qualificações” (SENNETT, 2009, p. 82). Essa atividade exercida de maneira acrítica e indiferente no universo laboral, são primordiais para uma reprodução de visões acríticas em relação a outras instâncias do convívio social.

Contudo, a meu ver, a análise de Richard Sennett traz à tona um elemento fundamental para compreendermos uma postura cada vez mais desengajada por parte de variados segmentos populacionais, e não somente, os trabalhadores imbricados no seio desta grande máquina de destruição pessoal que o capitalismo flexível é o combustível e ao mesmo tempo motor –, as “novas condições de mercado obrigam grandes números de pessoas a assumir riscos, mesmo sabendo os jogadores que as possibilidades de retorno são tênues” (SENNETT, 2009, p. 104). Aqui Sennett insere no debate a ideia de “mercados em que o vencedor leva tudo” que nos permite ler o desengajamento por meio da contraposição entre o bem-estar coletivo e a meritocracia mediada pelo risco.

competitiva, os bem-sucedidos levam a mesa toda, enquanto a massa dos perdedores fica com migalhas para dividir entre si. A flexibilidade é um elemento-chave para permitir a formação desse mercado. Sem um sistema burocrático que canalize os ganhos de riqueza através de uma hierarquia, as recompensas gravitam para os mais poderosos; numa instituição sem peias, os que estão em posição de açambarcar tudo o fazem. A flexibilidade, assim, acentua a desigualdade, pelo mercado em que o vencedor leva tudo. (...) Na opinião desses economistas, a “estrutura de suborno [da economia moderna] levou demasiados [indivíduos] a abandonar alternativas em busca dos prêmios máximos”. (SENNETT, 2009, p. 105. Grifos do autor)

Portanto, os “mercados em que o vencedor leva tudo” incuti socialmente nas mentes dos indivíduos a concepção difusa de que “você depende de suas capacidades para vencer”, esta primazia meritocrática mediada pelo risco. No fim e a cabo, leva diversos indivíduos ao fracasso, pois o vencer e perder, está para além de capacidades ideologicamente incutidas. Na verdade, tal perspectiva amplia as posturas desengajadas, na busca por sucesso e/ou ganhos imediatos. Na atual fase capitalista as pessoas são levadas a colocarem como alicerces de suas vidas o risco. Como diz Sennett, o “risco é um teste de caráter; o importante é fazer o esforço, arriscar a sorte, mesmo sabendo-se *racionalmente* que se está condenado a fracassar” (SENNETT, 2009, p. 106). Em suma, a construção sociológica de Richard Sennett e de Zygmunt Bauman tornam legíveis processos difusos, ainda que pensados e calculados de forma consciente.

CONCLUSÃO

Em linhas gerais, no decorrer deste artigo busquei fazer uma reflexão crítica em torno das formulações sociológicas de Richard Sennett e de Zygmunt Bauman. Tendo privilegiado, como os materiais primordiais para a construção da reflexão em torno da deterioração do caráter pessoal e do desengajamento os livros *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo* e *Modernidade líquida*.

A legibilidade da corrosão do caráter pessoal (para ficarmos como a terminologia, de Richard Sennett) e, também, do desengajamento – primordialmente passa pela centralidade em que a organização do mundo do trabalho possui na formação das maneiras de se colocar no mundo. Na sua fase flexiva, os processos operados conscientemente pelos controladores dos mercados institucionalizaram formas cada vez mais desinteressadas, desengajadas, deterioradas etc., não somente, manifestadas no

mundo do trabalho. Pelo contrário, influenciando sobre os laços e relações mais particulares num convívio social mais amplo. Dito de outro modo, assim como no modo de organização laboral em sua fase pesada criou maneiras de se relacionar com o mundo, em sua fase leve, não foi diferente neste aspecto. Ainda que os danos psicológicos assumam um caráter mais destrutivo para o indivíduo afetado diretamente por esse mundo do trabalho cada vez mais ilegível para os que dele participam.

Estas transformações operadas no mundo do trabalho, além de gerarem uma enorme instabilidade emocional, onde sentimentos como *ansiedade*, *insegurança* e *incerteza* que, por fim, afetaram frontalmente o caráter pessoal e, por conseguinte, permitiram a consolidação de posturas desengajadas. Possibilitou um estado naturalizado de agravamento das desigualdades sociais – justificado, por assim dizer, pelos eufemismos justapostos do *risco* e *fracasso*, encarados por suas vítimas diletas como categorias explicativas do real estado de coisas. Impossibilitados de conhecer os reais causadores desses mosaicos de desgraças pessoais.

Grupos midiáticos e governos populistas de direita lucram politicamente com o desfoco de uma massa global espoliada que se auto culpabiliza. Ainda na década de noventa do século XX, o sociólogo alemão, Ralf Gustav Dahrendorf dizia que o século XXI poderia ser o século do autoritarismo (GEISELBERGER, 2019), pena que o poderia já deixou de ser uma possibilidade anti-iluminista e a cada dia que passa, consolida-se como uma realidade concreta de nossa modernidade radicalizada. Contudo, assim como de forma quase profética, Dahrendorf nos legou este valioso indicativo a mais de vinte anos atrás. Richard Sennett e Zygmunt Bauman por meio de seus trabalhos robustos, linguagem atraente e acessível para os mais variados públicos, no mesmo século XX, tornaram legíveis os processos nocivos de um mercado radicalizado, leve e flexível, esguio à controles burocráticos que, em última análise, está na raiz da institucionalização dos sentimentos confusos, difusos e ambíguos que hoje materializam-se em Bolsonaro (no Brasil), Trump (nos Estados Unidos), Orbán (na Hungria), Salvini (na Itália), Jonson (no Reino Unido da Grã-Bretanha), e tantos mais.

Por tudo isso, a meu ver, os trabalhos do sociólogo estadunidense, Richard Sennett e do sociólogo polonês, Zygmunt Bauman são materiais primordiais para a compreensão das relações sociais na modernidade radicalizada que estamos inseridos.

Pois, por um lado, permite a legibilidade das fraturas sociais abertas conscientemente

pelos operadores dos mercados globais e os ganhos sociais de instâncias que não possuem forças para restaurar o enraizamento do capital novamente, então, dirigem-se o foco para outras esferas e garantem seus ganhos; por outro lado, permitem compreender também a maneira que esta nova configuração institucional do trabalho adentrou na vida das pessoas afetando seriamente suas qualidades emocionais, deteriorando o caráter pessoal e fazendo do desengajamento a forma preponderante de atuar num mundo social cada vez mais desregulamentado em toda sua dinâmica, cada vez mais tóxico para os seus indivíduos mais fragilizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Globalização – as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. **A riqueza de poucos beneficia todos nós?** Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

_____. **Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

FRIDMAN, Luis Carlos. **A “liquidez” contemporânea na obra de Zygmunt Bauman**. *TRIEB*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 29-46, 2018.

GEISELBERGER, Heinrich. Prefácio. *In*: APPADURAI, Arjun ... [et al.]. **A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los**. São Paulo: Estação liberdade, 2019.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

HONNETH, Axel. **Reificação: um estudo de teoria do conhecimento**. São Paulo: Ed. Unesp, 2018.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

_____. **A cultura do novo capitalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.



_____. **Autoridade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

O PENSAMENTO DE PAULO FREIRE E O ENSINO DE FILOSOFIA

Homero Santos Souza Filho¹⁰

RESUMO: Pretende-se, neste artigo, apresentar a relação entre o pensamento de Paulo Freire, em especial o pensamento desenvolvido na obra *Pedagogia da Autonomia*, e o Ensino de Filosofia. A intenção aqui é avaliar as possíveis contribuições que a pedagogia de Freire pode proporcionar para a reflexão e prática do ensino da Filosofia. Será verificada assim a compatibilidade entre essa pedagogia e as concepções mais recentes sobre o ensino, ou sobre a didática da Filosofia. Alguns dos “saberes para a prática educativa” propostos por Paulo Freire, como a superação da *curiosidade ingênua pela curiosidade epistemológica*, o “pensar certo”, o “inacabamento” do ser humano, entre outros, além de conceitos como o da “contextualização” são adequados e pertinentes para o ensino da filosofia, alinhando-se assim à concepção de que “ensinar filosofia é ensinar a filosofar”, e às funções comumente atribuídas a este ensino, como a formação para a cidadania e o desenvolvimento do pensamento crítico. Dessa forma, a pedagogia freiriana pode ser um importante referente teórico para o pensamento e prática do ensino de filosofia.

Palavras-chave: Educação; Ensino de Filosofia; Paulo Freire

PAULO FREIRE'S THOUGHT AND THE TEACHING OF PHILOSOPHY

ABSTRACT: We intend, in this work, to establish an approximation between the thought of Paulo Freire, especially that contained in the work *Pedagogy of Autonomy*, and Teaching of Philosophy. The intention here is to evaluate the possible contributions that the pedagogy of Freire may provide for the reflection and practice of the teaching of Philosophy. We will thus verify the compatibility between this pedagogy and the most recent conceptions about teaching, or about didactics of Philosophy. Some of the "knowledges for educational practice" proposed by Paulo Freire, such as the overcoming of *naive curiosity by epistemological curiosity*, "right thinking", the "unfinished" human being, among others, are aligned with the conception that "Teaching philosophy is teach philosophizing, "and the functions commonly attributed to the teaching of philosophy, such as training for citizenship, and the development of critical thinking.

Keywords: Education; Teaching Philosophy; Paulo Freire

INTRODUÇÃO

Apesar de tanto o legado de Paulo Freire quanto o ensino de filosofia estarem recebendo diferentes formas de ataques e rechaços, seja com calúnias, insultos, críticas infundadas, seja com mais uma exclusão na educação média e desvalorização na

¹⁰ Mestre em Filosofia pela Universidade de São Paulo – USP. Doutorando em Educação pela Universidade de São Paulo – USP. E-mail: homero.filho@usp.br
Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

Universidade - como vem acontecendo com a filosofia - ambos permanecem importantes para a defesa e luta por uma sociedade mais democrática e tolerante¹¹. Talvez, exatamente por ambos os conteúdos serem fundamentais para o desenvolvimento e preservação de um, por assim dizer, espírito democrático, que setores obscurantistas e retrógrados da sociedade vêm constantemente perpetrando ações ofensivas contra eles.

Não há como negar a importância do pensamento de Paulo Freire para a Educação em geral. São inúmeras as contribuições que a Pedagogia, e Filosofia da Educação, desenvolvidas por ele, podem nos trazer para pensarmos as práticas de ensino de qualquer campo do conhecimento, visto que seu pensamento ainda permanece atual. Lembram-nos, por exemplo, Fernanda Silva de Oliveira e Lúcia Helena A. Leite que “a atualidade do pensamento de Paulo Freire vem sendo afirmada pela multiplicidade de experiências que se processam tendo o seu pensamento como referência, em diferentes áreas do conhecimento, no Brasil e internacionalmente” (OLIVEIRA e LEITE, 2012, p. 53).

Dessa forma, este artigo procura analisar como que este fecundo pensamento pedagógico pode consistir, por assim dizer, numa importante “ferramenta” para o caso específico do ensino de filosofia, fornecendo assim consideráveis contribuições para as práticas de ensino desse tipo de conhecimento (a filosofia) na Educação secundária. Pois, apesar de a Filosofia como disciplina ter deixado de ser considerada disciplina obrigatória no Ensino Médio, como constava na Lei Nº 11.684 de 2008, a atual Lei do Ensino Médio, Lei Nº 13.415, incluí como obrigatório os estudos e práticas de filosofia, além de educação física, arte, sociologia (BRASIL, LEI Nº 13.415, Art. 35-A, §2). Mesmo havendo essa perda de relevância da Filosofia enquanto disciplina, ela ainda está presente no Currículo do Ensino Médio, o que nos leva a pensarmos sobre o seu ensino, tanto no que diz respeito às didáticas adequadas para o ensino da Filosofia,

¹¹ Quanto aos ataques e xingamentos sobre Paulo Freire, esses podem ser vistos nas seguintes reportagem e Coluna do site Uol, lamentavelmente perpetrados pelo atual ocupante da Presidência da República: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/12/18/quem-e-paulo-freire-educador-brasileiro-que-virou-alvo-de-bolsonaro.htm>, e a Coluna de Leonardo Sakamoto <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2019/12/16/bolsonaro-chama-educador-de-burro-para-ocultar-seu-governo-ruim-na-educacao.htm>. Já o “ataque” sofrido pela Filosofia na Universidade, também realizado pelo Governo da República, trata-se de uma declaração que sugere a intenção de reduzir investimentos nos cursos de Filosofia e Sociologia, como pode-se constatar na seguinte reportagem <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2019/04/filosofia-nao-serve-para-nada-governo-bolsonaro-reduzira-investimento-em-cursos-de-filosofia-e-sociologia>.

quanto aos propósitos do seu ensino. Com isso, pretendemos reafirmar a importância da Filosofia como matéria indispensável para os estudos, além de buscar os meios mais propícios para fazê-la cumprir seu papel formador do ser-humano, desenvolvendo nele, por exemplo, o senso crítico e o pensamento autônomo.

Ora, dada a indiscutível relevância, originalidade e perenidade do pensamento de Paulo Freire, certamente este tem muito a nos dizer para que possamos refletir sobre a educação filosófica. Além disso, verificamos haver uma significativa compatibilidade, ou proximidade entre algumas concepções de Paulo Freire com as mais recentes concepções sobre o Ensino de Filosofia. Este texto partirá, entretanto, da análise e comparação entre os propósitos, ou objetivos atribuídos ao ensino de Filosofia no Brasil¹² com os objetivos da educação concebidos e defendidos por Paulo Freire, e depois analisará se há compatibilidade entre as concepções de Freire e as recentes produções sobre o Ensino da Filosofia.

OS OBJETIVOS DO ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL E OS DA EDUCAÇÃO DE PAULO FREIRE

Os objetivos e funções atribuídos à Filosofia e ao seu ensino, com o intuito de justificar sua inserção nas escolas brasileiras, provenientes das políticas-públicas educacionais, expressam certos discursos produzidos por movimentos pedagógico-políticos. Esses movimentos foram protagonistas na recente trajetória do Ensino de Filosofia no Brasil que resultou na Lei nº 11684 de 2008, a qual tornou obrigatória a Filosofia nas escolas brasileiras. É dessa forma então que se estabeleceram determinados discursos sobre quais deveriam ser os objetivos da Filosofia na educação brasileira. Assim, como afirma Elisete M Tomazetti sobre um desses importantes movimentos, os Simpósios Sul-Brasileiro sobre Ensino de Filosofia: “os discursos eram hegemônicos com respeito à importância da aprovação da obrigatoriedade da disciplina no currículo escolar brasileiro, (...) ressaltando sua condição de promover mudanças que efetivariam uma *formação crítica, ética e cidadã* dos jovens alunos” (TOMAZETTI, 2012, p. 89).

¹² Será analisada também a compatibilidade entre os objetivos do ensino secundário de filosofia na Argentina com o pensamento de Paulo Freire, mais adiante.

Esses discursos, produzidos nos anos de 2000, retomavam em certa medida as justificativas estabelecidas pela LDB 9394/96, sobre a tarefa geral da Educação Média, e na qual devem fazer parte os conhecimentos de Filosofia e Sociologia. Assim, como foi observado também no Parecer CNE/CEB nº 38/2006:

Não é demais destacar que, na ótica da LDB, os conhecimentos de Filosofia e Sociologia são justificados como “necessários ao exercício da cidadania” (artigo 36, § 1o, inciso III, da Lei nº 9.394/96). Com os demais componentes da Educação Básica, devem contribuir para uma das finalidades do Ensino Médio, que é a de “aprimoramento comopessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual edo pensamento crítico” (art. 35, inciso II, da LDB). E devem, ainda, mais especialmente, seguir a diretriz de “difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos edeveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática” (art. 27, inciso I, da LDB).

O estudo da Filosofia, portanto, tem como objetivos gerais, segundo os documentos oficiais e os discursos produzidos em defesa da Filosofia no Ensino Médio no Brasil, a promoção da cidadania, o “aprimoramento da pessoa humana, a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”. Ora, esses são os objetivos de toda “educação progressista”, como é o caso da educação idealizada por Paulo Freire, sobretudo na obra *Pedagogia da autonomia*. Essa finalidade dos componentes da Educação Básica, e entre eles está a Filosofia, é de certa maneira a mesma defendida por Freire.

A educação visa o “aprimoramento da pessoa humana” para Paulo Freire porque ela se confunde com o processo de humanização, estando assim ligada à vocação ontológica dos seres humanos de se humanizarem, o que significa uma busca constante dos seres humanos por “ser mais” (FREIRE, 2017). Nós seres humanos, segundo Freire, somos seres “inacabados”, inconclusos, sempre inventando e reinventado assim a nossa existência por meio da linguagem, da cultura, da comunicação (FREIRE, 2008). É neste caso que ter consciência do nosso “inacabamento”, é um saber “fundante” da prática educativa, pois a educação, num sentido amplo, envolve a conscientização do nosso inacabamento, visto que, segundo o educador:

É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e

homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade. É também na inconclusão de que nos tornamos conscientes e que nos insere no movimento permanente de procura que se alicerça a esperança (FREIRE, 2008, p. 58).

Desse modo, por fundar-se na “*inconclusão*” dos seres humanos e ser o processo de tomada de consciência dela, podemos observar aí a educação como o “aprimoramento da pessoa humana”, da consciência da invenção da existência num movimento permanente que caracteriza nosso inacabamento. É neste movimento que se realizam todas as invenções humanas, que se produzem os conhecimentos e a cultura, constituindo assim a educação. Nas palavras de Freire: “especificamente humana a educação é gnosiológica, é diretiva, por isso política, é artística e moral, serve-se de meios, de técnicas, envolve frustrações, medos, desejos” (Ibidem, p. 70).

Pela perspectiva freiriana, podemos afirmar ainda que a educação visa o “aprimoramento da pessoa humana”, por exemplo, quando Freire exige como um dos saberes necessários à prática educativa “o reconhecimento e assunção da identidade cultural” por parte do educando, e que deve ser promovido então pelo educador. Pois, segundo o autor: “uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se” (Ibidem, p. 41). Essa assunção do sujeito deve ser de maneira plena, pois ele deve “assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar” (Ibidem, p. 41).

A consciência do nosso inacabamento é o que exige, por sua vez, a nossa formação ética, tanto para os educadores quanto para os educandos. Pois, segundo Freire, essa consciência da nossa “*inconclusão*” nos fez seres responsáveis, daí o estado de “*eticidade*” da nossa presença no mundo, e importa a nossa formação ética porque podemos infringir essa “*eticidade*”. O mundo que construímos e humanizamos, segundo Freire, impõe a nós uma educação ética:

O mundo da cultura que se alonga em mundo da história é um mundo de liberdade, de opção, de decisão, mundo de possibilidade em que a decência pode ser negada, a liberdade ofendida e recusada. Por isso mesmo a

capacitação de mulheres e de homens em torno de saberes instrumentais jamais pode prescindir de sua formação ética (FREIRE, 2008, p. 56).

É por essa razão que educar, para Freire, é “substantivamente formar”, e esse “caráter formador” da educação é o que há de fundamentalmente humano nela, visto que, segundo o autor: “se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando”(Ibidem, p. 33).

Já o “desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”, esses são as finalidades da educação “democrática, libertária, e progressista” de Paulo Freire que, talvez, mais a caracteriza e que faz dessa educação uma oposição à educação tradicional “bancária” e desumanizadora. A autonomia do educando é certamente uma das principais preocupações freirianas. Não por acaso, o autor postula como um primeiro saber necessário à formação docente o de que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 2008, p. 47). Ensinar aqui é, portanto, não só o abandono como a superação da concepção “bancária” da educação, denunciada por Freire na *Pedagogia do oprimido*, e a qual entende a educação como “o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos” (Idem, 2017, p. 82).

Na educação progressista, por sua vez, educador e educandos constroem o conhecimento a partir dos saberes dos educandos (o “saber de pura experiência feito”), do reconhecimento, sobretudo por parte do educador, de que ambos, educador e educandos, ensinam e aprendem. Essa educação deve se realizar ainda numa relação horizontal e por meio do diálogo. A autonomia do educando e o desenvolvimento do seu pensamento crítico são as condições necessárias para a efetivação da aprendizagem, e essas condições provém ainda da consciência de que um verdadeiro processo educacional, horizontal e, portanto, democrático, não deve se reduzir a uma simples “transferência de conhecimentos”. O educando precisa estar consciente disso para o seu aprendizado crítico e autônomo:

Faz parte das condições em que aprender criticamente é possível a pressuposição por parte dos educandos de que o educador já teve ou continua tendo experiência da produção de certos saberes e que estes não podem a eles, os educandos, ser simplesmente transferidos. Pelo contrário, nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando

em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo (FREIRE, 2008, p. 26).

O desenvolvimento do pensamento crítico, para Paulo Freire, consiste num processo, não de ruptura, mas de superação de uma condição nossa de “curiosidade ingênua”, caracterizada pelo senso comum que é o saber de “pura experiência feito”, para uma condição de “curiosidade epistemológica”. Na perspectiva freiriana, a curiosidade é uma característica da natureza humana e está ligada a nossa consciência de que somos “inacabados”, o que nos conduz a um movimento permanente de busca (FREIRE, 2008). É por essa razão que numa educação progressista e humanística o professor deve estimular essa curiosidade inata por meio do diálogo, de perguntas e “reflexão crítica sobre a própria pergunta”, visto que, segundo Freire: “o fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles (...) é *dialógica*, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve”(Ibidem, p. 86). O que significa que professor e alunos se assumam *epistemologicamente curiosos* (Ibidem). É nesse sentido que, por assim dizer, o trabalho do professor deve se debruçar fundamentalmente sobre a curiosidade do aluno, exercitá-la¹³, pois, como enfatiza Freire “é preciso, indispensável mesmo, que o professor se ache ‘repousado’ no *saber* de que a pedra fundamental é a curiosidade do ser humano”(Ibidem, p. 86). Pois, continua o autor “é ela que me faz perguntar, conhecer, atuar, mais perguntar, *reconhecer*” (Ibidem, p. 86):.

A “curiosidade epistemológica”, na perspectiva de Freire, é o desdobramento da “curiosidade ingênua”, que seria a condição primeira da curiosidade humana, mas que, “*criticizando-se*”, isto é, aproximando-se cada vez mais metódica e rigorosamente do objeto cognoscível, torna-se curiosidade epistemológica (Ibidem, p. 31). Essa curiosidade, portanto, é a dos “cientistas e filósofos”, pois é a mesma dos camponeses, segundo o relato do autor, mas que se abre mais ou menos espantada diante dos “não-eus”, curiosidade com que aqueles “admiram o mundo”, e assim, segundo o Freire (Ibidem, p. 31): “os cientistas e os filósofos superam (...) a ingenuidade da curiosidade do camponês e se tornam epistemologicamente curiosos”.

¹³ Segundo Paulo Freire (2008, p. 87): “O exercício da curiosidade a faz mais criticamente curiosa, mais metodicamente ‘perseguidora’ do seu objeto. Quanto mais a curiosidade espontânea se intensifica, mas, sobretudo, se ‘rigoriza’, tanto mais epistemológica ela vai se tornando”.

Pode-se inferir assim que os objetivos ou finalidades que se esperam para a Educação Básica e, conseqüentemente, para a disciplina ou para os estudos da Filosofia, coincidem com os objetivos visados por Paulo Freire na sua concepção de educação progressista, democrática e humanística.

Essa proposta educacional de Freire consiste numa educação que, ao visar àquelas finalidades acima, tem por objetivo a formação científica e filosófica do educando, ocupando-se fundamentalmente com o desenvolvimento da curiosidade epistemológica. Curiosidade que caracteriza uma postura científico-filosófica para com o mundo.

Encontramos aqui um dos motivos que nos leva a afirmar que o pensamento pedagógico de Freire é compatível com o que se espera do ensino da Filosofia. Entendemos ser de considerável contribuição para a reflexão e para a prática do ensino de Filosofia, pois sua pedagogia almeja a formação crítica e plena de todos os sujeitos da educação (educador e educandos), o que se exige então, entre outras formações, como a ética, uma formação científica e filosófica de todos.

Filosofar para Freire, recordemos aqui, é uma das atividades específica de nossa existência; é uma de nossas marcas que nos insere no mundo, pois, de acordo com o educador: “estar no mundo sem fazer história, (...), *sem filosofar*¹⁴, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível” (FREIRE, 2008, p. 58).

O ENSINO DE FILOSOFIA NA ARGENTINA E A PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE

Essa compatibilidade entre os objetivos esperados para o ensino de filosofia no Brasil e o pensamento de Paulo Freire, na verdade, transcende as fronteiras brasileiras. Em outros países da América Latina também coincidem esses objetivos e concepções como, por exemplo, ocorre na Argentina. Na verdade, a pedagogia de Freire tornou-se, desde o século XX, uma importante referência para o ensino de filosofia na educação secundária argentina.

¹⁴ Grifo nosso.

No pequeno artigo que relata uma pesquisa sobre a matéria de Filosofia nos Liceus *polimodais* da Argentina “*Argentine: laphilosophieenlycéeepolymodal, présentation d’unmanuel pour les 15-16 ans*”¹⁵, as autoras Marie Agostini e Marisa Divenosa apontam a influência que o pensamento pedagógico de Freire ocasionou no ensino de filosofia nesses Liceus argentinos. Com essa pesquisa, as autoras têm por objetivo mostrar como se organiza o ensino de filosofia, quais são seus princípios didáticos e qual é a metodologia proposta para ensinar a filosofia aos adolescentes de 15 a 16 anos. Para tanto, as autoras tomaram como material para a análise os manuais escolares produzidos para os Liceus *Polimodais*, e escritos por Ivana Costa, professora de filosofia na UBA (Universidade de Buenos Aires), e pela própria autora do artigo Marisa Divenosa. As autoras não deixaram de destacar, no artigo, a importância de Paulo Freire para o ensino de filosofia em toda a América Latina, estando assim relacionado com as novas abordagens neste ensino. De acordo com as autoras: “Desde 1980, os trabalhos de Paulo Freire não cessaram de inspirar novas perspectivas para o ensino de filosofia na América Latina” (2008, p. 1).

Analisando a pedagogia de Paulo Freire, as autoras explicam então que essa, chamada de “pedagogia da libertação”, consiste essencialmente em desenvolver o espírito crítico e cívico no educando, por meio da “contextualização” do conhecimento. O que significa dizer que o conhecimento deve estar sujeito às exigências práticas da vida cotidiana, e à compreensão da realidade. Partindo do pressuposto de que, como cada cidadão deve participar da vida política, é essencial que a educação lhe forneça meios para participar dela. Assim, a aprendizagem na escola deve ter, portanto, uma destinação eminentemente concreta, bem como ética e existencial. Essa pedagogia se apresenta assim como pertinente, se não decisiva, para o ensino de filosofia. Pois, de acordo com as autoras:

Os trabalhos de Paulo Freire nos permitem compreender o sentido do ensino de filosofia no Liceu Polimodal. Com efeito, o ensino de “filosofia” não consiste em transmitir uma soma de conhecimentos relativos à história da filosofia. Conforme a pedagogia de Freire, o conhecimento é “contextualizado”, isto é, sujeito à educação. Este ensino se propõe, portanto, abordar os problemas sociais de maneira crítica, por meio de reflexões pelas

¹⁵ “Argentina: a filosofia no liceu polimodal: apresentação de um manual para os alunos de 15 a 16 anos”. Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

quais certos conhecimentos, de todo horizonte possível, possam ser expostos e mobilizados.

Vale ressaltar que a influência do pensamento pedagógico de Paulo Freire não se restringiu ao ensino de filosofia na América latina. Pelo contrário, tanto a pedagogia freiriana quanto o consagrado “método Paulo Freire” de alfabetização se fazem presentes em diferentes modalidades e iniciativas na área da educação em todo continente americano.

A “CONTEXTUALIZAÇÃO” NA APRENDIZAGEM DO FILOSOFAR

Assim como o conceito de “contextualização” de Freire foi fundamental para a compreensão do sentido do ensino de filosofia, e para a elaboração dos manuais de filosofia nos liceus *polimodais* argentinos, ele também consiste num conceito cuja concepção de educação é importante para se pensar sobre a questão da progressividade da aprendizagem filosófica, isto é, da prática do “filosofar”.

Para refletir sobre a questão da “progressividade da aprendizagem do filosofar”, a professora Marie Agostini, no texto “*Progressivité de l'apprentissage du philosophe : les Essais de Montaigne*” (2011) toma como referência e analisa essa progressão nessa obra clássica de Montaigne. Agostini se apropria assim do conceito de “contextualização” de Paulo Freire, tal como ele o empregou no seu conhecido método de alfabetização para adultos, para elucidar a atitude filosófica em progresso nos *Ensaïos*.

A “contextualização” se expressa na etapa do “debate”, ou “discussão” entre os adultos neste método de alfabetização, a qual lhes permitem se inscrever numa aprendizagem de leitura numa perspectiva existencial própria de cada um. Neste caso, eles preenchem, por assim dizer, cada conceito, nesta prática, com um sentido ou significado pessoal. Assim, como observa Agostini, a “contextualização” designa precisamente nesse esforço do educador de tomar o aprendiz, com os seus interesses, como centro e ponto de partida para a educação, construindo a partir daí um caminho em direção a outros saberes. Tal procedimento da contextualização foi, de acordo com Agostini, empregado por Montaigne nele próprio nos *Ensaïos*, pois: “cada ensaio é motivado apenas pela curiosidade do próprio Montaigne, inspirado por fatos que podem

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

parecer triviais, e que o são em sua origem, mas que o interpelam, e que ele deseja aprofundar por sua vontade” (AGOSTINI, 2011, p. 2). É aí que reside, segundo a autora, a condição do prazer em filosofar, isto é, na escolha do assunto a investir (Ibidem).

É importante lembrar que o procedimento da “contextualização” não se restringiu ao “método de alfabetização” criado por Paulo Freire. Pelo contrário, a contextualização também é uma prática indispensável, por exemplo, na sua proposta de “educação progressista” que visa à autonomia do educando, tal como ele a desenvolve, posteriormente, na *Pedagogia da autonomia* (2008). Um dos saberes propostos por Freire, nesta obra, é o de que “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos” (Freire, 2008). Isto é, a prática de ensinar não deve estar desvinculada dos saberes e do contexto do educando. A contextualização é, portanto, uma exigência para toda educação que se pretende transformadora. Por isso, Freire sugere: “por que não estabelecer uma ‘intimidade’ entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?” (Ibidem, p. 30). E por que não o fazer de maneira “filosófica”, similarmente ao que fez Montaigne nos seus *Ensaio*s?

PRODUÇÕES SOBRE O ENSINO DA FILOSOFIA E O PENSAMENTO DE PAULO FREIRE

Filosofar para Paulo Freire, como foi visto anteriormente, faz parte do nosso “estar no mundo”, isto é, o ato de filosofar é uma das atividades que compõem a nossa condição humana¹⁶. E essa atividade humana de “filosofar” vem sendo, por sua vez, desde algumas décadas, o objetivo central de várias produções teóricas sobre o ensino de filosofia, de modo que a questão agora, para muitos, não é mais ensinar filosofia, mas “ensinar a filosofar”. Esse deve ser o objetivo buscado pelo professor numa aula de filosofia, especialmente na Educação Média. Numa perspectiva freiriana, poderíamos dizer que, em tais produções, os autores procuraram combater um “ensino bancário da Filosofia”, que caracterizava o ensino de filosofia tradicional, substituindo-o por um

¹⁶Arriscaríamos dizer que, numa perspectiva freiriana, o ato de filosofar faz mais parte da natureza humana do que a aprendizagem da filosofia, ou de qualquer outro conhecimento, por mera assimilação de conteúdos.

ensino mais adequado aos propósitos da Filosofia, e ao público jovem, levando em consideração seu contexto¹⁷.

Essa reivindicação do “ensino do filosofar” encontra sua fonte de inspiração na própria filosofia com Kant¹⁸, para quem não se pode “ensinar filosofia, mas sim a filosofar”. Este enunciado de Kant tornou-se numa das principais referências dessa nova concepção sobre o ensino de filosofia direcionada para o aprendizado e prática do “filosofar”. Tal concepção está presente assim em algumas produções recentes sobre o Ensino de Filosofia, ou didática da Filosofia, no Brasil e em outros países.

Uma mudança de concepção sobre o ensino e sobre a didática da Filosofia começou então a ocorrer nas últimas décadas do século XX, por influência daquela passagem de Kant, mas também do que se pode chamar de “pedagogia moderna”, como a inspirada no construtivismo.

Alicerçado nas teorias pedagógicas, o ensino de filosofia, como objeto de reflexão, passou a ser pensado com o foco na aprendizagem do aluno. As propostas de ensino, ou de didática da filosofia visavam assim o exercício intelectual, realizado pelo aluno, e que consistiriam na “*atividade filosófica*”, ou no “*filosofar*”. Em outras palavras, o foco dos autores passou a ser o ensino-aprendizagem da prática do “*filosofar*”, e não mais o ensino voltado para o estudo da história da Filosofia, de modo linear e dividido em “correntes” filosóficas¹⁹.

De acordo com Joaquim Neves Vicente (1994), o pensamento sobre o ensino de filosofia passou por mudanças de paradigmas durante o século XX. Esses paradigmas se sustentavam em diferentes pedagogias, ou em autores do campo da psicologia. Vicente traça um breve panorama dessas mudanças de paradigmas na seguinte passagem:

¹⁷Em consonância a isso, encontramos a concepção marcante do Simpósio Sul-Brasileiro sobre Ensino de Filosofia, mas também de muitos outros agentes em defesa da Filosofia na Educação Básica, que é a de que “Ensinar Filosofia é ensinar a filosofar” (TOMAZETTI, 2012). Este enunciado foi fundamental para o discurso de legitimação da Filosofia na escola. Como destacou Tomazetti (2012, p. 95): “a entrada e a permanência na ordem do discurso que legitimou a importância da Filosofia e de seu retorno às escolas tiveram, então, como corolário, a afirmação (...) – ‘ensinar Filosofia é ensinar a filosofar’”.

¹⁸A concepção do filósofo Immanuel Kant, tornou-se uma referência filosófica frequente nas propostas de um ensino do filosofar. Todos os autores que defendem o ensino-aprendizagem do filosofar retomam, direta ou indiretamente, algumas passagens de Kant sobre o ensino de filosofia, a fim de fundamentar seu ponto de vista sobre o ensino do filosofar. Uma dessas passagens se encontra na *Crítica da Razão pura*, na qual o autor afirma: “Só é possível aprender a filosofar, ou seja, exercitar o talento da razão, fazendo-a seguir os seus princípios universais em certas tentativas filosóficas já existentes, mas sempre reservando à razão o direito de investigar aqueles princípios até mesmo em suas fontes, confirmando-os ou rejeitando-os” (KANT, 1988, tomo II, p. 239).

¹⁹O que chamamos aqui de “ensino ou educação bancária” da filosofia.

A centração²⁰ da aprendizagem do filosofar nos processos cognitivos e nas destrezas intelectuais, praticamente à margem dos conteúdos, encontra o seu suporte teórico no *paradigma cognitivo* (J. Piaget, J. Bruner, D. Ausubel, E. Eisner e outros) que veio substituir, nos anos 70, o *paradigma condutista* (B. Bloom e “Pedagogia por Objetivos”), vigente nos anos 60 e centrado nos comportamentos e resultados esperados, paradigma que havia substituído, por sua vez, o *paradigma tradicional* (centrado nos conteúdos) (VICENTE, 1994, p. 410).

Houve assim uma transição de paradigmas sobre o ensino de filosofia que procuraram superar o paradigma tradicional que era “conteudista”, isto é, centrado na história da Filosofia, nos filósofos com seus respectivos conceitos e teorias, que deveriam ser transmitidos aos alunos, e conseqüentemente “assimilados” por eles.

Essa “mudança de perspectiva” sobre o ensino de filosofia também foi abordada pelo professor e filósofo argentino Alejandro Cerletti em seus trabalhos escritos dedicados em pensar o ensino da filosofia. Num desses escritos, Cerletti (2003) observa que houve mudanças, nos últimos anos, no pensamento sobre o ensino de filosofia, transitando, por assim dizer, de uma concepção tradicional de se pensar a prática do ensino de filosofia, isto é, o modo mais comum de se entender o ensino de filosofia para uma concepção e defesa da perspectiva de “ensinar a filosofar”. Ele observa ainda que dessa perspectiva do “ensinar a filosofar”, houve, por assim dizer, uma espécie de salto, ou deslocamento para um “ensino filosófico”²¹.

Havia, então, antes dos desdobramentos dessa mudança de perspectiva²², segundo Cerletti, um suposto pedagógico trivial na concepção tradicional do ensino de filosofia, uma espécie de “senso comum” constituído em torno do ensinar filosofia, e certamente constituído em outros conhecimentos também. Defendia-se aqui a concepção de que, como resume Cerletti:

²⁰ Palavra do léxico da língua portuguesa de Portugal.

²¹ Nas palavras de Cerletti: “Nos últimos dez anos aproximadamente, houve toda uma série de trabalhos relativos à didática da filosofia que avançaram um pouco mais, e hoje poderíamos dizer que é quase ponto pacífico afirmar que o que se trata é, sobretudo, e para muitos o fundamental, ‘ensinar a filosofar’. Poderíamos também dizer que se deu uma volta a mais sobre a questão e que devemos falar de um ‘ensino filosófico’” (CERLETTI, 2003, pp. 64-65). Para ele, essa mudança foi fundamental, merecendo assim ser apreciada, pois consiste numa transformação no modo de pensar a didática da filosofia.

²² Do “ensino de filosofia” para a perspectiva do “ensinar a filosofar” (CERLETTI, 2003).

(...) há alguém que “sabe” algo e alguém que não o sabe; de alguma maneira aquele que sabe “passa” (basicamente ‘explica’) ao que não sabe certos “conteúdos” de seu saber e, em seguida, corrobora se essa passagem foi de fato efetivada, isto é, constata que aquele que não sabia “aprendeu”. E assim, por etapas graduais e sucessivas, o aluno, com a ajuda de um mestre ou de um professor, passa do não saber ao saber (CERLETTI, 2009, p. 15).

Não é difícil observar que essa concepção tradicional sobre o ensino de filosofia correspondia, em muito, com a concepção geral e também tradicional de educação, a qual Freire vai denominar de “educação bancária”, e que vai ser criticada e combatida por ele na *Pedagogia do oprimido* (2017)²³. Freire afirma, por exemplo, que “na visão ‘bancária’ da educação, o ‘saber’ é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber” (FREIRE, 2017, p. 81).

Nesta concepção da “educação bancária”, segundo Freire, a tônica da educação é a narrativa pela qual o educador “enche” os educandos com os conteúdos de sua narração. Aqui a realidade se apresenta como algo parado, estático, compartimentado e bem-comportado, o que tende a tornar os conteúdos alheios à experiência existencial do educando e, dessa forma, a palavra se esvazia de sua dimensão concreta, transformando-se em “verbosidade alienada e alienante”. Isto é, a educação se torna, neste caso, um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante, e ainda perpetua a alienação e a opressão sobre os educandos (Ibidem).

Essa concepção elaborada por Freire consiste, portanto, numa importante referência para a identificação e superação de um “ensino bancário de filosofia”, isto é, do ensino de filosofia tradicional que se caracteriza, basicamente, pela prática de depositar “conhecimentos” e informações da história da filosofia aos alunos. Trata-se assim de uma “ferramenta” para que o professor de filosofia, no Brasil, mas também em outros países como foi o exemplo da Argentina, avalie os “danos” dessa prática tradicional de ensino de história da filosofia, e transforme, dessa forma, sua prática pedagógica.

²³ O próprio Cerletti aponta na passagem citada acima, em nota, essa correspondência entre a concepção tradicional de ensino com a “educação bancária”. Ele observa que o filósofo Jacques Rancière havia se encarregado de desnaturalizar aquela concepção tradicional de ensino, assim como o fez também Paulo Freire, desde um outro ponto de vista, com a sua caracterização da “concepção bancária da educação” (Cerletti, 2008).

Mas, há também correspondências entre essa mais recente perspectiva do ensino de filosofia, centrada agora no aprendizado do *filosofar*, com a “educação progressista”, ou “*problematizadora*”, concebida por Freire. O pensamento de Freire, até por conta do seu caráter propositivo, consiste também numa importante referência para as práticas críticas e “problematizadoras” dos paradigmas do “ensinar a filosofar”, ou do “ensino filosófico”, como nos indica a relação, já abordada aqui, entre a “contextualização” e a prática filosófica de Michel Montaigne.

A respeito da diferença entre a “educação bancária” e a educação que consiste numa prática “*problematizadora*”, podemos destacar que, como escreveu Freire:

Enquanto na prática “bancária” da educação, antidualógica por essência, por isto, não comunicativa, o educador deposita no educando o conteúdo programático da educação, que ele mesmo elabora ou elaboraram para ele, na prática problematizadora, dialógica por excelência, este conteúdo, que jamais é “depositado”, se organiza e se constitui na visão do mundo dos educandos, em que se encontram seus temas geradores (FREIRE, 2017, p. 142).

Este texto irá comparar agora uma das propostas para o ensino de filosofia na educação secundária cujo foco é o ensino-aprendizado do “filosofar” com algumas concepções de Paulo Freire. Trata-se de uma proposta de didática da Filosofia desenvolvida pelo filósofo e didático francês Michel Tozzi, o qual foi considerado um dos primeiros autores a elaborar uma “didática do filosofar”.

Partindo do princípio democrático da “filosofia para todos”, Tozzi vem produzindo, desde o final dos anos 80, inúmeros trabalhos sobre diferentes questões, ou temas relativos ao ensino de filosofia. Um dos temas mais tratados pelo autor foi o da didática da filosofia. Mais precisamente, Tozzi tem se esforçado em pensar e propor procedimentos didáticos que democratizem o aprendizado filosófico, isto é, que possam fazer com que todos os alunos da “escola de massa” sejam iniciados na reflexão filosófica. Esse autor tem se dedicado, assim, em delinear uma didática da filosofia, apresentando diferentes procedimentos, ou exercícios didáticos que funcionem como “ferramentas” (*outils*) para ajudar os “novos alunos” do ensino secundário, caracterizados por sua heterogeneidade social e cultural, a se iniciarem na reflexão filosófica. Trata-se, portanto, de uma didática que deve ser adequada a esse público

específico, levando em consideração sua diversidade e, por assim dizer, déficit de formação, mas também sem perder de vista as exigências próprias da reflexão filosófica.

Para atender a essa dupla exigência política e filosófica²⁴, Tozzi recorre ao campo da pedagogia e da didática, mais especificamente, às chamadas “ciências da educação”, como “referentes teóricos” para a elaboração dos seus procedimentos e exercícios didáticos. O autor defende e propõe, neste caso, uma articulação entre filosofia e pedagogia²⁵, isto é, entre seus “referentes teóricos” extraídos sobretudo das pesquisas sobre psicopedagogia, e sobre didática, e diferentes referências filosóficas como um recurso fundamental para se alcançar o “ensino filosófico para todos”²⁶.

Assim, essa proposta didática tem como um dos procedimentos de caráter filosófico a prática da “problematização” de noções, ou questões filosóficas. Isto é, tal didática concebe a “prática problematizadora” como um dos procedimentos indispensáveis que compõem o “filosofar”. Com isso, essa didática elaborada por Tozzi se assenta, resumidamente, em duas proposições. A primeira delas defende que o ensino da filosofia na educação secundária deve ter por finalidade e objeto a “aprendizagem do filosofar” (TOZZI, 1993). A segunda consiste na concepção de que o “filosofar”, como processo do pensamento, pode didaticamente se declinar em três operações intelectuais, a saber: conceituar, problematizar e argumentar (Idem, ibidem); operações as quais Tozzi vai chamar de “objetivos-núcleos”. Estes podem ser entendidos como competências, ou capacidades que constituem o “filosofar”, e que, portanto, o aluno deve desenvolver no processo de ensino e aprendizagem do “filosofar”.

Ora, o “filosofar” com os alunos do ensino secundário, na hipótese didática de Michel Tozzi, exige a operação intelectual de “conceituar”, a qual tem como uma de suas vias a “abordagem crítica da opinião” do aluno, por meio do questionamento de sua representação espontânea, confrontando-a com seus colegas e professor (TOZZI, 1993). A operação de “conceituar” requer, portanto, o exercício do pensamento crítico

²⁴ Denominamos exigência política a de democratização do ensino filosófico, isto é, a de torná-lo acessível ao “novo público” do ensino secundário; e exigência filosófica a que diz respeito às características próprias do pensamento filosófico, como o de superar a opinião.

²⁵ Além dessa articulação entre filosofia e pedagogia, o ideal de uma educação democrática, no caso de Tozzi o da democratização do ensino de filosofia, já consiste num ponto de proximidade entre Tozzi e Freire. Como se sabe, Paulo Freire foi um educador que sempre pensou e defendeu uma educação e uma escola democrática. O livro *Professora sim, tia não* (1997) é, talvez, no qual Freire apresenta de maneira mais explícita sua defesa de uma educação democrática.

²⁶ Para se atingir assim a chamada “educação de massa”, que é a nova realidade da Educação no século XX.

do “aprendiz-filósofo”, juntamente com as operações de “problematizar uma questão” e “argumentar sobre uma dúvida ou tese”. Por fim, ambas as operações visam e constituem o exercício da atividade filosófica (o filosofar), isto é, consistem na elaboração de uma espécie de conhecimento novo e próprio do aluno.

É possível afirmarmos então que a “educação filosófica” de Michel Tozzi é também uma “educação gnosiológica”, similar à concebida por Paulo Freire, visto que há um foco na “construção e re-construção” do conhecimento, no caso, do conhecimento de caráter “filosófico”²⁷. Da mesma forma, essa educação visa também a “criticidade”, com a abordagem crítica sobre a opinião, e questionamento dos preconceitos, além disso visa também uma postura ética e dialógica. Observemos, dessa forma, a seguinte passagem de Tozzi (Idem, 1994, p. 12):

Um treinamento da argumentação para dominar as formas do raciocínio, voltar-se para a dúvida questionando seus preconceitos, fundar racionalmente o que é afirmado, descentrar-se do seu ponto de vista para apreender a lógica interna, e mesmo a parcela de verdade de seu interlocutor, responder com pertinência a uma objeção sólida, não é favorável para o aprendizado de um procedimento filosófico? Lembremos que esses exercícios apenas fazem sentido se finalizados por uma “ética comunicacional”: escutar o outro, permitir ser provocado em suas certezas para questionar sua opinião, buscar a verdade com o outro, tentar não vencer, mas convencer (a si primeiramente)²⁸.

Não se pode deixar de frisar que essa proximidade que há entre o pensamento de Paulo Freire e as recentes concepções de ensino, ou didática da Filosofia, como a “didática do filosofar” de Michel Tozzi se devem ao fato de ambos se situarem no contexto da “pedagogia moderna”, de onde vêm suas inspirações ou influências, isto é, das teorias pedagógicas desenvolvidas no século XX de bases cognitivistas ou construtivistas que ocasionaram, por assim dizer, uma espécie de revolução no modo de pensar a educação, e assim nas práticas de ensino de praticamente todos os campos do conhecimento.

²⁷ Há uma busca por uma produção filosófica por parte do aluno, nessa “didática do filosofar” proposta por Tozzi, assim como há uma produção de conhecimento almejada na prática educativa proposta por Paulo Freire. Pois, como este escreve na *Pedagogia da autonomia*: “Ensinar, aprender e pesquisar lidam com esses dois momentos do ciclo gnosiológico: o em que se ensina e se aprende o conhecimento já existente e o em que se trabalha produção do conhecimento ainda não existente” (FREIRE, 2008, p. 28).

²⁸ Tradução nossa.

No caso do ensino de filosofia, o autor argentino Guillermo Obiols traça essa relação entre as teorias pedagógicas do século XX com o ensino do filosofar²⁹. Assim, ao abordar as transformações que essas teorias ocasionaram, ele afirma que:

(...) ao longo do século XX, a partir de figuras como John Dewey ou dos estimuladores da “escola nova”, a pedagogia realizou uma crítica das ideias pedagógicas tradicionais que colocavam um estudante passivo que como extremidade de uma cadeia de transmissão deveria incorporar os conhecimentos dos livros e a palavra do professor. De forma complementar, as teorias construtivistas da aprendizagem, de Piaget em diante, enfatizaram que não se aprende vendo, mas perguntando, que a aprendizagem significativa supõe uma assimilação do real e uma reconstrução no sujeito dos conhecimentos anteriores (...). A pedagogia ativa e as teorias construtivistas da aprendizagem trasladaram-se às aulas com resultados diversos (OBIOLS, 2002, p. 112).

Paulo Freire, por sua vez, parte de pressupostos teóricos e concepções semelhantes, para não dizer as mesmas, das teorias construtivistas, como a de Jean Piaget, além de sua base teórica assentada no marxismo. Num estudo em que compara estes autores, Fernando Becker (BECKER, 2017) observa que para ambos, Freire e Piaget o ser humano se constrói afetiva, cognitiva, moral e socialmente. Na continuidade desse estudo comparativo, Becker confronta suas concepções, revelando-nos a proximidade teórica que há entre os autores:

As concepções epistemológicas desses autores têm base interacionista ou construtivista segundo a qual o conhecimento resulta de construções devidas à ação do sujeito, em níveis de progressiva complexidade, em interação com o mundo, a sociedade ou a cultura. Para Piaget, “Toda ênfase é colocada na atividade do próprio sujeito, e penso que sem essa atividade não há possível didática ou pedagogia que transforme significativamente o sujeito” (...); para Freire, “[...] o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações” (...). Ambos compreendem o sujeito humano como um organismo vivo, personificado num indivíduo que é gerador de ações e decisões, cujo estatuto é irredutível à totalidade social, embora seus limites temporais e espaciais sejam delineados pelo entorno cultural, histórico e social; sob o ponto de vista epistemológico, como sujeito (BECKER, 2017, pp. 10-11).

É numa concepção semelhante sobre o sujeito no processo educacional - para não dizer a mesma - que no século XX os autores das propostas de ensino de Filosofia deslocaram o foco de suas respectivas abordagens, como foi o caso de Michel Tozzi,

²⁹ Assim como abordou também Vicente, como podemos observar na citação mais acima.
Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

defendendo agora não propriamente o ensino da Filosofia, mas o processo de ensino-aprendizado da atividade filosófica, isto é, do *filosofar* empreendido pelo aluno, focando-se assim no sujeito (o aluno), compreendido como capaz não só de aprender como de “fazer filosofia”, ou seja, de “filosofar”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto procurou, em primeiro lugar, demonstrar o quanto o pensamento de Paulo Freire se aproxima e pode assim vincular-se a certas concepções sobre o ensino de filosofia, isto é, que o pensamento pedagógico e filosófico de Freire está em consonância com as mais recentes concepções de Ensino de Filosofia elaboradas a partir do século passado e cujo foco é o ensino-aprendizado do “filosofar”. Buscou-se, também, mostrar como que as finalidades da educação para Freire correspondem aos objetivos, ou finalidades que se esperam do ensino da Filosofia nas escolas brasileiras e latino-americanas.

Dessa forma, o intuito deste estudo comparativo foi também ressaltar as possíveis contribuições que a pedagogia de Paulo Freire pode trazer para a reflexão e para a prática do ensino da Filosofia. Entendemos que Freire se apresenta como um autor indispensável para o professor de Filosofia brasileiro, devido à heterogeneidade e às carências dos alunos, nas diferentes regiões do nosso país. Não há dúvida de que, com sua pedagogia progressista, visando à autonomia do educando, o desenvolvimento do pensamento crítico e a ética, Freire é um importante aliado da Filosofia na escola.

Por outro lado, não há dúvida também de que a Filosofia pode - e muito - contribuir para se pensar a educação, apresentando-se como, por assim dizer, uma “ferramenta” fundamental para se pensar o ensino, na sua teoria e na sua prática. É com os conhecimentos da Filosofia que, nós educadores, podemos pensar e aperfeiçoar nossa prática de ensino, como afirmou Paulo Freire (1997): “É desvelando o que fazemos desta ou daquela forma, à luz de conhecimento que a ciência e a filosofia oferecem hoje, que nos corrigimos e nos aperfeiçoamos. É a isso que chamo pensar a prática e é pensando a prática que aprendo a pensar e a praticar melhor”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

AGOSTINI, Marie; DIVENOSA, Marisa. *Argentine: laphilosophie en lycée polyvalent, présentation d'un manuel pour les 15-16 ans*. Diotime: Revue internationale de didactique de laphilosophie, 2008. Disponível em: <www.educ-revues.fr/DIOTIME/AffichageDocument.aspx?iddoc=38969>

AGOSTINI, Marie. *Progressivité de l'apprentissage du philosophe : les Essais de Montaigne*. Diotime: Revue internationale de didactique de laphilosophie, 2011. Disponível em: <www.educ-revues.fr/DIOTIME/AffichageDocument.aspx?iddoc=39595&pos=9>

BECKER, Fernando. **Paulo Freire e Jean Piaget: teoria e prática**. Revista Schème, Vol. 9, 2017. Disponível em: <www.marilia.unesp.br/scheme>

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 37ª Ed, 2008.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 64ª Ed, 2017.

_____. **Professora sim tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1997.

OBIOLS, Guillermo. **Uma introdução ao ensino da filosofia**. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

OLIVEIRA, Fernanda S. e LEITE, Lúcia Helena A. **A atualidade do pensamento de Paulo Freire e sua contribuição para a educação no Brasil**. Revista Paidéia, Belo Horizonte, n. 13, Ano 9, 2012.

TOMAZETTI. **Produção discursiva sobre ensino e aprendizagem filosófica**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 46, p. 83-98, out./dez. Editora UFPR, 2012.

TOZZI, Michel. *Contribution à l'élaboration d'une didactique de l'apprentissage du philosophe*. Revue Française de Pédagogie, 103, pp. 19-31, 1993. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/rfp_0556-7807_1993_num_103_1_1294>

_____. *Peut-on didactiser l'enseignement philosophique?* Disponível em: <www.philotozzi.com>

VICENTE, Joaquim N. **Subsídios para uma didática da filosofia**. Revista Filosófica de Coimbra, nº 6, pp. 397-412. 1994. Disponível em: <<http://www.saavedrafajardo.org/Archivos/Coimbra/06/Coimbra06-05.pdf>>

ANÁLISE DE UM CASO CLÍNICO DE TDAH E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO CONTEXTO FAMILIAR, SOCIAL E EMOCIONAL

Márcia Soares da Silva³⁰

RESUMO: O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um problema bastante comum e se caracteriza pela movimentação excessiva do indivíduo, falta de atenção, impaciência, impulsividade, distração, e isso lhe traz problemas de rejeição, baixa auto-estima e várias situações que, com a devida medida podem ser minimizadas ou mesmo eliminadas. Por isso, o TDAH é considerado o transtorno mais diagnosticado na atualidade e se apresenta como tema frequente e controverso na sociedade. Pois, os valores e significados que subjazem as concepções sobre este assunto se refletem no modo como as pessoas manejam a situação. Partindo dessas premissas, este estudo analisou um caso clínico de TDAH e suas consequências no contexto familiar, social e emocional salientando a complexidade do fenômeno ao abordar a diversidade de influências que o envolve. A metodologia foi através de entrevista narrativa para analisar a história de um jovem diagnosticado com tal transtorno. A partir daí, os resultados apontaram que, a percepção da família do jovem sobre o transtorno é individualizante, patologizante, e o conhecimento, inconsistente. Assim sendo, sugere-se que este tema seja debatido em maior profundidade, pois, devido à falta de informação, muitos pais passam por dificuldade de relacionamento com crianças com TDAH, bem como é possível imaginar o quanto as gerações anteriores devem ter sofrido, passando por situações difíceis sem ao menos ter consciência do distúrbio. Entretanto, um tratamento adequado supõe intervenção psicológica, pedagógica e médica, e técnicas de mudança de comportamento, que envolva todas essas áreas, incluindo o treinamento dos pais.

Palavras-chave: TDAH; Emocional; Família; Sociedade.

ANALYSIS OF A CLINICAL ADHD CASE AND ITS CONSEQUENCES IN THE FAMILY, SOCIAL AND EMOTIONAL CONTEXT

ABSTRACT: The Attention Deficit Disorder with Hyperactivity (ADHD) is a fairly common problem and is characterized by excessive movement of the individual, inattention, impatience, impulsivity, distractibility, and this brings problems of rejection, low self-esteem and various situations that, with proper measurement can be minimized or even eliminated. Thus, ADHD is considered the most commonly diagnosed disorder in the present and introduced himself as frequent and controversial issue in society. For the values and meanings underlying conceptions on this subject are

³⁰ Formada em Pedagogia, especialista em Educação Especial, Psicopedagogia, Pedagogia Empresarial e MBA em Gestão de Pessoas. Mestranda do curso de Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. E-mail: marciamga019@gmail.com.

reflected in how people deal with the situation. Based on these assumptions, this study analyzed a clinical case of ADHD and its consequences in the family context, emphasizing the social and emotional complexity of the phenomenon to address the diversity of influences that surrounds it. The methodology was through narrative interview to review the story of a young man diagnosed with the disorder. From there, the results indicated that the perception of the young family about the disorder is individualizing, pathologizing, and knowledge, inconsistent. Therefore, it is suggested that this issue be discussed in greater depth, by reason of the lack of information, many parents go through difficulties in relationships with children with ADHD, as well as you can imagine how previous generations must have suffered, from through difficult situations without even being aware of the disorder. However, proper treatment involves psychological intervention, educational and medical, and behavior change techniques, involving all of these areas, including parent training.

Keywords: ADHD; Emotional; Family; Society.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida, caracterizando-se por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade. É reconhecido oficialmente por vários países e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e em alguns países, como nos Estados Unidos, os portadores são protegidos pela lei quanto a receberem tratamento diferenciado na escola.

O TDAH é o transtorno mais comum em crianças e adolescentes encaminhados para serviços especializados, e ocorre em 3 a 5% das crianças, em várias regiões diferentes do mundo em que já foi pesquisado. E, em mais da metade dos casos o transtorno acompanha o indivíduo na vida adulta. Porém, muitos adultos com o transtorno nunca são diagnosticados porque seus sintomas predominantes são déficit de atenção, impulsividade e desorganização, ao invés da tradicional hiperatividade apresentada pelas crianças acometidas por esse transtorno. E, ao longo do crescimento, a hiperatividade diminui, enquanto que a desatenção permanece inalterada ou torna-se mais evidente à medida que aumentam a complexidade do trabalho escolar e as demandas profissionais.

Devido a esses argumentos, é que surgiu a idéia do presente tema “Análise de um caso clínico de TDAH e suas consequências no contexto familiar, social e

emocional” com o objetivo de analisar a história de um jovem diagnosticado com tal transtorno. Pois, apesar do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) atingir até 6% da população, o mesmo é ainda bastante desconhecido, inclusive por muitos profissionais da saúde, que acabam por tratar apenas das suas consequências.

O indivíduo que tem TDAH pode ser inteligente, criativo e talentoso, mas não consegue realizar todo seu potencial em função do transtorno. Nesse sentido, vale ressaltar que, a falta de diagnóstico e tratamento correto, conduz a grandes prejuízos à vida profissional, social, pessoal e emocional da pessoa portadora. E, sem tratamento, outros distúrbios podem associar-se ao quadro, a auto-estima fica cada vez mais comprometida e a pessoa vai se isolando do mundo.

TDAH: HISTÓRICO E CONCEITO

Segundo Rohde; Benczik (1999), em 1902, a ciência médica começou a notar pela primeira vez, crianças que apresentavam falta de atenção, impulsividade e hiperatividade à semelhança de adultos que haviam sofrido lesão cerebral no lobo frontal direito. Desde então, a deficiência teve vários nomes, como Disfunção Cerebral Mínima e Reação Hiperkinética da Infância.

Em 1980, o diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção foi realmente reconhecido no *Diagnostic and Statistical Manual, 3rd Edition* (DSM III) – o Manual de Diagnóstico da Associação Americana de Psiquiatria – também adotado no Brasil como referencial para diagnóstico dos problemas de saúde mental. A versão revisada de 1984 agregou o termo Hiperatividade, de modo que se tem hoje, oficialmente, o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (ROHDE, Benczik, 1999).

De acordo com Gotah (2001), crianças com TDAH não são incapazes de aprender, mas têm dificuldade na escola por causa da falta de organização, de atenção e da impulsividade. Algumas crianças com esse transtorno também apresentam realmente, um problema de aprendizagem, complicando ainda mais o diagnóstico e posterior tratamento. Um número significativo de crianças com TDAH – talvez em torno de 50% – jamais foi corretamente diagnosticado.

Crianças portadoras de TDAH não costumam apresentar, em sua rotina diária, sinais sérios de problemas emocionais. Entretanto, se não forem adequadamente diagnosticadas e tratadas, podem desenvolver dificuldades emocionais importantes, como problemas de comportamento, depressão e, até mesmo, abuso de substâncias químicas (GOTAH, 2001, p.5-6).

Mattos (2001) ainda complementa que, é comum dizer que, crianças, adolescentes e adultos que têm dificuldades de atenção, “vivem no mundo da lua”, isto é, parecem estar sempre pensando em outra coisa quando se fala com eles, quando estão estudando ou lendo, quando estão trabalhando, enfim, em uma grande variedade de situações. Na maioria dos casos, estas pessoas também são inquietas, que vivem trocando de interesses e planos e têm dificuldades em levar as coisas até o fim. Elas podem ter dificuldades na sua vida acadêmica, bem como na sua vida profissional, social, emocional e familiar. E, apesar de este problema ser muito frequente e causar vários problemas na vida do indivíduo, pode ficar muito tempo – ou até mesmo a vida inteira – sem ser diagnosticado e tratado de modo correto.

Porém, Mattos (2001) deixa claro que, o TDAH é um dos transtornos mais bem estudados na medicina e os dados gerais sobre sua validade são muito convincentes.

CAUSAS

Em 1990 o *New England Journal of Medicine* publicou o resultado de estudo feito por pesquisadores do Instituto Nacional de Saúde Mental que se tornou um marco. Dessa forma, técnicas avançadas de neuroimagem foram utilizadas para comparar o metabolismo do cérebro de adultos com e sem TDAH. O estudo documentou que adultos com TDAH utilizam glicose – a maior fonte de energia do cérebro – numa proporção menor que adultos sem TDAH. Esse metabolismo reduzido estava mais evidente na área do cérebro responsável pela atenção, escrita, controle motor e inibição de respostas. Esses estudos do metabolismo do cérebro, combinados com dados de outros estudos sobre histórico familiar e consequências de abuso de drogas, convenceram os pesquisadores que o TDAH é um transtorno neurobiológico, não provocado por um ambiente familiar caótico (GOTAH, 2001, p.6-7).

Não existe uma causa única perfeitamente estabelecida. Mas existem várias evidências que foram sendo acumuladas com as descobertas científicas das últimas décadas. Em 1º lugar sabemos que existe uma participação genética no transtorno. Quando se diz que uma determinada enfermidade ou transtorno sofre influência genética, não significa que todos os indivíduos daquela família, do lado materno ou paterno também sofram do mesmo mal. Significa apenas que a incidência do problema é bem maior naquela família do que seria esperado matematicamente pelo acaso (MATTOS, 2001, p.43).

Gotah (2001) também complementa que, fatores externos também chamados de ambientais já foram considerados muito importantes antigamente, o que valeu ao TDAH os nomes de lesão cerebral mínima e disfunção cerebral mínima. Esses nomes indicavam que embora houvesse um comportamento “orgânico” ou neurológico este era de pequena monta. Estes comprometimentos eram secundários a vários fatores que poderiam afetar o sistema nervoso do feto ou da criança, ainda em desenvolvimento.

E, Mattos (2001) ressalta que, já existiram teorias das mais variadas no que diz respeito a esses fatores, tais como: aditivos alimentares; excesso de açúcar na alimentação; luz fluorescente; deficiências de vitaminas; problemas na tireóide, entre outros. E, nenhuma delas revelou-se sólida o suficiente e todas foram abandonadas. Porém, alguns fatores ainda são considerados importantes, tais como problemas no parto, uso de cigarro e álcool durante a gravidez.

Segundo o Banco de Saúde (2010), o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade é uma disfunção crônica, herdada na grande maioria das vezes, daí sua presença desde a infância. Em menor grau há fatores do meio ambiente que podem estar relacionados ao TDAH, sendo:

- A nicotina de cigarros fumados pela mãe gestante bem como bebidas alcoólicas consumidas, podem ser causas significativas de anormalidades no desenvolvimento cerebral.
- Crianças expostas ao chumbo entre 12 e 36 meses de idade pode ser outro fator; e,
- Problemas neonatais como falta de oxigênio, traumas obstétricos, rubéola intra-uterino, encefalite, meningite pós-natal, subnutrição e traumatismo craniano são fatores que também podem contribuir para o surgimento do TDAH.

SINTOMAS DO TDAH EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

De acordo com o Banco de Saúde (2010), o principal sintoma do TDAH é a dificuldade em manter o foco da atenção e/ou manter-se quieto, estes sintomas podem se manifestar de diversas maneiras:

- As crianças com TDAH, em especial os meninos, são agitadas ou inquietas, frequentemente têm apelido de "bicho carpinteiro" ou coisa parecida.
- Na idade pré-escolar, estas crianças mostram-se agitadas, movendo-se sem parar pelo ambiente, mexendo em vários objetos.
- Mexem pés e mãos, não param quietas na cadeira.
- Falam muito e constantemente pedem para sair de sala ou da mesa de jantar.
- Têm dificuldades para manter atenção em atividades muito longas, repetitivas ou que não lhes sejam interessantes.
- São facilmente distraídas por estímulos do ambiente externo, mas também se distraem com pensamentos "internos", dando a impressão de estarem "voando".
- Nas provas, são visíveis os erros por distração (erram sinais, vírgulas, acentos, etc.).
- Pela falta de atenção, esquece recados ou material escolar, aquilo que estudaram na véspera da prova.
- Tendem a ser impulsivas (não esperam a vez, não lêem a pergunta até o final e já respondem, interrompem os outros, agem antes de pensar).
- É comum apresentarem dificuldades em se organizar e planejar aquilo que querem ou precisam fazer.
- Seu desempenho sempre parece inferior ao esperado para a sua capacidade intelectual.

Entretanto, quando os portadores de TDAH se dedicam a fazer algo estimulante ou do seu interesse, conseguem permanecer mais tranquilos. E, isto ocorre porque os centros de prazer no cérebro são ativados e conseguem dar um "reforço" no centro da atenção que é ligado a ele, passando a funcionar em níveis normais. Mas, o fato de uma criança conseguir ficar concentrada em alguma atividade não exclui o diagnóstico de TDAH, e este por sua vez, não se associa necessariamente a dificuldades

na vida escolar, é mais comum que os problemas na escola sejam de comportamento do que de rendimento.

SINTOMAS DE TDAH EM ADULTOS

Ainda segundo o Banco de Saúde (2010), muitos médicos desconhecem a existência do TDAH em adultos e quando são procurados por estes pacientes, tendem a tratá-los como se tivessem outros problemas. E, acredita-se que em torno de 60% das crianças com TDAH mantêm o quadro na vida adulta, porém, com sintomas em menor número. Entretanto, o TDAH não surge na vida adulta, é obrigatório demonstrar que o transtorno esteve presente desde criança. Sendo que, as manifestações comuns de adultos com TDAH são:

- Ter dificuldade de organizar e planejar suas atividades do dia a dia, como por exemplo, pode ser difícil determinar o que é mais importante dentre muitas coisas que tem para fazer, escolher o que vai fazer primeiro e o que pode deixar para depois.
- Ficar “estressados” quando se vêem sobrecarregados, pois assumem vários compromissos diferentes, por não saber por onde começar.
- Deixar trabalhos pela metade, interrompem no meio o que estão fazendo e começam outra coisa, só voltando ao trabalho anterior bem mais tarde do que o pretendido ou então se esquecendo dele.
- Ter dificuldade para realizar sozinho suas tarefas, principalmente quando são muitas, e o tempo todo precisa ser lembrado pelos outros sobre o que tem para fazer.
- Persistir nas tarefas também pode ser difícil para o portador de TDAH, que frequentemente “deixa as coisas pela metade”.
- Ter dificuldade em assistir uma palestra, ler um livro, sem que sua cabeça “voe” para bem longe perdida num turbilhão de pensamentos.

DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO

De acordo com o Banco de Saúde (2010), o diagnóstico do transtorno de déficit de atenção com hiperatividade é realizado pelo médico, em especial o psiquiatra, por meio de história clínica, testes e avaliações, como o questionários ASRS-18 e SNAP-Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

IV, exames complementares, tais como exames de sangue, avaliação da visão e audição, exames neurológicos e de imagens para descartar diagnósticos diferenciais.

O tratamento de crianças com TDAH supõe intervenção psicológica, pedagógica e médica, além de técnicas de mudança de comportamento. Uma abordagem que envolva todas essas áreas inclui: treinamento dos pais em controle do comportamento; um programa pedagógico adequado; aconselhamento individual e para a família quando necessário; medicamento, quando necessário (GOTAH, 2001, p.7).

O tratamento acima citado exige um esforço coordenado entre os profissionais das áreas médica, saúde mental e pedagógica, em conjunto com os pais. Esta é a chamada “Intervenção Multidisciplinar”, mas a maioria dos médicos indica o tratamento com medicamentos.

O Banco de Saúde também complementa que, o tratamento do TDAH deve ser combinado e integrado, por meio de medicamentos, orientação aos pais e professores, e técnicas específicas que são ensinadas ao portador. A medicação é parte muito importante do tratamento, pois, em 80% dos casos ajuda a pessoa a concentrar-se, a terminar suas tarefas sem interrupções, reduz a impulsividade e a agitação. E, os medicamentos mais comumente utilizados no Brasil são: Metilfenidato, Imipramina, Nortriptilina, Bupropiona, Clonidina.

De acordo com Mattos (2001), o *National Institute of Health dos E.U.A*, diz que, os estimulantes são a primeira escolha no tratamento de TDAH, menos que 90% de todas as crianças em tratamento para TDAH nos *E.U.A* fazem uso de estimulantes. Existem quase 200 estudos clínicos, que avaliaram mais de 6.000 crianças, demonstrando que 70% respondem com um único estimulante. Portanto, não existe nenhuma outra abordagem (psicoterapia, modificação do ambiente, orientação a pais e professores) que tenha a mesma eficácia dos medicamentos. Pois, quando o portador do TDAH está usando a medicação e sua produção de neurotransmissores regulariza qualquer outra abordagem que se use, os resultados são muito melhores do que se ele não usasse medicamentos.

Ainda segundo Mattos (2001), os medicamentos ajudam a normalizar os neurotransmissores enquanto estão sendo tomados; e se interrompidos volta tudo

novamente. É certo que com o passar do tempo os portadores do TDAH desenvolvem a capacidade de prestar mais atenção, administrar as deficiências pessoais, controlar o comportamento, porém, é importante lembrar que os remédios não curam o TDAH.

CARACTERIZANDO O ESTUDO DE CASO

O estudo de caso foi realizado através de entrevista narrativa com os pais de um jovem portador de TDAH, 19 anos, o qual será especificado como “A” no decorrer do estudo. Sendo que, atualmente “A”, trabalha como entregador de água natural do Paraná, e no momento, reside em Curitiba-PR.

As dificuldades de “A” começaram desde o seu nascimento, sendo que, a gravidez não foi desejada, pois os pais eram jovens e não pretendiam se casar tão cedo. Logo, “A” nasceu apresentando o quadro de “fissura de palato” e com o “pés tortos”, o que gerou uma grande preocupação familiar, já que era difícil lidar com uma criança que tinha muita dificuldade para mamar, tudo isso aliado à inexperiência de seus pais, sendo a mãe com 18 anos de idade e seu pai com 17.

Aos quatro anos de idade “A” ganhou uma irmã, onde às vezes reclamava que tudo era para ela, e que ela era perfeita.

No contexto escolar, nas primeiras letras não apresentou dificuldades no aprendizado, mas sempre foi inseguro, às vezes irritado, choro fácil, etc. Os pais o definiam como uma criança com muita energia, porém, semelhante às demais de sua idade.

Mas, “A” foi crescendo com idas à cidade de Bauru-SP para recompor a fissura de palato, e devido os pais terem muita pena dele, o mesmo foi sendo criado com poucos limites.

Aos 12 anos “A” foi diagnosticado com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade e tomou o medicamento “Ritalina” por um bom tempo, mas os pais não se preocuparam em manter o tratamento, devido à falta de conhecimento sobre o TDAH, e com isso, os sintomas foram se agravando ao longo da adolescência. Na realidade, os pais de “A” não tinham noção do transtorno que o filho apresentava e nem mesmo sobre a gravidade do não tratamento.

A partir daí, durante o ensino médio as dificuldades se intensificaram. “A” era disperso em sala de aula, brigava bastante com os professores, não obtinha boas notas, mas era de um círculo social de amigos muito grande. Ao se tornar um rapaz, “A” ainda tem dado muito trabalho, pois, começou a beber, comprar compulsivamente, mesmo sabendo que não terá condições de pagar, com isso, seu pai vive transtornado com as cobranças que recebe em seu trabalho das dívidas de “A”.

Diante de tantas dificuldades, seus pais resolveram levá-lo a um psiquiatra, o qual medicou o jovem com Ritalina e o recomendou que fizesse academia para extravasar sua energia. Porém, com um mês de academia “A” resolveu que para ter um físico exemplar precisava tomar anabolizantes, os pais descobriram e tiraram “A” da academia, porque ele se recusava a fazer os exercícios sem tomar anabolizantes, e a partir daí, não foi mais à escola e não conseguiu terminar o ensino médio.

“A” teve algumas namoradas, mas não mantém um relacionamento por muito tempo por inconstância e imaturidade. Entra em alguns trabalhos, mas não fica por muito tempo por desatenção, começou a trabalhar em uma empresa para montagem de cabos de internet, mas não conseguiu permanecer, pois bateu com o carro duas vezes, a mãe sempre foi muito permissiva e o pai por motivo de trabalho não foi tão presente e também não era severo na educação de “A”. Paralelo a tudo isso “A” ainda vive um conflito familiar, já que seus pais vivem sob a ameaça de uma separação iminente.

Atualmente, “A” resolveu ir morar com sua avó materna em Curitiba-PR., e a mesma tem tido alguns problemas de convivência com “A”, mas, ele conseguiu um emprego em uma distribuidora de água, onde é muito querido por seus patrões, mesmo com alguns incidentes (bateu o carro também nesta empresa). Mas, “A” segue o curso de sua vida, ele é um bom rapaz, tem um bom coração, porém, deveria ter sido tratado ainda quando criança, para que hoje fosse um adulto com TDAH medicado, consciente e informado sobre o transtorno que apresenta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do caso analisado, tomou-se por base os estudos de Mattos (2001) e Goldstein (1996) para melhor compreensão dos fatos. Pois, segundo Mattos (2001), as atitudes que os pais têm em relação aos filhos com TDAH, contribuem para os Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

comportamentos inadequados apresentados por eles. Na realidade, é difícil e desgastante lidar com um filho com esse transtorno, pois, os pais têm que estar sempre atentos no que ele está fazendo, gastar horas e horas acompanhando deveres de casa, estar sempre presente na escola, entre outros fatores. Algumas crianças com TDAH podem ter comportamento positivo e desafiador, complicando mais sua educação, bem como alguns pais querem resolver todos os problemas de uma só vez, com o objetivo de ajudar o seu filho. Mas, não há como modificar todos os comportamentos do filho ao mesmo tempo, tem que ser gradativamente.

De acordo com Mattos (2001, p.65), “é importante organizar as coisas de modo a ter certeza de que a criança vai ter uma boa chance de conseguir realizar o que está sendo exigido dela”. Dessa maneira, é preciso começar a exigir coisas mais simples, fáceis de concluir, depois passar para algo mais difícil, assim, a criança sentirá mais confiança e motivada a repetir tais atividades. Pessoas com TDAH têm dificuldades de se motivar quando as recompensas são a longo prazo.

Na visão do autor, os portadores de TDAH necessitam de um acompanhamento constante dos pais por boa parte da infância e da adolescência para que se adaptem aos limites da vida na sociedade. A maior parte das pessoas que convivem com o portador de TDAH (incluindo pais e professores) tende a confundir incapacidade de fazer o correto com falta de desejo de fazer correto. Além disso, o TDAH pode ocasionar dificuldades na manutenção dos amigos e de relacionamentos afetivos de longa duração, como por exemplo, crianças podem entrar nas brincadeiras sem pedir permissão e, geralmente, não seguir as regras estabelecidas.

Mattos (2001) diz que, as pesquisas são bem claras, o TDAH não é resultado de um meio familiar tumultuado ou uma família disfuncional, embora, é claro, a criança venha a ter mais possibilidade de seus sintomas se agravarem. Por outro lado, as pesquisas também mostram que lares com crianças com TDAH são mais conturbados e estressados do que os outros lares. O problema existe, é neurológico, de origem genética, ninguém é culpado por ele, mas tem que ser aceito e enfrentado.

O impacto significativo e às vezes inesperado que a criança hiperativa tem sobre os membros da família e sobre a comunidade nunca é subestimado. Como observou o escritor e psicólogo Dr. John Taylor (*Helping your hyperactive child, Prima Publishers, 1990*), as crianças hiperativas podem provocar a ‘falência emocional’ de uma família (GOLDSTEIN, 1996, p.122).

Para o autor acima citado, devido à incapacidade da criança hiperativa de corresponder às expectativas dos pais, irmãos e comunidade, a criança forma um laço pai-mãe-filho, muito especial, e isto traz frequentes conflitos com os irmãos. Nesse sentido, Goldstein (1996), salienta sobre a pesquisa do Dr. Russell Barkley, o qual diz que, as famílias de crianças hiperativas vivenciam mais situações de divórcios e mais mudanças geográficas. Não se sabe se as dificuldades que a criança hiperativa traz contribuem para esse fator ou se este fator prova os problemas das crianças hiperativas. De uma maneira geral, as famílias de crianças hiperativas têm maior probabilidade de ter todas as espécies de problemas.

Goldstein (1996) também destaca a observação do escritor Dr. L. Eugene Arnold (*Helping parents help their children, Brunner Mazel, 1978*) quando diz que, a natureza crônica dos problemas da criança hiperativa não representa apenas um desgaste financeiro e emocional para a família, mas também esgota o tempo, a energia, as relações e a saúde mental da família. Um ponto importante a ressaltar é que, o pai tende a usar a força punitiva com seus filhos com maior frequência que a mãe, é também menos provável que o pai tente se empenhar numa repetida brincadeira verbal para conseguir que seu filho hiperativo realize alguma tarefa. Já a mãe tende a usar carinho para lidar com os problemas de comportamento, e por estas razões, a criança com TDAH pode reagir mais frequentemente ao pai do que a mãe.

Entretanto, para lidar melhor com o problema incurável do TDAH, Goldstein (1996) diz que, é fundamental, que os pais não apenas saibam como proceder, mas como interpretar tanto as informações desejadas sobre os problemas do filho quanto às soluções. De uma forma ou de outra, o filho continuará a vivenciar mais problemas no decorrer de sua vida, por isso, é necessário que os pais estejam cientes dos recursos que são úteis na identificação dos problemas e das maneiras para enfrentá-los, pois o filho com TDAH necessita dessa ajuda para ter êxito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto neste trabalho, conclui-se que, o TDAH é um transtorno responsável pela enorme frustração que pais e seus filhos portadores desse distúrbio

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

experimentam a cada dia. Pois, crianças, adolescentes e adultos hoje diagnosticados com TDAH são frequentemente rotulados de "problemáticos", "desmotivados", "indisciplinados", "irresponsáveis" ou, até mesmo, "pouco inteligentes", por essas razões merece ser tratado e diagnosticado o mais rápido possível.

Mas, a maioria do que se lê ou se ouve sobre o assunto tem uma conotação negativa, e a razão para isso é o fato do TDAH continuar sendo pouco conhecido pela maioria da população, mesmo apesar dos estudos a respeito terem se intensificado nas últimas décadas e a prática ter mostrado que até 5% das crianças em idade escolar podem ser incluídas nesse diagnóstico.

Diante disso, vale ressaltar que, o papel dos pais e, sobretudo, do professor, é fundamental para auxiliar no diagnóstico do TDAH, visto que, este transtorno fica mais evidente no período escolar, quando é preciso aumentar o nível de concentração para aprender. Nesse sentido, é preciso aplicar uma ação didático-pedagógica visando estimular a auto-estima, considerando a falta de concentração, criando atividades diversificadas para que não haja um comprometimento durante a aprendizagem.

Além disso, é essencial que os pais compreendam que este transtorno, necessita de tratamento, caso contrário, gera inúmeras complicações para seu portador no convívio familiar, social e emocional, levando à depressão, à busca de drogas, à insatisfação e à infelicidade, além de um conflito interno por não atender as mínimas atividades do dia a dia, e a rejeição gerada pelos demais companheiros de seu convívio. Por tudo isso, tem-se clareza de que, impor limites ao portador de TDAH é fator necessário e fundamental, pois o indivíduo vive numa sociedade cheia de regras, porém, não deve se prevalecer desta patologia para complicar a vida das pessoas, visto que, hoje em dia com o avanço das pesquisas sobre o TDAH, o tratamento ameniza bastante os sintomas, proporcionando ao portador uma vida mais tranquila.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO de Saúde. **TDAH**. (2010). Disponível em: <<http://www.bancodesaude.com.br/tdah/tdah>> Acesso em: 18/07/2011.

GOLDSTEIN, S. GOLDSTEIN, M. **Hiperatividade: como desenvolver a capacidade de atenção da criança**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1996.



GOTAH, Grupo de Orientação para o Déficit de Atenção/Hiperatividade. **TDAH: um transtorno quase desconhecido.** São Paulo: GOTAH, 2001.

MATTOS, P. **No mundo a lua: perguntas e respostas sobre transtorno do déficit de atenção com hiperatividade em crianças, adolescentes e adultos.** São Paulo: Lemos Editorial, 2001.

ROHDE, L. A. P.; BENCZIK, E. B. P. **Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade: o que é? como ajudar?** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

O CAMPO DO ENSINO SUPERIOR E SEUS CONFLITOS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DE PIERRE BOURDIEU E GEORG SIMMEL

Ednilson Barbosa de Oliveira³¹

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo, refletir os conceitos de dois autores, o sociólogo alemão Georg Simmel, que trata sobre os conflitos entre indivíduos, que segundo ele, são necessários à manutenção de uma estrutura social. O outro autor é o sociólogo francês Pierre Bourdieu, que apresenta o conceito de campo, o qual representa um espaço abstrato e se estrutura a partir de posições. O campo é ocupado por indivíduos, e através de conflitos disputam tais posições, onde ocorre a tentativa do novo de adentrar nesse espaço, e por outro lado o dominante, que busca manter seu domínio. Desta forma, buscamos identificar a convergência de ideias desses autores, se as de Simmel podem auxiliar acerca das disputas que ocorrem em um campo. Por fim, trazemos como exemplo para o centro dessa reflexão, o campo do ensino superior, o que possibilitou, após análise, concluir que há convergências nas ideias dos autores mencionados.

Palavras-chave: Ensino superior; Campo; Posições; Conflitos.

INTRODUÇÃO

Os campos são espaços dinâmicos, ocupados pelos atores que dentro dele interagem. São esses mesmos atores, os responsáveis por sua construção e manutenção, e cada qual se posiciona conforme seus interesses. Em um campo pode ser observada a participação do novo, sendo aquele que pretende adentrar nesse meio, e por outro lado temos aquele que procura prevalecer sobre esse campo, ou seja, o dominador, que busca manter sua posição e excluir aqueles que oferecem algum tipo de concorrência. Segundo Bourdieu (1983), existem leis gerais para esses campos, e ao mesmo tempo vários deles podem ser observados, e cada qual com suas características – como o campo da religião, o campo da política, das ciências e tantos outros campos.

Dentro desse espaço, como já mencionamos, temos a presença dos atores que o constituem. Existe nesse meio também uma dinâmica, uma interação ocorrendo entre

³¹ Mestrando em Ciências sociais, Especialização em Educação a Distância e Tecnologias Educacionais, MBA em Marketing - Comunicação e Mercado pela Unicesumar de Maringá. Graduado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Atualmente é professor mediador no Núcleo de Educação a Distância - NEAD - Unicesumar, com experiência na área de Administração. E-mail: ednilsonbo@gmail.com
Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

esses indivíduos ou grupos participantes. Bourdieu nos dirá que disputas ocorrem nesse meio e cujo objetivo é a obtenção ou controle sobre os objetos de interesse, que cada campo específico possui. E esses objetos, na percepção do autor, são requisitos fundamentais, pois é necessário que eles existam para que um determinado campo funcione.

Esse processo de interação, onde ocorrem conflitos, pode ser compreendido também à luz das ideias de Simmel (1983). O sociólogo alemão destaca que o interesse particular de cada membro de um determinado espaço, que na perspectiva de Bourdieu representaria um dado campo, caracteriza-se como objeto de disputas e conflitos, gerando desta forma, segundo Simmel, um dualismo. Por vezes, tais disputas, que ocorrem a partir de interações, podem ocasionar a extinção de um e a prevalência de outro – mas que segundo o autor, isso faz parte de um processo de unidade, de manutenção de uma estrutura social.

As considerações sobre esses conflitos, mencionados por Simmel, nos servirão como apoio, bem como as contribuições de Bourdieu sobre campo, para refletirmos as características do mesmo, entre outros aspectos, sobre os atores e seus conflitos e disputas. Ao refletirmos sobre as ideias destes dois cientistas, tal reflexão nos dá indícios de que tais considerações, podem, de forma convergente, contribuir para uma abordagem sobre conflitos e suas dinâmicas no interior de um campo.

Por fim, apresentamos de forma breve, algumas características sobre o campo do ensino superior no Brasil. O uso deste recurso tem por objetivo caracterizar um campo, bem como indicar os conflitos que ocorrem nas interações entre os atores que dele fazem parte.

NOÇÕES DE CAMPO, SEGUNDO BOURDIEU

Neste tópico procuraremos apresentar algumas concepções sobre o que vem a ser o campo, a partir dos conceitos elaborados pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Segundo Bourdieu (1983), os campos se apresentam como sendo “[...] espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes”. Nesses espaços, portanto, iremos encontrar propriedades específicas à cada

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

campo, e que segundo o autor, mesmo que se estude novos campos, propriedades específicas serão identificadas nos mesmos.

Para Bourdieu (1983):

Há leis gerais dos campos: campos tão diferentes como o campo da política, o campo da filosofia, o campo da religião possuem leis de funcionamento invariantes (é isto que faz com que o projeto de uma teoria geral não seja absurdo e que, desde já, seja possível usar o que se aprende sobre o funcionamento de cada campo particular para interrogar e interpretar outros campos, superando assim a antinomia mortal entre a monografia ideográfica e a teoria formal e vazia).

Para Bourdieu diversos podem ser os campos, como os mencionados acima, e ainda poderíamos assim acrescentar outros exemplos como o campo do Direito, da Cultura, o Campo do jornalismo – porém cada qual com suas propriedades específicas.

A disputa entre os atores desse meio é descrita nas ideias de (BOURDIEU 1983, p. 89) ao dizer que “em cada campo se encontrará uma luta, da qual se deve, cada vez, procurar as formas específicas, entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência”. Sobre essa disputa, o autor observa ainda, para que a mesma ocorra deve haver pessoas dispostas a participar desse espaço e dessa interação, e que compreendam sobre as leis que regem esse meio.

Esse campo, de que trata Bourdieu, se refere à um espaço abstrato, de relações e posições, e que, aqueles que dele irão participar devem possuir um certo *habitus*, que segundo o autor, está associado ao próprio capital de técnicas que o indivíduo possui, ou mesmo de crenças. Tais características seriam então pertinentes à indivíduos específicos, que atuam em determinados meios.

O campo se estrutura a partir de uma relação de forças que ocorre entre os agentes ou instituições envolvidas na luta nesse espaço. Nele, esses agentes disputam pelo monopólio da distribuição de um determinado capital, e conforme Bourdieu, foram adquiridos no decorrer de lutas anteriores. Essa estrutura estabelecida, e mantida pelo esforço daqueles que a procuram manter e dominar está sujeita e em jogo, e a todo tempo. Lembrando que esse capital diz respeito à um certo campo, e a ele restrito – pois como já mencionamos, cada campo possui suas características, suas particularidades.

Vejamos alguns aspectos importantes mencionados pelo sociólogo francês, sobre as disputas que ocorrem no interior de um campo. Para Bourdieu, aqueles que detêm, ou dominam o capital específico ali existente, geralmente procuram, como estratégia de dominação, manter um certo estado de conservação da condição vigente, onde eles se privilegiam desse domínio. Por outro lado, aqueles que tentam adentrar nesse campo, ou aqueles mais jovens e que são detentores de nenhum ou menos capital, procuram adotar estratégias diferentes, buscando alterar a condição atual – por vezes procuram fazer uma ruptura no estado das coisas.

Mencionamos até aqui, sobre as estruturas do campo, os interesses que geralmente estão envolvidos em seu interior, bem como sobre estratégias adotadas na dominação e na tentativa de acesso ao mesmo. Mas vale destacar também, algo pouco visível nessas dinâmicas e relações, que trata sobre os interesses das pessoas que estão engajadas no campo, e que por vezes possuem interesses em comum. A esse respeito Bourdieu menciona que esses interesses estão ligados à própria existência de um determinado campo. Há nessa interação, uma cumplicidade objetiva e subjacente às oposições entre esses atores. Completa ainda Bourdieu:

[...] a luta pressupõe um acordo entre os antagonistas sobre o que merece ser disputado, fato escondido por detrás da aparência do óbvio, deixada em estado de doxa, ou seja, tudo aquilo que constitui o próprio campo, o jogo, os objetos de disputas, todos os pressupostos que são facilmente aceitos, mesmo sem que se saiba, pelo simples fato de jogar, de entrar no jogo (BOURDIEU, 1983, p. 121).

Os participantes do jogo nesse campo, procuram reproduzir então, a crença no valor daquilo que está em disputa. Desta forma, os atores dele participante, devem então conhecer bem o que está em jogo, ao mesmo tempo, mesmo sendo opostos uns aos outros, contribuírem para a manutenção do próprio jogo.

O CONFLITO, SEGUNDO SIMMEL

Os escritos de Simmel sobre conflitos é uma fonte importante de conhecimento, e contribui sobremaneira para nossa reflexão proposta neste artigo. Como indicamos no início, buscamos utilizar, tanto da abordagem de Bourdieu, quanto de Simmel, para

compreender um pouco sobre os conflitos que ocorrem no interior de um campo, e ao mesmo tempo, tentar identificar uma convergência entre alguns pontos das ideias de cada autor, sobre este tema.

Foi possível compreender a partir da perspectiva sobre o conceito de campo, que no interior do mesmo, alguns atores estão presentes. E nesse meio uma disputa ocorre para ver quem detêm mais capital (político, cultural, econômico, etc.) que o outro, e assim manter um monopólio - bem como a manutenção de suas posições. Há nesse meio diferenças, onde uns possuem mais que outros, sendo este, um dos fatores que irá determinar as posições a serem ocupadas. As considerações de Simmel vêm então, nesse sentido, contribuir para um olhar sobre esses conflitos que ocorrem nas interações entre os indivíduos e grupos.

Georg Simmel foi um sociólogo alemão, cujas ideias sobre os processos de interação que ocorrem na sociedade, podem ser definidas como Sociações. O termo por si, de início nos provoca surpresa, pois numa primeira leitura, poderíamos imaginar sua escrita como “associação”, no entanto “sociação” possui outra abordagem.

Segundo (SIMMEL, 1983, p. 21), “[...] o processo de sociação é constituído pelos impulsos dos indivíduos, ou por outros motivos, interesses e objetivos; e pelas formas que essas motivações assumem”. Ainda, as interações entre os indivíduos são formas de sociação. Assim, podemos compreender a partir dos conceitos do autor que, as Sociações ocorrem em decorrência de motivos diversos, e que podem por vezes assumir várias formas – uma família, por exemplo, ou mesmo a competição – cada qual possui sua especificidade, no entanto alguns elementos semelhantes, que de certa forma os identifiquem, podem ser encontrados no processo de interação. Para Simmel (1983), essas formas são responsáveis pela existência da sociedade – são elas (Sociações) que viabilizam uma sociedade, ela própria é fruto dessas interações entre os indivíduos e grupos. Uma sociedade toma forma a partir dessas relações que ocorrem, ao mesmo tempo, onde se estabelece uma interdependência, sem, no entanto, isso significar que haja aí uma convergência de interesses entre os atores envolvidos.

Sobre a convivência e unificação dos indivíduos, Simmel menciona que:

Há uma série de formas de convivência, de unificação e de ação recíproca entre os indivíduos, que atendem só ao sentido que tem o número dos indivíduos sociados nas referidas formas. A segunda condição é o processo

de dominação-subordinação, que importa interação entre dominante e dominado, ente autoridade e certa liberdade de aceitação do subordinado (SIMMEL, 1983).

Por outro lado, Simmel dirá que o contrário pode ocorrer, pois não havendo essa convergência de interesses, teríamos então uma dissociação, um conflito. E que esse conflito pode ocorrer por meio do ódio, da inveja, necessidade e desejo, entre outras motivações. E o conflito por sua vez, terá como finalidade a resolução de uma determinada situação divergente. O conflito, segundo o autor, é uma forma que a sociedade encontrou para resolver os dualismos que ocorrem em seu interior. Se não ocorrem os conflitos, para a resolução desse dualismo, temos uma ruptura de uma sociedade. Portanto, na perspectiva de Simmel o conflito é importante pois contribui para a manutenção da unidade, mesmo que isso implique na exterminação de um, e superação ou dominação de outro.

Para (SIMMEL, 1983, p21), “A sociedade não é algo estático, acabado, pelo contrário, é algo que acontece, que está acontecendo”. Os próprios conflitos, a disputa do jogo, mencionados por Bourdieu, demonstram que as sociedades estão sempre acontecendo, em movimento. Simmel dirá que:

O objetivo da sociologia são esses processos sociais, num constante fazer, desfazer e refazer, e assim incessantemente. É através das múltiplas interações de uns-com-os-outros, contra-os-outros e pelos-outros, que se constitui a sociedade, como realidade inter-humana (SIMMEL, 1983, p.21).

Desta forma ocorrem então as interações, os conflitos e as disputas, algumas vezes convergindo nas ideias, outras divergindo, porém num processo que contribui na sustentação das estruturas sociais.

Como já mencionamos, a Competição é uma forma de conflito, e que para Simmel (1983, p. 135) “a principal característica sociológica da competição é o fato de o conflito ser, aí, indireto”. Não temos um conflito direto, ocorrendo em uma dada interação, no entanto temos, segundo o autor, um esforço paralelo por parte dos atores envolvidos disputando um mesmo prêmio – quem ficará com o mesmo. Podemos ilustrar estas considerações, segundo o autor, mencionando sobre um indivíduo que luta contra outro para obter seu dinheiro. Neste caso temos uma dinâmica diferente da

competição, pois ao observarmos dois proprietários de comércio competindo pelo dinheiro de um comprador, temos aí um esforço paralelo entre os dois comerciantes, disputando um mesmo prêmio.

Nas considerações de Simmel, podemos obter uma outra perspectiva sobre o campo, uma vez que ele menciona que esse espaço se constitui como uma condição necessária para a coexistência da sociedade. Ao mesmo tempo, ele argumenta que, enquanto há o conflito, o dualismo, significa que os indivíduos estão interagindo em um certo espaço. Desta forma o conflito ocorre para se restabelecer a unidade.

O CAMPO E SEUS CONFLITOS, NAS PERSPECTIVAS DE BOURDIEU E SIMMEL – PONTOS DE CONVERGÊNCIA

Nesta seção, propomo-nos a lançar um olhar sobre as ideias de Georg Simmel, buscando refletir sobre suas concepções acerca dos conflitos, procurando identificar alguns pontos de convergência com os conflitos existentes no interior de um campo, conforme considerações de Bourdieu. Procuraremos então analisar se esses autores possuem pontos de contato sobre esses conflitos (como formas de sociação) e sobre o campo (como espaço de interação e disputas) - se ambas as perspectivas contribuem para explicar a dinâmica do conflito, tanto nas Sociações, quanto no interior de um campo.

Como vimos, o campo é um espaço abstrato, de interações entre indivíduos e grupos. Esta é a perspectiva de Bourdieu, e que, a partir das ideias de Simmel iremos perceber que esse mesmo campo, caracteriza-se como um espaço onde há a possibilidade de coexistência entre indivíduos, condições fundamentais para a sociedade.

O conflito é um tema importante nas abordagens dos dois autores, e que nesta reflexão, acreditamos que a perspectiva de Bourdieu trata sobre os conflitos, porém dentro de um espaço, que é o campo. Simmel por sua vez, trata com certa ênfase o conflito, no entanto deixa claro que essa interação, os dualismos que ele menciona, ocorrem em um contexto, e cujo o entendimento nos leva a inferir como palco para esses conflitos, também um dado espaço.

Segundo Simmel (1983), o conflito é capaz de produzir mudanças em grupos de interesse e também em organizações. Este é um ponto de contato importante nas ideias dos dois autores, pois ao olharmos as considerações de Bourdieu quando diz que há uma estrutura estabelecida, com seus atores e suas posições ocupadas, e ao mesmo tempo, um esforço em manter a situação vigente, percebemos que há uma convergência de ideias sobre este assunto. O conflito, nestas duas situações, produz mudanças, como já mencionado anteriormente, nas considerações de Simmel. Nesta direção estão orientadas as considerações de Bourdieu, pois as disputas no interior de um campo são representadas pelos próprios conflitos.

Ao analisarmos os aspectos postos por Bourdieu, sobre as lutas que ocorrem em um determinado campo, onde, aquele que domina procura excluir ou mesmo eliminar seu oponente, um ponto de contato com as ideias de Simmel pode ser observado: a partir das proposições de Simmel, podemos considerar que as lutas mencionadas por Bourdieu, representam o conflito de Simmel, pois tais lutas têm como finalidade a resolução de uma disputa, de um dualismo.

Como já pontuado, Simmel considera que as motivações de um conflito assumem formas. A competição, como já mencionado, caracteriza-se como uma dessas formas, assumida de conflito, porém uma forma indireta, pois ambos os atores desse conflito disputam um prêmio. Inferimos neste ponto, que Bourdieu converge nesta direção ao mencionar que “[...] todas as pessoas que estão engajadas num campo têm um certo número de interesses fundamentais em comum, a saber, tudo aquilo que está ligado a própria existência do campo” (BOURDIEU, 1983, p. 123). A competição então, é uma forma de conflito, que está presente em um determinado campo - os participantes presentes em seu interior possuem interesses em comum, que caracteriza o objeto de disputa.

A partir das reflexões até o momento, aspectos importantes devemos considerar. A competição é uma forma de sociação – o conflito ocorre, no entanto de forma indireta, pois ambos os competidores têm por objetivo um mesmo prêmio. Por outro lado, o campo pode ser entendido como espaço estruturado de posições, e que são mantidas por esses mesmos atores/indivíduos a partir de disputas, entre o que domina e o que procura acessar esse campo. Desta forma podemos considerar então, que tanto na competição, quanto no campo, temos elementos convergentes, onde a própria presença e

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

interação entre os indivíduos e grupos, e os conflitos que ali ocorrem, podem ser percebidos.

CONFLITOS, NO CAMPO DO ENSINO SUPERIOR

Com o objetivo de pensarmos de maneira mais aproximada sobre as características de um dado campo, bem como seus participantes e dinâmicas de conflitos que ocorrem no mesmo, consideremos aqui uma breve análise sobre o campo do ensino superior brasileiro.

O campo do ensino superior tem passado por um processo de expansão, no entanto de forma não favorável, uma vez que um número superior de instituições privadas tem feito frente à capacidade do estado na oferta, no suprimento de vagas neste setor. Segundo Pereira (2015), em meio às estratégias adotadas pelos atores desse espaço, há, nas dinâmicas dos agentes privados, disputas por capitais, ao mesmo tempo busca por determinadas posições. Pereira menciona sobre esse campo, uma vez que o descreve como dotado de “[...] leis e regras específicas, ao mesmo tempo em que influenciado e relacionado a um espaço social mais amplo”(PEREIRA, 2015, p. 341). Portanto, esse campo do ensino superior, ao mesmo tempo em que possui leis próprias, o que dá a ele características específicas, por outro lado, o mesmo está sujeito a influências pois está inserido em um contexto mais amplo. Estes elementos introdutórios sobre o campo do ensino superior, faz-nos lembrar sobre as considerações de Bourdieu, bem como de Simmel, onde temos então um exemplo de campo, e por outro lado a indicação da presença de conflitos, de competição em seu interior.

A evidência da maior participação de instituições privadas no campo do ensino superior, frente às instituições públicas, pode ser observada, entre outros meios, a partir dos dados do Censo da educação superior de 2017. O avanço das empresas privadas de ensino superior pode ser observado considerando que, de um total de 2.448 instituições superiores presentes no país, 2.152 são privadas, e somente 296 são instituições públicas. Do total de matrículas entre públicas e privadas, aproximadamente 75% delas estão concentradas nas instituições privadas. Este cenário sobre o ensino superior

apresentado, indica a presença de elementos como as posições ocupadas pelos agentes que desse campo fazem parte, no caso instituições públicas e privadas, bem como o objeto de disputas das mesmas, no caso a busca pelo maior número de matrículas.

Ao lembrarmos as considerações de Simmel (1983), quando diz que o interesse dos grupos ou indivíduos de um determinado espaço, representa o objeto de disputa e conflito entre os mesmos, tal proposição indica uma caracterização, por vezes, de um dualismo entre as partes, e conseqüentemente, uma disputa que pode ocasionar a extinção ou a subordinação de um, e a dominação de outro. No campo do ensino superior tais aspectos podem ser observados frente às disputas entre as instituições, cujo objetivo é a manutenção de suas posições em relação à concorrência.

Para Cruz e Paula (2018), a educação superior tem passado por um processo, que por sua vez tem produzido uma nova fase na expansão, principalmente de instituições privadas. Movimentos de fusões de instituições têm formado grandes conglomerados de empresas educacionais. Nessa competição por posições, grandes instituições têm incorporado pequenas instituições, e que nesse processo, podemos identificar a subordinação, ou mesmo extinção, de umas em detrimento de outras.

Ao pensarmos o campo da educação superior, é possível fazê-lo considerando as proposições de Simmel (1983), quando diz que o conflito é capaz de produzir, ou mesmo modificar, os grupos de interesse, as uniões e organizações presentes nesse espaço. É possível também pensar o campo da educação superior na perspectiva de Bourdieu (1983), pois segundo o autor, as estruturas dispostas no campo, são possuídas de uma relação de força entre os agentes ou mesmo instituições envolvidas na luta. Ainda, cada campo novo que se estuda, novas propriedades são identificadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossas considerações finais, alguns aspectos centrais são importantes para a conclusão deste trabalho, e sobre a compreensão da importância de tal perspectiva. Ao utilizarmos as abordagens de dois autores, no caso Simmel e Bourdieu, buscamos identificar um alinhamento nas perspectivas dos mesmos, procurando observar se as considerações de Simmel conseguiriam contribuir no entendimento sobre os elementos que estão presentes em um dado campo (conceito de campo de Bourdieu), como o Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

próprio conflito e disputas existentes no interior do mesmo. O texto que aqui se encerra, buscou possibilitar, não somente para este breve trabalho, mas também para qualquer pesquisador que se interesse pelo tema em si, um olhar sob duas perspectivas. Onde foi possível identificar uma convergência nas ideias dos autores, considerando alguns objetos de estudo: os indivíduos e suas interações; os conflitos produzidos a partir dessas interações; o campo, ou espaço onde essas dinâmicas ocorrem; as posições ocupadas por esses agentes, dentre outros elementos.

Foi possível compreender que a dinâmica da interação não é possível com a participação de somente um indivíduo, e que há um contínuo fazer, desfazer e refazer – que por vezes provoca modificações no meio em que ocorrem tais dinâmicas. Na perspectiva de Simmel, o conflito decorrente dessa interação tem sua importância, haja vista por meio dele é que se sustenta a própria vida em sociedade. Tal conflito é observado também nas considerações de Bourdieu, pois o campo é o lugar das posições, ocupadas pelos indivíduos e pelos grupos, que através das disputas buscam sua manutenção, e em muitos casos sua perpetuação.

As disputas por capitais, bem como essa busca por posições e os conflitos derivados dessas dinâmicas, puderam ser observados, de forma sucinta, nos apontamentos feitos sobre o campo do ensino superior brasileiro. Tanto o Censo do ensino superior de 2017, quanto, as considerações de Cruz e Paula (sobre a nova onda de expansão do ensino superior, com a criação de grandes grupos educacionais), denotam um movimento significativo no interior desse campo, pelas posições desse espaço e a disputas que ocorrem por capitais. Indicam, a partir da perspectiva de Simmel, que os conflitos produzem alterações em dado espaço de interação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CRUZ, Andreia G.; PAULA, Maria F. C. **Capital e Poder a serviço da Globalização: os oligopólios da educação superior privada no Brasil**. Campinas, 2018. Disponível em: <[http:// dx.doi.org/10.1590/s1414-40772018000300016](http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772018000300016). Acesso em: 01/08/2019.

INEP. **Censo da educação superior 2017.** Disponível em:
<http://portal.inep.gov.br/web/guest/conheca-o-inep>. Acesso em 25 de jul. 2019.

PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. **O conceito de Campo de Pierre Bourdieu:** possibilidade de análise para pesquisa em história da educação brasileira. Revista Linhas. 2015. Disponível em:
<http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1984723816322015337/pdf_97>. Acesso em: 23/07/2019.

SIMMEL, Georg. **Sociologia: Coleção Grandes Cientistas**, in Moraes Filho, Evaristo (org.), São Paulo: Ática, 1983.

**O PÓS-ESTRUTURALISMO E O DEBATE SOBRE A FABRICAÇÃO DOS
SUJEITOS:
A GENEALOGIA DE MICHEL FOUCAULT**

Gilberto Antes³²

Eduardo Nunes Jacondino³³

RESUMO: Este artigo apresenta uma discussão acerca da perspectiva pós-estruturalista, seus métodos e os novos questionamentos sociais que têm se consolidado no presente. O pós-estruturalismo apresenta novas possibilidades de compreensão da realidade social, em especial no que se refere a produção dos sujeitos, por meio das relações de poder e da relação poder-saber, consolidada a partir de dispositivos institucionais que objetivam a fabricação dos sujeitos. Busca-se descrever de que modo as novas identidades se consolidam. Nesta busca, a obra de Michel Foucault oferece importantes contribuições, ao se livrar da ideia da existência de uma verdade final a ser atingida, tal qual propuseram as grandes metanarrativas iluministas. Foucault entende que os sujeitos são fabricados por meio de processos sociais, através de dispositivos e instituições; bem como por meio das relações de poder-saber. Para isso, Foucault, por meio da genealogia desceu aos porões da história para compreender como estes discursos que produzem formas de ser e agir.

Palavras-chave: Sujeito; Fabricação; Pós-estruturalismo.

**POST-STRUCTURALISM AND THE DEBATE ON THE MANUFACTURE OF
SUBJECTS: THE GENEALOGY OF MICHEL FOUCAULT**

ABSTRACT: This article presents a discussion about the post-structuralist perspective, its methods and the new social questions that have been consolidated in the present. Post-structuralism presents new possibilities for understanding social reality, especially with regard to the production of subjects, through power relations and the power-knowledge relationship, consolidated from institutional devices that aim at the manufacture of subjects. It seeks to describe how the new identities are consolidated. In this search, Michel Foucault's work offers important contributions, in getting rid of the idea of the existence of a final truth to be attained, as proposed by the great Enlightenment meta-narratives. Foucault understands that subjects are manufactured through social processes, through devices and institutions; as well as through power-knowledge relationships. For this, Foucault, through genealogy, went down to the basements of history to understand how these discourses produce ways of being and acting.

³² Professor, Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: professor.giba@hotmail.com

³³ Professor, Doutor, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: eduardojacondino@hotmail.com

Keywords: Subject; Manufacturing; Post-structuralism.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta um pequeno apanhado metodológico sobre a corrente pós-estruturalista. Apresenta uma discussão sobre as novas formas de olhar e compreender a produção das identidades - dos sujeitos - em especial a partir da obra de Michel Foucault.

A nova realidade social, política, econômica e cultural exige que novas formas de compreensão sejam pensadas. As recentes transformações sociais vêm provocando profundas transformações nas formas dos sujeitos se relacionarem. Até a década de 1960 os olhares voltados ao social restringiam-se a forma estruturalista, seguindo algumas premissas; fixadas em algumas ideias. Ideias como a da existência de um progresso linear – sócio histórico - e a da existência de padrões universais de racionalidade. O pós-estruturalismo nasce como forma de questionar este tipo de olhar. Olhar centrado, até então, numa pretensa estrutura, estável e autorreferente.

O pós-estruturalismo passa a buscar uma compreensão que supere este olhar anterior, voltado ao entendimento das realidades sociais. Busca olhar para ‘um novo mundo’ – do ponto de vista cultural, notadamente - que se apresenta a partir da década de 1960. Mundo caracterizado pelo fim da chamada guerra fria e pela entrada no processo que fica conhecido como globalização.

O pós-estruturalismo lança um olhar com o objetivo de compreender as novas identidades que passam a se constituir frente a estas transformações. Para isso, se ancora na obra de autores como Friedrich Nietzsche e Martin Heidegger. Faz novas perguntas, busca desenvolver novos métodos de análise (arqueologia, genealogia, esquizoanálise, desconstrução, etc) com a intenção de desenvolver novas perspectivas analíticas, para ir além daquelas oferecidas até então.

Neste percurso a obra de Michel Foucault oferece importantes contribuições para se compreender a construção/fabricação destas novas identidades e o processo social de produção dos sujeitos; através das relações de poder-saber que se institucionalizam, formando campos discursivos e tecnologias sociais.

Foucault livra-se da ilusão de que há uma verdade final a ser atingida – do ponto de vista ontológico e histórico – e dá às costas para as grandes metanarrativas que, desde o iluminismo, propõem a existência de um sujeito universal. Para Foucault os sujeitos são produzidos por meio de processos sociais, por dispositivos estrategicamente pensados e institucionalizados, por meio dos quais saberes e tecnologias sociais – os poderes em ação – subjetivam os indivíduos. Produzindo, nestes, formas de ser e agir.

Para consolidar esta construção Foucault buscou superar as grandes metanarrativas: Religiosas, políticas e jurídicas. Mostrando como estes discursos consolidaram-se ao longo do tempo e quais as estratégias micropolíticas foram utilizadas, em paralelo, de modo a ‘produzir’ determinados tipos de sujeito.

Para autores como Foucault as sociedades modernas apresentam-se como sociedades permeadas por padrões de comportamento – processos de normalização – que se consolidam através de discursos sociais. Discursos que, por sua vez, são fruto de relações de poder e das respectivas tecnologias sociais – notadamente, os dispositivos – que agem sobre os sujeitos, produzindo-os em determinadas direções – ancoradas em formas de ser e agir. Formas, entretanto, que não eliminam Mas Compreender como este processo ocorre é a intenção de autores como Foucault.

O PÓS-ESTRUTURALISMO

A partir da década de 1960 passaram a ser pensadas, do ponto de vista teórico, novas possibilidades de compreensão da sociedade e dos sujeitos. Perspectivas que se debruçam por sobre questões como a da fabricação dos sujeitos e das relações de poder. Analisadas por meio dos discursos e das tecnologias sociais. Perspectivas como a desenvolvida por Michel Foucault, em especial em sua fase genealógica³⁴.

A perspectiva genealógica olha para os sujeitos, para a produção de sujeitos, por meio da consolidação dos poderes, dos saberes e das tecnologias sociais de poder que fabricam estes mesmos sujeitos.

³⁴ Michel Foucault ficou conhecido, dentre outras coisas, por ter desenvolvido análises sobre a questão do sujeito. Uma análise advinda de seu método arqueológico. Uma análise advinda de seu método genealógico. Uma análise advinda de seu método arque genealógico, voltado a estudar o que chamou de “cuidado de si” ou de processos de subjetivação.

Poderes, saberes e tecnologias sociais (regimes disciplinares) que se consolidam de forma microssocial. Institucional. Geográfica e temporalmente situadas. Avindas, portanto, de outros lugares que não àqueles ligados às grandes metanarrativas: política, econômica, religiosa. Embora estas, obviamente, também exerçam influência por sobre os indivíduos.

Olhar para a produção de sujeitos, por meio do pós-estruturalismo, exige a compreensão de algumas premissas. Premissas consolidadas a partir de uma gama de intelectuais franceses, que a partir da década de 1960 passam a questionar ideias como a do progresso linear, histórico-social. Premissas que passam a questionar o padrão universal de racionalidade, a ser consolidado por todos os povos. Que questionam a ideia de uma estabilidade estrutural (binária), que perpassaria as diferentes sociedades, garantindo a própria existência da vida social.

O pós-estruturalismo, como teoria, passa a questionar estas e outras premissas advindas do modelo de pensamento até então predominante, ou seja, o estruturalista. O pós-estruturalismo se desenvolve diante de um quadro social “novo”. Advindo da segunda metade do século XX. Por isso, para intérpretes do pensamento pós-estruturalista, como Williams (2013):

O pós-estruturalismo é pós-marxista... Mas é profundamente devedor de Marx. Todos os pós-estruturalistas... insistiram que eles continuam com o espírito da obra de Marx, como um movimento de esquerda, como um combate pelos marginalizados, pelos explorados e os destroçados. Mas, igualmente, eles resistem a definições fixas da sociedade, das estruturas políticas e dos movimentos revolucionários que provêm do marxismo-leninismo ou do maoísmo. O pós-estruturalismo rompe com o marxismo, mas trabalha com Marx (WILLIAMS, 2013:39).

Neste sentido, segundo Williams (2013:39), o pós-estruturalismo pertence a um movimento histórico com forte base na filosofia e que busca compreender as novas características do mundo ocidental. Características que se consolidam a partir da década de 1960.

O pós-estruturalismo é um movimento intelectual, advindo da filosofia, que influencia a “literatura, a política, a arte, as críticas culturais, a história e a sociologia” (WILLIAMS, 2013:13). Movimento que se fortalece a partir da análise que certos

intelectuais (Michel Foucault, Gilles Deleuze, Felix Guatarri, Jean François Lyotard, etc) fazem de movimentos sociais/culturais como os advindos de maio de 68.

Maio de 1968 pode ser interpretado como a mostra de que um diferente tipo de resistência... é possível: ... operando por meio de diferentes estruturas e corpos, abrindo-os a novas possibilidades, libertas de direções ideológicas e ou de uma lógica política estabelecida. Como um herdeiro de 1968, o pós-estruturalismo defende a espontaneidade, a fluidez e a abertura, nos movimentos políticos, de resistências (WILLIAMS, 2013:39).

O pós-estruturalismo, entre uma de suas possíveis definições, pode ser considerado, “[...] um conjunto de experimentos acerca de textos, ideias e conceitos que mostram como os limites do conhecimento podem ser atravessados...” (WILLIAMS, 2013:42).

Isto porque o estruturalismo³⁵ se manteve, desde o século XIX (a partir do nascimento das Ciências Humanas), passando por boa parte do século XX, como uma forma de racionalidade acadêmico-científica (adstrita a área das ciências humanas), que levava em consideração algumas premissas:

A crença na ordem das coisas (estruturas sociais, por exemplo, compostas por uma lógica interna, autorregulada).

A crença nas Identidades fixas (fossem estas advindas de instituições, de culturas ou de indivíduos), garantidoras de papéis sociais a serem cumpridos, historicamente.

A crença em uma ordem social binária, calcada em formas hegemônicas (dominantes), passíveis de serem compreendidas, desmitificadas e combatidas, rumo a uma nova forma de organização social. Rumo a emancipação ou ao aperfeiçoamento científico, humano, etc.

O pensamento estruturalista, segundo Peters (2000), ancorou-se na ideia de totalidade, de transformação e de auto regulação. Buscou desvendar a lógica, as leis que orientariam/conduziriam as sociedades rumo ao seu futuro. Ao seu progresso, ao seu fim histórico.

³⁵ Como estruturalismo podemos entender uma forma de olhar o social que se ancora em leis ou na lógica interna, autorreferente, que perpassaria as sociedades. A estruturalismo se ancorou em premissas como a da totalidade, transformação e auto-regulamentação que, para essa corrente, formataria os sistemas e ou as estruturas sociais.

O conhecimento estruturalista é aberto a mudança quando as estruturas observadas mudam. Entretanto, a despeito desta abertura à mudança, ao notar um padrão repetitivo de signos o cientista estruturalista espera alcançar alguma compreensão segura (WILLIAMS, 2013:14).

O pensamento estruturalista buscou estabelecer uma forma de cientificidade, para as Ciências Humanas, capaz de apreender a lógica estrutural que perpassaria o movimento histórico e social. Palavras como leis, verdade, funcionalidade das instituições e ou dos sistemas, desenvolvimento – linear – histórico, fim histórico, emancipação e progresso fizeram/fazem parte importante do vocabulário estruturalista.

O mundo observado pelos estruturalistas foi o mundo advindo da modernidade, calcado na supremacia européia, na perspectiva e ou na crença diante do progresso econômico social. Na busca pela verdade universal a ser liberta das amarras que a estariam escravizando.

Cabe notar que assim como o estruturalismo representa as correntes de pensamento que surgem no século XIX e que buscam tornar compreensível o mundo moderno (europeu, urbano, industrial, antropocêntrico - embasado em formas de racionalidade cada vez mais científicas – e menos religiosas); o pós-estruturalismo surge na segunda metade do século XX de modo a compreender o mundo pós-guerra fria (organizado na dualidade entre URSS versus EUA), ou seja, o mundo que entra na globalização (organizada por meio da “vitória” do capitalismo por sobre o comunismo e por meio da “separação” entre campo econômico – por conta do capitalismo financeiro – e campo político – Estados-nação).

O pós-estruturalismo busca compreender as novas identidades (chamadas, por autores como Zigmunt Bauman, de identidades líquidas), que surgem e que passam a ter voz e a contestar as identidades tradicionais, fixas (tais como a identidade patriarcal, masculina, que dominara, até então, as relações adstritas à esfera familiar).

Busca compreender as novas formas de racionalidade (e, por vezes, de irracionalismos) que despontam desde o século XX, por meio da barbárie encabeçada, na Europa, pelos regimes totalitários (nazismo, fascismo, stalinismo/leninismo, maoísmo, etc). Diga-se de passagem, à direita e à esquerda do espectro político. Mostrando que o mundo não é dominado, de forma crescente, pela razão científica,

ponderada. Mas, por vezes, por impulsos e sentimentos destrutivos e ou destituídos de uma razão que se encaixe em uma ideia de evolução humana, linear. Mostrando, ainda, que as formas de racionalismo – quando absolutizadas – tendem a se tornarem totalitárias.

Os pós-estruturalistas, tal como aponta Williams (2013:29), simplesmente identificam - por vezes, de forma estarrecedora – que os sonhos advindos da modernidade³⁶ não foram atingidos na sua totalidade.

Que estes sonhos, como se refere Souza (2016) ao parafrasear Bauman, por vezes, foram frustrados. Aparecendo, diante de nós, como o despertar maldito de um sonho colorido. Justamente pelo fato de não se concretizarem como esperado. Por isso, a pós-modernidade³⁷ apresenta-se como uma tomada de consciência social diante dos limites e ou do ‘fracasso’ das promessas consolidadas desde a modernidade.

Deste modo, o

pós-estruturalismo não é uma forma de anti-humanismo ou de irracionalismo. É uma prática que visa mostrar os limites e problemas do humanismo e do racionalismo, embora mantendo seu viés progressista (WILLIAMS, 2013:29).

A modernidade se baseou, em grande medida – assim como o estruturalismo – na crença da força benéfica da ciência. Garantidora do futuro e do progresso. Garantidora da ordem, da estabilidade e da felicidade humana.

Processo que, para seu estabelecimento, careceria de um movimento anterior, calcado em um sujeito universal, consciente, capaz de chegar a verdade das coisas e de transformar a vida, dando-lhe uma direção e um sentido preciso.

Por isso, para os modernos, e para os estruturalistas a história tem uma linearidade latente. Passível de ser controlada e aperfeiçoada.

De forma mais importante, a modernidade implica o mito, que ela constrói sobre si própria, de que é capaz de criar, de alguma forma, a partir da força

³⁶Supremacia da razão e da ciência por sobre os obscurantismos e formas de ignorância humanas; concretização de projetos econômico, político e sociais que sejam capazes de levar o progresso para todos; a propensão humana para o bem e para estabelecer processos de justiça social amplos e duradouros; a capacidade humana para alcançar a verdade por trás dos fenômenos sociais.

³⁷ Pós-modernidade é o nome dado às transformações culturais, sociais - mas também econômicas – que surgem a partir das décadas de 60 e 70 do século XX, no ocidente.

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

histórica, de seu movimento e de sua trajetória, suas próprias orientações normativas (PETERS, 2000: 66).

Já na pós-modernidade³⁸ despontam questionamentos sobre a ideia de linearidade histórica. Por conta das inúmeras leituras (localizadas e baseadas nas distintas etnias, nas distintas religiões, nas distintas culturas e modos de ver a vida) que passam a ocupar o mundo globalizado. Leituras que nascem de relações que se entrecruzam, no mundo globalizado. Mas que, ao mesmo tempo, encontram dificuldades para estabelecerem uma visão única, consensual, acerca do homem e da vida social.

A própria crença, advinda da modernidade, de que o progresso, a evolução (daí termos como “progressista” aparecerem com força, na modernidade) e o humanismo³⁹ fossem coisas positivas, *per si*; passa a ser contestada na pós-modernidade.

A ideia de que o sujeito (visto como universal, centrado, estável e autoconsciente) seria capaz de construir um conhecimento sobre o mundo – verdades sobre este mundo e sobre si mesmo – são, paulatinamente, substituídas por leituras localizadas (por aquilo que se pode chamar de “pontos de vista”).

Na esteira desta “crise”, desta mudança, advinda da segunda metade do século XX, o pensamento pós-estruturalista

desenvolve uma série de diferentes métodos e abordagens como, por exemplo a arqueologia, a desconstrução, cada um dos quais funcionando de acordo com sua própria lógica, mas, considerados em seu conjunto, tendendo a enfatizar noções de diferença, de determinação local, de rupturas ou descontinuidades históricas, de serialização, de repetição e uma crítica que se baseia na ideia de “desmantelamento” ou de “desmontagem” (leia-se ‘desconstrução’). (PETERS, 2000: 37).

O pós-estruturalismo levou estas questões e transformações sociais em consideração, de modo a criar suas formas intelectuais de ler o social.

³⁸ Período histórico também chamado, por alguns intelectuais, de modernidade tardia (Anthony Giddens) e de modernidade líquida (Zigmunt Bauman).

³⁹ “[...] que tinha como pressuposto a existência de um eu estável, coerente, apreensível, capaz de desenvolver um conhecimento sobre si próprio e sobre o mundo por meio da razão” (PETERS 2000, p. 35).

Por meio de novas formas de compreender estas novas realidades, os pós-estruturalistas fizeram novas perguntas, buscaram novos métodos de análise do social. Assim, desenvolveram novas perspectivas, indo além daquelas explicações oferecidas até então, para dar conta de uma realidade, na qual, segundo Williams (2013:42), os discursos que antes tendiam a encontrar a verdade final agora subsistem, em grande medida, como perspectivas. Ao avesso da ideia absoluta de verdade e de ordem final a ser alcançada.

“As obras pós-estruturalistas convocam variedades de interpretações diferentes e resistem a significados últimos e comunicáveis universalmente” (WILLIAMS, 2013: 32).

Um aspecto importante, advindo das perspectivas pós-estruturalistas, é aquele atrelado ao seu poder de resistir e trabalhar contra verdades e oposições classicamente estabelecidas (WILLIAMS, 2013:17).

No pós-estruturalismo a vida não deve ser definida apenas pela ciência, mas pelas camadas de história e criações futuras capturadas em sentido mais amplo da linguagem, do pensamento e da experiência (WILLIAMS, 2013:34).

Como a vida não cabe, integralmente, nas explicações científicas. Como a vida é movida por uma infinidade de forças e relações, que contribuem para sua dinâmica – estando, estas forças e relações, diretamente ligadas a seus valores e contextos específicos – os pós-estruturalistas lembram, então, que as próprias teorias que buscam atingir a verdade absoluta, plena, da vida – notadamente nas ciências humanas – não são mais do que, também, crenças acerca da verdade. Crenças a respeito da capacidade que teríamos de chegarmos a verdade final, definitiva, sobre nós mesmos e sobre a vida.

Deste modo, “o pós-estruturalismo se opõe a verdades fundantes e a metas (ou mesmo direções) finais” (WILLIAMS, 2013:98). Analisa as questões sociais. A produção dos sujeitos. Mas sem ter como pano de fundo a tentativa de chegar a verdade final, completa acerca da vida. Acerca dos sujeitos.

O PÓS-ESTRUTURALISMO DE MICHEL FOUCAULT: A CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS

O pós-estruturalismo foucaultiano, segundo autores como Williams (2013:153), livra-se da ilusão de que há uma verdade final a ser atingida, por meio da análise social, no que se refere ao sujeito, à história ou à consciência humana. Para Foucault “somos historicamente condicionados, mas assumimos nosso lugar em um sistema aberto e contingente” (WILLIAMS, 2013:155).

A partir disso, Foucault traz uma profunda contribuição para pensarmos os processos de subjetivação, ou seja, de construção/produção dos sujeitos. Uma vez que é o tema do sujeito que mobiliza os estudos de Foucault, conforme Fonseca (2003:24) aponta.

A questão da produção dos sujeitos, de como somos levados a sermos sujeitos. As formas de produção dos sujeitos (via poderes e saberes) são temas retratados por Foucault, em sua obra.

Foucault, ao buscar a compreensão sobre o sujeito constrói uma perspectiva, segundo Veiga-Neto (2016:16), que dá as costas a metanarrativa iluminista, que propunha a existência de um sujeito universal, desde sempre aí, que pode ser desvelado e descoberto e que preexiste ao mundo social. Capaz, por isso mesmo, de conhecer a verdade fenomênica do mundo.

Em Foucault os sujeitos são produzidos por meio de processos (tecnologias sociais). Notadamente por meio de dispositivos (estratégias, consolidadas pelas instituições, por meio dos saberes que ali se encontram; que se voltam para a subjetivação – produção - dos indivíduos que passam pelas instituições).

Foucault produziu uma histórica acerca dos diferentes modos de subjetivação. Levando em conta relações de poder (e nunca “o poder”, tomado como substância ou como refém das relações jurídicas e ou econômicas); saberes locais (desenvolvidos nas instituições); uma relação de si para consigo mesmo (tema a qual Foucault chama de processo ético).

A questão das asserções de verdade, ou seja, a busca pela legitimação dos discursos, colocados em debate, na arena política; é outro ponto levado em consideração por Foucault. Até porque percebe que os sujeitos estão dispostos, via de regra, diante de discursos que buscam legitimar ações por sobre estes mesmos sujeitos.

Este processo, envolto por ações institucionais (poderes em ação); por saberes que se acercam dos indivíduos e grupos, buscando “conduzir” suas ações; por singularidades históricas, morais e situacionalmente localizadas acabaram por caracterizar uma forma de olhar para o social, denominada de método genealógico, por Foucault.

Conforme Revel (2005:52), aponta:

A genealogia trabalha, portanto, a partir da diversidade e da dispersão, do acaso dos começos e dos acidentes: ela não pretende voltar no tempo para restabelecer a continuidade da história, mas procura, ao contrário, restituir os acontecimentos na sua singularidade (REVEL, 2005:52).

Este esforço de Foucault, ao tentar compreender como os saberes locais, descontínuos e em busca de legitimação se consolidam – a partir da produção discursiva de verdades que se voltam aos indivíduos, produzindo-os – gerou a genealogia.

Genealogia que, segundo Foucault, pode ser entendida, ainda (do ponto de vista de uma ação engajada, política):

Não como um empirismo ou um positivismo, no sentido habitual do termo. Mas como um modo de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquiza-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns. [...] Não se trata da insurreição dos saberes antes de tudo contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados a instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa (FOUCAULT, 2017: 268)

A GENEALOGIA FOUCAULTIANA

Segundo Veiga-Neto (2016:55), na fase genealógica⁴⁰ Foucault vai buscar compreender como os saberes se consolidam nas instituições. Como são referendados por meio dos poderes gerenciados dentro das instituições.

⁴⁰ A obra de Michel Foucault é dividida entre os especialistas, segundo VEIGA-NETO (2016, p. 35) em três fases, fase arqueológica, genealógica e fase ética ou I, II e III fase. Esta divisão obedece critérios metodológicos e cronológicos. Em cada fase Foucault norteou seu trabalho com um problema principal associando uma determinada metodologia para resolvê-lo.

Como este processo de saberes e poderes atuam, no sentido de produzir determinados tipos de sujeitos.

A genealogia Foucaultiana reforça a ideia de que é preciso descer aos “porões”, ao subterrâneo da história para que se supere as grandes metanarrativas, tais como as advindas dos campos religioso, jurídico e ou político.

Metanarrativas que foram consolidadas, com o passar do tempo, e que parecem dar um sentido histórico, uma ordem gnoseológica e um sentido moral/final aos fatos sociais. Consolidando, ao mesmo tempo, asserções de verdade sobre a história, sobre os sujeitos, sobre as sociedades.

Foucault, com sua genealogia, constrói um tipo diferente de história social.

A genealogia faz um tipo especial de história. Como a palavra sugere, trata-se de uma história que tenta descrever uma gênese no tempo. Mas, na busca da gênese, a história genealógica não se interessa em buscar um momento de origem, se entendermos origem no seu sentido “duro”, isso é, como uma solenidade de fundação em que “as coisas se encontravam em estado de perfeição”, ou se a entendermos como “o lugar da verdade” (VEIGA-NETO, 2016: 56).

O que Foucault propõe, com sua fase genealógica, é compreender a história em construção (história localizada, situada, passível de transformação). E não a origem histórica das coisas ou o fim histórico que, porventura, estaria a nos esperar.

Em vez de acreditar na metafísica o genealogista deve escutar a história em seu próprio funcionamento, em sua própria materialidade. Assim procedendo, ele aprende que “atrás das coisas há ‘algo inteiramente diferente’: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que mostra que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas”. (VEIGA-NETO, 2016:56-57).

Ao olhar para história desta forma, Foucault, segundo Veiga-Neto (2016:57), não buscou compreender os fatos sociais por meio de possíveis pontos de apoio, mas indo ao próprio acontecimento histórico (localizado), de modo a perceber, ao redor deste, os movimentos (dos poderes e dos saberes) que o engendram e o alimentam. Num emaranhado de ações vivas, dispostas por meio de estratégias institucionais/situacionais.

Assim, pode-se entender a genealogia como um conjunto de procedimentos úteis não só para conhecer o passado, como também, e muitas vezes principalmente, para nos rebelarmos contra o presente (VEIGA-NETO, 2016:59).

Partindo do pressuposto de que “as grandes narrativas são, pois, histórias que as culturas contam sobre suas próprias práticas e crenças, com a finalidade de legitimá-las” (PETERS, 2000:18); a genealogia Foucaultiana, enquanto diagnóstico do presente, se utiliza da história para mostrar “a contingência do que é o nosso presente e daquilo que nele somos” (GARCIA, 2002:18).

A analítica dos dispositivos (poderes institucionais em ação, via estratégias e saberes localmente consolidados), em Foucault, nos leva a prestar atenção nos detalhes institucionais.

Pequenas astúcias, dotadas de um grande poder de difusão, arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitos, dispositivos que obedecem a economia inconfessáveis, ou que procuram coerção sem grandeza [...] (FOUCAUL, 2014:136).

Foucault procura construir uma relação entre as relações de poder e a construção de saberes, por meio da ação que estas processam, no sentido da disciplinarização dos corpos/comportamentos.

“O objetivo de Foucault é traçar uma genealogia das relações entre poder e o saber, para mapear a ontologia do presente, em termos do ser-poder” (VEIGA-NEGO, 2016: 65). Mostrando, assim, que processos de disciplinarização (controle) e docilização (estimulação) dos corpos, a partir do advento da sociedade disciplinar (capitalista) se faz muito mais por meio de estratégias sutis, político-econômicas; do que por meio do terror, da alienação e ou da dominação explícita.

Por meio desta perspectiva Foucault se importa em compreender como chegamos a ser quem somos. Ao mesmo tempo, o autor vislumbra as possibilidades que os indivíduos, os grupos sociais têm, no sentido de abrirem espaços de liberdade as contingências, diante das quais se encontram.

A faze genealógica foucaultiana pode ser entendida, portanto, como um método para compreender as formas de ação, adotadas pelos homens, diante dos homens (neste

sentido, é o estudo da construção das condutas que visam conduzir/controlar – e não, necessariamente, aniquilar, violentar, oprimir - outras condutas).

Na genealogia busca-se apreender os caminhos, os saberes e as práticas (poderes em ação) adotados institucionalmente.

Busca-se compreender a ação dos sujeitos, por meio do planejamento desta. O que se dá, via de regra, por meio da produção de processos (valores, regras, percepções de como as coisas são ou devem ser) que capturam, dividem e classificam os indivíduos e grupos.

CONCLUSÃO

Concluimos por meio de uma perspectiva pós-estruturalista que as novas realidades sociais da sociedade de nos permeia, exigem novos olhares e novas esforços para sua compreensão. Nesta direção, o pós-estruturalismo pode nos oferecer alguns instrumentos para a construção destes novos olhares.

Da mesma forma, entendemos que a obra de Michel Foucault oferece uma gama de possibilidades para estas compreensões, em especial no que tange a discussão sobre a fabricação dos sujeitos, as novas dinâmicas das relações de poder saber as quais estes sujeitos sociais são construídos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzien. – Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 42. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6º ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2017.

FONSACA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003

GARCIA, Maria Manuela Alves. *Pedagogia crítica e subjetivação: uma perspectiva foucaultiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GARCIA, Maria Manuela Alves. **O intelectual educacional e o professor crítico: o pastorado das consciências**. *Currículo sem Fronteira*, v.2, n.2, pp.53-78, Jul/Dez 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimento sociais**. 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2014. – (Questões da nossa época; v. 47).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaraciara Lopes Louro. 10 ed, Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa; posfácio: Silviano Santiago. 7º ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

MACHADO, Roberto. **Nietzsche e a Verdade**. 3 ed. Ver. Rio de Janeiro/são Paulo: Paz e Terra, 2017.

MOSÉ, Viviane. **O homem que sabe: do homo sapiens à crise da razão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MOSÉ, Viviane. *Nietzsche Hoje: sobre os desafios da vida contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

NOGUEIRA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. *Pedagogia e governamentalidade ou Da Modernidade como uma sociedade educativa*. Autêntica Editora, 2011

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo; RAMOS, Maurivan Güntzel. **Aprendentes do aprender: um exercício de análise textual discursiva**. *Indagatio Didactica*, v. 5, n. 2, p. 868-883, 2013. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/ID/article/view/2496/2364>>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

REVEL, Judith. Michel Foucault: **Conceitos essenciais**. Tradução Maria do Rosário Gegolin, Nilton Milanez, Calos Piovesani. São Paulo: Claraluz, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. (Org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOUZA, Sonielson Luciano de. **Pondé: dúvida e superficialidade nos vínculos da pós-modernidade**. 2016. Disponível em: <https://encenasaudemental.com/comportamento/insight/ponde-duvida-e-superficialidade-nos-vinculos-da-pos-modernidade/>. Acesso em: 29/06/2019

PASQUALINI, Juliana Campregher; Teixeira, Lucas André; Agudo, Marcela de Moraes. **Pedagogia histórico-crítica: legado e perspectivas**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

PETRES, Michel. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PRESTES, M. L. M. **A Pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 4. ed. São Paulo: Rêspel, 2012.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Tradução de Caio Liudvik. 2 ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2013.

O DIREITO DE HOSPITALIDADE UNIVERSAL E O ELEMENTO DO COLONIALISMO NO PENSAMENTO DE IMMANUEL KANT

Márcio Bonini Notari⁴¹

RESUMO: Na segunda seção, Kant menciona: “Os artigos definitivos para a paz perpétua entre os Estados são três: o primeiro, a Constituição civil em cada Estado deve ser republicana. A constituição de um Estado preocupado com a liberdade das pessoas, enquanto componentes de uma sociedade, da sua dependência a uma legislação comum e da sua igualdade como cidadãos. O direito das gentes deve ser fundado sobre um federalismo de Estados livres. Para garantir um estado de paz, Kant sugere a formação de uma união entre os povos, que não seria o mesmo que um Estado congregando povos, pois cada um tem e deve conservar a sua individualidade e o terceiro, o direito cosmopolita deve ser limitado às condições da hospitalidade universal. Essa última concepção, Kant no final do século XVII, já falava do “direito da posse comunitária da superfície da Terra”, e que, em virtude de suas dimensões limitadas, somos obrigados a conviver uns com os outros, tornando-se necessário exercitar. Essa última concepção, permite problematizar a questão dos estrangeiros e do colonialismo reforçando a necessidade da liga das nações em assegurar o direito cosmopolita, regulador das relações entre Estado e Cidadãos de outros estados (Estrangeiros), em não ser tratados com hostilidade em qualquer parte do globo, numa perspectiva de uma cidadania universal.

Palavras chaves: Direito dos povos; Direito cosmopolita; Colonialismo.

THE DIRECT OF UNIVERSAL HOSPITALITY AND THE ELEMENT OF COLONIALISM IN THE THOUGHT OF IMMANUEL KANT

ABSTRACT: In the second section, Kant mentions: “There are three definitive articles for perpetual peace between states: the first, the civil constitution in each state must be republican. The constitution of a State concerned with people's freedom, as components of a society, of their dependence on common legislation and of their equality as citizens. People's law must be founded on a federalism of free states. To guarantee a state of peace, Kant suggests the formation of a union between peoples, which would not be the same as a State congregating peoples, since each one has and must preserve its individuality and the third, the cosmopolitan right must be limited to conditions of universal hospitality. This last conception, Kant at the end of the 17th century, already spoke of the “right to community possession of the Earth's surface”, and that, due to its limited dimensions, we are obliged to live with each other, making it necessary to exercise. This latter conception allows us to problematize the issue of foreigners and

⁴¹ Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pelotas/RS - UCPEL. Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Faculdade Atlântico Sul de Pelotas/RS. Especialista em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas – UFPEL/RS. Mestre em Direitos Sociais e Políticas Públicas pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC/RS. Professor do Curso de Direito da Faculdade Unibalsas/MA. E-mail: marciobnotari@gmail.com
Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

colonialism, reinforcing the need for the league of nations to ensure the cosmopolitan right, which regulates relations between the State and Citizens of other states (Foreigners), in not being treated with hostility anywhere in the world. globe, in a perspective of universal citizenship.

Key words: Peoples' law; Cosmopolitan law; Colonialismo

INTRODUÇÃO

Immanuel Kant (Königsberg, 1724-1804) foi um filósofo prussiano, geralmente considerado o último grande filósofo dos princípios da era moderna. É conhecido como o filósofo das Três Críticas – Crítica da Razão Pura (1781), Fundamentação da Metafísica dos Costumes (1785), Crítica da Razão Prática (1788), Crítica do Juízo (1790) e À Paz Perpétua (1795) (LEITE, 2011, p. 15).

Nesta última obra, merece destaque a construção do pensamento político de Kant, tendo como um dos elementos básicos o direito cosmopolita, que não se confunde com o direito internacional, mas versa sobre a relação entre estado e outros cidadãos (assim denominado estrangeiros), o qual tem como máxima kantiana não ser hostilizado quando ingressar no território de outro estado, em virtude da posse originária comum a todos os seres humanos sobre a superfície da terra, sob a ótica da humanidade.

Segundo o professor de Filosofia Valério Rohden, Kant foi um filósofo que não saiu de sua cidade, mantendo uma atividade social diária, com a realização de exercícios físicos regulares, e com uma intensa participação na política universitária, tendo sido reitor, lecionando, escrevendo; seus conhecimentos, entre teológicos, científicos, filosóficos, artísticos e comuns, estendendo-se a quase todos os domínios da teoria e da prática humana; elaborou uma ética exigente, mas acessível ao homem comum e finito; investigou os ventos, o fogo, “o céu estrelado sobre mim e a lei moral em mim”. Suas teorias foram de uma perspicácia tal, que ainda hoje detém uma força crescente, movendo a conhecer e pensar.

O presente trabalho tem por objetivo investigar o tema do direito de hospitalidade universal e a questão do colonialismo, o qual em pleno século XXI desafia a globalização e seu modo universal de exploração de territórios e conflitos econômicos, étnicos e raciais. No texto, será feita uma análise acerca do artigo terceiro da paz perpétua com referência histórico-bibliográfica, em que as condições da

hospitalidade universal envolvem o direito de visita e que beneficia os cidadãos, uma vez que a cláusula kantiana direciona sua crítica aos estados colonizadores e suas práticas comerciais, submetendo a opressão os povos estrangeiros e indígenas.

Considerando que o presente trabalho é de natureza bibliográfica, o método de abordagem a ser adotado no seu desenvolvimento será o dedutivo, tendo pressuposto argumentos gerais, para argumentos particulares; quanto ao procedimento será analítico e o histórico crítico, procurando dar tratamento localizado à matéria objeto de estudo.

A VIDA E OBRA DE IMANUEL KANT

Immanuel Kant (Königsberg, 1724 — 1804) foi um filósofo prussiano, considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna. Não casou nem teve filhos, falecendo no dia 12 de fevereiro de 1804 aos 80 anos. *Kaliningrado* situa-se onde foi a Prússia Oriental, um território no litoral sul do Báltico, parte da Rússia desde 1946. Kant era filho de um artesão que trabalhava couro e fabricava selas. Sua mãe, de origem alemã, embora não tivesse estudo, foi mulher admirada pelo seu caráter e pela sua inteligência natural. Seus pais eram do ramo pietista da Igreja Luterana, uma subdenominação que requeria dos fiéis vida simples e integral obediência à lei moral.

Conforme as lições de Flamarion Tavares Leite (2011, p. 35), “parece, pois adequado, chamar o filósofo de *Konigsberg* de o provinciano universal”. As reflexões kantistas, a esse respeito descolam-se, sobretudo, das obras *Fundamentação da metafísica dos costumes* (*Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*, 1785); no entanto, são importantes as referências filosóficas contidas em *Crítica da razão pura* (*Kritik der reinen Vernunft*, 1787), em *Crítica da razão prática* (*Kriik der praktischen Vernunft*) e, referente ao Direito Internacional, o opúsculo sobre *A paz perpétua* (1793).

Segundo o professor de Filosofia Valério Rohden, Kant foi um filósofo que não saiu de sua cidade, mantendo uma atividade social diária, com a realização de exercícios físicos regulares, e com uma intensa participação na política universitária, tendo sido reitor, lecionando, escrevendo; seus conhecimentos, entre teológicos, científicos, filosóficos, artísticos e comuns, estendendo-se a quase todos os domínios da teoria e da prática humana; elaborou uma ética exigente, mas acessível ao homem comum e finito, Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

“o céu estrelado sobre mim e a lei moral em mim”. Seu pensamento filosófico foi de uma perspicácia tal, que ele ainda hoje parece que com uma força crescente – move-nos a conhecer e pensar.

O contexto histórico, social e político da obra Kantiana. Do ponto de vista histórico e social, a Prússia oriental era governada pelo Rei Frederico II (1740 – 1772), considerado hábil guerreiro e administrador, governando de forma centralizadora (Executivo, legislativo e judiciário), com uma rede de funcionários pagos e obedientes a suas ordens. Por ser militar, privilegiava a formação e o fortalecimento do Exército (guerras expansionistas), tendo sido considerado um déspota esclarecido prussiano, em razão do gosto pelas artes, compositor e escritor construindo essa imagem, eis que propiciava o bem comum do povo. Assim,

O ambiente no qual se desenvolve a filosofia kantiana é o da ascensão da burguesia e dos ideais liberais na Europa, idéias estas que, de variadas formas, agitavam o debate intelectual alemão. O Iluminismo já havia entrado na Alemanha, principalmente por meio de Wolff, de quem Kant trará vários referenciais para sua obra. O ambiente intelectual alemão, no entanto, tradicionalmente idealista, dominado por vários sistemas metafísicos, começou por receber, da parte de Kant, grande reprovação. No começo de sua trajetória intelectual, Kant havia-se ligado de larga maneira às ciências naturais, às comprovações empíricas, científicas, muito mais que propriamente aos sistemas de filosofia. No contato com a filosofia inglesa, empirista, Kant absorveu muito das críticas ao modo filosófico idealista e racionalista que fora sempre a marca da filosofia da Europa continental, da Alemanha sobremaneira. O grande despertar crítico da filosofia kantiana se dá, definitivamente, com Hume (MASCARO, 2002, pp. 51 – 52).

Nesse sentido, o criticismo filosófico da perspectiva kantiana é uma reação ao dogmatismo (Wolff) e ao ceticismo (Hume). De fato, entre esses extremos procuram posicionar-se a filosofia de Kant, na tentativa de conciliar, inclusive empirismo e idealismo, redundando num racionalismo que acaba por reorientar os rumos das filosofias modernas e contemporâneas. Dados biográficos acerca do filósofo de *Kónigsberg* confirmam na prática o que foi seu pensamento em teoria: rigor, perseverança e imanência racional (BITTAR, ALMEIDA, 2005, p. 267).

O ambiente no qual se desenvolve a filosofia kantiana é o da ascensão da burguesia e dos ideais liberais na Europa, idéias estas que, de variadas formas, agitavam o debate intelectual alemão. O Iluminismo já havia entrado na Alemanha, por Wolff, de quem Kant trará vários referenciais para sua obra. O ambiente intelectual alemão, no

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

entanto, tradicionalmente idealista, dominado por vários sistemas metafísicos, começou por receber, da parte de Kant, grande reprovação. No começo de sua trajetória intelectual, Kant havia-se ligado de larga maneira às ciências naturais, às comprovações empíricas, científicas, muito mais que propriamente aos sistemas de filosofia.

Seu empirismo foi uma reação direta ao racionalismo do século XVIII. Ao contrário de destacar a importância dos juízos lógicos e decretar impecáveis as sutilezas racionais. Nas conhecidas palavras de Kant, David Hume despertou- o de seu “sono dogmático”. Ao demonstrar a impossibilidade de um conhecimento ideal e prévio dos fenômenos, e ao afirmar a experiência como única fonte de apreensão de conteúdos, Kant passa a criticar os que pressupunham o conhecimento derivado de idéias plenas ou de sistemas de pensamento. Para Hume, é impossível afirmar-se, por exemplo, da experiência de um objeto que, solto no ar, cai ao solo, leis gerais sobre a gravidade. Só se pode afirmar, na teoria empirista de Hume, que tal e qual objeto caíram, mas nada nos pode levar a concluir que todos os objetos, ao serem soltos no ar, também cairão como caiu aquele (MASCARO, 2002, p. 51).

Esse empirismo levado a últimas conseqüências muito impressionou Kant, que passou a se perguntar a respeito das possibilidades de se afirmar um conhecimento verdadeiro. A encruzilhada que se abria a Kant dizia respeito a duas hipóteses: ou o conhecimento era exclusivamente empírico, nada se podendo afirmar para além do que se percebia concretamente, ou então havia possibilidades de antever como o ser humano podia conhecer os eventos empíricos, quaisquer que fossem estes. No entanto, segundo Kant:

Se for feita então a pergunta: "vivemos agora uma época esclarecida (*aufgeklärt*)? A resposta será: não, vivemos em uma época de esclarecimento (*Aufklärung*). Falta ainda muito para que os homens, nas condições atuais, tomados em conjunto, estejam já numa situação, ou possam ser colocados nela, na qual em matéria religiosa sejam capazes de fazer uso seguro e bom de seu próprio entendimento sem serem dirigidos por outrem. Somente temos claros indícios de que agora lhes foi aberto o campo no qual podem lançar-se livremente a trabalhar e tornarem progressivamente menores os obstáculos ao esclarecimento geral ou à saída deles, homens, de sua minoridade, da qual são culpados. Considerada sob este aspecto, esta época é a época do esclarecimento ou o século de Frederico. (KANT, 2009, p. 6).

A partir do uso dessa terminologia, Kant afirma que: “O Iluminismo é à saída do homem de sua minoridade de que ele próprio é culpado”. A minoridade, nessa vertente, consiste na incapacidade do súdito de se servir de seu próprio entendimento, sem a

orientação de outrem. O filósofo prussiano busca explicar a diferença entre o uso da razão (*Vernunft*), que estaria ligado ao pensar de forma livre, enquanto o entendimento seria não pensar livremente, diante da incapacidade do homem de julgar, por si só, de agir e pensar livre, sem a tutela de outrem. Esse outrem seria o “despotismo esclarecido” de Frederico II.

Assim, segundo, Kant, pode-se dizer aquilo que não é lícito a um Estado livre usar: raciocinais tanto quanto quiserdes e sobre qualquer coisa que quiserdes; apenas obedecei! Embora aqui, a expressão pela sua tonicidade leve ao entendimento acerca do raciocínio subordinando as ordens do despotismo esclarecido (Frederico), Kant, no início do texto (Esclarecimento) menciona que está escrevendo em Jornal (*Berlinische Monatsschrift*). O “obedecei”, na perspectiva kantiana, implica na verdade em obedecer à razão, o raciocínio livre. (FOUCAULT, 2010, p.8). Para Foucault,

Em todas essas formas de atividade, nesse uso que fazemos das nossas faculdades quando somos funcionários, quando pertencemos a uma instituição, a um corpo político, o que somos? Somos simplesmente, diz ele, "as peças de uma máquina"! Somos as peças de uma máquina, situadas num lugar dado, com certo papel preciso a desempenhar, enquanto há outras peças da máquina que têm outros papéis a desempenhar. E, nessa medida, não é como sujeito universal que funcionamos, funcionamos como indivíduos. E devemos fazer um uso particular e preciso da nossa faculdade dentro de um conjunto que, por sua vez, é encarregado de uma função global e coletiva. É isso o uso privado. (FOUCAULT, 2010, pp. 34 – 35).

Para o Kantismo, muitas profissões que se exercem no interesse da comunidade, seria necessário certo mecanismo, em virtude do qual alguns membros da comunidade devem comportar-se de modo passivo para serem conduzidos pelo governo, mediante uma unanimidade artificial, para finalidades públicas, ou pelo menos deveriam ser contidos para não destruir essa finalidade. Kant parece estatuir uma ótica ortodoxa ao estabelecer que apenas o homem sábio diante de um público letrado, poderia fazer uso público da razão, leia-se de pensar, julgar e agir livremente, sem a tutela de outro, pois um determinado grupo de “cidadãos” poderia fazer o uso dessas faculdades humanas.

Para Kant (2002, p. 11) “O homem é a única criatura que precisa ser educada. Por educação entende-se o cuidado de sua infância (a conservação, o trato), a disciplina e a instrução com a formação. Conseqüentemente, o homem é infante, educando e discípulo”. A perspectiva kantiana parte do pressuposto que o homem é o único ser que

precisa ser educado e as etapas necessárias para a construção do seu processo de “saída da minoridade para a maioridade”. Por sua vez, o ser humano não seria de início moralmente “esclarecido”, ou seja, ainda um ser moral, ele não seria bom, nem mal por natureza. Assim, Kant enfatiza o processo educacional ao qual o ser humano precisa submeter-se, desde a infância, para se tornar emancipado.

Para a perspectiva Kantiana vislumbra-se uma preocupação da educação em relação à humanidade, à medida que os grandes mestres não tomam parte nas experiências da educação, para o avanço da educação em direção à perfeição da natureza. Nesse sentido, a educação no viés kantista se tornará sempre melhor se cada uma das gerações futuras der um passo em direção ao aperfeiçoamento da humanidade, visando uma futura felicidade da espécie humana, em razão da diversidade do modo de viver *inter homines*.

Sendo assim, Kant tem com um dos alicerces a liberdade de pensamento, pois o Estado absolutista exigia estrita obediência dos súditos; por outro lado, estimulava os cidadãos para a saída da menoridade e tornando-os sujeitos racionais. Um dos principais ideários do movimento iluminista e do pensamento liberal burguês na Alemanha é a luta contra o Estado paternalista/absolutista, o qual decidia o que era melhor aos seus súditos, tutelando os que eram mantidos em seu domínio e o fomento as guerras expansionistas e a conquista de territórios, do qual o kantismo radicalmente se opõe no contexto das suas obras, notadamente, nos artigos da paz perpétua, que serão analisados no próximo item.

A PAZ PERPÉTUA: INTRODUÇÃO AO CONTEXTO DO DIREITO DAS GENTES

O contexto histórico da obra, leva em consideração o tratado de Paz da Basiléia, assinado entre a França e a Prússia, cujo resultado principal da Paz foi à reemergência da França como potência européia. A Prússia foi obrigada a ceder-lhe seus territórios na margem esquerda do Reno e a Espanha, dois terços da ilha de Hispaníola. Kant dá início ao seu pensamento, em A Paz Perpétua, a partir de uma metáfora:

Pode deixar-se em suspenso se esta inscrição satírica na tabuleta de uma pousada holandesa, em que estava pintado um cemitério, interessa em geral aos homens, ou em particular aos chefes de Estado que nunca chegam a saciar-se da guerra, ou tão-só aos filósofos que se entregam a esse doce sonho. Mas o autor do presente ensaio estipula o seguinte: visto que o político prático está em bons termos com o teórico e com grande autocomplacência o olha de cima como a um sábio acadêmico que, com as suas idéias ocas, nenhum perigo traz ao Estado – este deve antes partir dos princípios da experiência – e a quem se pode permitir arremessar de uma só vez os onze paus, sem que o estadista, conhecedor do mundo, com isso se preocupe, no caso de um conflito com o teórico, ele deve proceder de um modo conseqüente e não farejar perigo algum para o Estado por detrás das suas opiniões, aventadas ao acaso e publicamente manifestadas – com esta clausula salvatoria quer o autor saber-se a salvo expressamente e da melhor forma contra toda a interpretação maliciosa (KANT, 2008, p. 4).

Ao evocar essa metáfora filosófica, cujo desejo é o fim para as guerras humanas e da supremacia dos chefes de Estado, a ironia, logo no prenúncio da obra e no seu próprio título, em que o autor recorre à “idiomática funerária”, em que se identifica o ideal da paz perpétua. Daqui se segue, pois, que uma guerra de extermínio, na qual se pode produzir o desaparecimento de ambas às partes e, por conseguinte, também de todo o direito, só possibilitaria a paz perpétua sobre o grande cemitério do gênero humano. (PIM, 2006, p. 08).

Nesse sentido, Kant abordará o problema da paz internacional, retomando alguns aspectos já que haviam sido abordado na sua obra “A Metafísica dos Costumes”, no título os direitos dos povos, aprofundado a relação entre os estados e os povos, os estrangeiros, a colonização de países, o direito público respeitando a liberdade individual no plano interno, mas também, externo, tendo por objetivo estatuir as convenções e demais normas a serem seguidas pelas nações, com a finalidade de levar o projeto racionalista, no plano da harmonia universal sustentada pelo direito. Assim, segundo as lições kantianas:

O estado de paz entre os homens que vivem juntos não é um estado de natureza (*status naturalis*), o qual é antes um estado de guerra, isto é, um estado em que, embora não exista sempre uma explosão das hostilidades, há sempre, no entanto, uma ameaça constante. Deve, portanto, instaurar-se o estado de paz; pois a omissão de hostilidades não é ainda a garantia de paz e se um vizinho não proporciona segurança a outro (o que só pode acontecer num estado legal), cada um pode considerar como inimigo a quem lhe exigiu tal segurança (Kant, 2008, p. 10).

O kantismo irá definir a paz como o fim de toda hostilidade e não simplesmente como a supressão das hostilidades, que se estabelece no intervalo entre as guerras. A paz não é uma situação que existe no Estado de natureza, mas deve ser construída e garantida por um ordenamento jurídico sustentado por um aparelho coercitivo acima dos Estados. Os artigos definitivos para a paz perpétua entre os Estados seriam, em primeiro lugar, a Constituição civil em cada Estado deve ser republicana. Já o Segundo Artigo, trata do direito das gentes deve fundar-se numa federação de Estados livres. E o Terceiro Artigo, ressalta, o direito cosmopolita deve limitar-se às condições da hospitalidade universal.

Sendo assim, quanto à constituição segundo o direito político (*Staatsbürgerrecht*) dos homens num povo (*ius civitatis*); salienta Kant, que numa constituição em que o súdito não é cidadão, e por conseqüência, a constituição não seria republicana, a guerra é a coisa mais simples em termos universais; a constituição republicana, além de ter a pureza de sua origem, de ter nascido na fonte do conceito do Direito, isto é, na paz perpétua. Kant aduz a crítica ao chefe do Estado, como sendo não é um membro, mas o seu proprietário. A república na ótica kantiana constitui a base necessária para assegurar a paz entre os povos (KANT, 2009, p. 14).

A constituição seria fundada, levando em conta três fatores elementares: os princípios da liberdade dos membros de uma sociedade (enquanto homens); em segundo, a conformidade com os princípios da dependência de todos em relação a uma única legislação comum (enquanto súditos); e, em terceiro lugar, segundo a lei da igualdade dos mesmos (enquanto cidadãos), é a única que deriva da idéia do contrato originário, em que se deve fundar toda a legislação jurídica de um povo, é a constituição republicana. (KANT, 2009, p. 15). Assim, vale ressaltar, as seguintes lições:

A origem da terminologia vincula-se ao ser, ao principio do estado civil; o originário está na dimensão do dever-ser. O estado civil é um estado jurídico, e o contrato é um princípio regulador, uma norma para o direito político. O contrato é uma simples idéia da razão, mas tem sua realidade prática indubitável, isto é, obrigado todo legislador a promulgar suas leis como se elas pudessem ter emanado da vontade unida de todo o povo e a considerar todo súdito, na medida que ele queira ser cidadão, como se tivesse colaborado com seu voto para formar uma tal vontade. Essa é a pedra de toque de da legitimidade de toda lei pública. (TERRA, 1995, pp. 39-40).

O republicanismo, para Kant, é princípio político da separação entre o poder executivo e o legislativo; o despotismo é o princípio da execução arbitrária pelo Estado de leis, portanto a vontade pública é manejada pelo governante como sua vontade privada. Assim, vale frisar:

A República diferencia-se então do republicanismo. Neste, a constituição é republicana no espírito, mas não na letra. Os Estados surgem na história por meio da violência, que se opõe à idéia de um contrato social. Kant, no entanto, nega não apenas as formas tradicionais de legitimação de poder como também a contradição entre a República racional e o poder histórico. A República é a norma para julgar qualquer constituição civil, qualquer Estado surgido com violência. No entanto, só a República histórica é a forma adequada da idéia de República, onde a realização do direito se completa. O republicanismo tem caráter provisório; só quando a Constituição "também na letra" se tornar uma República é que se constitui um "estado absolutamente jurídico da sociedade civil". As formas tradicionais de Estado devem, portanto ser superadas, dando lugar à República, na qual "a lei reina por si e não depende de nenhuma pessoa". (NOUR, 2003).

Inspirado no princípio de que a tendência da história da humanidade é a de tornar real uma sociedade jurídica cada vez mais ampla, entendido o direito como conjunto de condições capazes de tornar possível a coexistência pacífica das liberdades externas, cuja finalidade só poderá ser alcançada por uma federação de Estados livres, quando cada Estado, em âmbito interno, houver adotado o republicanismo, em que o poder de decisão da guerra/paz não caiba de forma absoluta e ilimitada ao monarca (déspota), o primeiro servidor do estado, garantindo a liberdade no plano interno e, a paz, no plano externo.

Quanto à idéia de paz, através da mudança de regime político estar radicada no kantismo, isso se mostra na obra o ensaio sobre o progresso, uma sociedade organizada segundo uma constituição dos direitos naturais dos homens, aqueles em que a lei deve também, reunida, legislarem em conformidade com a constituição republicana, como sendo aquela que qualifica como melhor para os fins de afastar a guerra (BOBBIO, 2000, p. 259).

Neste caso, o estado de natureza é aquele em que não existe o direito, por isso "a paz deve, portanto ser assegurada por estruturas jurídicas institucionais, ou seja, o estado de paz deve ser fundado por meio do direito público: deve-se sair do estado de natureza e entrar num estado civil, um estado no qual é legalmente definido o que é de

cada um”. Kant, elenca que a necessidade da Constituição ser republicana, uma vez que não havendo cidadãos, mas súditos, não há possibilidade de deliberação para a guerra, pois ela se torna fruto da vontade do proprietário do Estado (KANT, 2009, p. 13).

No final do século XVIII, o filósofo prussiano pensa sua filosofia política sob dois ângulos: a Revolução Americana e a Revolução Francesa. Ambas adotaram o modelo republicano (forma de governo), o qual Kant considera o único capaz de promover a paz perpétua, em razão de num estado autoritário, as guerras além de um alto custo, servem para satisfazer única e exclusivamente a vontade do desposta, que nada perde com as guerras, suas caçadas ou os seus banquetes, pois o custeio da guerra e deus vontades, será custeado com o pagamento de impostos dos súditos, os quais dificilmente dariam seu consentimento para um empreendimento tão custoso (DURÃO, 2018, p. 42).

E importante frisar que Kant, não é contrário as guerras, mas sim há questão de havê-la sem que haja a confiança mútua entre os estados; logo, a guerra seria apenas o meio necessário e lamentável no estado da natureza (em que não existe nenhum tribunal que possa julgar, com a força do direito), para afirmar pela força o seu direito; na guerra, nenhuma das partes se pode declarar inimigo injusto (porque isso pressupõe já uma sentença judicial).

Isso porque, na perspectiva kantiana a guerra não deve servir para o extermínio, ou seja, para uma guerra de extermínio, pois impossibilita a negociação de paz. Os estados existem isolados, mas entram nem relação uns aos outros; em termos jurídicos evidenciam-se algumas questões básicas sobre esse relacionamento. Sendo assim, no artigo preliminar (6), nenhum Estado em guerra com outro deve permitir tais hostilidades que tomem impossível a confiança mútua na paz futura, o emprego em outro Estado de assassinos (percussores), envenenadores (*venefici*), a ruptura da capitulação, a instigação à traição (*perduellio*), etc.

Os Estados considerados em suas relações exteriores recíprocas, estão num estado de natureza não jurídico (selvagem com as leis); este é um estado de guerra (do direito do mais forte), mesmo havendo guerra efetiva ou combate contínuo (hostilidade); É necessário uma federação de povos, segundo a idéia de um contrato social originário; Essa associação não deve conter um poder soberano (como numa constituição civil), mas apenas um consórcio (Federação), uma associação pode ser dissolvida a qualquer momento e que deve ser renovado de tempos em tempos. As relações entre estados

assemelham-se as relações dos homens no estado de natureza, vigorando a ausência de direito. (TERRA, 1995, p. 71).

Em sentido contrário, se houvesse um poder supremo mundial, as soberanias nacionais seriam destruídas, e, por conseqüência, seria instaurada uma espécie de tirania universal. Ademais, para escapar a essa situação de guerra Kant propõe uma solução análoga à constituição do estado jurídico pelo contrato social, com o estabelecimento de uma federação de nações livres. Mesmo reconhecendo essa dificuldade, o autor sustenta que um homem pode forçar a outro se associar consigo para a formação do estado civil, em que o *é* de cada um *é* garantido pelo poder supremo, ficando assim todos em segurança. Um Estado não pode forçar o outro, eis que o poder supremo não garantiria a independência. De tal modo que,

A constituição do estado civil resolveria o problema das relações entre os indivíduos no estado de natureza. Esse evento constituiu o triunfo do direito sobre o estado não jurídico, ou somente provisoriamente jurídico. Mas, com a constituição do Estado, ou seja, com a supressão do estado natural entre os indivíduos, o triunfo do direito não é ainda completo. Aquele mesmo estado de natureza que estava em vigor antes da constituição do Estado entre os indivíduos, continua vigorando nas relações entre os Estados. O triunfo do direito na sociedade humana não será completo enquanto não for instaurado um estado jurídico civil e não-natural também entre os Estados. (BOBBIO, 2000, p. 244).

Nesse sentido, torna-se necessário, que as repúblicas, uma vez constituídas no âmbito interno dos estados, possam originar a federação de estados livres. Isso permitiria a independência dos Estados, sem que um se sobreponha ao outro (super estado), assumindo feição de uma associação, em que os componentes estariam num nível de colaboração entre iguais, para firmarem o “contrato originário”.

Sendo assim, há duas questões que emergem dessa consideração kantiana; de um lado, irá haver a limitação da liberdade de cada um, tornando possível a coexistência pacífica dos indivíduos, segundo uma lei universalmente válida que tem como premissa o mandamento kantiano do imperativo categórico; por outro lado, permitira aos homens obedecerem somente às leis que ajudaram a elaborar, possibilitando a instauração das relações pacíficas entre os indivíduos, ou seja, a paz social no plano externo entre os estados.

Para Alysson Mascaro (2018, p. 27), Kant distingue os imperativos categóricos dos imperativos hipotéticos. Estes últimos são os modos de ação típicos da técnica ou do pragmatismo. Se um homem quer buscar um objeto que foi jogado no telhado, então sua melhor técnica deve ser a de subir uma escada; se alguém quer sua felicidade, então pensa positivamente. Todos esses imperativos – técnicos ou pragmáticos – propõem deveres que servem como meios a fins. São imperativos hipotéticos.

O imperativo categórico, ao contrário, não se estabelece assim. Não é orientado a fins específicos. Não faz alguma coisa para conseguir outra. É orientado ao cumprimento do dever pelo dever e, por isso, é independente de condicionantes concretas, sendo, pois universal. A universalidade é a marca dos imperativos categóricos. Isso quer dizer, há uma pressuposição da aplicação universal e de um querer advindo de uma pressuposta universalidade dos agentes. A universalidade é uma medida fundamental do pensamento prático kantiano. Sua flexibilização, abominável à razão. *De tal modo que quando utiliza as expressões “máximas universais”, o autor refere ao imperativo categórico. (grifo nosso)*

No próximo parágrafo, será feita a análise da questão do colonialismo e o direito de hospitalidade universal.

O DIREITO DE HOSPITALIDADE UNIVERSAL E A O TEMA DO COLONIALISMO NA ÓTICA KANTIANA

Além de um direito das gentes e de uma constituição civil republicana, Kant salienta o direito cosmopolita, considerando os homens/Estados, na sua relação externa de influência recíproca, como cidadãos de um estado universal da humanidade, limitado às condições de hospitalidade universal. A análise não versa somente sobre o direito que é dado a cada cidadão a partir de seu Estado, mas termos de mundo, inserido numa sociedade/comunidade internacional, isto é, o direito das relações de um Estado em si e dos indivíduos de Estado com outro (estrangeiros), denominado direito cosmopolita. Assim propõe Kant (2009, p. 20):

Fala-se aqui, como nos artigos anteriores, não de filantropia, mas de direito, e hospitalidade significa aqui o direito de um estrangeiro a não ser tratado com hostilidade em virtude da sua vinda ao território de outro. Este pode rejeitar o

estrangeiro, se isso puder ocorrer sem dano seu, mas enquanto o estrangeiro se comportar amistosamente no seu lugar, o outro não o deve confrontar com hostilidade. Não existe nenhum direito de hóspede sobre o qual se possa basear esta pretensão (para tal seria preciso um contrato especialmente generoso para dele fazer um hóspede por certo tempo), mas um direito de visita, que assiste todos os homens para se apresentarem à sociedade, em virtude do direito da propriedade comum da superfície da Terra, sobre a qual, enquanto superfície esférica, os homens não se podem estender até ao infinito, mas devem finalmente suportar-se uns aos outros, pois originariamente ninguém tem mais direito do que outro a estar num determinado lugar da Terra.

Kant elenca esse direito é denominado direito cosmopolita (*jus cosmopolitanum*), cujo objetivo visa à unificação possível de todos os povos em vista de certas leis universais de seu possível comércio. Esta idéia racional de uma comunidade pacífica universal, ainda que não amistosa, de todos os povos sobre a Terra que podem chegar a uma relação efetiva entre si não é porventura filantrópica (ética), mas um princípio jurídico, uma vez que a posse da terra, sobre a qual o habitante da Terra pode viver, de tal modo que pode ser pensada apenas como posse de uma parte de um todo determinado, a que cada um deles tem originariamente um direito, assim todos os povos se encontram em uma comunidade da terra.

O filósofo prussiano chama a atenção para o fato de que não se trata somente do direito de ser hóspede em outros países, mas do direito de visitar povos e os países sem ser tratado com hostilidade pela qualidade de estrangeiro. Esse direito será consolidado na visão kantiana tendo por base o direito a propriedade comum da superfície da terra, sobre o qual os seres humanos não podem em razão da esfericidade do planeta, evitar forma indefinida uns aos outros, mas devem suportar-se, pois de forma originária, ninguém possui mais direito que o outro por estar num determinado lugar da terra. (HECK, 2007, p.203).

O direito cosmopolita deve ser limitado às condições da hospitalidade universal. Em 1795, Kant já falava do “direito da posse comunitária da superfície da Terra”, e que, em virtude de suas dimensões limitadas, somos obrigados a conviver uns com os outros, tornando-se necessário exercitar a tolerância mútua. Na *Metafísica dos Costumes*, o autor salienta a importância do comércio para a liberdade e a aproximação entre os povos da terra, com objetivo de firmarem uma lei universal. Na literatura pelo filósofo universal é a colonização. Embora seja permitido ao estrangeiro visitar todas as regiões da terra, em regra, por outro lado, ele não teria o direito de estabelecer uma colônia no

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

território de outra nação, sendo para isso necessário um contrato específico (KANT, 2003, p. 194). Para Kant:

Se, pois, se comparar a conduta inospitaleira dos Estados civilizados da nossa região do mundo, sobretudo dos comerciantes, causa assombro a injustiça que eles revelam na visita a países e a povos estrangeiros (o que para eles se identifica com a sua conquista). A América, os países negros, as ilhas das especiarias, o Cabo, etc., eram para eles, na sua descoberta, países que não pertenciam a ninguém, pois os habitantes nada contavam para eles. Nas Índias Orientais (Industão), introduziram tropas estrangeiras sob o pretexto de visarem apenas estabelecimentos comerciais, mas com as tropas introduziram a opressão dos nativos, a instigação dos seus diversos Estados a guerras muito amplas, a fome, a rebelião, a perfídia e a ladaíinha de todos os males que afligem o gênero humano (KANT, 2008, p. 21).

Sendo assim, o projeto da filosofia kantiana tem por objetivo inicial fundar uma sociedade baseada no direito público que respeita a liberdade individual, num sentido mais amplo. Portanto, seria uma tendência natural que haja essa relação entre Estados e povos. Por outro lado, no sentido kantiano, em razão da própria realidade do autor, o qual residia na Prússia, governada pelo monarca absolutista (Frederico II), o qual era favorável as guerras expansionistas e, porquanto, tinha como objetivo a conquista de territórios de outros estados; tal relação, portanto, na ótica de Kant, poderia ensejar a colonização dos outros países, em desrespeito aos direitos individuais, especialmente, aos indivíduos estrangeiros.

A China e o Japão (Nipon), que tinham lidado com semelhantes hóspedes, permitiram sabiamente o acesso, mas não a entrada (China), e só um acesso limitado a um único povo europeu, os Holandeses (no caso do Japão), excluindo da comunidade os nativos. Do ponto de vista do juízo moral, Kant condena à guerra, o colonialismo, a opressão e a escravidão. Este direito pode ser chamado o *jus cosmopolitanum*, em razão da unificação possível de todos os povos em vista de certas leis universais de seu possível comércio. Kant faz um elogio a China e ao Japão, que permitem o contato de estrangeiros sem a instalação de colônias, ao contrário dos outros países.

Na visão de Mascaro (2012, p. 234), “daí se compreende porque, para Kant, o direito cosmopolita deve se limitar a hospitalidade universal, não podendo transbordar para o colonialismo ou imperialismo”. Com isso, os apontamentos kantianos, muito além de dizer que deve haver a acolhida universal quando das visitas dos cidadãos de

diversos países ao estrangeiro, justamente pela idéia de que não se pode pretender internacionalmente nenhuma outra relação que não seja aquela de hospitalidade, sendo o colonialismo, é abominável.

Kant seria o primeiro embrião teórico de uma entidade supranacional como a organização das Nações Unidas (ONU), pela crítica ostensiva ao modelo colonialista e a defesa dos direitos humanos. Ficam suas lições, ao aduzir que a violação do direito num lugar da Terra se sente em todos os outros, enquanto direito natural (complemento necessário de código não escrito), do direito político como do direito das gentes, num direito público da humanidade e, assim, um complemento da paz perpétua. Segundo a Kant:

Fala-se aqui, como nos artigos anteriores, não de filantropia, mas de direito, e hospitalidade significa aqui o direito de um estrangeiro a não ser tratado com hostilidade em virtude de sua vinda ao território de outro. Este pode rejeitar o estrangeiro, se isso puder ocorrer sem a ruína dele, mas enquanto o estrangeiro se comportar amistosamente no seu lugar, o outro não o deve confrontar com hostilidade. Não existe nenhum direito de hóspede sobre o qual pode se basear esta pretensão, mas um direito de visita, que assiste os homens para se apresentar a sociedade, em virtude do direito da propriedade comum sobre a superfície da terra, sobre a qual, enquanto superfície esférica, os homens não podem estender-se ao infinito, mas devem finalmente suportar-se uns aos outros, pois ninguém originariamente tem mais direito do que o outro a estar num determinado lugar da terra. (KANT, 2012, p.148).

Na visão de Paulo Cesar Nodari, o objetivo da perspectiva de Kant, seria instaurar uma Constituição Cosmopolita, não pela conquista ou pelo uso da força, tendo como pano de fundo a questão dos direitos humanos, a partir da premissa kantiana do homem enquanto fim, nunca como meio, cuja essência do ser humano é a liberdade. Esses pressupostos não se tratam de mera ficção jurídica, mas de uma realidade em benefício do ideário de “paz perpétua”. Trata-se, portanto do direito dos cidadãos no mundo como seres humanos, em qualquer parte do mundo, como direito de humanidade (NODARI, 2010).

O direito cosmopolita, nesse sentido, configura na ótica kantiana um direito de estabelecimento sobre o território de outro povo. De tal modo, que permite a Kant a fundamentação de uma teoria do direito com severa crítica à atitude dos povos europeus em relação a povos de outros continentes, denunciando os procedimentos de colonização que, alegando trazer aos selvagens o benefício da civilização, apropria-se

das terras pela força ou compra fictícia. A instalação sobre terras só poderão ser feitas mediante um contrato, porém sem que haja a instalação de colônias.

El análisis de algunos textos de Kant muy elocuentes acerca de las reglas que han de regir el acercamiento de unos pueblos a otros, y en clara contraposición al paternalismo manejado por Mill en punto a este tema, confirma a Ripstein que el colonialismo representa una conducta intolerable para el primero, al infantilizar al pueblo colonizado y mantenerlo en una minoría de edad intolerable. El carácter no coactivo del derecho cosmopolita, acompañado de la posibilidad de que el huésped extranjero rechace la oferta de comunicación, de comercio o de intercambio cultural del visitante. (MADRID, 2015, p. 733).

Pero la cuestión principal dice respecto a si éste se reduce, o no, al derecho de visita. Parte de los intérpretes analizan el derecho cosmopolita como garantía de libertad de desplazamiento de los individuos por todo el mundo. Otros resaltan que el artículo insiste en la reciprocidad, o en la relación de los Estados con comunidades no organizadas y el rechazo del colonialismo. De un lado se insiste en el derecho de visita y la hospitalidad y, del otro, en el límite del derecho de visita que puede llevar a la dominación. (TERRA, 2008, p. 115).

O direito cosmopolita regula as relações entre Estado e Cidadãos de outros estados (Estrangeiros). A máxima fundamental do direito cosmopolita é que um estrangeiro que vai ao território de outro Estado não poderá ser tratado com hostilidade, até o momento em que cometa atos hostis contra o Estado em que está hospedado. Por outro lado, Kant justifica essa máxima com o direito que cabe a todos os homens, em sentido universal lastreado na idéia de humanidade sob o ângulo do imperativo categórico, de entrar em sociedade com seus semelhantes, em virtude da posse originária de toda superfície da terra, sem que para isso haja a instauração de colônias, o que implicaria na volta da condição de súditos e, por consequência, o desvirtuamento do ideário da paz perpétua.

CONCLUSAO

A luz de tais investigações, a perspectiva de Kant menciona que é obrigação de todos indivíduos buscarem a paz, mas que esse dever “não pode ser instituído ou

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

assegurado sem um contrato dos povos entre si”. O contrato seria feito por meio da união entre os povos, que se pode denominar liga de paz, a qual do tratado de paz o qual tem por finalidade pôr fim a uma guerra, aquela. A Paz Perpétua representa uma oportunidade para refletir sobre a guerra entre dois ou mais Estados, sua origem e caminhos para a paz. Percebe-se no pensamento de Kant a preocupação em mostrar a conexão entre o surgimento de uma guerra e as atitudes comuns dos cidadãos e de seus governantes, portanto, sua filosofia não é contrária as guerras, mas para indicar apontamentos em como solucionar os conflitos existentes entre os povos.

A necessidade da paz na visão kantiana é imperativa para a ordem internacional, bem como, o Estado seria para a constituição das limitações às liberdades individuais. Portanto, emerge de seu referencial teórico, a consolidação do ideário de uma federação de Estados livres que respeita o direito conforme os princípios jurídicos da liberdade, apontando como uma bússola na direção necessária para uma crescente comunidade de estados federados associados, sem perda da soberania ou formação de um ente acima aos Estados. A internacionalização das relações assentadas ao direito permitiria, assim, a “paz perpétua”.

Assim, pode-se dizer que na perspectiva kantiana do direito cosmopolita, tem como elemento central o direito de cada pessoa em qualquer canto do mundo, mesmo sendo cidadão de outros país. Conclui-se, portanto, sem exaurir o tema, que o kantismo, pretensamente universalista, signatário do Iluminismo, muito embora não tenha conhecido as colônias da América, tem uma visão cosmopolita do direito do estrangeiro, no sentido da humanidade. Para Kant, o colonialismo e o estabelecimento de colônias que levam a dominação dos estrangeiros e inviabiliza o caminho para a paz; de outro lado, é imperativo assegurar o direito comum de cada ser humano sobre a superfície da terra e o direito de hospitalidade universal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKENKAMP, J. Immanuel Kant: **Princípios metafísicos da doutrina do direito**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. (Tradução/Livro).

BITTAR, Eduardo, ALMEIDA, Guilherme de Assis. **Curso de Filosofia do Direito**. São Paulo: Atlas 2015.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora: Universidade de Brasília, 1998.

____. **Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant**. São Paulo: Mandarim, 2000.

DURÃO, Aylton Barbieri. **Kant contra Habermas: Guerra e Paz no Pensamento Cosmopolita**. AUFKLÄRUNG, João Pessoa, v.5, n.1, Jan./Abr., 2018, p. 3952.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros: curso no Cullege de France (1982-1983)**; tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança Estrutural na Esfera Pública**. UNESP: São Paulo, 2014.

HECK, José N. **Da Razão Prática ao Kant Tardio**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

KANT, Immanuel. **A Paz Perpétua e Outros Opúsculos**, 2009.

____. **Sobre a Pedagogia**. Editora UNIMEP, São Paulo, 2002.

____. **Razão, liberdade, lógica e ética**. Cadernos IHU em formação Ano 1 – Nº 2 – 2005.

____. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Bauru, SP: Edipro, 2003.

____. **O que é isso Esclarecimento**. Disponível em <http://www.ufsm.br>.

LEITE, Flamarion Tavares. **10 Lições de Kant**. 5.^a Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução à filosofia do direito: dos modernos aos contemporâneos**; São Paulo: Atlas, 2002.

____. **Lições de Filosofia do Direito**: Atlas, 2016.

NOUR, Soraya. **Os cosmopolitas. Kant e os "temas kantianos" em relações internacionais**. Contexto int. vol. 25, n.º 1, Rio de Janeiro Jan./Junho 2003.

PIM, Joám Evans. **Para a paz perpétua. Estudo introdutório**. Tradução: Bárbara Kristensen: Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz, 2006.

TERRA, Ricardo. **A Política Tensa. Idéia e realidade na filosofia da história de Kant**. São Paulo, 1995.

____. **La actualidad del pensamiento político de Kant**. EPISTEME v.28 n.2 Caracas dic. 2008.

TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES NO CAPITALISMO: ANÁLISE A PARTIR DA SOCIOLOGIA

Gilberto Romeiro de Souza Júnior⁴²

RESUMO: O objetivo principal do artigo é destacar a questão da centralidade da categoria “trabalho” no pensamento sociológico clássico, bem como associar os principais conceitos presentes nas correntes teóricas dos autores às novas conjunturas e dinâmicas do mundo do trabalho na contemporaneidade. A proposta de aproximação teórica e diálogos com autores mais atuais da área de Sociologia possibilitou uma ampliação do olhar e da compreensão acerca das transformações e dos impactos do capitalismo sobre as diferentes esferas das relações de trabalho, bem como sobre os aspectos mais ligados à subjetividade dos indivíduos. Enfatiza-se, portanto, que desde os primórdios do pensamento social, o trabalho constituiu-se como eixo central de leitura e compreensão da realidade e que suas transformações e reconfigurações têm acompanhado o próprio decurso do capitalismo.

Palavras-chave: Capitalismo; Clássicos; Sociologia; Trabalho.

WORK AND THEIR TRANSFORMATIONS IN CAPITALISM: ANALYSIS FROM THE SOCIOLOGY

ABSTRACT: The main objective of the article is to highlight the question of the centrality of the category "work" in classical sociological thinking, as well as to associate the main concepts present in the theoretical currents of the authors to the new conjunctures and dynamics of the world of work in contemporary times. The proposal for a theoretical approach and dialogues with more current authors in the field of Sociology made it possible to broaden the view and understanding about the transformations and impacts of capitalism on the different spheres of labor relations, as well as on the aspects most linked to the subjectivity of workers. individuals. It is emphasized, therefore, that since the beginning of social thought, work has constituted itself as a central axis for reading and understanding reality and that its transformations and reconfigurations have accompanied the very course of capitalism.

Key words: Capitalism; Classics; Sociology; Work.

INTRODUÇÃO

A sociedade ocidental na medida em que passou por transformações originadas da Revolução Industrial e do capitalismo fez com que a categoria trabalho ganhasse

⁴² Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: gilbertorsjr@gmail.com
Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

novos contornos e significações, na qual passou a se constituir como categoria central e fundamental para análise e entendimento da realidade social. Sendo assim, desde os primórdios do pensamento social o “trabalho” tem ganhado importância e perpassado um conjunto de outras categorias que passaram a ter uma dependência ontológica em relação a essa.

A partir de meados do séc. XIX com a institucionalização da Sociologia como disciplina científica e o processo de modernização da Teoria Social, o trabalho se configurou como eixo central de suas principais preocupações, análises e discussões teóricas, assentando-se como uma categoria central e estruturante. Assim, autores clássicos da Sociologia a exemplo de Karl Marx (1813 – 1873), Émile Durkheim (1858 – 1917) e Max Weber (1864 – 1920) ao estabelecerem e desenvolverem mais detalhadamente suas argumentações e teses (em relação às particularidades de cada objeto de estudo) reafirmaram na teoria social o caráter central da categoria trabalho.

Nesse sentido, o artigo procura apontar algumas das principais teses e argumentações travadas pelos teóricos clássicos da Sociologia acerca da categoria trabalho, procurando relacioná-las de alguma forma com discussões mais gerais e empíricas travadas na contemporaneidade. Ou seja, a proposta, partindo desse ponto, é justamente associar as principais discussões dos clássicos com as configurações e realidades apresentadas no mundo do trabalho no séc. XXI. Como algumas das teses e teorias apresentadas pelos autores clássicos da Sociologia contribuem para analisar as novas dinâmicas, configurações e realidades do trabalho na sociedade vigente?

Para tanto, foram selecionados alguns eixos, conceitos e debates presentes na teoria dos autores que, em certa medida, deram subsídios e embasamento para a discussão proposta pelo artigo, tendo, portanto, como base, importantes obras estruturais da teoria social clássica e também a interconexão com alguns debates travados por autores contemporâneos. É fundamental destacar, em linhas gerais, as mudanças e flutuações do trabalho no decurso do próprio capitalismo e como elas apresentam um conjunto de indicadores analíticos associados aos conceitos e teorias dos autores aqui mencionados.

O artigo está estruturado da seguinte forma: além dessa introdução, há uma primeira parte intitulada “A centralidade da categoria trabalho no pensamento sociológico clássico” na qual apresenta algumas teses e teorias dos autores clássicos da

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

Sociologia acerca da categoria trabalho e como essa tem dialogado e permeado as diferentes discussões dos autores tomando como referência os respectivos objetos de estudo e as abordagens teórico-metodológicas. Numa segunda parte intitulada “O mundo do trabalho no centro das mudanças do sistema capitalista” enfatiza-se algumas mudanças e flutuações apresentadas pela categoria trabalho no decurso do sistema capitalista, bem como indicar, preliminarmente, alguns elementos que retratam a realidade do mundo do trabalho, associando-os aos principais conceitos e teorias apresentados pelos clássicos. Por fim, apresenta-se as considerações finais as quais enfatizam a centralidade da categoria trabalho para entendimento da realidade social a partir das discussões teóricas clássicas, assim como resgatar o pensamento social dos autores e associá-lo ao debate contemporâneo acerca das novas dinâmicas e situações do trabalho numa perspectiva global.

A CENTRALIDADE DA CATEGORIA “TRABALHO” NO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO CLÁSSICO

Antes de esboçar com mais especificidade a categoria trabalho no pensamento dos autores clássico da Sociologia, faz-se importante mencionar primeiramente, mesmo que de forma resumida, elementos da teoria e do método dos mesmos, para, em seguida, analisar como o trabalho permeia o conjunto de seus debates.

Karl Marx procurou envolver-se em diferentes áreas do conhecimento, a fim de tecer uma abordagem crítica do modo de produção capitalista, suas instituições e formas de relacionamentos sociais. Assim, foi esse autor quem propôs o chamado Materialismo Histórico Dialético (sendo esse seu método e de onde resultou muitas de suas teorias e críticas), que resultava de uma dinâmica da própria economia capitalista que produzia crises, conflitos de classe e revolução (COLLINS, 2009), ou seja, é um método que se contrapõe ao idealismo e propõe a ideia de “práxis” que une teoria e prática como ação transformadora da realidade e da vida social. Conforme expõe o próprio Marx (2003) a centralidade está na explicação da consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas e as relações de produção. Foi a partir desse método que Marx fez a análise crítica acerca do capitalismo e de onde surgiram

conceitos chaves atrelados ao trabalho, como: alienação, estranhamento, mercadoria, fetichismo, mais valia etc.

Émile Durkheim, sempre preocupado com a criação de uma ciência da sociedade – a Sociologia – e fazendo com que a mesma tivesse autonomia frente às demais, propôs a análise dos fenômenos e da realidade social como uma “coisa dada”, ou seja como um fato social (sendo esse o objeto de estudo). Assim, caberia ao sociólogo estudar a sociedade tal como ela é e não como deveria ser, partindo, de uma postura de neutralidade e afastando-se de suas pré-noções, que, por ventura, interferisse no estudo do objeto e nas conclusões da pesquisa (DURKHEIM, 1999). Tudo isso levando-se em consideração a consciência coletiva dos indivíduos, da qual partem algumas das considerações de Durkheim acerca do trabalho.

Max Weber, diferentemente de Karl Marx e Émile Durkheim (que tiveram uma análise mais centrada na coletividade) tem o foco nos indivíduos e nas significações de suas ações na sociedade. É nesse sentido que a abordagem weberiana é encarada à luz de uma Sociologia compreensiva, procurando assim, estudar e compreender as condutas e os comportamentos humanos, ou seja, foi partindo da compreensão do comportamento social dos indivíduos que Weber compreendeu, mais sistematicamente, a vida social, a exemplo dos estudos feitos com as religiões e suas associações com a dinâmica e o comportamento capitalista (WEBER, 1999). Foi a partir daí que a teoria e o método de Weber foram sistematizados e ganharam respaldos no conceito de “tipos ideais”, sendo esse um recurso heurístico de explicação e compreensão da realidade social dada a sua infinitude e complexidade, cabendo, portanto, ao pesquisador valer-se desse recurso para aproximar o máximo possível o fenômeno estudado da realidade social. Mais especificamente a partir do processo de racionalização da vida atrelado aos novos modos, condutas e comportamentos capitalistas é que a categoria trabalho começou a ganhar destaque nas reflexões do autor⁴³.

A CATEGORIA TRABALHO NO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO DE KARL MARX: BREVES CONSIDERAÇÕES

⁴³ É mais especificamente a partir das análises e estudos que resultaram na obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo” (1999) que a categoria trabalho ganha mais destaque, sobretudo, com a associação feita entre o comportamento religioso, a dinâmica e a conduta capitalista e a ideia de ética social do dever profissional, na qual o trabalho aparece como categoria fundamental de análise. Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

Feito esses apontamentos preliminares sobre a teoria e o método de cada um dos autores mencionados, cabe agora destacar como a categoria trabalho aparece no decorrer das discussões teóricas. Em Marx, o trabalho é entendido como a relação entre homem e o meio natural com vistas a produção de bens que satisfaçam suas necessidades. Ao mesmo tempo em que age e modifica o meio natural, o homem modifica sua própria natureza, diferenciando-se dos outros animais pelo fato de projetar em sua mente o resultado do trabalho, ou seja, no final do processo chega-se a um resultado que estava presente na representação do trabalhador desde o início do processo (MARX, 1989). Com isso, toda a explicação de Marx parte da teoria do valor-trabalho⁴⁴, na qual destaca que o tempo de trabalho despendido na produção de uma dada mercadoria criaria uma mercadoria na qual o valor de sua troca não corresponderia ao tempo de trabalho que foi despendido na produção.

Com isso, há, de fato, uma interconexão entre um conjunto de variáveis na teoria de Marx (2004) que estruturam seu debate em torno do trabalho, são elas: propriedade privada – ganância – separação de trabalho, capital e propriedade da terra – troca e concorrência – desvalorização do homem – monopólio e concorrência. Todas essas variáveis contribuem para conformar o conceito de trabalho estranhado, no qual é através dele que “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão” (MARX, 2004, p. 80), ou seja, partindo dessa constatação, numa sociedade capitalista o trabalhador se torna uma simples mercadoria quanto mais mercadoria ele cria, havendo assim, um processo de coisificação e objetificação do ser humano em detrimento à valorização do mundo das coisas.

É a partir dessa dimensão que Marx cria o conceito de alienação do trabalho como sendo um processo atrelado ao próprio estranhamento do trabalhador, ou seja, ocorre a alienação: 1) em relação ao produto da atividade (ou seja, o trabalhador passa a ter menos importância do que o produto), 2) alienação da própria atividade produtiva

⁴⁴ Reitera-se que antes de Marx, outros teóricos a exemplos do economista escocês Adam Smith e do economista inglês David Ricardo já discutiam a teoria do valor-trabalho. Smith e Ricardo já apontavam que o trabalho era uma fonte de riqueza e que para construir a riqueza precisava libertar o trabalho das antigas amarras da classe dominante pré-capitalistas. É também a partir da teoria desses economistas clássicos que destacava-se o valor de uma dada mercadoria a partir do tempo de trabalho despendido na sua produção.

(o trabalho deixa de ser uma atividade essencial do homem, no sentido de não mais satisfazer necessidades interiores, mas as necessidades exteriores), 3) alienação do homem pelo homem (ou seja, o homem passa a ser estranho ao seu ser, havendo uma relação de estranhamento entre os sujeitos, a exemplo da relação entre burgueses e proletários) (MARX, 1989).

Outra análise feita por Marx e que ainda deve ser destacada nesse artigo é acerca da mercadoria no modo de produção capitalista. Ela passa a ser analisada desde a sua produção até a sua circulação no mercado, comportando com isso dois elementos fundamentais: seu valor de uso (que diz respeito às características intrínsecas ao objeto - à sua utilidade) e valor de troca (capacidade de se equiparar no mercado e criar equivalência entre objetos que não são iguais). Marx (1989) propõe analisar como as trocas entre mercadorias se efetivam e como se estabelecem enquanto mecanismos de reprodução do capital. Assim, é fundamentalmente a quantidade de trabalho socialmente necessário que está na base dos processos de troca no capitalismo. A partir de todo esse entendimento das relações sociais de produção e circulação de mercadoria, Giannotti (2000) destaca que os diferentes trabalhos individuais se tornam coletivos na medida em que se ajustam a teoria do valor-trabalho à um equivalente expresso na forma de dinheiro.

Podemos demonstrar que, a partir de Marx, há um estreita relação entre a produção de mercadorias e trabalho alienado. A mercadoria é compreendida como a materialização de um dado trabalho na sociedade capitalista mediante a criação de valores de troca, o que reduz continuamente a utilidade do trabalho social, contribuindo, assim, para que os trabalhadores percam a consciência/noção do quanto vale o seu trabalho e do produto do mesmo (trabalho alienado/estranhado) (MARX, 2004), tendência essa que leva a um outro conceito marxista, denominado “Fetichismo da Mercadoria”. É através do fetichismo que o caráter social do trabalho é ocultado e a mercadoria passa a se constituir enquanto objeto de adoração. Assim, o próprio trabalhador é transformado em mercadoria e a relação passa a ser não entre sujeitos, mas entre coisas.

Em Marx, com o surgimento do capitalismo e das contradições a partir da teoria do valor-trabalho, essa categoria ganhou um caráter negativo, passando a estar relacionada ao antagonismo de classe, à reprodução das desigualdades sociais, ao

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

estranhamento e alienação do trabalhador. Ou seja, o trabalho passa a não mais se constituir como fonte de realização interior para o ser humano, mas como mera fonte de realização exterior (sobrevivência física/material), restando apenas ao trabalhador a venda da sua força de trabalho.

A CATEGORIA TRABALHO NO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO DE ÉMILE DURKHEIM: BREVES CONSIDERAÇÕES

Em Durkheim, a inserção da categoria trabalho no conjunto de suas análises começou a ter evidência a partir da publicação *Da Divisão do Trabalho Social* (1999). No bojo de suas discussões o autor destaca que com a aparecimento da sociedade industrial a consciência coletiva começou a perder espaço nas relações sociais e como elemento de regulação, fazendo com que a sociedade caminhasse continuamente para um estado que o autor denomina de “anomia”. Vale salientar que o período de escrita da obra mencionada anteriormente foi marcado por profundas mudanças sociais que acabaram tendo impactos e alterando as relações de trabalho, o que favoreceu o detalhamento da análise desse contexto pelo autor.

Assim, a “anomia” se constituiria como um fator que levaria à desintegração social, tendo em vista a ausência de regras e de solidariedade, trazendo consigo todo tipo de patologia social. Adorno (2009) destaca o tema da anomia a partir de dois pontos: primeiramente o descompasso entre o progresso material e o moral ditado pela divisão do trabalho e o segundo diz respeito ao papel do Estado.

O que Durkheim levanta como uma de suas problemáticas é como a divisão social do trabalho trouxe em si certos inconvenientes morais, aos quais favoreceram o aparecimento de laços mais frouxos entre os indivíduos. Há, portanto, como analisar a importância da centralidade do trabalho no pensamento durkheimiano a partir de dois segmentos: tanto mediante a “divisão” quanto pelo viés da “interdependência” (ou solidariedade). No que diz respeito à solidariedade nas diferentes sociedades analisadas

pelo autor⁴⁵, o trabalho adquire conotações diferenciadas tendo em vista o grau de organização e de interesses que predominavam entre os indivíduos.

É válido ressaltar que ao mesmo tempo em que o trabalho é visto como um elemento de integração, em que há uma moralização bastante acentuada (como por exemplo nas sociedades mais simples) na dinâmica da vida social, por outro lado, ele pode aparecer também como fator de desintegração, de quebra de laços sociais e de reforço à individualidade (o que aparece com mais destaque nas sociedades complexas). Fazendo menção especificamente a essa segunda característica do trabalho que aparece mais acentuadamente com a solidariedade orgânica, Lukes (2009) destaca que nessa dimensão começam aparecer nas relações sociais de trabalho elementos como a desigualdade, a exploração e os contratos injustos. São elementos que tendem a reforçar o caráter negativo e contraditório do trabalho que no decurso do capitalismo começam a ganhar novas dimensões e complexidades quando associados a um conjunto de variáveis como: cor/raça, sexo, grau de escolaridade, região, renda, como também com fatores relativos às crises e oscilações da economia.

Mesmo não sendo o foco de Durkheim analisar essas contradições e conflitos que começam a aparecer em relação ao trabalho na sociedade capitalista, mas, é sobretudo pelo viés da divisão social que o autor problematiza a centralidade do trabalho e como o mesmo o associa à questão da solidariedade. O trabalho, no sentido proposto pelo autor, passa a se constituir num fator de satisfação quando associado a uma certa regulamentação e normatização, no qual passa a ser marcado pela solidariedade, bem como passa a ter uma correlação com os direitos e deveres inerentes aos indivíduos na sociedade.

É válido ressaltar que em Durkheim (1999) as instituições sociais e a coletividade exercem uma forte influência sobre o indivíduo, no sentido de moldar seus comportamentos e promover a sua socialização, assim também acontece com o trabalho visto inicialmente como fator de promoção da integração social. Ele é responsável pelo

⁴⁵ Ainda em *Da Divisão do Trabalho Social* (1999) Durkheim analisou o tema da solidariedade, diferenciando em dois tipos: 1) Solidariedade Mecânica (que predominou nas sociedades primitivas, nas quais haviam baixo nível de individualidade e a divisão social do trabalho dava-se de forma limitada) e 2) Solidariedade Orgânica (teve seu surgimento nas sociedades mais complexas, nas quais a consciência individual se manifesta de forma mais intensa e predomina a divisão do trabalho social, onde mesmo cada membro da sociedade tendo suas funções individuais, ainda assim, eles estão interligados – é um tipo de solidariedade própria da sociedade capitalista.).

desenvolvimento de uma sociedade que se diferencia, se complexifica e se divide internamente, levando os indivíduos a se especializarem cada vez mais, possibilitando a criação de laços de interdependência entre as diferentes funções, sejam elas ligadas interna ou externamente ao ambiente de trabalho.

A CATEGORIA TRABALHO NO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO DE MAX WEBER: BREVES CONSIDERAÇÕES

As considerações e análises de Max Weber acerca da categoria trabalho começaram a ganhar visibilidade e importância na teoria sociológica clássica, sobretudo, com a publicação da obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1999). A proposta aqui é destacar, mesmo que em linhas gerais, como o trabalho é enfatizado, partindo-se do pressuposto de que os protestantes de sua época eram mais sucedidos economicamente nos negócios do que os católicos. Tal constatação dava-se pelo fato da ética religiosa protestante, sobretudo da linha calvinista, estar firmada na ideia de trabalho como vocação, como forma de obter ganhos e bens materiais, tudo firmado com base no pressuposto da ética social do dever profissional. Assim, segundo Weber (1999) a razão para tal configuração devia ser procurada principalmente na peculiaridade de cada confissão religiosa, e não somente na situação exterior histórico-política.

Diferentemente de Marx que partia das contradições do próprio capitalismo e da teoria do valor-trabalho para análise da realidade social, tendo como chave de leitura o fator econômico-político e de Durkheim que partia dos aspectos macrosociais e da coletividade para análise do funcionamento da divisão social do trabalho, em Weber (2003) há críticas às tradições econômicas – marxistas, apontando as mesmas como incapazes de alcançarem um conhecimento da realidade segundo seu significado cultural, além de apontarem fragilidades da ciência pautada em leis gerais e esquemas explicativos descritivos. Suas preocupações estiveram voltadas, sobretudo, para compreensão dos sentidos das ações dos indivíduos na sociedade; o que leva-os a

agirem de determinada maneira e não de outra? como o comportamento individual e a prática do dever profissional contribuem para conformar uma nova lógica ao trabalho?⁴⁶

Nesse sentido, há uma forte tendência do indivíduo a investir tempo no trabalho, pois isso possibilita a obtenção de um certo prestígio e reconhecimento social, ou seja, são princípios como: “trabalho constante”, “trabalho dignifica o homem”, “perder tempo, é perder dinheiro” (WEBER, 1999) que fazem a ideia de trabalho obter um certo conteúdo benéfico e produtivo sendo, portanto, esses princípios internalizados nas condutas individuais. Assim, a ética do trabalho contínuo atrelada aos princípios da racionalidade econômica determina a vida e a conduta de todos os indivíduos. Percebe-se, assim, que o trabalho na perspectiva weberiana está atrelado a um certo estilo de vida racional e teria, portanto, um caráter ascético⁴⁷.

Nesse sentido, podemos perceber que a centralidade do trabalho no pensamento sociológico weberiano é compreendida na tese do “trabalho como vocação” na qual os indivíduos desenvolvem, continuamente, uma conduta racional e moral baseada na ideia de profissão. Sendo assim, o trabalho passa a enquadrar-se num processo de “desencantamento do mundo⁴⁸” e, conseqüentemente, em um processo de racionalização e especialização (pilares estruturais da vida moderna).

Feita as breves considerações acerca da centralidade do trabalho no pensamento sociológico dos autores clássicos e suas especificidades de abordagens teórico-metodológicas, cabe, nessa segunda parte, analisar algumas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, dentro da lógica do sistema capitalista, que podem ser verificadas de forma mais acentuada na contemporaneidade mediante seus diferentes cenários de instabilidades, crises e contradições.

⁴⁶ Todas essas indagações refletem a preocupação de Weber em utilizar uma abordagem sociológica do tipo “compreensiva” que levasse em consideração os conceitos, significados e as interpretações que estruturariam seu objeto de estudo, qual seja, a ação social. Assim, pensar o trabalho na perspectiva do autor é considerá-lo, sobretudo, a partir desse viés da subjetividade, dos valores e das ideias que irão nortear as ações dos indivíduos.

⁴⁷ A ideia de que o trabalho moderno teria um caráter ascético na perspectiva de Weber (1999) diz respeito à “ascese” enquanto conduta moral/religiosa que o indivíduo se submete a fim de alcançar uma perfeição moral. Assim, essa nova conduta racional (oriunda na ideia de trabalho como vocação) seria um dos elementos fundamentais do chamado “espírito do capitalismo moderno” e de toda a “cultura moderna”.

⁴⁸ Fazendo menção ao Weber, Pierucci (1998, p. 8) reitera o processo de desencantamento do mundo como algo essencialmente religioso, no qual as religiões éticas operam a eliminação da magia como meio de salvação.

O MUNDO DO TRABALHO NO CENTRO DAS MUDANÇAS DO SISTEMA CAPITALISTA

As mudanças estruturais do capitalismo nos seus diferentes momentos e contextos históricos tiveram impactos sobre as estruturais sociais, econômicas e políticas dos países em nível global, como também acabaram tendo interferências nos aspectos mais micro na vida social, seja nas subjetividades e comportamentos dos sujeitos (WEBER, 1999), nas formas de socialização e na consciência coletiva (DURKHEIM, 1999) como nos processos de produção e reprodução da vida material (MARX, 1989).

A partir do novo cenário, no qual há a predominância do capital econômico e financeiro não apenas na esfera da produção, mas também, nas mais diferentes esferas da vida social⁴⁹, o mundo do trabalho tem sido um lócus para expansão e dominação desse capitalismo em escala global, apresentando, com isso, impactos que conformaram novos cenários, novas realidades e novas contradições. Assim, o trabalho tem se constituído como uma das categorias chaves de expansão e dominação da lógica capitalista, fazendo surgir, conseqüentemente, as contradições que impactam tanto a vida do trabalhador como de toda a vida social. Fazendo menção ao contexto de mudança no mundo do trabalho, mais especificamente, a partir dos anos 1970 quando passa a predominar um novo paradigma de organização da produção- “acumulação flexível⁵⁰”, Lapis (2011, p, 29-30) destaca:

O mundo do trabalho vem sofrendo transformações que estão relacionadas, entre outras questões, às novas tecnologias, às novas modalidades de se organizarem os processos de trabalho e de produção, aos novos postos de trabalho, ao novo perfil profissional dos trabalhadores e às novas estratégias empresariais. Essas transformações estão alterando o conteúdo do trabalho e, provavelmente, o seu sentido, o que remete ao polêmico debate atual sobre sua centralidade.

⁴⁹ Esferas da vida social dizem respeito aos diferentes âmbitos e espaços de relação e convivência social que envolvem o ambiente de trabalho, a família e os diferentes espaços da comunidade.

⁵⁰ Conceito relacionado às mudanças, em curso, no capitalismo contemporâneo e que abarca os âmbitos econômico, social, político, cultural. Designa-se as transformações nos modos de produção de bens e serviços e de organização dos processos de trabalho, o que reflete, de certa forma, as estratégias do capital de ampliar seus lucros, tendo como característica singular a intensa flexibilidade. Seu surgimento remonta a meados dos anos 1960 e início dos anos 1970 quando países de capitalismo avançado experimentaram um período de crise (LAPIS, 2011).

É válido destacar que ao observarmos os novos cenários apresentados pelo mundo do trabalho na contemporaneidade, a partir das marcas, por exemplo, da precarização, da informalidade, do desemprego, das altas taxas de rotatividade no emprego, dos novos métodos de gestão da força de trabalho, podemos associá-las às discussões e temáticas centrais apresentadas inicialmente pelos teóricos clássicos da Sociologia ao definirem seu objeto de estudo e sua metodologia. Nesta sessão do artigo serão apresentadas apenas algumas tendências atuais do mundo do trabalho, tentando associá-las, em alguma medida, aos principais conceitos e temas elencados pelos clássicos.

Em face das novas exigências impostas pelo capitalismo, o mundo do trabalho tem carregado marcas da chamada “precarização”, em contraposição ao período do pós-guerra, no qual os trabalhadores, ao menos no núcleo capitalista, puderam contar com a expansão dos direitos trabalhistas e ambientes mais favoráveis ao exercício de suas atividades. Sendo assim, o novo perfil marcado pela precarização tem afetado todas as relações e postos de trabalho, elevando a contradição entre capital e trabalho, contradição essa apontada inicialmente pelo próprio Marx (1989) na redação de *O Capital*, o que tem favorecido o acirramento dos processos de exploração, de retirada de direitos, da autonomia dos trabalhadores dentre outros agravantes.

Essa realidade tem dado abertura a um novo perfil de trabalhadores (exigido a partir da acumulação flexível) que acabam por ser responsáveis por uma diversidade de tarefas e funções, o que Antunes (1997) denomina-os de “polivalentes” e “multifuncionais”. No entanto, acontece que diante desse cenário, muitas vezes a consciência coletiva, os laços de solidariedade, conforme apontados por Durkheim (1999) nos seus primeiros estudos sociológicos, perdem espaços, dando abertura a um conjunto de características e perfis que têm implicações no próprio caráter dos indivíduos (SENNETT, 2001). O que é mais importante destacar nessa parte é que nesse turbilhão de contradições e conflitos na esfera do trabalho, o que seriam as virtudes que formariam o caráter dos indivíduos (como a lealdade, a confiança, o comprometimento, a ajuda mútua) passam a ter menos significância em detrimentos de outras características mais centrais como a instabilidade, os riscos contínuos, a supressão de

laços e vínculos profissionais duradouros que são submetidos às pessoas na esfera do trabalho.

As principais temáticas presentes na teoria sociológica de Marx acerca do trabalho dão subsídios para aprofundamento de muitas questões presentes na contemporaneidade e que refletem os impactos diretos do capital sobre o mundo do trabalho. Destacam-se, por exemplo, a questão da alienação/estranhamento do trabalhador, os processos de exploração e valorização do mundo das coisas em detrimento ao mundo dos homens (MARX, 2004) que, de certa forma, estão fortemente presentes nas diferentes esferas e nos diferentes cenários pelos quais se apresenta o mundo do trabalho de hoje, marcado pelas fortes tendências da flexibilidade tanto nos processos produtivos quanto nas relações de trabalho⁵¹.

Vemos, portanto, que a conformação de um novo perfil de trabalhadores ajustado à lógica capitalista e suas realidades estruturais tem feito com que eles não se identifiquem com o tipo de atividade realizada nem com o próprio ambiente de trabalho no qual estão inseridos. Ou seja, esses trabalhadores apenas desenvolvem uma certa atividade laboral como uma mera forma de sobrevivência física, a fim de obter o seu salário no final da jornada mensal. O trabalho, então, passa a se constituir não como um fator de satisfação e realização humana ou como uma atividade prazerosa que proporciona a construção de afetos e vínculos interpessoais e duradouros, mas tem levado a torna-se um fator de adoecimentos, estresses e conflitos.

Assim, essa tendência de adequação dos novos perfis profissionais às novas realidades do mundo do trabalho remete a alguns apontamentos levantados por Weber (1999) ao analisar o capitalismo enquanto um modo de vida (que interfere e modela a construção das individualidades e das ações dos sujeitos) utilizando-se da criação de “tipos ideais” (para tipificar e caracterizar uma certa individualidade histórica). Fazendo uma associação com o contexto mais atual, é o novo padrão de relações de trabalho pautado na flexibilidade (além da precarização e da informalidade) que tem sido um dos

⁵¹ Como características centrais da flexibilidade dos processos produtivos podemos destacar: a adoção do modelo “*just in time*” (estoque zero), existência de uma estrutura horizontalizada que prioriza a sua especialidade e a adoção de novas técnicas de controle do tempo de trabalho. Em relação à flexibilidade das relações de trabalho aponta-se, dentre outras características: a desregulamentação dos direitos, tendência ao emprego parcial, por tarefas ou temporário, a subcontratação e a terceirização. Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

fatores responsáveis pela construção das novas subjetividades e novos modos de vida adequados ao trabalho que está em constantes mutações.

Com relação aos novos padrões do mundo do trabalho marcados pela precarização e que impactam diretamente nos aspectos mais subjetivos Dejours *apud* Druck (2011, p. 81-82) destaca quatro resultados:

- i) Intensificação do trabalho e aumento do sofrimento subjetivo, ii) neutralização da mobilização coletiva contra o sofrimento, a alienação e a dominação, iii) estratégia defensiva do silêncio, da cegueira e da surdez como “resistência”, no sentido de “aguentar” sem expressar o seu sofrimento e sem reconhecer o sofrimento do outro, já que “não se pode fazer nada”, iv) o individualismo exacerbado pela ameaça de demissão e de perda do estatuto, é “cada um por si”.

Assim, diante dessas breves explanações, destacam-se que os impactos do sistema capitalista sobre o mundo do trabalho têm se efetivado diretamente tanto nos aspectos objetivos e estruturais (nas relações de produção, nas formas de contratação etc.) como também nos aspectos que incidem mais fortemente na subjetividade dos indivíduos (como a perda de autonomia, as constantes ameaças, inseguranças e medos em relação à perda do vínculo empregatício, além da alienação e dos sofrimentos causados por essa nova configuração).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os teóricos clássicos da Sociologia – Marx, Durkheim e Weber - ao estabelecerem seu objeto de estudo, suas teorias e respectiva metodologia, deram importantes contribuições para às discussões acerca da centralidade da categoria trabalho no debate sociológico. Suas teorias e principais conceitos têm servido de base para a compreensão e análise das novas conjunturas e novas configurações apresentadas no mundo do trabalho na contemporaneidade, que, de certa forma, têm sido frutos dos impactos e das contradições impostas pelo sistema capitalista.

O trabalho constitui uma categoria-chave de compreensão da realidade social, em seus mais diferentes contextos, no qual tem partido todas as outras categorias que perfazem o conjunto da sociedade. Teóricos mais atuais, conforme exemplificados na segunda parte do artigo têm procurado aprofundar suas pesquisas e estudos (utilizando-
Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

se de diferentes áreas e campos do conhecimento) apresentando dados e situações empíricas que caracterizam a chamada “crise do trabalho”. Ou seja, uma crise estrutural marcada pela heterogeneidade de situações oriundas dos diferentes contextos de precarização, flexibilização e informalidade no mundo do trabalho que tem produzido impactos sobre a vida dos trabalhadores, deixando-os numa condição de maior vulnerabilidade e insegurança, bem como acarretando “perdas” de todo tipo (de autonomia, de solidariedade, de vínculos afetivos/duradouros e de direitos).

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sérgio. Anomia, um conceito, uma história, um destino. In: _____. MASSELA, A. Braga; PINHEIRO FILHO, F.; AUGUSTO, Maria H. O.; WEISS, R. (Orgs). **Durkheim: 150 anos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Ed. da Unicamp/Cortez, 1997.

COLLINS, Randall. A tradição do conflito. In: _____. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

DRUCK, Graça. Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. In: OLIVEIRA, R. V; GOMES, D.; TARGINO, I. **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa: Editora Universitária, 2011, pp. 65-103.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Da divisão social do trabalho**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GIANNOTTI, José Arthur. Novos conceitos, velhos rumos. In: _____. **Certa herança marxista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LAPIS, Naira. Acumulação Flexível (pp. 27 – 32). In: CATTANI, Antônio David; HOLZMANN, Lorena (Orgs.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Zouk, 2011.

LUKES, Steven. Durkheim e a tese da desintegração. In: _____. MASSELA, A. Braga; PINHEIRO FILHO, F.; AUGUSTO, Maria H. O.; WEISS, R. (Orgs). **Durkheim: 150 anos**. Belo Horizonte, Argumentum, 2009.

MARX, KARL. A mercadoria. In: _____. **O capital: crítica da economia política**. vol. 1. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. Prefácio. In: _____. **Contribuição à crítica da economia política**. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: _____. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Secularização em Max Weber: Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. [online]. 1998, vol.13, n.37, pp. 43-73.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 14ª edição, São Paulo: Pioneira, 1999.

_____. A objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política. In: _____. **Ensaio sobre a teoria das ciências sociais**. São Paulo: Centauro, 2003.

ENTREO LUXO E O TRABALHO ESCRAVO: A ATUALIDADE DE MARX NA CRÍTICA CONTEMPORÂNEA À EXPLORAÇÃO NO MERCADO DA MODA

*Hallana Maria Almeida de Carvalho*⁵²

RESUMO: Nas recentes notícias tornou-se recorrente uma série de denúncias à grifes e marcas de luxo, sendo a questão do trabalho em condições análogas à escravidão uma das principais problemáticas deste nicho de mercado no ramo da moda. Nesse contexto, temas como exploração e produção de bens tornam-se destaque e dialogam diretamente com a teoria marxiana de trabalho. Sendo assim, este trabalho tem por objetivo refletir sobre a exploração de profissionais da indústria da moda à luz das contribuições teórico-conceituais de Karl Marx, evidenciando a possibilidade de seu uso para analisar fenômenos atuais. Em princípio faz-se necessário apresentar a noção de trabalho em Marx atrelada às reflexões sobre trabalho escravo na contemporaneidade. Em seguida, aborda-se a questão da fetichização da mercadoria a partir da relação de alienação que os trabalhadores do ramo de corte e costura possuem com as peças produzidas, que posteriormente serão comercializadas para um grupo seletivo de pessoas a qual estes não pertencem. Por fim, seguindo este raciocínio, refletiu-se sobre o consumo de produtos dessas grifes enquanto marcadores de classe, corroborando para a ideia de alienação e fetiche de mercadoria em relação àqueles que estão na base da cadeia produtiva do mercado da moda.

Palavras-chave: Karl Marx; Moda; Trabalho.

BETWEEN LUXURY AND SLAVE LABOR: MARX'S CURRENCY IN CONTEMPORARY CRITICISM TO EXPLOITATION IN THE FASHION MARKET

ABSTRACT: In the recent news, a series of denunciations of luxury brands and brands has become recurrent, with the issue of work under conditions similar to slavery being one of the main problems of this niche in the fashion industry. In this context, themes like exploration and production of goods become prominent and dialogue directly with the Marxian theory of work. Therefore, this work aims to reflect on the exploitation of professionals in the fashion industry in the light of Karl Marx's theoretical-conceptual contributions, highlighting the possibility of its use to analyze current phenomena. In principle, it is necessary to present the notion of work in Marx linked to the reflections on slave labor in contemporary times. Then, the issue of fetishization of merchandise is approached based on the alienation relationship that workers in the sewing and cutting industry have with the pieces produced, which will later be marketed to a select group of people to whom they do not belong. Finally, following this reasoning, it was reflected on the consumption of products of these brands as class markers, corroborating the idea

⁵² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Email: hallanax@gmail.com
Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

of alienation and fetish of merchandise in relation to those who are at the base of the productive chain of the fashion market.

Key-words: Karl Marx; Fashion; Job.

INTRODUÇÃO

Este presente trabalho tem por finalidade vislumbrar as contribuições teóricas de Karl Marx na análise de fenômenos atuais, dando ênfase às problemáticas existentes no mercado da moda no tocante a exploração de profissionais que são submetidos à condições de trabalho que se assemelham ao trabalho escravo, que se caracteriza como crime, presente no artigo 149 do código penal brasileiro.

A primeira seção do trabalho está destinada à reflexão sobre a categoria “trabalho” em Marx, como elemento que confere humanização aos indivíduos a partir da sua construção enquanto ser histórico a partir da dimensão material da vida. Em seguida, tal categoria é utilizada em confluência com a noção de mais-valia para refletir sobre o trabalho escravo, enquanto mecanismo que submete os trabalhadores a longas jornadas de trabalho no intuito de exprimir sua força de trabalho no valor final da mercadoria.

Já na segunda parte, tentou-se analisar criticamente o fetiche da mercadoria realizado pelas grifes de luxo que estão sendo acusadas de manterem trabalhadores nestas condições de trabalho escravo. A teoria marxista e marxiana de valor foi adotada para refletir sobre as condições alienantes que são inerentes a fetichização e como os trabalhadores do ramo de corte e costura no mercado da moda estão inseridos nesse contexto de produção de roupas que serão comercializadas para grupos seletos.

Por fim, na última seção deste trabalho, o objetivo principal foi refletir sobre como a moda no contexto atual possui elementos ligados a ideologias e marcadores de classe, que serão facilmente percebidas dentro das dinâmicas de consumo, que mais uma vez vai gerar desvantagens para a classe que “tudo produz”.

Por conta das recentes denúncias a grifes e marcas nacionalmente e internacionalmente reconhecidas no mercado da moda, faz-se necessário refletir sobre esse nicho de produção e consumo, considerando-o como mecanismo onde dinâmicas de exploração e desigualdade operam e afetam diretamente as condições materiais de existência daqueles que dela dependem.

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E A NOÇÃO DE TRABALHO EM MARX

Ao se dedicar aos estudos da Economia Política, Marx se propôs a dar centralidade a categoria “trabalho” com a finalidade de compreender o funcionamento e estruturação dos meios de produção capitalista vigentes na época, que corresponde ao final do século XVIII e início do século XIX, dando ênfase as relações que se dão no interior deste sistema econômico, que opõe antagonicamente a burguesia e a classe operária (proletariado).

Mediante a necessidade de analisar o fenômeno contemporâneo do trabalho análogo ao escravo, tendo como exemplo o que se dá no âmbito da produção de grandes marcas no mercado da moda, é de extrema importância demonstrar a atualidade das produções teórico-conceituais do autor para elucidar questões concernentes à exploração e alienação nas relações de trabalho.

Para **BOTTOMORE & RUBEL(1964)**, um dos grandes empreendimentos teóricos de Marx está centrado no desenvolvimento e articulação analítica da concepção de materialismo histórico, que diz respeito às relações materiais que os indivíduos estabelecem e o modo como produzem seus meios de vida, formando a base de suas relações. Os processos ligados à produção são transitórios, como as ideias, concepções, gostos, crenças, categorias do conhecimento e ideologia, dependendo do modo como os indivíduos organizam-se para produzir. Portanto, o pensamento e a consciência, para Marx, são, em última instância, decorrentes da relação homem/natureza, isto é, das relações materiais.

Visando primeiramente a subsistência, os seres humanos produzem os seus próprios meios de vida. O objetivo da análise marxiana da sociedade centra-se na ideia de que a existência humana se estabelece através da interação com a natureza e com os outros indivíduos, dando origem à vida material, ou seja, “aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das suas condições materiais de sua produção” (**MARX&ENGELS, 1976, p 19**).

O processo de produção e reprodução da vida através do trabalho, enquanto atividade humana básica é o meio pelo qual se constitui a história, sendo a capacidade de

trabalho elemento propulsor que faz com que os indivíduos se tornem seres históricos que recebem e transmitem de geração a geração as condições materiais de vida que passam por transformações ao longo do tempo. Nesse sentido, o trabalho é compreendido em Marx como uma categoria que agrega elementos específicos de uma determinada época e contexto histórico. Na leitura marxista de Moishe Postone (2015), “... a noção de que o trabalho constitui o mundo social e é fonte de toda a riqueza não se refere à sociedade em geral, mas exclusivamente ao capitalismo, ou à sociedade moderna.” (POSTONE, 2015, p. 19).

Diante disso, a produção passa a ser atividade vital do trabalhador, a manifestação de sua própria vida, e provém humanidade aos indivíduos que ao estabelecerem entre si relações sociais, extraem da natureza o que necessitam. Marx observava que a tendência do modo capitalista de produção era a separação entre o trabalho, os meios de produção, transformando-os respectivamente em trabalho assalariado e em capital. Nesse processo, toma-se como princípio que a força de trabalho pertence a cada indivíduo, que no ato de produção acaba subordinando tal força por ser esse o único instrumento que detém, já que este historicamente foi expropriado dos meios de produção. Sendo assim,

“No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais.” (MARX, 1996, p. 298).

Sabe-se que a compreensão marxiana do trabalho é datada historicamente e o próprio autor mesmo tendo feito previsões acerca do futuro do sistema capitalista, não deu conta de explicar como se deu o desenvolvimento e as transformações que ocorreram nos modos de produção à nível mundial, através da reconfiguração da relação capital/trabalho, com a implementação de leis trabalhistas, introdução de novos

modelos de produção resultantes dos avanços tecnológicos, alterações na jornada de trabalho, etc.

No entanto, percebe-se, no contexto internacional e também no Brasil a ocorrência de denúncias sobre grupos de pessoas que estão sendo encontradas em condições muito precárias de trabalho, num estado análogo ao escravo e que as elaborações teóricas de Marx são indispensáveis para compreender os aspectos negativos que existem atrelados a essas condições. Maria Vieira (2008), ao se debruçar sobre as dinâmicas que envolvem trabalho escravo e trabalho temporário atrelando ao fenômeno da migração com fins econômicos, disserta que

“Em termos mais amplos pode-se dizer que a escravidão contemporânea se contrapõe às relações de trabalho reguladas pelo livre contrato de compra e venda da força de trabalho. O trabalho escravo, ou trabalho forçado como também é denominado, ocorre em diversas partes do mundo contemporâneo, ainda que esta privação de liberdade assuma formas variadas em virtude de processos sociais, econômicos e culturais específicos.” (VIEIRA, 2008, p 228).

Para analisar essas dinâmicas atuais de exploração dos trabalhadores que desempenham atividades de corte e costura que alimentam toda a linha de produção, circulação e venda de produtos no mercado da moda em condições extremamente indignas e por vezes desumanas, faz-se necessária a utilização da mais-valia enquanto elemento chave para elucidar questões concernentes ao nível de antagonismo existente na relação entre os patrões e donos dessas empresas em relação aos seus funcionários. Entende-se que a mais-valia é resultante de um conjunto de valores que são atribuídos a mercadoria em confluência com a valorização dos meios de produção e com o trabalho excedente que se emprega para produzir um valor final, que está aquém do que se atribui a atividade do trabalhador. Para Marx,

“O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário, embora lhe custe trabalho, dispêndio de força de trabalho, não cria para ele nenhum valor. Ela gera a mais-valia, que sorri ao capitalista com todo o encanto de uma criação do nada. Essa parte da jornada de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente, e o trabalho despendido nela: mais-trabalho (surpluslabour).” (MARX, 1996, p. 331).

Ao serem praticamente obrigados a estabelecer relação de morada⁵³ no local de trabalho, para atender as demandas de produção e para dar conta das jornadas exaustivas de trabalho, em locais onde a infraestrutura põe em risco a vida e a saúde, os trabalhadores em condições análogas ao escravo no mercado da moda produzem estes valores finais, oriundos da mais-valia, que se refletem nas vitrines das lojas, no qual os preços pouco acessíveis das peças comercializadas por essas grifes de luxo que estão sendo acusadas exprimem todos esses mecanismos de exploração e usurpação da força de trabalho de profissionais, que geralmente não são qualificados e acabam por submeter a essas dinâmicas devido as necessidades advindas da subsistência.

AS GRIFES E O FETICHE DA MERCADORIA

Diante da exposição feita na seção anterior, faz-se necessário a utilização da noção de fetiche da mercadoria em Marx para analisar como esses produtos oriundos do trabalho análogo ao escravo é comercializado e entra num nicho específico e seletivo do mercado da moda, principalmente no que diz respeito a uma lógica de consumo que leva em consideração aspectos essencialmente de classe.

No Brasil, algumas grifes reconhecidas e consolidadas no mercado tem entrado para a “lista suja”⁵⁴, que se trata da exposição das empresas e de seus proprietários mediante os resultados de fiscalização e sindicâncias gestadas no âmbito do extinto Ministério do Trabalho (atual Ministério da Economia). No entanto, há o fato de que as atividades desempenhadas por estes trabalhadores em condições análogas ao escravo gera pequenas porcentagens em cima do valor em dinheiro que é determinado pelas grifes para serem taxadas sobre as peças de roupa, chegando muitas vezes a ser menos de 10% em cima de cada peça produzida.

⁵³ Tal relação, no Brasil, origina-se das heranças do período escravocrata, em que o local de atividades laborais também é o local de residência, que pertence, obviamente, ao empregador e é utilizado por ele como mecanismo de controle sobre a vida de seus empregados. Ver referência em: FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos – Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano**. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1961.

⁵⁴ Ver matéria em: <https://www.revistaforum.com.br/grife-de-luxo-animale-passa-a-integrar-a-nova-lista-suja-do-trabalho-escravo/>

De acordo com a pesquisa desenvolvida por Renata Caldas (2017) acerca da cadeia produtiva do mercado da moda e a terceirização que existe entre a produção e o varejo, responsável pela comercialização nas grifes,

O Brasil é o quarto país que mais produz peças para vestuário no mundo. Nos grandes centros, principalmente na cidade de São Paulo, há oficinas de costura que escondem a prática do trabalho escravo. A cadeia produtiva no Brasil não se diferencia das praticadas por marcas internacionais em países do sul da Ásia. A empresa detentora da marca se posiciona no topo de uma pirâmide, defendendo a responsabilidade social, econômica e ambiental, mas entre o topo e a base são terceirizados os serviços a uma ou mais empresas que fazem a intermediação entre a detentora da marca e os trabalhadores das oficinas de costura, que vivem uma cruel realidade para confeccionar peças de roupas. (CALDAS, 2017, p. 45).

A teoria marxista do valor gera chaves analíticas que podem ser utilizadas para compreender a fetichização das roupas de grife enquanto mercadoria produzida sob condições criminosas que passam despercebidas aos olhos do público alvo, que são os consumidores assíduos desse mercado. A princípio, toma-se a mercadoria como um objeto exterior que tem como finalidade a satisfação de necessidades humanas de qualquer natureza, no tocante a subsistência ou aos meios de produção. Para Isaak Rubin (1987), tal teorização

“consiste em Marx ter visto relações humanas por trás da relação entre as coisas, revelando a ilusão da consciência humana que se origina da economia mercantil e atribui às coisas características que têm sua origem nas relações sociais entre as pessoas no processo de produção.” (RUBIN, 1987, p 19.)

Em “A mercadoria”, Marx se dedica a analisar como o trabalho “dá vida” a mercadoria através dos valores que a eles serão empregados. O valor de uso se expressa a partir dos componentes que constituem o corpo de um objeto e sua utilidade, se concretizando através do consumo. Já o valor de troca se caracteriza pela relação quantitativa entre diferentes valores de uso, que podem ser trocados entre si. No entanto, o autor chama atenção para o fato de que esses valores são mensurados a partir do tempo de trabalho útil e socialmente empregado na produção de valores de uso.

Frente a essas dinâmicas que foram se estabelecendo ao longo do desenvolvimento do sistema capitalista de produção, Marx aponta que:

“O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos.” (MARX, 1996, p 198).

Ao ser reflexo direto do trabalho enquanto atividade, a mercadoria também passa a ser reflexo do trabalhador que produz, ganhando assim uma dimensão mística ao refletir objetivamente características existentes nas relações sociais de produção como algo que é externo, que passa a constituir as propriedades naturais destes objetos que assumem um caráter físico, metafísico e social.

Após adquirir esta dimensão autônoma, a mercadoria passa a ser alheia a quem a produziu, e os trabalhadores ao encontrarem-se numa relação reificada entre si mesmos e os objetos, passam a ser coisificados neste processo. Em diálogo direto com o pensamento marxiano, Georg Lukács (2003, p. 207) compreende a reificação como um processo racional e alienante característico do modo de produção capitalista moderno, que desencadeia a coisificação das relações sociais, através das trocas entre objetos.

Perante essa lógica de coisificação dos indivíduos nas relações sociais de produção, a mercadoria em si acaba por ganhar um protagonismo ou lugar de destaque, que gera lucro e prestígio para os que detêm os meios de produção e não para os que empregam sua força de trabalho para produzi-la. Sobre essa questão, Anselm Jappe, ao refletir sobre os usos e desusos de chaves e categorias analíticas do pensamento marxiano e marxista, como alienação, reificação e fetiche, afirma que

“Naturalmente, a mercadoria não ocupa exatamente o mesmo lugar que Deus na vida social. Mas Marx sugere – eis porque se pode falar de uma continuidade propriamente conceitual entre as noções de alienação e de fetichismo em Marx – que o fetichismo da mercadoria é a continuação de outras formas de fetichismo social, como o fetichismo religioso.” (JAPPE, 2014, p. 13).

Em tempos de terceirização e precarização do trabalho frente a crise do capital, como aponta David Harvey (1992) o fenômeno do trabalho escravo no mercado complexifica ainda mais o fetiche e a reificação enquanto fenômenos passíveis de análise nas relações de produção, pois

A cadeia produtiva das grandes grifes funciona como uma teia. As grandes grifes contratam empresas para intermediar a contratação de oficinas de costura, pois se exige personalidade jurídica própria para emissão de notas fiscais da produção, além de “legalizar” a transferência da atividade para uma ou mais empresas. Os imigrantes trabalham nas oficinas em condições sub-humanas e existem uma ou mais empresas envolvidas na cadeia produtiva, as quais na realidade são contratadas e subcontratadas entre si. (CALDAS, 2017, p. 46).

Diante da participação de diversos agentes e mediadores nas relações entre o empregador e o empregado no sistema de produção capitalista contemporâneo, os trabalhadores não sabem diretamente quem os explora, tendo em vista que a terceirização só se tornou viável por conta dessa redistribuição de papéis entre diferentes empresas, que se responsabilizam isoladamente pelos processos da cadeia produtiva, não estando estes centrados em uma só indústria.

No tocante a comercialização final de um produto oriundo do trabalho, enquanto última etapa desta cadeia produção, o próximo tópico deste trabalho irá problematizar as questões que envolvem o consumo dessas mercadorias que, neste caso, são as roupas vendidas e supertaxadas pelas grifes e como este último processo, assim como todos os processos anteriores, tem ligação direta com marcadores de desigualdade de classe.

DO FETICHE AO CONSUMO NO MERCADO DA MODA ENQUANTO MARCADORES DE CLASSE

Ao observar o mercado da moda sob uma perspectiva de classe, é importante refletir sobre como essa categoria é pensada por Marx. Tomando como ponto de partida a teoria do conflito do autor para pensar os aspectos ligados a exploração de classe, compreende-se que as relações sociais de produção do sistema capitalista produziu o antagonismo entre a burguesia, enquanto classe detentora dos meios de produção, em relação ao proletariado, que vende sua força de trabalho. Anthony Giddens, ao detalhar minuciosamente a teoria de classes marxiana afirma que

“As relações de propriedade constituem o eixo desse sistema dicotômico: uma minoria de “não-produtores” que controla os meios de produção pode utilizar essa posição de controle para extrair da maioria o produto excedente

que e a sua fonte de existência. “Classe”, assim, é definida em termos da relação de grupamentos individuais com os meios de produção.” (GIDDENS, 1976, p. 31).

O fato de este último grupo ter sido expropriado dos meios de produção com a transição do feudalismo para o capitalismo conferiu-lhes um problema que está ligado diretamente com os aspectos da fetichização da mercadoria. Tendo em vista a questão da exploração dos trabalhadores no mercado da moda, estes geralmente não consomem e não obtém lucro sobre o que produzem, sentindo-se, obviamente, desligados destes produtos. Nesse sentido, para Marx, “modos de consumo, de acordo com ele, são fundamentalmente determinados por relações de produção.” (GIDDENS, 1976, p 31).

Na obra “O império do efêmero”, Gilles Lipowetski irá se debruçar sobre as questões inerentes à moda, atrelando-a a uma lógica de hiperconsumo e como elemento que nos permite compreender alguns processos que são próprios da modernidade em sua fase mais avançada, que o mesmo denomina por “hipermodernidade”. Para o autor,

“A moda não permitiu unicamente exibir um vínculo de posição, de classe, de nação, mas foi um vetor de individualização narcísica, um instrumento de alargamento do culto estético do Eu, e isso no próprio coração de uma era aristocrática. Primeiro grande dispositivo a produzir social e regularmente a personalidade aparente, a moda estetizou e individualizou a vaidade humana, conseguiu fazer do superficial um instrumento de salvação, uma finalidade da existência”. (LIPOWETSKI, 2009, p 37).

Compreende-se que desde os processos iniciais de produção de uma dada mercadoria, desde o trabalho concreto e útil onde o trabalhador desempenha seu ofício, pelas atribuições quantitativas e qualitativas de valores de uso e de troca, até a etapa de comercialização, os aspectos de classe, mais precisamente, de dominação de classe são bem evidentes. Ou seja “...a versatilidade da moda encontra seu lugar e sua verdade última na existência das rivalidades de classes, nas lutas de concorrência por prestígio que opõem as diferentes camadas e parcelas do corpo social.” (LIPOVETSKI, 2009, p.13).

Tomando como ponto de partida os grupos de consumidores destas mercadorias fetichizadas oriundas de trabalho escravo que chegam até as vitrines das grifes, a noção de capital em Marx é de extrema importância para compreensão desse processo através

das diferentes formas que são adotadas pelo capital. O autor, ao caracterizar essas formas, afirma que

No processo de circulação, o capital atravessa as fases de capitaldinheiro, capital produtivo e capital mercadoria. A fim de retornar à configuração inicial de capital dinheiro, é necessária a *realização* do capital mercadoria, o que significa, em termos correntes, precisamente a venda das mercadorias produzidas. (MARX, 1996, p. 53).

Para ele, a burguesia se pauta no regime de acumulação de capital, que em primeira instância se concretiza no dinheiro, que é concebido também enquanto uma mercadoria de equivalência geral, pois pode ser trocado por qualquer outra mercadoria. Neste processo que se caracteriza por sua dimensão cíclica, a classe detentora dos meios de produção terá domínio também sobre as mercadorias resultantes do trabalho dos indivíduos da classe proletária por centralizarem em si as diferentes formas de capital.

Trazendo para o âmbito da comercialização das peças de roupa nas grifes, o nicho ou grupo de consumidores desses produtos serão majoritariamente da classe dominante, pois a moda irá se apresentar como elemento que os distingue dos demais grupos sociais, pela via do consumo. Para Lipowetski, “com a moda começa o poder social dos signos ínfimos, o espantoso dispositivo de distinção social conferido ao porte das novidades sutis” (LIPOWETSKI, 2009, p 31).

Conclui-se que, infelizmente, estes trabalhadores que sustentam as bases da cadeia produtiva da moda estão alheios a estas mercadorias que são comercializadas, pois os valores atribuídos a estas, enquanto fruto do trabalho concreto, só se dão por dinâmicas de fetichização e de mais-valia, ficando evidente a importância dos pressupostos teóricos de Marx para pensar esta e outras realidades existentes no sistema capitalista contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises feitas, pode-se afirmar que a concepção marxiana de trabalho, enquanto uma categoria totalizante que estabelece ligação direta com todas as outras categorias elaboradas por Marx é extremamente eficaz para observação e crítica a fenômenos atuais, próprios desta época. O trabalho escravo enquanto problema

contemporâneo à nível mundial pode ser minimamente esmiuçado a partir das noções de fetiche e mais-valia, que atribuem características especiais a mercadoria, principalmente quando estamos pensando em roupas de grifes já consolidadas no mercado.

Entende-se primeiramente o caráter de exploração inerente as condições de trabalho escravos as quais os trabalhadores são submetidos nos ateliês, que sequer possuem estruturas mínimas que permitam o desenvolvimento pleno das atividades laborais. Baseado na ideia de classe, pode-se dizer que neste aspecto há dominação de classe tanto por parte dos proprietários destas empresas, quanto ao nicho de consumidores destas roupas que são confeccionadas, que, por razões óbvias, não são os trabalhadores explorados.

Sendo assim, os fundamentos teóricos da alienação em Marx se ancoram no fato do trabalhador relacionar-se com o produto do seu trabalho de maneira alheia, o que permite que esse produto o domine. Outro aspecto está ligado ao estranhamento que estes desenvolvem em relação a sua própria atividade, estando esse alienado em relação a si mesmo, e a partir disso, como consequência, o trabalho livre torna-se insustentável, pois não há escolhas: o objetivo final do trabalho é a subsistência. Estes trabalhadores e trabalhadoras do ramo do corte costura se veem obrigados a manterem-se nessas condições análogas ao trabalho escravo por conta da dependência do trabalho produtivo, onde a sua existência só é validada através da produção material da vida.

Apesar de Marx ter concebido a classe trabalhadora como potencialmente propulsora da revolução, as novas dinâmicas da relação capital-trabalho dificultam e complexificam ainda mais o papel destes dentro do sistema capitalista de produção no contexto atual, que torna extremamente delicado os processos de organização coletiva em torno de uma consciência de classe. No entanto, é preciso “... ter em mente que os trabalhadores escravizados não são apenas vítimas que têm de ser resgatadas, e sim sujeitos que desenvolvem uma luta surda pela sobrevivência e que devem e podem assumir neste processo um papel protagonista.” (VIEIRA, 2008, p. 239).

Nesse sentido, o cenário da moda, que dá destaque as grifes e suas vitrines que negligenciam as etapas anteriores da produção da mercadoria, precisa ser analisada criticamente como elemento que mascara desigualdades de classe, exploração de grupos de profissionais que são majoritariamente formados por mulheres e imigrantes e que infligem às leis trabalhistas e o código penal brasileiro.

RERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTTOMORE, T.B.; RUBEL, M. **Sociologia e filosofia social de Karl Marx**. Rio Janeiro: Zahar, 1964

CALDAS, Renata Theophilo. **O trabalho escravo na cadeia produtiva das renomadas grifes da indústria da moda**. Brasília: IDP/EDB, 2017.

GIDDENS, A. **A estrutura das classes das sociedades avançadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HARVEY, David. **A Condição pós-moderna**. Tradução Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

JAPPE, Anselm. **Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria**. Tradução: Silvio Rosa Filho. Revista Limiar, v. 1, n. 2, p. 4-29, 2014.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. Editora Companhia das Letras, 2009.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**. Tradução: R. Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. & ENGELS, F. - **A ideologia alemã**. Lisboa, Editorial Presença, 1976.

MARX, K. **O capital – crítica da economia política**. 7. ed. São Paulo: Difel, 1996.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. Boitempo Editorial, 2015.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. Tradução: José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo, Editora Pólis, 1987.

VIEIRA, Maria Antônia da Costa. Trabalho escravo, trabalho temporário e migração. In: **Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

UMA ANTROPOLOGIA DO IRREDUTÍVEL: O HOMEM CONTEMPORÂNEO À LUZ DO PÓS-HUMANISMO

Fabio Henrique Medeiros Bogo⁵⁵

RESUMO: Diante do abundante saber produzido sobre o homem pela perspectiva do humanismo, o movimento filosófico pós-humanista surge não só sob a forma de uma crítica contumaz à dogmatização limitante do homem como conceito, como também como uma proposta alternativa de elaboração de uma antropologia filosófica ampliada a tal ponto que contempla um plano de consistência global no qual o homem figura tão somente como um de seus coabitantes. Mesmo a primazia e exclusividade sobre a capacidade de produção ontológica, estética e epistêmica lhe são destituídas, na medida em que máquinas, compreendidas aqui em seu sentido tão extenso quanto possível, são capazes de produzir arte, saber e subjetivação. Em um cenário em que o homem se descobre multiplicidade irredutível, o pós-humanismo se apresenta como estratégia discursiva com uma função ética, posto que capaz de conferir-lhe cidadania sem aprisioná-lo nas fronteiras de seu próprio conceito.

Palavras-chave: Pós-humanismo; Esquizoanálise; Antropologia.

AN ANTHROPOLOGY OF THE IRREDUCTIBLE: CONTEMPORARY MAN IN THE LIGHT OF POST-HUMANISM

ABSTRACT: In view of the abundant knowledge produced about man from the perspective of humanism, the post-humanist philosophical movement appears not only in the form of a stubborn criticism of the limiting dogmatization of man as a concept, but also as an alternative proposal for the elaboration of an anthropology philosophical expanded to the point that it contemplates a plan of global consistency in which man appears only as one of his cohabitants. Even the primacy and exclusivity over the capacity of ontological, aesthetic and epistemic production are deprived of it, insofar as machines, understood here in as broad a sense as possible, are capable of producing art, knowledge and subjectivity. In a scenario in which man finds himself irreducible multiplicity, post-humanism presents itself as a discursive strategy with an ethical function, since it is able to grant him citizenship without imprisoning him in the borders of his own concept.

Keywords: Post-humanism; Schizoanalysis; Anthropology.

O termo “humanismo” passa longe de ser um neologismo do pensamento contemporâneo, e é suscitado com grande frequência não só no seio dos debates filosóficos como em toda a amplitude das ciências humanas, chegando a fundamentar

⁵⁵ Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina - PPGFIL-UFSC. Docente em IELUSC-Joinville. E-mail: fabiohbogo@gmail.com
Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

toda uma corrente de abordagens da chamada psicologia humanista de Carl Rogers e Abraham Maslow, por exemplo. Os participantes do movimento da psicologia humanista dos anos 60 e 70 compartilhavam de um sistema de pensamento em que os valores e interesses humanos têm prioridade. Seus teóricos da personalidade se alçaram como a chamada “terceira força” e criticaram tanto a psicanálise quanto o comportamentalismo, principais concepções da época: a primeira pela sua concepção do patológico e do castrado como intrínsecos à natureza humana que só poderia produzir uma “psicologia defeituosa”, e o segundo por negarem a consciência e as forças inconscientes e centrarem-se na observação objetiva do comportamento sob uma concepção mecanicista, quase robótica. Em oposição a ambas, o humanismo pretendeu estudar as virtudes e potenciais humanos e sua capacidade de criar soluções novas e adaptativas, crescer e comportar-se com tal complexidade que é irredutível às fórmulas behavioristas, baseada em uma ideia otimista e espiritualizada da natureza humana. No caso de Maslow, particularmente, seu objetivo era investigar os “melhores exemplares” da humanidade, com desempenho excelente, criativos, adaptativos e com sucesso (SCHULTZ & SCHULTZ, 2018). De todo modo, se as tentativas de definição do humanismo constituem uma tarefa desafiante, isso certamente não se deve a uma suposta escassez teórica, mas, pelo contrário, a seu excesso, dada a abundância polissêmica que já se produziu sobre o tema.

O que de fato ressoa com o *zeitgeist* do estágio ulterior da modernidade desde as décadas que precedem a chegada do século XXI é derivação crítica do humanismo, à qual tem-se denominado “pós-humanismo”: este parece ser recebido pela comunidade acadêmica com ares de novidade, ainda que venha se tornando mais e mais popular nas décadas recentes, como resultado de contribuições muito difundidas como as de Michel Foucault, Judith Butler, Bruno Latour e outras. Foucault (1966), em seu estudo arqueológico “As Palavras e as Coisas”, determinou que o fenômeno que se denomina “o homem” não é o correlato moderno e esclarecido de algum tema já ancestral, mas uma invenção recente, fruto de um conjunto de reorganizações específicas do saber. Da mesma forma, a produção das ciências naturais e de filosofias da mente como a cibernética resulta na construção de um modelo de homem como sistema funcional complexo que contradiz a noção humanista de privilégio do *Homo sapiens* como “ser único, destacado das demais formas de vida”: os processos que se vislumbrava como Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

tipicamente humanos, relativas a tarefas cognitivas e expressivas em geral, estão longe de serem exclusividade de nossa espécie (WOLFE, 2010).

Sobretudo, é preciso distinguir o pós-humanismo de uma outra tendência, que se dirá *trans*-humanista e terá como objetivo a superação de limites físicos e intelectuais humanos com a ajuda de tecnologias diversas no sentido da construção de “ciborgues” que tenham suas capacidades, potencial de felicidade e expectativa de vida maximizados sem perder sua essência humana. Esta é uma lógica absolutamente arraigada nos ideais do Iluminismo, e, neste sentido, irreconciliável com o pensamento pós-humanista. Ademais, ela não representa – e reforça – senão um segmento do pensamento humanista que é em última instância plural demais para ser acertadamente tomado como referência, embora guarde em comum o aspecto de dependência de modelos dogmáticos – provindos dos saberes da religião, política e ciência – sobre o que vem a ser o “humano”.

Um vislumbre das possibilidades de relação com a tecnologia que vá na contramão do amparo *trans*-humanista para maximização dos potenciais já sinalizados pelas narrativas humanistas é oferecido por Peter-Paul Verbeek (2005) em seu estudo sobre a mediação tecnológica em alguns experimentos de produção estética em que a mediação humana é, se não dispensável, ao menos relegada à função posterior de concatenar, interpretar e eventualmente testemunhar as obras de origem maquínica. O conceito de mediação tecnológica, aqui, diz respeito ao papel que a tecnologia desempenha na relação entre os seres humanos e o mundo. O tema já fora notoriamente escrutinado pelo estadunidense Don Ih de (*apud* VERBEEK, 2005), que tratava das quatro relações entre homem e tecnologia: na relação de *corporificação* a tecnologia serve de extensão às capacidades corpóreas humanas como no caso dos óculos ou das cadeiras de rodas; nas relações de *alteridade* a humanidade interage com o objeto tecnológico à maneira de um outro sujeito interlocutor, como no exemplo de um caixa automático; o tipo de relação hermenêutica envolve os casos em que o indivíduo humano opera interpretando os dados produzidos por uma determinada percepção que o objeto tecnológico fez do mundo, a exemplo do termômetro, capaz de fornecer dados interpretáveis como a temperatura de um corpo; por fim, nas relações de *pano-de-fundo* ou *background*, o efeito produzido pela máquina deve ser imperceptível e fundir-se ao seu ambiente imediato, como um ar-condicionado.

A mediação tecnológica era, do ponto de vista moderno, um simples contato entre humanos e realidade, em conformidade com a ideia de secção do homem entre *res cogitans e res extensa* que era extremamente característica da modernidade. Pensava-se como um, o objeto, poderia estar à disposição do outro, o sujeito, para seu uso. O próprio sujeito, por sua vez, sendo sujeito da razão, precisava ser considerado racionalmente puro, sem que seus atos sentissem os efeitos danosos da intervenção de dispositivos artificiais. Com a constatação evidente que tal pureza era tão inalcançável quanto a própria dicotomia distintiva entre sujeito e objeto, o modernismo cedeu espaço a um novo paradigma pós-moderno, que contemplasse o sujeito não por meio da representação, mas em relação de intermediação com seu contexto.

Nos paradigmas pós-modernos, a mediação tecnológica passa a incluir as formas de apreensão que não estão acessíveis ao aparato perceptivo humano, mas que têm sua apreensão possibilitada por meio da tecnologia. Na medida em que a produção de tecnologia pela humanidade é, também viabilizadora da formação de novas representações da realidade, tem-se uma superação da noção de “realismo” em proveito da acepção destes novos objetos perceptivos ao montante da realidade humana. O modelo pós-moderno vai além do sentido usual aqui, pois contempla também a mediação dos artefatos além da mediação textual/linguística. Uma realidade interpretada pela mediação com os objetos da cultura é formadora de uma subjetividade que também é, em seu próprio mérito, situada: a existência humana passa a ter sua essência construída imanentemente, no próprio processo de mediação homem – objeto.

A grande novidade que se apresenta à medida que os avanços tecnológicos operam como condições arqueológicas de possibilidade de novas construções estéticas, são os exemplos de artistas que foram capazes de capturar fenômenos que escapassem tanto ao modelo moderno, em que a mediação seria tomada como neutra, quanto ao pós-moderno, em que as tecnologias seriam co-produtoras de realidade na mediação com seu operador: nestes fenômenos capturados pelas câmeras fotográficas dos artistas, a percepção obtida pelo objeto de realidade é mediada sem equivalentes, de maneiras em que o indivíduo humano sequer esteja contemplado, caracterizando toda uma nova agência intencional por parte dos próprios objetos.

É neste sentido que Verbeek (2005) vislumbra a possibilidade de uma superação do viés humanista na filosofia pela descrição de sucessivos exemplos de relações de

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

mediação tecnológica sustentadas por uma intencionalidade máquina-mundo em que o homem esteja como observador ou agente tardio, ou mesmo ausente. À guisa de exemplo deste argumento vale citar o artista Wouter Hooijmans, que produz obras a partir da superposição de fotografias de paisagens durante vários períodos do dia, criando uma situação de exposição sustentada da imagem e ilustra o que Verbeek chama de uma intencionalidade aumentada. Um modelo ainda mais subversivo de produção subjetiva por meio da visada intencional é o trabalho de Esther Polak, que pediu a colaboradores que circulassem pela cidade registrando seu trajeto no GPS e, em seguida, publicou seus resultados justapostos em uma única imagem. Não apenas este experimento fez com que os próprios participantes revisitassem seu trajeto cotidiano com interesse renovado e descobrissem mais sobre si mesmos no dia-a-dia, como também ele significou uma obra de valor estético singular, totalmente produzida pelas lentes autônomas dos GPS. Se no exemplo supracitado de Wouter Hooijmans se percebia uma dupla intencionalidade (aquela da relação entre a tecnologia e o mundo e aquela da relação entre este resultado e a percepção humana), no caso de Polak há de se reconhecer uma intencionalidade tripla de natureza reflexiva, que se dá nos seguintes movimentos intencionais: primeiramente uma experiência intencional “homem – mundo” relativa ao transitar dos indivíduos pela cidade; uma segunda intencionalidade “tecnologia – homem”, que corresponde à apropriação pós-humanista da experiência humana pela “visada no ética” dos aparatos tecnológicos; e, em um momento posterior, uma intencionalidade “homem – percepção da tecnologia sobre o homem”, em que se abria a oportunidade para que os próprios participantes vislumbrassem o rastro que seus atos haviam deixado como registro no GPS.

A análise de Verbeek é inequívoca quanto ao sentido de “pós-humanismo” do qual se vale para caracterizar a produção estética dos artistas supracitados: o termo aqui diz muito menos sobre o dogma humanista da superação dos traços naturais e evolutivos do que se pressupõe como homem, e muito mais sobre a possibilidade de uma criação de perceptos e afectos por outro criador que não o homem. Este esclarecimento visa desfazer o possível equívoco de interpretação que levaria a se pensar num senso de “pós-humano” que visaria transcender a individualidade de um organismo: este, o humano, permanece tão relevante quanto sempre foi, recebendo inclusive ampliação de modo a contemplar sua dimensão animal. Se há algo superado no pós-humanismo, trata-

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

se simplesmente do pensamento humanista. Topicamente, poder-se-ia situá-lo tanto *antes* do humanismo – pela consideração do universo biológico e tecnológico que ampara o ser humano e o constitui pela mediação com o mundo natural e o dos instrumentos, incluindo a comunicação e a cultura – quanto *depois* dele – em termos de um momento histórico que lhe sucedeu, e que tornou inevitável o descentramento do humano em sua multiplicidade de territórios existenciais.

Desde a Renascença o homem identificou-se como o artista por excelência, prescindindo até mesmo da Musa que o inspirara no período clássico. A *Capela Cistina* de Michelangelo, a *Virgem de Alba* de Sanzio ou *O Beijo de Judas* de Giotto di Bondone poderiam perfeitamente ser obras dedicadas a Deus, mas seus criadores e seus mecenas eram grandes homens, abundantes na influência, nos recursos financeiros e na faculdade da Razão. Inobstante, os dois últimos séculos do último milênio foram palco de avassaladoras revoluções nos modos de produção e socialização das comunidades humanas, redistribuições de poder em conformidade com uma axiomática do capital que tende ao globalismo em detrimento da sectarização dos Estados, e – não se pode esquecer – o impacto moral de duas grandes guerras mundiais. Some-se a isto a revolução tecnológica presenciada pelo momento tardio do século XX e seu grande desdobramento, a aceleração vertiginosa da mobilidade humana nos transportes e na comunicação, até a pulverização do poder decisório oferecida pela internet. A condição humana atual é de tal complexidade que extrapola qualquer empresa hermenêutica solitária, e a arte que se produz, como Verbeek nos prova, não é mais uma questão de homens, mas de afectos e perceptos. Estes não são afecções nem percepções, na medida em que estes últimos são atos psíquicos propriamente humanos, mas seres autônomos que não são ontologicamente dependentes da consciência que os percebe, sendo o próprio homem um composto de perceptos e afectos. As percepções possuem referência, são percepções *de algo*, enquanto os afectos e perceptos podem no máximo guardar uma semelhança com algo por seus próprios meios, mas sem constituir referência.

Quanto à arte, sua atividade – essencialmente pós-humana – é a conservação, ela “é a única coisa no mundo que se conserva” (DELEUZE E GUATTARI, 2010, p. 213). Esse processo em nada se assemelha à conservação artificial dos alimentos industrializados; na arte o que se conserva é essencialmente um bloco de sensações, perceptos e afetos. Uma obra de arte é independente de seu modelo, de seu criador e do

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

espectador que a experimenta, isto é, o bloco de sensações se conserva por si, precisamente porque a obra é um monumento; não o tipo de monumento que comemora o passado, mas o que exprime a sensação presente de forma duradoura.

A crítica pós-humanista se projeta inclusive retrospectivamente: sua acusação é a de que o dogmatismo do modelo humanista sequer se adequa aos princípios de ceticismo crítico e recriação autônoma de si, que são preciosos ao Iluminismo, de acordo com Foucault (1984) em seu artigo “*O que é o Iluminismo?*”. Esta é a natureza da denúncia feita por ele: a de que a relação entre Iluminismo e humanismo é a de um estado de tensão, e não de identificação. Cary Wolfe (2010) localiza neste ponto de tensão a necessidade de se avançar ainda um passo a mais: além de adotar a bem-vinda suspeita humanista sobre os determinantes da autoridade religiosa, e também de pôr em cheque os demais dogmas antropológicos, políticos e científicos que o humanismo ainda preserva e o pós-humanismo se incumbiu de destronar, o autor aponta que é preciso operar uma revolução na própria natureza do pensamento.

A questão do descentramento da subjetivação humana em dimensões de existência requer processos reflexivos que são distintos daqueles com os quais se fazia a exegese da narrativa humanista. Não se trata de rejeitar o humanismo por completo, mas antes de demonstrar que seus esforços foram sabotados pelos seus próprios modelos filosóficos, a exemplo da diretriz moral de respeito às pessoas com deficiência, que vêm associada a um modelo de humano ideal que é segregacionista por natureza. Será necessária, acima de tudo, uma revolução na concepção lógica da relação entre matéria e informação – que é, em si, uma revisitação da disputa entre forma e conteúdo derivada do dualismo Cartesiano – em favor de uma lógica viral e mutacional que supere a própria noção usual de sistema e que considere um indivíduo trans-sistemático, no atravessamento entre os sistemas duais humano e animal, orgânico e técnico. O pós-humanismo, destarte, se configura num modo de pensamento que virá a ser estruturado na tessitura de uma crítica ao antropocentrismo e especicismo.

Por este motivo as mais proeminentes vozes recentes do pós-humanismo vêm em defesa de uma abordagem reflexiva que não se furte às complexidades dos organismos autopoieticos autorreferentes, nem as interprete à luz do idealismo Kantiano solipsista, mas tomem esta característica humana como a própria mediadora da conexão destes organismos com o ambiente, à semelhança das dinâmicas de outros sistemas

orgânicos. De fato, com a revolução operada pelo pós-humanismo que, à maneira de Copérnico, destituiu seu objeto da posição central do grande esquema de análise, a questão animal ganha importância e se torna um dos debates majoritários deste modelo filosófico. Compartilhamos com outros sistemas autopoieticos não-humanos diversos aspectos de nossa condição de existência. Os chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela (1972), que com maior aprofundamento elevaram a autopoiese ao *status* de condição ontológica, apontam que cada ato de conhecimento traz à tona o mundo, ou ao menos um aspecto dele, e que no caso particular dos seres humanos tais atos ocorrem por meio da linguagem. Outrossim, o desenvolvimento da capacidade de linguagem não está em função da matriz evolutiva humana – ele ocorre em ritmo próprio por meio de processos sociais sofisticados presente em diversas das espécies mais intelectualmente desenvolvidas.

Há três níveis que devem ser considerados em separado: o primeiro é a capacidade autopoética dos organismos de manutenção de seu substrato material; o segundo, a emergência de um domínio linguístico rudimentar autorreferente que se presta a organizar significativamente a percepção do mundo externo; o terceiro é a emergência da linguagem propriamente dita, como fenômeno de segunda ordem (derivada de interações sociais complexas). Cada um destes níveis funciona sob sua própria dinâmica sem ser redutível aos demais, requerindo o estabelecimento de relações não-redutíveis entre os fenômenos a serem explicados e o mecanismo que os gera. No caso dos organismos humanos, trata-se da presença de fenômenos que não ocorrem em um sistema autopoietico singular, mas na relação ou no que se pode chamar de um campo de presença interpessoal. Passa a ser obsoleto tratar d'*O Corpo*, ou mesmo de *um corpo* – que revela-se como uma virtualidade, o que enfim o torna mais real. Organismo e ambiente compõem um espaço multidimensional produzido e estabilizado pelo seu funcionamento em interrelação consensual.

À luz destes dados trazidos pela dupla de biólogos, não surpreende que eles sejam diretamente mencionados como uma referência fundamental na definição do *Corpo sem Órgãos* como Deleuze e Guattari (1972) o compreendem: um enorme objeto não-diferenciado, superfície pela qual desliza o puro fluido, sem cortes, associável à pulsão de morte psicanalítica ao menos na medida em que implica uma pressão constante no sentido do retorno ao inengendrado, ao inespecífico, ao não-

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

individualizado. O sujeito esquizoanalítico é tão somente um efeito colateral de uma série de processos sintéticos sobre o Corpo sem Órgãos: os fluxos de toda ordem – fluxos materiais, lógico-conceituais, fluxos de capital etc. – que por ele circulam sofrem cortes e conexões, formam agenciamentos dos quais se produzem objetos de realidade. Tais sínteses são operadas por macroestruturas que funcionam como *máquinas*, e mais especificamente *máquinas desejantes*, uma vez que se entenda o desejo aqui como um conceito intencionalmente contrário ao desejo psicanalítico, que diz das estratégias humanas de defesa contra a angústia de uma falta constitutiva. Essencialmente pós-humanista, "O Anti Édipo" é uma obra conjunta de Deleuze e Guattari que trata de um sujeito que está sempre descentrado, na "borda" das máquinas desejantes, formado pelos resíduos de seu processo produtivo. Contudo, todas as relações humanas nesse ponto de vista estariam devidamente posicionadas no teatro do Édipo, como estrutura geral de contenção do prolífico – e, por isso mesmo, perigoso – potencial criador do desejo nos fluxos livres. Assim, romper com o Édipo é a medida defendida para superar o estruturalismo da psicanálise Freudiana e o ranço humanista que Deleuze e Guattari nela identificam.

Em vez da experiência solipsista da "pessoa" humana, a experiência singular do organismo como sistemas de contatos imerso em uma trama de afecções. No modelo de Maturana e Varela, com o qual Wolfe parece concordar, a vastidão de informações oferecidas pelo ambiente é de algum modo codificada pelo organismo que a percebe. Este organismo, então, elenca prioridades dentre os cursos de ação possíveis, e age a partir desta seleção alienando as demais possibilidades. O que compõe o mundo a cada instante é a produção coletiva destes sistemas coabitando um ambiente que é compartilhado, ora consensualmente, ora em conflito. As possibilidades de ação que foram alienadas, isto é, o que ficou excluído da corporificação ou da passagem ao ato, é também componente deste mesmo mundo. Ao mesmo tempo, a característica de fechamento (*closure*) dos organismos é o que possibilita a maior complexidade, tanto em termos anatomofisiológicos quanto do ponto de vista da subjetivação, capacidade mais rica e sensível de percepção codificada do mundo. Em suma, trata-se de uma existência caracterizada como abertura no fechamento: a construção coletiva do mundo a partir da corporificação dos atos pelos organismos individuais.

A noção pós-humanista de indivíduo que Wolfe propõe é um endosso direto à apreciação supracitada de Deleuze e Guattari: o corpo não é senão um aglomerado de processos vitais reunidos em um sistema aberto mas, paradoxalmente, mantido integrado por um plano de consistência que é puramente virtual. Este plano, do ponto de vista da autopoiese tomada radicalmente, não é uma extensão do plano de consistência da realidade; ele é dado arbitrariamente, assim como todo conhecimento sobre a unidade “corpo” também o é. Sabemos qual é a via pela qual a humanidade faz circular o conhecimento que produz e acumula: a linguagem é a responsável por conferir a própria unidade do indivíduo e trazer o mundo à tona simbolicamente pela atividade cognitiva corporificada. Ao mesmo tempo, em certo sentido, a linguagem está morta e não logra êxito em caracterizar adequadamente o homem, dado que sua dinâmica de contato se dá em tal velocidade que excede em muito a capacidade de simbolização e representação. O “gap” ou fenda insuperável entre o sistema de contatos corpo-realidade externa e a representação simbólica que os atos cognitivos trazem à tona é o cerne do que Deleuze e Guattari entendem como desejo: um motor maquínico produtivo, que jamais pode ser confundido com uma falta constitutiva, como na psicanálise.

Na medida em que se desprende dos dogmas do sujeito autocontido e suas faculdades de razão, reflexão e consciência, o pós-humanismo pode tratar das questões relativas aos processos humanos com especificidade ainda maior, recontextualizando o *Homo sapiens* em meio às demais espécies mas ainda respondendo à característica específica dos humanos e sua maneira particular de engajar-se no mundo técnica e materialmente, pela mediação de artefatos que não são humanos em si, todavia sejam dotados da capacidade de “humanizar”. As máquinas, em seu sentido estendido que inclui instituições, artefatos e a própria experiência de alteridade do *socius*, tem participação imprescindível nos agenciamentos de subjetivação que se tecem na contemporaneidade e conferem sentido simbólico à vida humana.

De forma geral, o sentido não se origina no domínio do humano, pensa o pós-humanismo, mas nem tampouco no domínio do biológico. Antes, parece residir na própria desarticulação entre os sistemas psíquicos e sociais, consciência e comunicação. Diante desta conclusão, defender uma atitude intelectual pós-humanista vai muito além de incitar uma contenda com os movimentos humanistas seculares por mera

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

iconoclastia; trata-se da coragem de assumir nossa condição de multiplicidade irreduzível, e, sobretudo, de sustentar essa desarticulação entre as dimensões de nossa existência que não fazem síntese, tanto porque lhes é impossível quanto porque prescindem dela. Um homem é um modo de ser que é linguisticamente produzido e sustentado pela ação cognitiva corporificada de um sistema de contatos; é um conceito característico deste estágio recente da modernidade, que, para sua própria surpresa, descobre-se agora duplamente incapaz de coincidir consigo próprio como conceito e pouco disposto a fazê-lo. Neste cenário, o pós-humanismo se apresenta como estratégia discursiva com uma função ética, posto que capaz de conferir cidadania ao homem-multiplicidade sem aprisioná-lo nas fronteiras de seu próprio conceito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELEUZE, G e GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** 3.ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia.** Tradução: Luiz B. L. Orlandi. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2011

FOUCAULT, M. (1966). **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.** Trad: Salma Tannus Muchail. Martins Fontes: São Paulo, 2000

FOUCAULT, M. (1984) **O que são as luzes?** Em: *Ditos e Escritos*. V.2. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

MATURANA, H.; VARELA, F. (1972). **Autopoiesis and cognition: the realization of the living.** Dordrecht, Holland: D.Reidel Publishing Company, 1980.

SCHULTZ, D. P. e SCHULTZ, S. E. **Teorias da personalidade.** 10.ed. São Paulo, Cengage-Learning, 2018.

WOLFE, C. **What is Posthumanism?** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

VERBEEK, P. P. C. C. *Beyond the human eye. Mediated vision and posthumanity.* In: P. J. H. Kockelkoren, & P. J. Kockelkoren (Eds.). *Proceedings of AIAS Conference 'Mediated Vision'*. Enschede: Veenman Publishers en ARTEz Press, 2005.

**CONCEPÇÕES ACERCA DA IDENTIDADE E DA DIFERENÇA:
A RELAÇÃO ENTRE SER E NÃO-SER NA DIALÉTICA HEGELIANA**

Elemar Kleber Favreto⁵⁶

RESUMO: O presente estudo discorre sobre a dialética hegeliana como uma ontologia da negação, onde o não-ser é essencial para que o ser não seja considerado imutável. Nesse sentido, a ontologia hegeliana mostra a potencialidade da dialética na compreensão do movimento e do próprio tempo, ou seja, na compreensão da realidade do mundo. A dialética não é um mero sistema argumentativo, que visa a relação entre uma tese apresentada e a sua antítese, formando a síntese, ela é o próprio movimento ontológico do mundo e do homem, que faz com que o ser se modifique em um outro (seja outro), na medida em que se relaciona com aquilo que ele não é. Só essa relação da identidade de algo com aquilo que não é idêntico a ele é que fará com que ele possa vir-a-ser outra coisa que não si mesmo. Este trabalho está centrado em uma pesquisa essencialmente bibliográfica, que tenta abordar os conceitos hegelianos que estão em jogo na sua lógica dialética, de modo que, a partir desses conceitos, seja possível buscar referenciais contemporâneos que mostrem as contribuições de Hegel para a consolidação da filosofia moderna e apontem possibilidades de superação de suas dificuldades teóricas.

Palavras-chave: Hegel, Dialética, Negação.

CONCEPTIONS ABOUT IDENTITY AND DIFFERENCE

The Relationship between Being and Non-Being in Hegelian Dialectics

ABSTRACT: The present study discusses the Hegelian dialectic as an ontology of negation, where non-being is essential for being not considered immutable. In this sense, Hegelian ontology shows the potentiality of dialectics in understanding movement and time itself, that is, in understanding the reality of the world. Dialectics is not a mere argumentative system, which aims at the relation between a thesis presented and its antithesis, forming the synthesis, it is the very ontological movement of the world and of man, which causes the being to change in another (be another), insofar as it relates to what it is not. Only this relationship of the identity of something to what is not identical with it will make it anything other than itself. This work is centered on an essentially bibliographical research that tries to approach the Hegelian concepts that are at stake in its dialectical logic, so that, from these concepts, it is possible to look for contemporary references that show Hegel's contributions to the consolidation of modern philosophy and point out possibilities of overcoming their theoretical difficulties.

Keywords: Hegel; Dialectic; Denial.

⁵⁶Bacharel, Licenciado e Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE e docente do curso de Filosofia da Universidade Estadual de Roraima – UERR. E-mail: elemarfavreto@gmail.com

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

INTRODUÇÃO

Hegel aborda um novo paradigma para a filosofia clássica e, principalmente, para as interpretações acerca da obra kantiana, também elaboradas e difundidas por Fichte e Schellingna mesma época. Hegel define os sistemas de seus contemporâneos como, respectivamente, um idealismo subjetivo e um idealismo objetivo, apontando que o seu próprio sistema seria o primeiro a buscar o idealismo absoluto como indicativo para o pensamento acerca do transcendental.

Na *Fenomenologia do Espírito* (*Phänomenologie des Geistes* - 1807), sua primeira grande obra, Hegel busca um desdobramento daquilo que chamou de “consciência-de-si”, onde o contato entre uma consciência-de-si e outra, através de um movimento dialético, produz um movimento da consciência em busca do absoluto. Já percebemos aqui, portanto, o caminho que levará o filósofo alemão para a perspectiva da contradição e da negação (não-ser), tendo em vista que uma consciência-de-si só pode se perceber como tal diante de outra consciência-de-si. Nesse ponto, podemos ver a necessidade da contradição para a definição da própria identidade do eu:

Para a consciência-de-si há uma outra consciência-de-si [ou seja]: ela veio para *fora de si*. Isso tem dupla significação: *primeiro*, ela se perdeu a si mesma, pois se acha numa *outra* essência. *Segundo*, com isso ela supassumiu o Outro, pois não vê o Outro como essência, mas é a *si mesma* que vê no Outro. [...] A consciência-de-si tem de supassumir esse *seu-ser-Outro*. Esse é o supassumir do primeiro sentido duplo, e por isso mesmo, um segundo sentido duplo: *primeiro*, deve proceder a supassumir a *outra* essência independente, para assim vir-a-ser a certeza *de si* como essência; *segundo*, deve proceder a supassumir a *si mesma*, pois ela mesma é esse Outro (HEGEL, 2007, p. 143).

Essa concepção de oposição (contradição) expressa na *Fenomenologia do Espírito* é muito importante para o próprio sistema hegeliano, já que o movimento do ser para o não-ser, que aparece na *Ciência da Lógica* (*Wissenschaft der Logik* - 1812), é que poderá compor não só a identidade do ser, mas também a transformação dele em outro. Nesse sentido, a *Ciência da Lógica* deixará de se preocupar com a relação entre duas consciências-de-si e passará a se ocupar da relação entre sujeito e objeto, ou seja, entre o pensamento e seu conteúdo. Apesar de não ser possível, para Hegel, que a

Lógica possa distinguir o objeto do próprio método de investigação do objeto, isto é, a forma de pensar sobre o objeto, essa obra nos leva a compreensão da dialética como um modo de relação entre ser e não-ser; ou ainda, de investigação acerca do mundo e das coisas do mundo, sem perder de vista que pensamento e mundo são duas faces da mesma moeda.

Esse estudo pretende mostrar a dialética hegeliana como uma ontologia da negação, onde o não-ser é essencial para que o ser não seja considerado imutável. Sendo assim, a ontologia hegeliana mostra a potencialidade da dialética na compreensão do movimento e do próprio tempo, isto é, na compreensão da realidade do mundo. Ela não é um mero sistema argumentativo, que visa a relação entre uma tese apresentada e sua antítese, mas o próprio movimento ontológico do mundo e do homem, que faz com que o ser se modifique em um outro (seja outro), na medida em que se relaciona com aquilo que ele não é. Só essa relação da identidade de algo com aquilo que não é idêntico a ele é que fará com que o ser possa vir-a-ser outra coisa que não si mesmo. Centrado em uma pesquisa essencialmente bibliográfica, o presente trabalho está dividido em três partes: a primeira apresenta a concepção hegelina de dialética, tentando diferenciá-la da postulada por Platão, onde o movimento é sempre uma busca da identidade primeira e imutável; a segunda aborda os conceitos de ser e não-ser dentro da estrutura da dialética, mostrando suas relações e entrelaçamentos no que diz respeito à dimensão da negação; a terceira parte, à título de considerações finais, aponta a leitura deleuziana sobre as contribuições de Hegel para a consolidação da filosofia moderna, assim como as possibilidades de superação de suas dificuldades teóricas.

DA DIALÉTICA HEGELIANA

A dialética hegeliana se configura como um sistema que apreende a realidade, processada através de um contínuo movimento de superação e conservação, em um infundável e crescente ciclo de determinação do real. Para compreendê-la é necessário, inicialmente, buscar na sua *Ciência da Lógica* alguns elementos fundamentais, de modo que possamos identificar a sua lógica dialética com uma possível ontologia, formando uma teoria “lógica-ontológica”. Hegel divide, desse modo, a sua lógica em três

momentos (sempre com vistas ao absoluto). Primeiramente uma “doutrina do Ser”, depois uma “doutrina da Essência” e, finalmente, uma “doutrina do Conceito”:

A experiência individual da Fenomenologia já nos fez seguir, no espelho da consciência, estas etapas da experiência da espécie. Nós as reencontramos na Lógica. Consideramos primeiramente as coisas tal como são em si, com as determinações inerentes a seu ser, suas propriedades. É o ponto de vista da percepção, que se vincula ao Ser imediato. Depois estudamos as coisas em suas relações com as outras, e, como relações, estas mediações mesmas. Estas relações constituem sua essência. É o ponto de vista da reflexão. Enfim, ultrapassando, ao integrá-las a uma visão mais completa, estes dois pontos de vista, apreendemos o real ao mesmo tempo em-si-e-para-si, como substâncias e como sujeito, no próprio conceito que dele temos. Tais serão os três momentos essenciais da Lógica: 1. A lógica do Ser; 2. A Lógica da Essência; 3. A Lógica do Conceito (GARAUDY, 1983, p. 73).

É na *Ciência da Lógica*, portanto, que os fundamentos da ontologia hegeliana são apresentados, ou aquilo que poderíamos chamar de dialética do ser. Parece que Hegel, ao formular a sua lógica, tenta combinar a unidade e a multiplicidade, já que, para ele, a multiplicidade, enquanto negação da unidade (fundamento), mostra-se como essência da própria unidade, pois sintetiza esta e aquela. Isso está muito claro na *Ciência da Lógica*: “O ser no vir-a-ser, enquanto um com o nada, e assim o nada, enquanto um com o ser, são apenas evanescentes: o vir-a-ser, por sua contradição dentro de si mesmo, colapsa na unidade em que os dois são suprassumidos; seu resultado é, pois, o ser-aí” (HEGEL, 1995, p. 185).

Uma passagem da mesma obra mostra mais claramente esta questão do fundamento, enquanto positividade, como negação da negação:

Algo, na relação com um outro, já é ele mesmo um Outro para com esse Outro; por conseguinte, como aquilo, para o que passa, é exatamente o mesmo que aquilo que passa, os dois não têm outra determinação a não ser uma só e a mesma determinação: a de um *Outro*; e assim Algo, em seu passar para Outro, só vem a juntar-se *consigo mesmo*; e essa relação para consigo mesmo, no passar e no Outro, é a *verdadeira infinitude*. Ou, considerado negativamente: o que é alterado é o *Outro*; ele se torna o *Outro* do *Outro*. Desse modo, o ser é resultado, mas como negação da negação; e é o *ser-para-si* (HEGEL, 1995, p. 191).

Assim, para Hegel a lógica “[...] deve ser apreendida como o sistema da razão pura, como o reino do pensamento puro” (HEGEL, 1995, p. 66), de modo que a

primeira coisa a ser feita na distinção entre a Lógica e todas as outras ciências convencionais é que ela, a lógica, não distingue o método de seu objeto:

Hegel estabelece a diferença entre as ciências convencionais e a ciência da lógica. Para ele, as primeiras se caracterizam pela separação entre o objeto abordado e o método científico empregado, além do conteúdo dessas ciências depende de outros conceitos já trabalhados ou provados por outros cientistas, tais como postulados que servem de base para demonstrações e prova de uma hipótese qualquer. Disso se segue que a essas ciências ficam reservadas a falar e pensar apenas aquilo que lhes são de interesse (incluindo aí o método), ou que está diretamente conectado com o assunto de interesses delas. De sorte que, a essas ciências resta apenas a mera aplicação “tranquila” dessas estruturas preestabelecidas (leis do pensamento, por exemplo) para o seu desenvolvimento, coisa que “o modo comum de raciocinar” é suficiente para executar (JORDÃO, 2013, p. 319).

As ciências convencionais, segundo Hegel, se preocupam com um modo de raciocínio que é típico e comum, deixando-a, muitas vezes, sem ir além do que está posto. Assim, a lógica não pode abstrair de seu objeto, pois pensamento e objeto de pensamento são uma coisa só, caso contrário segue-se pelo caminho da lógica formal, que distingue entre verdade, relacionada ao conteúdo do pensamento, e certeza, relacionada à forma do pensamento. O pensamento, portanto, torna-se vazio, como se só tivesse forma e depende-se exclusivamente de algo que lhe é externo, capaz de preenchê-lo e moldá-lo:

Esta metafísica, portanto, estimava que o pensamento e as determinações do pensamento não eram algo estranho ao objeto, senão que constituíam sua essência, ou seja, que as *coisas e o pensamento* delas – do mesmo modo que nosso idioma expressa um parentesco entre os dois [termos] – coincidem em si e por si, [isto é], que o pensamento em suas determinações imanentes e a natureza verdadeira das coisas constituem um só e mesmo conteúdo (HEGEL, 1995, p. 60).

O que Hegel mostra em sua lógica é, portanto, que pensamento e objeto de pensamento são duas faces de uma mesma moeda, formando um mesmo conteúdo, de modo que a lógica deve se adequar a esse aspecto primordial do pensamento, adaptando seus instrumentos para melhor desenvolver o processo de criação e aquisição de conhecimentos. O pensamento, dessa forma, não é uma mera abstração, ele é parte da própria realidade do mundo. Conhecer é um processo de interiorizar o que é externo,

portanto, um procedimento de conscientização de mundo, isto é, tornar-se aquilo que não é, um outro, um ser-aí.

A realidade do pensamento é o que faz com que Hegel se afaste da teoria platônica das formas (ideias), que insiste em afastar a realidade do mundo e a verdade do pensamento, formando a base de toda a doutrina da representação mental e, também, da lógica formal. O que Hegel tenta mostrar é que não há divergência entre um outro, pois ambos formam o mesmo conteúdo:

A ideia platônica não é nada mais do que o universal ou mais determinadamente o conceito do objeto; apenas em seu conceito algo tem efetividade; na medida em que é distinto de seu conceito, deixa de ser efetivo e é algo nulo, o lado da palpabilidade e do ser-para-si-mesmo sensível pertence a esse lado nulo (HEGEL, 2011, p. 30).

Esse distanciamento platônico do conceito com o sensível é que faz com que a doutrina da representação mental tome a lógica unicamente como um instrumento do pensamento, e não como “Ciência Pura”, capaz de fornecer a compreensão do universal no indivíduo, aprimorando o seu pensamento como uma realidade, passando da abstração para a concretude do sensível, de tal modo a desenvolver a autonomia e independência de seu espírito subjetivo:

[...] a lógica tem de ser primeiramente aprendida como algo que certamente se compreende e se penetra, mas cuja amplitude, profundidade e significado ulterior, de início, não se consegue medir. Apenas a partir do conhecimento mais profundo das outras ciências eleva-se para o espírito subjetivo o lógico como um universal, não apenas abstrato, e sim como a riqueza do universal que abrange em si mesmo o particular; assim como a mesma sentença moral na boca do jovem que a compreende inteiramente não possui o significado e a amplitude que possui no espírito de um homem experimentado pela vida, em quem se exprime toda a força do conteúdo que nela se encontra (HEGEL, 2011, p. 38).

A *Ciência da Lógica*, portanto, configura-se como uma obra que direciona o movimento dialético a buscar o verdadeiro absoluto, aquilo que irá de encontro à relação da abstração com o mundo, do *em si* e do *para si*, revelando, na negação da negação, a mais pura positividade do conceito realizado.

DA RELAÇÃO ENTRE POSITIVIDADE E NEGATIVIDADE EM HEGEL

Podemos observar que o projeto da *Ciência da Lógica* de Hegel era muito maior do que simplesmente a instituição de uma nova proposta de instrumento para o conhecimento, mas a instituição de uma lógica que fosse a fundadora da própria ciência em si mesma:

[...] o desenvolver de um princípio primeiro-último especulativo, na filosofia hegeliana, marca o papel inequívoco de mediador, no sentido de liberar o sistema de métodos e propostas exteriores e contingentes que ainda o condicionam. O resultado disso é que, na **Ciência da Lógica**, a pressuposição de um começo imediato e vazio do sistema científico-filosófico das categorias do Absoluto e o discurso metodológico pelo qual este se expõe precisam ser descritos e explicados, devido justamente ao caráter incondicional do pensamento puro, no qual se estruturam tais bases para o sistema em questão (NICOLAU, 2010, p. 70).

O sistema da *Ciência da Lógica* torna-se, nesse sentido, uma relação entre ser e pensar, entre o fundamento e o método da ciência, sendo, portanto, tarefa da filosofia buscar essa relação e expor as suas bases estruturais, que servirão de alicerces para toda e qualquer ciência. Assim, a dialética hegeliana funciona como essa lógica interna da ciência, que esboça não só o conteúdo dela, mas também o seu próprio método explicativo de mundo. Entretanto, como a dialética desenvolve um movimento de rotação do “si mesmo” (identidade) para aquilo que “não é si mesmo” (diferença)?

A relação entre identidade e diferença aparece com mais clareza na “doutrina do Conceito”, onde Hegel trata também das figuras do silogismo, mostrando que o conceito é a unidade formada pelo geral e o particular. Subjetividade e objetividade, nesse sentido, se fundiriam para formar a ideia, relacionando o particular (*em si*, lado subjetivo, sujeito da proposição) e o geral (*para si*, lado objetivo, predicado da proposição). Esta dinâmica mostra como o movimento do conceito se fecha sobre si mesmo, fazendo com que o próprio sujeito se reconheça no objeto, ou melhor, seja o próprio objeto. Entretanto, a reflexão que pretendemos mostrar adiante não é essa relação explorada por Hegel na “doutrina do Conceito”, e sim aquela que aparece na “doutrina do Ser” e na “doutrina da Essência”, mostrando como o movimento da identidade para a diferença culmina em uma aparente negatividade.

Esse movimento, da profunda relação entre identidade (positividade) e diferença (negatividade), parece mostrar, nas duas primeiras doutrinas, que a negação não é o

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

puro nada (negação de tudo), mas a diferença essencial existente “de si consigo mesmo”, isto é, a diferença entre o ser e o seu ser outro:

O *positivo* é esse *diverso*, que deve ser para si e, ao mesmo tempo, não-indiferente à sua relação *para com o seu Outro*. O *negativo* deve ser também autônomo – a relação negativa *para consigo, ser para si* – mas ao mesmo tempo, enquanto pura e simplesmente negativo, deve ter essa sua relação para consigo – o seu positivo – somente no Outro. Os dois são essa contradição posta; os dois são o mesmo, *em si*. Os dois são também *para si*, enquanto cada um é o suprasumir do Outro e de si mesmo. Assim, os dois vão a *fundo*. Ou seja: a diferença essencial é imediatamente – enquanto diferença em si e para si – apenas diferença de si consigo mesma: contém portanto o idêntico; assim, a totalidade da diferença essente em si e para si, pertence, pois, tanto à própria diferença quanto à identidade. Enquanto diferença *que se refere a si mesma*, já foi expressa igualmente como aquilo que é idêntico a si mesmo; e o *oposto* é, em geral, o que dentro de si contém o *Uno* e o *seu Outro*, a *si mesmo* e o *seu oposto*. O ser-dentro-de-si da essência, assim determinado, é o *fundamento* (HEGEL, 1995, p. 237).

O não-ser (negação), portanto, funciona de dentro para fora, isto é, trabalha dentro do próprio ser, chegando este a ser dito daquele: “Ora, esse puro ser é pura abstração, e portanto o absolutamente-negativo que, tomado de modo igualmente imediato, é o nada” (HEGEL, 1995, p. 178). O nada deve ser compreendido como a própria dinâmica do ser para consigo mesmo, sendo a ausência do que é, mas a possibilidade de ser outro, é o próprio devir. O ser é dito, dessa forma, como o próprio negativo, ou o absolutamente-negativo, pois nega a si mesmo na medida em que afirma a diferença. Ele é jogado à máxima contradição, mas sempre em vista desta síntese formada pelo ser e sua contradição, o *vir-a-ser*. Esta síntese é, portanto, uma negação negada, uma identidade que sempre retorna como princípio. O fundamento só é afirmado na medida em que a identidade é jogada ao máximo da diferença (*nada*): “O *fundamento* é a unidade da identidade e da diferença; a verdade daquilo como se produziu a diferença e a identidade: a reflexão-sobre-si, tanto como a reflexão-sobre-o-outro; e vice-versa. É a *essência* posta como totalidade” (HEGEL, 1995, p. 237). Assim, a identidade primeira só se configura a partir da sua relação com o ser outro que é o nada, modificando a sua configuração como identidade e tornando-se um puro movimento, do ser para o nada e do nada para o ser:

A exigência de um começo é uma exigência ilusória quando pretende um início absoluto, o primeiro imediato que não seria ele mesmo mediação. No

entanto, o saber absoluto parte do ser, mas este ser é ao mesmo tempo implicitamente o saber do ser, é a mediação que se apresenta como a passagem do ser ao nada e do nada ao ser, a determinação de um pelo outro (HYPPOLITE, 1991, p. 85).

Se o ser (identidade) é visto, como diz Hyppolite, como uma ilusão, já que se diz enquanto um “início absoluto”, ser e nada se configuram como um movimento, tendo em vista que o universal (absoluto) só se expressa na particularidade, ou seja, o absoluto permeia o existente, mas o existente é o determinado, isto é, é a forma como o universal se expressa na particularidade das coisas, é o próprio “ser-aí” (*dasein*). Assim, o movimento do ser para o não-ser se transforma em uma negação da negação, tendo em vista que o ser (absoluto) torna-se outra coisa que não si mesmo (diferença), mas, ao mesmo tempo, se mostra como existente (ser-aí). Ser e nada se confundem, portanto, na medida em que formam um movimento constante de um para o outro, onde a diferença se expressa como um absoluto vir-a-ser:

Transitar é a mesma coisa que devir; só que naqueles dois momentos, desde os quais se efetua o trânsito mútuo, são representados mais como repousando um fora do outro, e o transitar se representa como efetuando-se *entre* eles. Agora, onde e como se quer que se fale do ser ou do nada, tem que estar presente este terceiro; pois aqueles não subsistem por si, senão que existem somente no devir, neste terceiro (HEGEL, 1995, p. 121).

O trânsito do ser ao nada e do nada ao ser só é possível através do devir. Sem devir não haveria essa bipolaridade, assim como também não seria possível conceber ser e nada. O exemplo utilizado por Hegel é o da luz e das trevas, onde um não poderia existir sem o outro, tendo em vista que algo só poderia ser visto na luz se pudesse existir os seus contornos, necessitando da sombra, assim como nas trevas completas só seria possível ver algo se alguma luz o iluminasse e o distinguísse da escuridão.

Essa eterna relação entre ser e nada mostra que o ser determinado em particularidade (ser-aí) só pode ser expresso na medida em que o devir permeia a relação do “si para consigo mesmo”, do ser em si para com seu ser outro. Só há determinação na relação. Só há determinação na expressão do vir-a-ser, no devir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA POSSÍVEL INTERPRETAÇÃO SOBRE A NEGAÇÃO EM HEGEL

Foi essa confusa relação entre ser e não-ser que deu margem a autores contemporâneos encararem a filosofia hegeliana como uma ontologia do negativo. Uma filosofia que busca a completa negação, já que a diferença só seria percebida na medida em que o ser nega a si mesmo. Gilles Deleuze, por exemplo, faz duras críticas ao sistema hegeliano na medida em que a diferença (devir) é colocada como pura contradição.

A noção de contradição em Hegel, segundo Deleuze, não derruba a representação, principal intuito da obra filosófica do autor alemão, pois não postula uma repetição como permanência do diferente, mas coordena uma nova forma de re-apresentar a identidade, através da negação da negação (ser-aí):

[...] superar a representação clássica no mesmo terreno em que parecia haver alcançado seu grau máximo (a concepção da diferença) e remover o velho obstáculo aristotélico representado pelo princípio de não-contradição. Os dois objetivos são um só, empurrar a diferença até a sua mais alta potência significa, para Hegel, elevá-la à classe de contradição [...] (PARDO, 1992, p. 83).

O representar (re-apresentar) da identidade se diz através de uma “representação infinita”, ou seja, de uma tomada da identidade como “princípio puro infinito”, de uma forma da identidade como negação do positivo, ou como puramente *negativo*. A representação infinita se distingue da “representação finita (orgânica)” (mais circunscrita ao âmbito aristotélico) justamente porque a primeira postula o “infinito como elemento”, o infinito como um elemento diferenciador, ou um meio de diferenciação. A representação infinita, no entanto, ainda nos traz a perspectiva do idêntico, da identidade, já que “[...] não se desprende do princípio de identidade como pressuposto da representação. [...] A representação infinita invoca um fundamento” (DELEUZE, 2006, p. 84). Sendo assim, a negação, apesar de se colocar como elemento infinito, como pura diferença, acaba se voltando, neste eterno círculo hegeliano, como uma identidade circulante, como uma “[...] circulação infinita do idêntico por meio da negatividade” (DELEUZE, 2006, p. 85). Hegel, deste modo, coloca o “fundamento como um fundamento primeiro”, pois ainda parece se subordinar à representação. Representação esta que se configura como “infinita ou orgânica”, já que o devir torna-se,

em Hegel, um produto da unidade, que, por sua vez, se manifesta como multiplicidade, pois é na negação, ou na contradição, que o uno (Mesmo) se coloca como múltiplo. O devir se afigura, de tal modo, como algo que é formado a partir desta combinação do uno e do múltiplo. A diferença, enquanto vir-a-ser, enquanto movimento puro, prende-se à relação ou à síntese que, de alguma forma, ainda é a mescla ou parte tanto da tese (fundamento, ser) quanto da antítese (negação, não-fundamento, não-ser).

Com a representação infinita (orgíaca), a diferença é mostrada como uma das questões fundamentais da filosofia hegeliana, porém, como percebemos, mesmo esta diferença permanece subordinada a um fundamento, a uma identidade primeira. A diferença, neste novo modo de representação, se mediatiza, pois tem o fundamento como princípio. A dialética hegeliana opera, portanto, com uma diferença ainda subordinada à identidade, com uma multiplicidade ainda subordinada à unidade (*antítese* sempre subordinada à *tese*), já que ela (diferença) nunca se mostra em si mesma. Ela só pode ser pensada como negação (oposição) do fundamento, do princípio, pois é somente nesta negação do fundamento que a *síntese*, enquanto unidade mediatizada, se manifesta como o movimento último da *tese*, como o movimento último do fundamento.

Segundo Jose Luis Pardo (1992, p. 84, tradução nossa), a própria afirmação da diferença só surge em Hegel através da sua negação:

E a prova fiel desta continuidade na submissão é que, na dialética, a diferença aparece como uma ampliação do negativo, um produto residual da negação, algo que não possui em si mesmo a capacidade de afirmar-se nem a possibilidade de ser afirmado. A afirmação, como afirmação da diferença, só surge em Hegel como resultado da negação, da negação da diferença que é a grande reconciliação com a identidade, incluindo aqui também a aristotélica “oposição dos predicados” que se converteu em “contradição dos sujeitos”: a reconciliação se efetua sempre em detrimento da diferença e na órbita dos círculos monocêntricos.

Percebe-se também que Hegel levou a oposição às últimas consequências, elevando-a à contradição e, conseqüentemente, à negação, e postulando-a como uma oposição metódica, isto é, uma oposição que se funda como contradição e se constitui, portanto, como a base da sua própria dialética. Neste sentido, a diferença se vincula a um não-ser pensado puramente como negativo, a um não-ser que nega a afirmação, mas que, ao mesmo tempo, nega a negação da afirmação, formando uma nova afirmação, Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

mas uma afirmação já desde seu início “envenenada” pela negação do não-ser negativo, do nada engendrado no coração do ser.

Hegel, para Deleuze, não seria, desse modo, aquele que derrubaria a representação de seu altar, mas um dos que teria elevado a representação ao seu máximo, ao seu mais alto patamar, ao infinito, ou ainda, ao infinitamente grande da negação. A contradição deixou a sua marca na filosofia da representação, acarretando uma nova maneira de se pensar o âmago do ser:

Na verdade, não se produz em Hegel nenhuma liberação da diferença, pois subsiste ainda na Dialética a sombra da negatividade. Isto se percebe claramente ao recordarmos os movimentos mais simples do sistema hegeliano: primeiramente, a diferença (contradição) se determina através da oposição dos contrários, já que toda determinação “pressupõe”, sempre, a sua determinação contrária (P contém não-P). E, por outro lado, todo contrário determinado “produz”, por sua vez, o seu próprio contrário, não como oposição de predicados, mas como contradição dos sujeitos (S produz não-S). Assim, o elemento que trabalha desde o interior da própria Dialética não é senão a negatividade, e, se o Ser é contradição e diferença, somente o é como operação ou produto do negativo. Tudo o que é real carrega em si o seu negativo, aquilo de que mais se diferencia (CRAIA, 2003, p. 163-164).

Observamos em Hegel, através desta crítica deleuziana, um vínculo com a “oposição dos predicados” e com a filosofia da representação. O que, apesar de seus esforços de superação, fazem do filósofo alemão um representante da tradição filosofia (platonismo), já que postula a contradição como a mais “perfeita” forma de diferença. A contradição encontra em Hegel a perspectiva do negativo, pois, ao introduzir a negação da identidade, postula uma confusão entre a própria identidade e a sua diferença, ou uma unificação entre ser e não-ser. A diferença se vê como negativo tanto no “não” do não-ser (negação de ser, contradição), quanto na subordinação da diferença à identidade, já que o vir-a-ser só aparece na medida em que ocorre a relação entre ser e não-ser.

Essa crítica deleuziana, entretanto, parece não levar em consideração a problematização do ser na busca pela construção do conceito de diferença na filosofia hegeliana, tendo em vista que o ser deve ser concebido como puro movimento na medida em que se estabelece a relação entre o si mesmo e o seu ser outro. Não haveria negatividade nessa postura filosófica se pensarmos o nada (não-ser) como a relação problemática existente entre o ser e tudo aquilo que ele não é. A negação da negação, *dasein* (ser-aí), só aparece como problematização da identidade, já que, ao ser elevada

ao infinitamente grande da contradição, o ser se determina na particularidade ontológica das coisas, fazendo do *dasein* o encontro entre identidade e diferença, a completa mistura entre o ser absoluto e abstrato com a diferença pura e concreta.

Hegel pode ser considerado, ao contrário do que pensa Deleuze e seus pares, um legítimo representante da filosofia da diferença e forte opositor do platonismo (filosofia da representação), tendo em vista a sua profunda contribuição para o desenvolvimento do próprio conceito de devir (diferença), que se configura, a partir de Nietzsche, como a principal ferramenta de crítica e desconstrução do platonismo pela filosofia contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRAIA, Eládio C. P. **Gilles Deleuze e a questão da técnica**. Campinas: [s.n.], 2003. (Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas).

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Trad. Luiz Orlandi, Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. Trad. Luiz Roberto Salinas. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

FAVRETO, Elenor Kleber. **Deleuze e a univocidade do Ser - Um novo agenciamento para uma filosofia da diferença**. Toledo: [s.n.], 2007. (Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Filosofia).

GARAUDY, Roger. **Para conhecer o pensamento de Hegel**. Trad. Suely Bastos. Porto Alegre: L&PM Editores, 1983.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Ciência da Lógica**: (excertos). Seleção e tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Barcarolla, 2011.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio**: 1830 – V. 1: A Ciência da lógica. Trad. Paulo Meneses e José Machado. São Paulo: Loyola, 1995. (O pensamento ocidental).

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Trad. Paulo Meneses, Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado. 4º ed. Petrópolis: Vozes, Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2007.

HYPPOLITE, J. **Logique et existence** – Essaisurla logique de Hegel. 3ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

INWOOD, Michael. **Dicionário Hegel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

JORDÃO, Marco Aurélio de Medeiros. *A Ciência da Lógica: Uma leitura Estrutural*. **Revista Opinião Filosófica**, Porto Alegre, v. 04; nº. 01, 2013.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Trad. Valerio Rohden e Udo Balduer Moosburger. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).

LUFT, Eduardo. **Para uma crítica interna ao sistema de Hegel**. Porto Alegre: EDPUCRS, 1995.

MACHADO, Roberto. **Deleuze e a filosofia**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

PARDO, Jose Luis. **Deleuze: violentar el pensamiento**. Bogotá: Editorial Cincel Kapelusz, 1992. (Série Historia de la filosofia).

PROCESSO DA CONSTITUIÇÃO DA FRONTEIRA E CULTURA ÉTNICA ENTRE A COMUNIDADE FULA E MANDINGA EM GUINÉ-BISSAU

*Sambite Santos Cabi*⁵⁷

*Fernando José Martins*⁵⁸

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de abordar os processos de constituição da fronteira na identidade cultural e tradicional guineense (Guiné-Bissau), especificamente das etnias Fula e Mandiga. A análise será desenvolvida a partir da convivência e da relação do autor com o conflito envolvendo o território e o processo de constituição étnica da identidade Fula e Mandiga. O trabalho consiste em uma discussão teórica sobre os conflitos territoriais envolvendo as duas etnias na procura de espaço e domínio no reino de Gabu. A metodologia utilizada baseia-se em levantamento bibliográfico a partir das principais referências sobre assunto, destacando autores como Docke (1999), Ratzel (1990), Silveira (2005) e Haesbaert (2004), os quais nos ajudam a compreender o conflito entre os dois povos na procura de dominação do território. O processo de constituição das sociedades fulas e mandingas no território da Guiné-Bissau começou com a chegada dos primeiros fulas no século XV (DJALO, 2012). Entende-se que a chegada de fulas no território de reino de Gabu deu início ao processo de constituição étnico fula e mandinga nas comunidades da atual Guiné-Bissau, apesar de os mandingas já terem habitado o território do reino de Gabu antes dos conflitos.

Palavras-chave: Fronteiras Étnicas; Identidade; Tradição.

BORDER CONSTITUTION PROCESS AND ETHNIC CULTURE BETWEEN THE FULA AND MANDINGA COMMUNITY IN GUINEA-BISSAU

ABSTRACT: This article aims to approach the processes of constitution of the border in the Guinean-Guinean (Guinea-Bissau) cultural and traditional identity, specifically of the Fula and Mandiga ethnic groups. The analysis will be developed from the author's coexistence and relationship with the conflict involving the territory, and the process of ethnic constitution of the Fula and Mandiga identity. The work consists of a theoretical discussion about territorial conflicts involving the two ethnic groups in the search for space and dominion in the kingdom of Gabu. The methodology used is based on a bibliographic survey based on the main references on the subject, highlighting authors

⁵⁷ Bacharelado em Humanidades – Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab (2017), Especialização em Gestão Pública – Unilab (2018), licenciado em Sociologia em Unilab (2019) e atualmente estudante de pós-graduação de Sociedade, Cultura e Fronteira em Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste – Foz de Iguaçu – 2019). E-mail: sasacaguine@otmail.com

⁵⁸ Possui graduação em Pedagogia – Orientação Educacional pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campos Mourão (2000), especialização em Supervisão, Orientação e Gestão Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão (2001), mestrado em Educação em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2004) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009). Atualmente é professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Foz do Iguaçu (2019). E-mail: fernandopedagogia2000@yahoo.com.br
Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

such as Docke (1999), Ratzel (1990), Silveira (2005) and Haesbaert (2004), which help us to understand the conflict between the two peoples in the search for domination of the territory. The process of setting up Fula and Mandingo societies in Guinea-Bissau began with the arrival of the first Fula in the 15th century (DJALO, 2012). It is understood that the arrival of Fulas in the territory of the kingdom of Gabudeu started the process of ethnic constitution of Fula and Mandingans in the communities of present-day Guinea-Bissau, despite the fact that the Mandingas had already inhabited the territory of the Kingdom of Gabu before the conflicts.

Keywords: Ethnic Borders; Identity; Tradition.

INTRODUÇÃO

No presente artigo analisamos historicamente a trajetória dos grupos étnicos Fulas e Mandingas durante o conflito em busca de espaço territorial no século passado, bem como os processos de constituição de fronteiras entre Fulas e Mandingas e a influência social entre os dois grupos étnicos nos seus territórios. A análise busca reforçar o conhecimento sobre a importância do território na constituição da identidade étnica (tribo) no contexto do papel do casamento tradicional dentro da família tradicional da Guiné-Bissau. Objetiva-se fazer uma abordagem teórica sobre os conflitos entre as tribos em busca de espaço territorial. A metodologia utilizada para este artigo é a pesquisa bibliográfica, realizada através de leituras de livros, monografias, teses e artigos, considerando sobretudo as pesquisas relacionadas à realidade guineense presentes em bancos de dados nacionais e internacionais de livre acesso.

Em um primeiro momento, busca-se articular o conflito histórico entre Fulas e Mandingas no antigo território que pertencia, na época, ao reino de Gabu. Em um segundo momento, desenvolve-se um debate sobre o processo da constituição dos grupos étnicos Fulas e Mandigas no território guineense. E, finalmente, trazemos as nossas considerações finais.

CONFLITOTERRITORIALENTRE ETNIAS (TRIBOS) FULAS E MANDINGAS

Historicamente, no século XVIII, a atual Guiné-Bissau fazia parte do reino de Gabu, sob domínio do império de Mali. Nesta época, era grande a busca pela conquista de espaços entre grandes impérios na África, o que ocasionava várias guerras, que tinham o objetivo de ganhar mais territórios, além de aumentar o poder econômico e político. Consequentemente, “se analisarmos mais adiante as tradições que se reportam a tal expansão para o Oeste, percebemos que talvez ela tenha sido a consequência de certas características sociais e econômicas da sociedade” (OGOT, 2010, p. 442).

Na busca por espaço, os guerreiros passaram a se agrupar em direção ao Oeste com o intuito de constituir os seus Estados, sendo que “grande parte destes grupos migrantes era também animada pelo desejo de participar das trocas comerciais, cada vez mais numerosas na região da fronteira ocidental, e de ter parte na riqueza que estava aumentando (OGOT, 2010, p.442).

Portanto, dentro desta perspectiva, “os movimentos migratórios são igualmente percebidos pelas múltiplas trocas entre os diversos grupos étnicos e linguísticos, os quais conferiram espaço às novas misturas” (OGOT, 2010, p.442). No que diz respeito aos movimentos migratórios das populações na ocasião, estudiosos africanos afirmam que,

Em relação àquele dos séculos precedentes, o movimento dos povos que caracteriza os séculos XVII e XVIII afetou toda a zona costeira e subcosteira e exprimiu-se em fluxos migratórios em várias direções: eles não só foram orientados do Norte para o Sul ou do interior para a costa, mas também Sul-Norte, Leste-Oeste e Oeste-Leste. O setor indo da Libéria a Tano é foi o mais afetado. Segundo Warren L. d’Azevedo, tais movimentos de população foram, em grande parte, suscitados pelo desejo de controlar o tráfico de escravos que, por sua vez, provocou conflitos e, portanto, a formação de alianças militares e comerciais entre as etnias e no interior delas. Esta situação culminou no estabelecimento de estreitas ligações culturais entre diversos grupos étnicos da região (OGOT, 2010, p.448-449).

Apesar disso, o controle do grande tráfico negro pode ser visto não só como uma forma de acumulação de capital, bem como de ocupação de espaços de fronteiras que eram parte importante entre grupos guerreiros. Nesta senda, havia uma busca de variação espacial não só econômico, mas também territorial (espaço físico) entre grandes grupos étnicos no continente negro. Segundo Niane (1989), esta conjuntura induziu a invasão de Fulas e o fim do Reino Mandinga do Gabu em 1867.

Assim sendo, “essas mudanças têm suas razões na expansão de grupos fulas do império Mandinga de Cabú e de Firdu. Essa expansão vai ter como consequência vários conflitos internos. Registrem-se as contendas entre fulas e mandingas e biafadas, envolvendo também os portugueses” (SEMEDO, 2010, p.63). O envolvimento dos portugueses na época tinha o objetivo de dividir os povos para melhor controlar a área da costa oeste da África, antes da divisão do continente entre potências européias na conferência de Berlim, entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, perante comando do Chanceler Alemão.

Segundo Semedo (2010, p. 63), “a queda dos impérios africanos vai coincidir com a ascensão do comércio de escravos na costa de África. Segue-se um período de conflito entre as potências, que vai ser solucionado pela Conferência de Berlim”. Vale recordar que as forças européias durante todo século da colonização mostraram que “na geografia, a ideia de fronteira estava diretamente vinculada aos processos de expansão territorial dos impérios da Europa e nas regiões de colonização em outros continentes” (CARDIN; ALBUQUERQUE, 2018, p.115).

Outro aspecto que se pode destacar nessa concepção da fronteira contemporânea é que “o conceito de fronteira trazido pelos colonizadores europeus não representava muita novidade para as sociedades africanas” (DOPCKE, 1999, p.78). Durante a invasão européia na África, o problema sobre fronteira passou a ser a principal causa de vários conflitos pós independência. Segundo Ratzel (1990), questões de delimitações de fronteira são um grande erro, porque esse assunto é pensado como “simples linhas ou divisórias, e não como instrumentos vivos no desenvolvimento dos fenômenos máximos cujo teatro é a Terra” (RATZEL, 1990, p. 95). Na verdade, quando se trata da problemática de fronteira na África, é importante levar em conta a realidade da sociedade africana, que é totalmente diferente da européia, tendo em vista que a colonização tem contribuído para grande transformação social na África. Isso nos leva a afirmar que “a peculiaridade da fronteira parece estar no fato de que ela, ao vincular-se à noção de limite, acaba por criar condições que fazem com que esse fenômeno seja um jogo constante entre vida e morte, abarcando também a possibilidade de lidar com aquilo que é potencialmente agregador [...]” (SILVEIRA, 2005, p.19). Concordamos com a ideia de Silva (2005), porque essa perspectiva de agregação possibilitou, depois

de grande conflito histórico, a integração entre Fulas e Mandingas nas regiões de Bafatá e Gabu, no leste da Guiné-Bissau.

Historicamente, as regiões de Bafatá e Gabu, para além de serem zonas de fácil acesso a países vizinhos, como Senegal e Guiné-Conakry, são regiões muito conhecidas pelo comércio, principalmente a região de Gabu, que é considerada como uma cidade de referência no comércio. Portanto, entendemos que estas duas regiões têm grande implicação nos dois grupos étnicos, porque Fulas e Mandingas são conhecidos como povos comerciantes e, atualmente, são povos que dominam a atividade comercial na Guiné-Bissau. A partir dos elementos indicados acima, podemos apontar a importância do comércio como elemento central que incide na delimitação do território, apesar do papel e da importância das duas regiões durante conflito entre Fulas e Mandingas no antigo reino de Gabu, era visto como questão de dominação e não como influência do comércio que esta região tem na história; assim “o território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso)” (HAESBAERT, 2004, p. 3). Diante disso, para estas etnias (tribos), o território passou a ser espaço de sociabilidade por causa de semelhança cultural. Hoje, politicamente, “o território substitui assim outras formas de cumprir a função de dominação (laços pessoais, comunitários, tribais, etc.)” (PIRES, 2016, p. 28). Nessa dinâmica, o espaço que constitui as regiões de Gabu e Bafatá é caracterizado por um sistema de organização social e econômica, com elementos da cultura Islâmica. Essas são as principais semelhanças entre Fulas e Mandingas.

OS PROCESSOS DA CONSTITUIÇÃO DAS FRONTEIRAS ÉTNICOSENTE FULA E MANDINGA NA GUINÉ-BISSAU

Podemos olhar a questão de processo de constituição dos grupos étnicos independente de local (lugar) específico, como o território ocupado pelo grupo de pessoas ou etnias de forma livre, isso “poder-se-ia dizer que o território-região é uma categoria administrativa de grupos étnicos que aponta para a de modelos alternativos de vida e sociedade” (ESCOBAR, 2005, p.78). Na atualmente, “pode distinguir-se na realidade da Guiné-Bissau três grupos sociais. Um indígena (africanos animistas), outro de influência árabe (islamizados pelos árabes Almorávidas desde os séculos XII-XIII) e

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

outro de influência européia (cristianizados)” (PINTO, 2009, p.3). Entre os islamizados, os grupos étnicos Fulas e Mandingas receberam grandes influências árabes; contudo, depois da chegada dos europeus, alguns aceitaram adotar a civilização dos dominantes.

Nessa andança, almeja-se abordar a estratégia dos dois grupos étnicos a partir de um olhar histórico de constituição das suas fronteiras, que foi marcado desde o século XVIII. Assim sendo,

Pode-se dizer que a história de relacionamento entre estes povos de um lado e os Fulas e Mandingas do outro e, também estes entre si, modificaram radicalmente o panorama político na região. Entre estes dois, aquele que maior influência exerceu sobre os restantes foram os mandingas, a ponto de muitos estudiosos falarem do fenômeno de mandinguização para resumir esta forte influência cultural e política, que foi extensiva a uma parte considerável da região, abarcando muitas etnias que pagavam tributo ao reino mandinga de Kaabu. Estima-se que durante o século XVIII deviam existir entre setenta a oitenta diferentes reis e chefes tradicionais (leading chiefs) que reinavam simultaneamente no que outrora correspondia ao actual território da Guiné-Bissau, mas todos estavam submetidos, de uma maneira ou doutra, ao reino mandinga (CARDOSO, 2017, p.12).

O conflito histórico entre Fulas e Mandingas foi marcante no processo de constituição das suas comunidades na Guiné-Bissau. Nesse caso, o desempenho de Fulas na organização das suas comunidades é um princípio muito fundamental se observamos pela sua trajetória histórica desde séculos passados.

Para Djaló (2012), os primeiros Fulas chegaram ao atual território da Guiné-Bissau em meados do século XV, os primeiros grupos eram formados por pastores que desejavam se hospedar pacificamente no Gabu (Kaabu). Além disso, este autor cita René Pélissier, o qual afirma que “os fulas constituem o ‘elemento perturbador’ da história guineense na segunda metade do século XIX. Este grupo pertence à grande família dos povos que, através de imigrações, invasões e sucessivas mestiçagem alterou permanentemente a história da África Ocidental (DJALO, 2012, p.71).

Entre comunidades fulas, “apenas na Guiné-Bissau distingue-se os Fulas-Fulas (Fulas do Fouta-Djallon), que tinha distribuído o reino de mandinga do Gabú, libertando assim os seus primos, os Fulacundas ou Fulas-Forros, da dominação Mandinga” (DJALO, 2012, p. 71).

Durante todo esse processo histórico da etnia, com a derrota, os Fulas procuraram assumir definitivamente o seu domínio territorial até hoje na zona leste da

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

Guiné-Bissau, com uma forte organização social. Entretanto, também podemos encontrar a forte presença dos Mandingas. “A organização social dos Fulas repousava inicialmente sobre os quatro grupos clãs principais, cujos membros se identificam por um determinado nome da família. [...] Igualmente, os do Clã Djal-Djaló, usam o nome de Diallo, Djaló ou Jaló, os do Clã Ururó, o nome de Baldé os do Clã Daédió, o nome do Bari e os Clã péédjo, o nome de Sóh” (DJALÓ, 2012, p.72).

Nesse ponto de vista, socialmente, os Fulas são plenamente dominantes, não por causa de sua organização social, mas, sim, pela quantidade de pessoas que constituíram em relação aos Mandingas. Mas é bom ressaltar que os Fulas e Mandigas continuaram a viver maioritariamente no leste da Guiné-Bissau e “a manutenção das fronteiras baseia-se no reconhecimento e nas validações das distinções étnicas no decurso das interações sociais” (POUTIGNAT, 1998, p.158). Por conseguinte, nessa perspectiva, “a fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagônica de nós” (MARTINS, 1996, p.27).

Portanto, “no decorrer do tempo as fronteiras étnicas podem manter-se, reforçar-se, apagar-se ou desaparecer” (POUTIGNAT, 1998, p.154). Assim sendo, na perspectiva da composição social, Oliveira (1978) assegura que

Ao nível da estrutura social, entretanto, admite-se que os grupos portadores de identidade minoritária possam ser “simples” ou “complexos”, possuam formas tribais de organização ou sejam segmentos das sociedades nacionais em que se inserem, reproduzindo-as de certo modo no plano de sua própria organização o que lhes confere uma inevitável homologia estrutural com a sociedade envolvente (OLIVEIRA, 1978, p. 248-249).

Apesar dos conflitos históricos entre os Fulas e Mandingas, cada um mantém-se com sua forma de estrutura social e política, sem que haja problema de conflito entre as partes por causa das suas diferenças da organização social. Tudo isso tem a ver com a própria “diversidade que é, sobretudo, diversidade de relações sociais marcadas por tempos históricos diversos e ao mesmo tempo, contemporâneo” (MARTINS, 1996, p. 30).

Por outro lado, historicamente, “essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem

a humanidade” (UNESCO, 2001, p. 3). Nesse sentido, “fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza” (UNESCO, 2001, p. 3).

A partir dessa visão entende-se a diversidade como uma variável dependente da cultura e como um conceito discutível e relativo, pois somente se origina a partir do momento em que há uma dicotomia entre pelo menos dois grupos, onde um se enxerga diferente do outro a partir de algumas dimensões (tais como, raça, gênero, etnia e nacionalidade), mas não pelas dimensões em si, mas pelo significado e valor cultural que elas atribuem ao grupo (PEREIRA; HANASHIRO, 2007, p.3).

Nessa definição, não se pode afirmar que entre grupos étnicos Fulas e Mandingas as diferenças nos valores culturais sejam atribuídos entre as partes. Contemporaneamente, o debate sobre a diversidade e cultura passa a ser sobre os termos ligados às ciências humanas e “a diversidade torna-se um termo cultural e político usado nos contextos de novos horizontes conceituais sobre as sociedades” (BAUER, 2016, p.6). Realmente, essa diversidade cultural é a principal característica da identidade do povo Fula e Mandinga, “assim, quando falamos em diversidade cultural entendemos que há distintas sociedades e culturas. Em diferentes tempos e espaços, os humanos adotam maneiras variadas de convivência, valorizando suas diferenças e criando formas de expressá-las em seu meio social” (CEDERJ, 2017, p.12).

De acordo com Bauer (2016), a cultura é um código de uso e de reconhecimento de valores e de ações, onde as atuações sociais são, ambos, um indicador, mas, além disso, um conjunto de controle de referências para a difusão. Acultura na África é vista como a única forma de manter a tradição, as identidades, as práticas religiosas e costumes tradicionais entre grupos étnicos e sua principal característica está nas suas diversidades. Hoje, a diversidade da cultura africana passa pela história de tráfico dos africanos pelo resto dos continentes. A cultura africana passa completamente a ser vista como cultura universal. Por exemplo, no Brasil, a cultura afrodescendente veste raízes africanas, como se pode ver “as religiões chamadas afro-brasileiras surgiram durante o processo de colonização do Brasil com a chegada dos escravos africanos” (SILVA, 2014, p.31).

A tradição e cultura dos africanos escravizados, deixaram marcas importantes para o desenvolvimento da identidade das manifestações culturais, artísticas e musicais da população brasileira podendo ser percebida, por exemplo, através dos instrumentos e ritmos utilizados e tocados até os dias atuais, porque o povo aprende e assimila as manifestações culturais de forma natural e transmite esse aprendizado nas mais variadas formas de expressão (FILHO, 2016, p.2).

Quanto à influência cultural, pode-se afirmar que países colonizados pelos portugueses tiveram grande espaço na construção da cultura afro-brasileira e a língua é outro ponto importante a ser observado. De acordo com Silva (2005, p. 11), “a cultura, portanto, estabelece normas básicas de comportamento, mas ela é regulada por um número finito de regras, permitindo diversas variações dentro de uma única cultura”. Pode-se pegar o Brasil para melhor compreender o contexto dos Fulas e Mandingas, onde as regras são as principais normas que regem a cultura e as tradições desses grupos étnicos dentro das suas comunidades, através das tradições orais e religiosas que vieram da própria trajetória histórica do povo Fulas e Mandinga. Segundo Laraia (2001, p. 22), “a cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores. Este processo limita ou estimula a ação criativa do indivíduo”.

Contemporaneamente, a cultura continua a ser a parte da história e da experiência dos Fulas e Mandingas em toda sua manifestação cultural, desse modo cultura “[...] configura-se como uma teia de significações, e na sociedade atual, este aspecto desdobra-se no momento em que surge uma hibridez de culturas caracterizada por uma mescla ou convivência de várias culturas” (PORTO, 2010, p.26).

Dessa maneira, a construção da identidade dos grupos étnicos continua a ser vivida na base da experiência. Para Diehl (2016, p. 65) “a cultura como texto da experiência somente se deixa compreender quando forem levados em conta os processos peculiares de modernização através das ideias de futuro que se tinha no passado contido na própria experiência do mundo da vida no qual está se torna uma referência para a constituição de sentido”.

Segundo Diehl (2016), a cultura é a totalidade de atuações em modelos da experiência, integrando os aspectos relacionados a variedades e à diversidade do procedimento da vida nas afinidades sociais. Ainda mais à frente, Diehl (2016, p. 69) revela que a “cultura possui, finalmente, funções de significação no sentido de sua capacidade para (re)elaborar experiências contingências”.

Buscou-se debater sobre a delimitação de fronteira na realidade africana, especificamente, na Guiné-Bissau, relacionando-a com a cultura no contexto africano, onde cultura e fronteira têm ligação. Hoje, a cultura e a fronteira são vistas como um espaço de modernização e de globalização, ainda na África com toda descentralização da cultura pelo mundo, a sociedade continua a ser radical na preservação cultural, não só parte das suas identidades também como forma de manter e respeitar as culturas tradicionais dos antepassados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, as etnias (tribos) Fulas e Mandigas tiveram uma luta em busca de dominação territorial do antigo império de Gabu desde o final do século XVIII, uma vida migratória marcada pelo conflito entre eles. As duas etnias têm uma ligação histórica e religiosa (Islâmica/Muçulmanos) e também uma união cultural tradicional, apesar de cada etnia ter a sua língua materna diferente da outra. Deste modo, independentemente das lutas pela dominação, a constituição dos Fulas e Mandigas sempre esteve ligada à pluralidade de identidade e sempre está presente, caracterizando as suas sociedades. Também, por outro lado, percebe-se que o conflito faz parte da constituição histórica dos dois povos. Hoje, é visível entender que a fronteira e cultura podem distanciar os Fulas e Mandingas; mas, ao mesmo tempo, cultura e fronteira ajuda na interação entre os dois povos. Os espaços locais da cultura sempre foram ricos em socialização entre estes grupos étnicos. Isso significa que o ponto de vista fronteiriço e cultural estendeu e permitiu, sobretudo no nosso século, o regresso das nossas identidades, da localização e de oportunidades, de modo que permite perceber a forma como fronteira e cultura estão ligadas à história dos grupos étnicos Fulas, Mandingas e entre outros. Quem sabe, a partir desse olhar, possamos explicar como a cultura e fronteira são vistas no contexto em que convivemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

ALMEIDA, C.; SANTANA, A. C. Identidade Quilombola e reconhecimento étnico: uma abordagem conceitual dos estudos culturais em comunicação. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 13., Chapecó, 2012. **Anais**

[...]. Chapecó, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers-regionais/sul2012/resumos/R30-0292-1.pdf>. Acesso em 28 jun. 2019.

BARROS, J. M. Cultura, mudança e transformação: a diversidade cultural e os desafios de desenvolvimento e inclusão. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., Salvador, 2007. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/JoseMarcioBarros.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2019.

BAUER, T. Cultura da diversidade: uma orientação teórica para a prática cultural de cooperação social. **Revista Galáxia**, n. 33, p. 05-19, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gal/n33/1519-311X-gal-33-0005.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

BETTEGA, M. L. **O casamento como manifestação de uma cultura**: o caso de Nova Palmira. 2007. Dissertação (Mestrado em Cultura Regional) – Universidade de Caxias do Sul, 2007. Disponível em: <https://repositorio.uces.br/xmlui/bitstream/handle/11338/273/-Dissertacao%20Maria%20Lucia%20Bettega.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BORGES, E. M. **Estudo de caso em Gabú**: será que o casamento explica a gravidez precoce das jovens islâmicas (fulas e mandingas)? 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos Africanos) – Universidade Federal da Bahia, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8838/1/dissertacao_ecyla.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil**. Brasília: MEC/SECADI, 2014.

ENNER, M. A. Ocupação, renda e origem étnica: um estudo de caso. **Caderno Pós Ciências Sociais** - São Luís, v. 2, n. 3, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/download/226/158>. Acesso em: 11 ago. 2019.

CARDIN, E. G.; ALBUQUERQUE, J. L. C. Fronteiras e Descolamentos. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, 2018. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/-rbsociologia/index.php/rbs/article/view/350/200>. Acesso em: 20 maio 2019.

CARDOSO, C. **Formação da Elite Política na Guiné-Bissau**. Centro de Estudos Africanos. [2017?]. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/38680294.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

CARVALHO, M. A Construção das identidades no espaço escolar. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 1, p. 209-227, 2012. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/2161>. Acesso em: 25 jun. 2019.

CEDERJ - CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Cultura, diversidade cultural e desigualdades sociais**. Material didático de Sociologia, v. 1. 2017. Disponível em: http://projetoceeduc.cecierj.edu.br/eja/recurso-multimedia-professor/sociologia/novaeja/mlu11/ch_mod01_vol1_unidade-11-ALUNO.pdf. Acesso em: 30 jun. 2019.

COSTA, M. M. O casamento. **Revista Sol Nascente**, 2012. Disponível em: <http://docplayer.com.br/1584548-O-casamento-maria-manuela-da-costa.html>. Acesso em: 20 maio 2019.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DIEHL, A. A. Max Weber: Ciência da Cultura e História. **Revista de Teoria da História**, v. 16, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/44810>. Acesso em: 28 maio 2019.

DJALO, T. **O mestiço e o poder: identidade dominações e resistências na Guiné**. Lisboa: Nova Veja, 2012.

DOPCKE, W. A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 42, n. 1, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v42n1/v42n1a04.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2019.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? *In*: ESCOBAR, A. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/eventos/escobar-natureza>. Acesso em: 29 jun. 2019.

FERNANDES, I. O lugar da identidade e das diferenças nas relações sociais. **Textos & Contextos**, v. 5, n. 2, p. 1-12, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3215/321527159005.pdf>. Acesso em: 13 maio 2019.

FILHO, V. J. S. Uma análise histórica das influências da cultura dos povos de matriz africana sobre a identidade musical brasileira. *In*: SIMPOSIO NACIONAL DE HISTORIA, 27., Natal, RN, 2016. **Anais [...]**. Natal, RN, 2016. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/-resources/anais/27/1371166520_ARQUIVO_Artigo.Umaanalisehistoricadasinfluenciasdaculturadospovosdematrizafricanasobreaidentidademusicalbrasileira.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

GAMA, J. **Cultura e valor** - Para uma Filosofia da Cultura [2000?]. Disponível em: https://www3.ufpe.br/ppgfilosofia/images/pdf/pf4e5_artigo5a0001.pdf. Acesso em: 30 jun. 2019.

GARRAFÃO, Y. V. M. Casamento tradicional na Guiné-Bissau: O k'mari na etnia Papel. **Revista África e Africanidades**, v. 11, n. 26, 2018. Disponível em: <http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/0010260042018.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2019.

GOMES, N. L. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a05.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2019.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade**. 2004. Disponível em <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 22 maio 2019.

HEMMINGS, J.; KHALIFA, S. **Eu carrego o nome dos meus pais**: Reflexões de jovens acerca da MGF e Casamentos Forçados . 2013. Disponível em: http://www.apf.pt/sites/default/files/media/2015/eu_carrego_o_nome_dos_meus_pais.pdf. Acesso em: 25 jun. 2019.

LARA, C. B. Q. A Importância da memória para a construção da identidade: o caso da igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS. *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA*, 13., Coxim, MS, 2016. **Anais [...]**. Coxim, MS, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/147759392-6_ARQUIVO_AIMPORTANCIADAMEMORIAPARAACONSTRUCAODAI DENTIDADE.pdf. Acesso em: 30 jun. 2019.

LARAIA, R. B. **Cultura**: uni conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. Disponível em: https://www.academia.edu/12002249/Roque_Laraia_-_Cultura_um_conceito_Antropol%C3%B3gico. Acesso em: 30 jun. 2019.

MARTINGO, C. **Casamentos infantis, precoces, forçados e combinados** - uma questão de direitos humanos e desenvolvimento. Portugal: PDFactor, 2017.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social Rev. Social**, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20701996000100025&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 maio 2019.

MATEUS, M. R. M. **Promoção dos direitos da mulher e da criança na Licenciatura em Educação de Infância da Faculdade de Ciências da Educação da Universidade Católica da Guiné Bissau**. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão Escolar) Universidade Aberta, Portugal, 2016. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream-/10400.2/6552/1/TMAGE_MReginaMateus.pdf. Acesso em: 30 jun. 2019.

MORGADO, Ana Cristina. As múltiplas concepções da cultura: As múltiplas concepções da cultura. **Revista Múltiplos Olhares**, v. 4, n. 1, 2014. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2333>. Acesso em: 28 jun. 2019.

NIANE, D. T. **Histoire des Mandingues de l'Ouest**. Paris: Karthala-Arsan, 1989.

OGOT, B. A. **História geral da África: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010. 1208 p.

OLIVEIRA, R. C. **Identidade e estrutura social**. São Paulo: Editora Pioneira, 1976.

PEREIRA, J. B. C.; HANASHIRO, D. M. M. A Gestão da Diversidade: uma Questão de Valorização ou de Dissolução das Diferenças? *In: ENCONTRO DA ANPAD*, 31. Rio de Janeiro, 2007. **Anais** [...]. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR-B3178.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

PINTO, P. **Tradição e modernidade na Guiné-Bissau: uma perspectiva interpretativa do subdesenvolvimento**. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) – Universidade do Porto, Portugal, 2009. Disponível em: <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/23-213/2/tesemestpaulapinto000093779.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2019.

PIRES, E. L. Território, Governança e Desenvolvimento. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.38, v.2, p.24-49, ago./dez. 2016. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/download/5500/4099>. Acesso em: 29 jun. 2019.

PORTO, C. M. **Impacto da internet na difusão da cultura científica brasileira: as transformações nos veículos e processos de disseminação e divulgação científica**. 2010. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9038/1/Cristiane%20de%20Magalh%C3%A3es%20Porto.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2019.

POUTIGNAT, P. **Teoria de etnicidade: Seguidos de Grupos étnicos e as suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP, 1998.

RATZEL, F. **Geografia do homem** (antropogeografia). *In: MORAES, A. C. R. (Org)*. São Paulo: Ática, 1990.

ROQUE, S. **Um retrato da violência contra mulheres na Guiné-Bissau**. 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/22053432/Um_retrato_da_viol%C3%Aancia_contra_mulheres_na_Guin%C3%A9-Bissau. Acesso em: 25 jun. 2019.

SABONTE, F. W. **Construção do Estado** – Nação Angolana: relações inter-étnicas, Nhaneka-Humbe na guerra civil. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pernambuco, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/1055/1/arquivo736_1.pdf. Acesso em: 29 jun. 2019.

SEMEDO, M. O. C. S. **As Mandjuandadi - Cantigas de Mulher na Guiné-Bissau**: da tradição oral à literatura. 2010. 452 p. Tese (Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010.

SILVA, A. F. R. **Correspondentes Internacionais**: um diálogo entre culturas. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005. Disponível em: <http://docplayer.com.br/14779225-Universidade-federal-de-juiz-de-fora-anna-flavia-rocha-e-silva-correspondentes-internacionais-um-dialogo-entre-culturas.html>. Acesso em: 30 jun. 2019.

SILVA, J. D. B. S. **Casa de Caridade Caboclo Batuara**: Umbanda e espaço público. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Cultural) – Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/-artigo_final_primeira_versao_28_04_2017-revisado-.pdf. Acesso em: 29 jun. 2019.

SILVA, H. K. A cultura afro como norteadora da cultura brasileira. **Perspectiva**, v. 38, n. 144, p. 25-35, 2014. Disponível em: http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva-/144_449.pdf. Acesso em: 13 maio 2019.

SILVA, L. P. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva professor pde. o resgate e a valorização da cultura e história afro brasileira. **Cadernos PDE**, v. 1, 2016. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/-pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_port_uenp_lucilenepereiradasilva.pdf. Acesso em: 29 jun. 2019.

SILVEIRA, F. L. A. As complexidades da noção de fronteira, algumas reflexões. **Caderno Pós Ciências Sociais** - São Luís, v. 2, n. 3, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/download/223/155>. Acesso em: 29 jun. 2019.

SIMÕES, M. L. N. **Identidade cultural e expressões regionais**: estudos sobre literatura, cultura e turismo. Ilhéus: Editus, 2006. Disponível em: http://www.uesc.br/editora-/livrosdigitais2/identidade_cultural.pdf. Acesso em: 28 jun. 2019.

TEIXEIRA, R. J. D. **Cabo Verde e Guiné-Bissau**: as relações entre a sociedade civil e estado. Recife: Editora da UFPE, 2015.



TENSÕES MUNDIAIS: Revista do Observatório das Nacionalidades, Fortaleza, v. 7, n. 13, 2011. Edição Temática: África. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/-tensoesmundiais/issue/view/68>. Acesso em: 25 jun. 2019.

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. 2001. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf. Acesso em: 29 jun. 2019.

TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS IMANENTES A CIDADANIA SOCIAL BRASILEIRA

*Huama Maximo*⁵⁹

*Elizete Conceição Silva*⁶⁰

RESUMO: O artigo apresenta uma reflexão referente a trajetória de construção dos direitos imanescentes à cidadania social brasileira em uma perspectiva histórica crítica. Por meio de dados bibliográficos objetivou-se analisar a trajetória de construção dos elementos inalienáveis à cidadania social, os quais: o direito social, o direito político e o direito civil. No decorrer do século XX, os diversos movimentos sociais organizados da sociedade, partidos políticos, sindicatos e organizações não governamentais, entre outras, lutaram pela obtenção da cidadania social, a qual foi alcançada com a promulgação da Constituição Federal de 1988. No entanto, após três décadas da promulgação da constituição, a desigualdade social ainda se faz presente. Em virtude de falta de conhecimento dos elementos inerentes, nem todos os cidadãos usufruem da cidadania social plena.

Palavras-chave: Mobilização social; Cidadania social; Status social.

TRAJECTORY OF CONSTRUCTION OF THE RIGHTS IMMANENT TO BRAZILIAN SOCIAL CITIZENSHIP

ABSTRACT: The article presents a reflection regarding the trajectory of construction of the rights immanent to Brazilian social citizenship in a critical historical perspective. Through bibliographic data, the objective was to analyze the trajectory of construction of the elements that are inalienable to social citizenship, which are: the social right, the political right and the civil right. During the 20th century, the various organized social movements of society, political parties, unions and non-governmental organizations, among others, fought for obtaining the social citizenship, which was achieved with the promulgation of the Federal Constitution of 1988. However, three decades after the promulgation of the constitution, the social inequality is still present. Due to lack of knowledge of the inherent elements, not all citizens enjoy full social citizenship.

Keywords: Social mobilization; Social citizenship; Social status.

INTRODUÇÃO

⁵⁹ Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá, UEM, Maringá, Brasil. E-mail: huamamaximo@gmail.com

⁶⁰ Docente adjunto do departamento de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Maringá, UEM, Maringá, Câmpus Regional Vale do Ivaí, CRV, PR, Brasil. E-mail: elizetecsilva2007@gmail.com
Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

O presente artigo⁶¹ objetiva analisar a trajetória de construção dos direitos iminentes à cidadania social brasileira e abordar a origem e o desenvolvimento da luta da classe trabalhadora brasileira em busca da conquista da cidadania social no limiar do século XX.

Para a elaboração do artigo foi realizado o levantamento bibliográfico de livros, artigos, revistas científicas, dentre outros, para o aprofundamento teórico sobre a temática.

A cidadania social é uma reunião dos direitos e deveres que definem a condição legal de um ser humano perante a sociedade. A história de reivindicações e lutas sociais vai estabelecer a trajetória do desenvolvimento dos direitos inalienáveis e inerentes à cidadania social nas nações em geral. No entanto, o processo de construção da cidadania social, no tocante a conquista dos elementos intrínsecos que a compõem, ou seja, o direito civil, o direito político e o direito social apresentaram diferenças, tanto no modo, quanto no momento histórico nas diferentes nações.

O direito social, elemento intrínseco e inerente à cidadania social, foi implantado no Brasil na era Vargas (1930-1945), por meio de regulamentações tais como: a Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, os direitos previdenciários e os sindicais. Os conjuntos de medidas legais abrangeram os trabalhadores regulamentados ao mercado formal de trabalho, permanecendo excluídas algumas categorias de trabalhadores, tais como os rurais. [...] A cidadania que daí resultava era passiva e receptora antes que ativa e reivindicadora (CARVALHO, 2003, p. 26).

Na década de 1980, com o quadro de recessão econômica agravou-se a desigualdade social. Neste contexto, os movimentos organizados da sociedade intensificaram as lutas sociais em busca de direitos, principalmente os direitos sociais, em consequência, após alguns anos, findou-se o Regime Militar (1964-1985) no país. Os movimentos sociais de diversos segmentos apresentavam e representavam as demandas sociais da sociedade, sendo que algumas das propostas foram promulgadas na Constituição Federal em 1988. A preocupação com a construção dos direitos civis, políticos e sociais, fez com que a Carta Magna, ficasse conhecida como a Constituição

⁶¹ Consiste em um recorte da pesquisa de iniciação científica, patrocinada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ.

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

Cidadã, “[...] um longo e minucioso documento em que a garantia dos direitos do cidadão era a preocupação central” (CARVALHO, 2003, p. 200).

Se por um lado foram assegurados avanços referentes à conquista da cidadania social brasileira, por meio da promulgação do texto Constitucional, por outro lado, a desigualdade social existente desde a colonização do país persistiu e avançou na contemporaneidade.

ELEMENTOS IMANENTES A CIDADANIA SOCIAL

Ao resgatar a discussão sobre o conceito de cidadania realizada por Marshall (1967), cumpre destacar que, para o referido autor conceituar cidadania significa necessariamente refletir seus elementos intrínsecos, são eles: o direito civil, o direito político e o direito social. Na ausência de qualquer um desses direitos do cidadão inexistente a cidadania social plena. Em uma nação, em que seja nulo qualquer um dos elementos acima referidos, inalienáveis do ser social, o cidadão estará à margem da cidadania social. Para Marshall é a história da constituição do direito civil que possibilita a sua análise.

[...] Mas a análise é, neste caso, ditada mais pela história do que pela lógica. O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Êste último difere dos outros porque é o direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual. Isto nos mostra que as instituições mais intimamente associadas com os direitos civis são os tribunais de justiça [...] (MARSHALL, 1967, p. 63-64).

Quanto ao elemento político, Marshall (1967) considera que este assegura o exercício ao direito político de votar e ser votado:

[...] Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e conselhos do Governo local [...] (MARSHALL, 1967, p. 64).

Ainda, para o referido autor, o elemento social proporciona aos indivíduos o acesso ao direito social.

[...] O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais (MARSHALL, 1967, p. 64).

Em suas reflexões sobre o conceito de cidadania, Marshall (1967) observa que a história de reivindicações e lutas sociais estabelece, em cada nação, a trajetória do desenvolvimento dos direitos inalienáveis à cidadania social. Visto que a emergência de cada um dos elementos que compõem a cidadania social não tem uma ordem cronológica específica para o seu aparecimento. O autor conceitua cidadania como:

[...] A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes aos status. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida [...] (MARSHALL, 1967, p. 76).

Para Marshall (1967), o status de cidadania desenvolveu-se paralelamente com o sistema capitalista. Na Inglaterra, este status de cidadania surgiu em meados do século XVII e ocorreu com a introdução dos direitos civis no século XVIII, a dos direitos políticos no século XIX e os direitos sociais no século XX. A cidadania tem por pressuposto possibilitar a todos, indistintamente, direitos e deveres legais em dada sociedade.

SINGULARIDADES DA TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA SOCIAL BRASILEIRA

De acordo com Carvalho (2003), a construção da cidadania social na nação brasileira ocorreu no século XX, com o avanço de um dos elementos intrínsecos e inerentes à cidadania: o direito social.

O ano de 1930 foi o divisor de águas na história do país. A partir dessa data, houve aceleração das mudanças sociais e políticas, a história começou a andar mais rápido. No campo que aqui nos interessa, a mudança mais espetacular verificou-se no avanço dos direitos sociais [...] (CARVALHO, 2003, p. 87).

Segundo o autor, no final da Primeira República (1889-1930) e, no início do governo Revolucionário (1930-1934), iniciou-se o processo de implantação e regulamentação da legislação trabalhista e previdenciária inexistente até então, que alcançou seu auge em 1943, com a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Porém, esta não abarcou a todas as categorias de trabalhadores, ficando de fora os trabalhadores rurais essenciais à macroeconomia na época. Esse processo de regulamentação do trabalho urbano iniciou com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930, com o intuito de evitar divergências entre empregadores e empregados, e legitimar o governo revolucionário, viabilizando o programa de governo que se voltava ao desenvolvimento da industrialização no país.

No Brasil, ainda de acordo com Carvalho (2003), o primeiro passo à conquista do direito social ocorreu com a regulamentação do direito trabalhista, previdenciário e sindical, porém, devido a ser voltada apenas aos trabalhadores urbanos de alguns setores estratégicos ao desenvolvimento da economia nacional, só foram beneficiados os trabalhadores inseridos no trabalho formal. Este é o motivo de o autor considerar que o início do processo à cidadania tenha sido seletivo.

Para Santos (1997), a legislação trabalhista que existiu na era Vargas (1930-1945), priorizou algumas categorias de profissionais em detrimento de outras que permaneceram desprotegidas.

São cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. [...] A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadão, assim todos aqueles, cuja ocupação a lei desconhece (SANTOS, 1997, p. 68 apud MORAIS, 2011, p.19)⁶²

⁶² A referida citação encontra-se na obra intitulada: Cidadania e justiça: a política social na ordem política brasileira de autoria de Wanderley Guilherme Santos em 1997, sendo citada em artigo científico publicado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília PPG-HIS em 2011 de Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

Naquele momento foram considerados cidadãos somente os trabalhadores urbanos empregados em setores estratégicos e indispensáveis ao desenvolvimento industrial. Os trabalhadores das demais categorias, que não foram contemplados na legislação, não foram reconhecidos como cidadãos, mas sim, pré-cidadão, como por exemplo: os trabalhadores rurais (SANTOS, 1997, p. 68 apud MORAIS, 2011, p. 19).

Importantes categorias de trabalhadores foram deixadas desprotegidas com a construção dos direitos sociais trabalhistas, previdenciário e sindical no início do século XX.

[...] Ficavam ainda de fora todos os trabalhadores rurais, que na época ainda eram maioria. Tratava-se, portanto, de uma concepção da política social como privilégio e não como direito. Se fosse concedida como direito, deveria beneficiar a todos e da mesma maneira. Do modo como foram introduzidos, os benefícios atingiam aqueles a quem o governo decidia favorecer, de modo particular aqueles que se enquadravam na estrutura sindical corporativa montada pelo Estado. Por esta razão, a política social foi bem caracterizada por Wanderley G. dos Santos como 'cidadania regulada', isto é, uma cidadania limitada por restrições políticas (CARVALHO, 2003, p. 114-115).

Se na era Vargas o direito à sindicalização e a implantação e regulamentação das relações trabalhistas não adentraram ao território de domínio dos latifundiários, na década de 1960, em decorrência da importância do setor agrário, sobreveio o direito à sindicalização aos trabalhadores rurais, por meio da lei que garantia o direito a rede de proteção à categoria de trabalhadores rurais.

De acordo com Carvalho (2003), o direito social conquistado foi compreendido pela maioria da população como caridade e, também, fomentou o sentimento de gratidão.

[...] Mas, em contrapartida, colocava os cidadãos em posição de dependência perante os líderes, aos quais votavam lealdade pessoal pelos benefícios que eles de fato ou supostamente lhes tinham distribuído. A antecipação dos direitos sociais fazia com que os direitos não fossem vistos como tais, como independentes da ação do governo, mas como um favor em troca do qual se deviam gratidão e lealdade. A cidadania que daí resultava era passiva e receptora antes que ativa e reivindicadora (CARVALHO, 2003, p. 126).

Conforme o autor, devido ao fato do direito social ter sido implantado e regulamentado no período ditatorial, em muitos casos ele foi considerado como benesse do governo pela população, ou seja, um favor e não um direito.

Quanto à conquista e obtenção do direito político, outro elemento essencial que compõe a cidadania social, este iniciou sua caminhada no primeiro período da era Vargas (1930 à 1937).

Carvalho (2003) considera que o fato da Revolução Constitucionalista, ocorrida no ano de 1932, ter exigido tanto a convocação de uma Constituinte quanto a elaboração de um código eleitoral para assegurar eleições limpas no país, a mesma pode ser considerada o marco do direito político. Ressalta-se que após três meses de confronto com o Estado de São Paulo, o governo de Getúlio Vargas cedeu às exigências e, em 1933 ocorreram as eleições.

[...] Para reduzir as fraudes, foi introduzido o voto secreto e criada uma justiça eleitoral. O voto secreto protegia o eleitor das pressões dos caciques políticos; a justiça eleitoral colocava nas mãos de juízes profissionais a fiscalização do alistamento, da votação, da apuração dos votos e o reconhecimento dos eleitos. O voto secreto e a justiça eleitoral foram conquistas democráticas. Houve também avanços na cidadania política. Pela primeira vez as mulheres ganharam o direito ao voto (CARVALHO, 2003, p. 101).

As eleições representaram um avanço político rumo à cidadania social, ao possibilitar o acesso das mulheres ao direito de voto, entretanto, os indivíduos analfabetos permaneceram excluídos do referido direito. O voto secreto foi uma tentativa de dificultar às oligarquias políticas a manipulação dos resultados eleitorais. Anteriormente, os latifundiários induziam a fraude eleitoral, os eleitores votavam de acordo com os interesses das oligarquias políticas, que ocorria por meio do voto de cabresto⁶³.

No Brasil, tanto os direitos políticos, quanto os direitos civis vieram com a Constituição Federal de 1946.

⁶³ De acordo com Carvalho 2003, na Primeira República (1889-1930), as oligarquias políticas utilizavam seu poder e influência, para induzir a população a votarem conforme os interesses dos fazendeiros em seus redutos políticos, por meio do denominado voto de cabresto. Tal denominação refere-se a compra de votos ou o uso do poder econômico como forma de coação do eleitor, em outras palavras, os indivíduos votam de acordo com os interesses do mandatário. Prática recorrente no coronelismo.

A Constituição de 1946 manteve as conquistas sociais do período anterior e garantiu os tradicionais direitos civis e políticos. Até 1964, houve liberdade de imprensa e de organização política. Apesar de tentativas de golpes militares, houve eleições regulares para presidente da República, senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores [...] (CARVALHO, 2003, p. 127).

Como afirma Carvalho (2003), a Constituição de 1946, garantiu a população brasileira o direito de votar e ser votado nos níveis: municipal, estadual e federal, exceto aos analfabetos. Ainda assegurou os direitos civis e a liberdade de imprensa e conservou as conquistas sociais. Nesse período havia somente uma barreira, a proibição do direito de greve aos trabalhadores, porém, esta não foi um empecilho, pois aconteceram diversas manifestações durante os anos de 1946 a 1964.

Conforme Carvalho (2003), o golpe civil-militar de 1964, rebateu severamente sobre os direitos de cidadania social, principalmente os civis e os políticos que foram cerceados de maneira mais intensa, durante a segunda era Vargas (1937-1945). Quanto aos direitos sociais, principalmente os relacionados ao mundo rural, estes foram ampliados, o que propiciou aos trabalhadores rurais arrimo de família o acesso ao direito previdenciário, porém, manteve-se a disparidade entre o direito previdenciário do trabalhador rural e do trabalhador urbano. A ampliação dos direitos sociais ocorreu com o pressuposto de legitimar o Regime Autocrático, ou seja, manter o regime militar no comando da nação.

A partir de 1974, com o colapso do milagre econômico, que exacerbou o quadro de desemprego estrutural, agravando ainda mais a desigualdade social surgem os movimentos de mobilização e organização popular, os quais foram de suma importância para o findar do Regime Militar.

[...] A ampliação dos mercados de consumo e de emprego e o grande crescimento das cidades durante o período militar criaram condições para a ampla mobilização e organização social que aconteceram após 1974. O movimento pelas eleições diretas em 1984 foi o ponto culminante de um movimento de mobilização política de dimensões inéditas na história do país (CARVALHO, 2003, p. 192-193).

O crescimento desordenado das grandes metrópoles, em decorrência do fluxo contínuo de êxodo rural, contribuiu para o cenário de mobilização e organização social

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

em busca de direitos inerentes à cidadania social, principalmente o direito político de votar e ser votado, bem como, da realização de eleições diretas para presidente da república no ano de 1984, a qual veio a ser concretizada após cinco anos e, a quase três décadas do golpe civil-militar.

O processo de redemocratização do país, contou com ampla mobilização da população em geral, bem como, de diversos movimentos sociais reivindicatórios e de inúmeros segmentos da sociedade brasileira, que participaram ativamente na Assembleia Nacional Constituinte - ANC⁶⁴ de 1987, por meio de diferentes propostas.

Com o esgotamento da Autocracia Burguesa, provocado pelo enfraquecimento do Regime Militar (1964-1985) e o afastamento de parte das classes sociais que apoiaram o golpe civil-militar em 1964; com o fim do milagre econômico; aumento do desemprego estrutural e a crescente dívida externa contraída pelo Estado, dentre outros fatores, o processo de redemocratização do país apresentou uma transição lenta, até chegar ao marco legal, com a promulgação da Constituição Federal em 1988 (ROJAS COUTO, 2010).

No curso do esgotamento dos governos militares, foi enunciada e promulgada a Constituição de 1988, produto de um processo de disputas democráticas com participação popular, que gestou um texto constitucional ambíguo, extremamente avançado do ponto de vista conceitual, mas restritivo do ponto de vista da ordem econômica, que manteve os princípios já enunciados nos outros textos constitucionais. O avanço central no texto constitucional está alicerçado no deslocamento do campo particular para a universalização dos direitos, não mais centrados nos méritos, mas nas necessidades sociais (ROJAS COUTO, 2010, p.186).

Para a autora, a Constituição Federal de 1988 foi elaborada por meio de amplo debate na sociedade brasileira, com a participação de diversos movimentos sociais que apresentavam e, representavam as demandas sociais, partidos políticos, sindicatos, organizações não governamentais entre outras. O foco central do texto constitucional se situava no campo da universalização dos direitos políticos, econômicos e sociais, sem distinção. Por esse motivo, a Constituição Federal de 1988 ficou conhecida como a

⁶⁴ No período referente de primeiro de fevereiro de 1987 ao mês de outubro de 1988, a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), que era formada por representantes partidários, como os deputados federais e os senadores da República. A (ANC) era constituída por comissões que debatiam diversas temáticas, como na área de previdência social (CARVALHO, 2003).

Constituição Cidadã, sendo promulgada com 40 anos de atraso, se comparado a outros países como a Europa e os Estados Unidos.

Silva (2012) ressalta que a sociedade brasileira foi incentivada a participar, por meio da Assembleia Nacional Constituinte da construção da Constituição Federal de 1988:

[...] o incentivo à participação popular ‘fez com que 122 movimentos populares enviassem emendas à ANC, assinadas por mais de 12 milhões de eleitores, e 83 foram defendidas na ANC’. Ademais, 72.719 sugestões foram aportadas no Congresso Nacional por intermédio dos correios (SILVA, 2012, p. 134).

De acordo com a autora, a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), durante o processo de construção da Constituição Federal de 1988, tinha contato direto com os cidadãos e recebia diversas propostas da sociedade civil, seja por meio dos movimentos sociais que a representava, ou da participação dos cidadãos que endereçavam suas propostas por meio da rede de comunicação estatal, os correios. Algumas das propostas enviadas à Assembleia Nacional Constituinte (ANC) foram aceitas e incluídas pelos Constituintes, como por exemplo: o sistema de proteção social. Ainda, para a mesma autora, os movimentos sociais levantaram a bandeira da vitória, com a conquista do sistema de proteção social que foi promulgado na Carta Magna em 1988.

[...] O nascimento da seguridade social, além de uma conquista significativa dos movimentos organizados da sociedade, impôs uma nova lógica para presidir a proteção social no país, a lógica da universalização do acesso aos direitos relativos à saúde, à previdência social e à assistência social. Uma lógica que estava na contramão do que vinha ocorrendo nos países do capitalismo avançado, em que a reestruturação produtiva, associada ao redimensionamento das funções do Estado e à financeirização do capital, impunha um desmantelamento dos sistemas de proteção social, mercantilizando fortemente essa proteção [...] (SILVA, 2012, p. 273-274).

A promulgação da Constituição Federal brasileira em 1988 aconteceu em um período histórico no qual o Estado, em países de capitalismo avançado, estava transferindo parte de suas responsabilidades e atribuições sociais para o mercado. Este passava a buscar lucratividade e realizar a mercantilização de setores que, até então, eram de responsabilidade do Estado, tais como: a saúde, a educação e a previdência social, entre outros. Nesse mesmo período, o Brasil enfrentava uma crise econômica

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

com o aumento da inflação e elevado índice de desemprego estrutural, o que agravou o quadro de recessão e a diminuição da atividade econômica.

Em meio a uma conjuntura adversa surgiu o sistema de proteção social brasileiro com o pressuposto de universalização ao direito de acesso à política de saúde a todos os cidadãos e, um sistema de seguro social contributivo que propiciava aos trabalhadores, que contribuíssem com a previdência social, o acesso aos benefícios sociais previdenciários de cobertura na velhice, bem como em virtude de doenças, entre outros, e o direito ao acesso à política de assistência social aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social (SILVA, 2012).

Como indica Carvalho (2003), dentre os elementos intrínsecos à cidadania social, o elemento que apresenta desconhecimento pela sociedade brasileira, é o direito civil, devido ao fato de a maioria dos cidadãos desconhecerem a dimensão dele.

[...] No entanto, pode-se dizer que, dos direitos que compõe a cidadania, no Brasil são ainda os civis que apresentam as maiores deficiências em termos de seu conhecimento, extensão e garantias. A precariedade do conhecimento dos direitos civis, e também dos políticos e sociais, é demonstrada por pesquisa feita na região metropolitana do Rio de Janeiro em 1997. A pesquisa mostrou que 57% dos pesquisados não sabiam mencionar um só direito e só 12% mencionaram algum direito civil. Quase a metade achava que era legal a prisão por simples suspeita. A pesquisa mostrou que o fator mais importante no que se refere ao conhecimento dos direitos é a educação [...] (CARVALHO, 2003, p. 210).

Segundo Carvalho (2003), os direitos civis historicamente cerceados na sociedade brasileira, especialmente na era Vargas e no período do Regime Militar e, estabelecidos na Carta Magna, a grande maioria da população não os usufrui em sua plenitude. “[...] Os dados revelam ainda que educação é o fator que mais bem explica o comportamento das pessoas no que se refere ao exercício dos direitos civis e políticos. Os mais educados se filiam mais a sindicatos, a órgãos de classe, a partidos políticos” (p. 210). O baixo nível de instrução, que abrange um número expressivo de brasileiros, representa um empecilho ao gozo pleno dos direitos civis e políticos, bem como, sociais. Se por um lado, a sociedade brasileira conquistou no limiar do século XX os elementos inerentes a cidadania plena, por outro lado, há um significativo número de cidadãos que desconhecem os direitos arduamente conquistados.

Se por um lado, os avanços obtidos na esfera dos direitos sociais ampliaram com a promulgação da Constituição Federal de 1988, mais que qualquer outra Constituição Federal anterior, por outro lado, a desigualdade social que surgiu com o início da colonização do Brasil em 1500, persistiu e avançou no decorrer da história da nação.

A escandalosa desigualdade que concentra nas mãos de poucos a riqueza nacional tem como conseqüência níveis dolorosos de pobreza e miséria. Tomando-se a renda de 70 dólares – que a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera ser o mínimo necessário para a sobrevivência – como a linha divisória da pobreza, o Brasil tinha em 1997, 54% de pobres. A porcentagem correspondia a 85 milhões de pessoas, numa população total de 160 milhões. No Nordeste, a porcentagem subia para 80%. A persistência da desigualdade é apenas em parte explicada pelo baixo crescimento econômico do país nos últimos 20 anos. Mesmo durante o período de alto crescimento da década de 70 ela não se reduziu. Crescendo ou não, o país permanece desigual. O efeito positivo sobre a distribuição de renda trazida pelo fim da inflação alta teve efeito passageiro. A crise cambial de 1999 e a conseqüente redução do índice de crescimento econômico eliminaram as vantagens conseguidas no início (CARVALHO, 2003, p. 208-209).

A denominada Constituição Cidadã, mesmo ao priorizar os direitos sociais, os quais avançaram com a implementação da seguridade social (composta do tripé: previdência social, saúde e assistência social), bem como, promulgar os demais elementos inerentes à Cidadania Social, sejam eles: o direito civil e político, não conseguiu extinguir com a desigualdade social que persiste em permanecer na história brasileira.

Ao falar em desigualdade social, reporta-se ao pensamento de Marx (1965), que a considera como decorrente da estratificação social, ou seja, em conseqüência da relação contraditória entre os detentores dos meios de produção e os possuidores da força de trabalho. Deste modo, a distribuição da riqueza social ocorre de maneira desigual e conseqüentemente a desigualdade apresenta nos mais variados âmbitos, ou seja: econômico, político, social e cultural.

Por considerar a abrangência do conceito de “desigualdade social” a discussão no tocante a desigualdade social e, reportando-se ao pensamento de Marx (1965), opta-se por refletir sobre a desigualdade social e econômica, relacionada aos fatores: renda e cultura.

A desproporcionalidade na distribuição de renda pode ser visualizada no campo laboral. A remuneração dos trabalhadores sofre variação a depender da função desempenhada e da qualificação necessária para realizá-la. Como tal qualificação relaciona-se ao conhecimento, experiência e habilidades que atendam a demanda do mercado de trabalho. Apenas uma minoria de trabalhadores tem condições de manter-se qualificado ininterruptamente, a grande maioria não consegue qualificar-se e, caso consiga, dificilmente consegue manter atualizado seus atributos, enfim, em uma sociedade na qual tudo se torna mercadoria, até mesmo o ser humano (trabalhador) e, frente ao mundo de trabalho que a cada dia se dinamiza com mais rapidez, a mão de obra desqualificada para atender ao atual mercado laboral, vivencia cotidianamente a desigualdade social (CARVALHO, 2003).

Carvalho (2003) considera que a instrução é essencial para os trabalhadores em geral, visto que ela propicia a qualificação profissional e, conseqüentemente uma melhor condição de vida. No entanto, nem todos conseguem obter tal qualificação, devido a fatores como: o início precoce ao exercício do trabalho, ausência de recursos financeiros, entre outros.

Na esfera social ressalta-se o fator educação, esta fundamental para que a população possa usufruir dos elementos inerentes a cidadania social e, participar social e politicamente na sociedade, bem como, conhecer e acessar seus direitos. Ressalta-se que o direito civil é o de menor conhecimento da população tanto em sua extensão, quanto em suas garantias (CARVALHO, 2003).

Com essa breve reflexão a respeito do conceito desigualdade social, pode-se constatar, que o fator renda e cultura encontram-se imbricados, bem como, que no Brasil, ambos tornam-se empecilhos para o alcance da plena cidadania social.

CONCLUSÃO

Em cada Estado nacional a conquista dos elementos intrínsecos e inerentes à cidadania social ocorreu em ordem cronológica distinta. Em território brasileiro a trajetória de construção da cidadania social mostrou-se lenta, e se conquistou o primeiro elemento que a compõem o direito social, no período da era Vargas (1930 - 1945). Os demais elementos, o direito civil e o direito político somente foram alcançados, com o Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

findar da Autocracia Burguesa (1964 -1985), ou seja, posterior ao ano de 1984, por meio da promulgação da Constituição Federal de 1988.

O direito social, o primeiro elemento da cidadania social se conquistou, em razão das reivindicações e lutas sociais da classe trabalhadora. O referido direito regulamentou as leis trabalhistas, previdenciárias e sindicais, porém, apresentou um caráter seletivo, devido ter contemplado trabalhadores inseridos ao mercado formal de trabalho, as demais trabalhadoras permaneceram desprotegidas.

No decorrer dos anos o direito social alcançou a totalidade da população, mas não igualmente a todos os trabalhadores, bem como, os direitos políticos e civis igualmente apresentaram uma morosidade. Se por meio da promulgação da Constituição Federal de 1946, os direitos civis e políticos foram contemplados de modo que as mulheres passaram a terem o direito a voto, os analfabetos permaneceram excluídos a tal direito.

Se para os brasileiros, a conquista da cidadania ocorria lentamente, com o golpe civil-militar de 1964, os elementos inerentes à cidadania social foram abruptamente interrompidos, por mais de duas décadas (1964-1985), quando em resposta a uma relevante mobilização da sociedade civil, houve a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual veio assegurar universalmente os direitos: civil, social e político, ou seja, os elementos intrínsecos da cidadania social passaram a ser direito de todos, independentes de cor, raça, credo, sexo, etc.

No entanto, no Brasil, o que se constata após três décadas da conquista da cidadania social, é que logo após sua conquista, as investidas de desconstrução, se fizeram e fazem presentes, além de que, mesmo com sua conquista, a desigualdade social continua presente no território brasileiro.

Frente a este contexto histórico, pode-se afirmar que a cidadania social plena no Brasil, não foi alcançada e, possui ainda um longo trajeto a percorrer. Constata-se que o maior obstáculo para sua obtenção é a desigualdade social instaurada desde a colonização do país e que persiste na contemporaneidade como empecilho que deve ser vencido. Por fim, considera-se que, no território brasileiro, a cidadania em sua plenitude será alcançada, com o findar ou ao menos, com a redução drástica da desigualdade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, J. M. **CIDADANIA NO BRASIL: O Longo Caminho**. 4. ed. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 2003.

MARSHALL T. H. **CIDADANIA, CLASSE SOCIAL E STATUS**. Rio de Janeiro: editora ZAHAR EDITORES, 1967.

MARX, K. Avant-Propos. **Critique de l'Économie Politique (1859)**. In: Marx, Karl. (Euvres. Trad: Maximilien Rubel. Paris: Gallimard, 1965. V. I: Économie.

MORAES, Michelle Nunes de. Trabalhadores Rurais e Cidadania no Brasil – 1930-1964. **Em Tempo de Histórias** – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília PPG-HIS, n.º 19, Brasília: ago/dez. 2011. ISSN 1517-1108. p. 16-34.

ROJAS COUTO, Berenice. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?**. 4. ed. São Paulo: editora Cortez, 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e justiça: a política social na ordem política brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: (dê)estruturação do trabalho e condições para sua universalização**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

O TRAÇADO URBANO DA CIDADE DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC: ASPECTOS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

*Larissa Emanuelle Dalpasquale Zalamena*⁶⁵

*Paulo Ricardo Bavaresco*⁶⁶

RESUMO: O presente artigo é resultado da pesquisa que objetivou analisar o traçado urbano de cidade de São Miguel do Oeste – SC. Buscamos demonstrar como o traçado urbano de uma cidade faz parte do Patrimônio Histórico e Cultural do município. Ao mesmo tempo analisamos os motivos da não preservação do traçado urbano na cidade do referido município quando da criação de novos loteamentos, pergunta central da proposta de estudo. A pesquisa contou, primeiramente, com um diálogo sobre patrimônio histórico e a cidade sobre o viés do capital. Na pesquisa de campo estudamos os loteamentos que surgiram nos últimos anos. Foi possível notar que o desenho urbano, a partir do surgimento dos novos loteamentos, alterou o padrão existente, quanto a largura das ruas e o tamanho dos lotes em comercialização. O capital, ao mesmo tempo em que interfere no espaço urbano, fragiliza o patrimônio histórico da cidade, no caso de São Miguel do Oeste-SC o seu traçado urbano.

Palavras-chave: Patrimônio histórico; História; Cidade; Traçado urbano.

THE URBAN OUTLINE OF THE CITY OF SÃO MIGUEL DO OESTE-SC: ASPECTS OF HISTORICAL AND CULTURAL HERITAGE

ABSTRACT: This article is the result of research that aimed to analyze the urban layout of the city of São Miguel do Oeste - SC. We seek to demonstrate how the urban layout of a city is part of the Municipality's Historical and Cultural Heritage. At the same time, we analyzed the reasons for not preserving the urban layout in the city of that municipality when creating new subdivisions, a central question of the study proposal. The research had, first, a dialogue about historical heritage and the city about the capital's bias. In the field research, we studied the subdivisions that emerged in recent years. It was possible to notice that the urban design, from the appearance of the new subdivisions, changed the existing pattern, as for the width of the streets and the size of the lots being sold. The capital, while interfering in the urban space, weakens the city's historical heritage, in the case of São Miguel do Oeste-SC its urban layout.

Keywords: Historical heritage; History; City; Urban layout.

⁶⁵ Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, Campus de São Miguel do Oeste. E-mail: lariedalpasquale@gmail.com

⁶⁶ Doutor em Ciências Sociais, professor e pesquisador Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC E-mail: paulo.bavaresco@unoesc.edu.br
Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

INTRODUÇÃO

Patrimônio é uma expressão antiga ligada à ideias de estruturas familiares, econômicas e jurídicas. No entanto, desde sua origem, o significado por trás dessa expressão vem se modificando e sendo agregada a novos conceitos (CHOAY, 2006). O patrimônio não é restrito apenas a imóveis, bens materiais ou valores monetários, mas em seu significado atual, abrange imóveis particulares ou públicos, trechos urbanos, e até mesmo objetos com valores apenas sentimentais, podendo ser individual ou coletivo (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

De acordo com Choay (2006), o termo refere-se, nos dias atuais, a um bem designado ao aproveitamento de uma comunidade, sendo constituído pela acumulação de uma variedade de objetos e heranças que são ligadas por sua importância, tanto no passado como no presente.

Até pouco tempo, as vias urbanas eram vistas apenas como uma continuidade da cidade, passíveis de mudanças e adaptações, assim como deu-se em Paris, quando Haussmann, em prol da harmonia, higiene e trânsito, destruiu parcelas inteiras da malha urbana parisiense. Com o intuito de modernização das cidades, as ruelas escuras deram lugar a largas avenidas, e porções demolidas, à moradias decentes ao homem, permitindo a entrada de luz e ventilação natural. As antigas ruas e construções, eram vistas apenas como obstáculos à limpeza e saúde, situação que de certa forma autorizou a transformação completa da malha urbana das antigas cidades, configuradas apenas como uma continuidade do conjunto urbano e não como um monumento. (CHOAY, 2006)

Segundo Choay (2006), nota-se que nesse período, 1853, a cidade e as vias urbanas em si não eram vistas como um patrimônio específico, capazes de serem conservadas como um monumento histórico. No entanto o autor deixa claro, que foi na própria época de Haussmann⁶⁷ que começa a surgir a noção de patrimônio histórico, juntamente com projetos de conservação.

A partir dessa nova abrangência, percebe-se a incorporação de outras particularidades à ideia de patrimônio, onde se incluem a malha viária e as próprias vias

⁶⁷ George-Eugène, barão de Haussmann, nomeado prefeito de Paris, foi um dos maiores urbanizadores do Século XIX.

de circulação⁶⁸ conhecidas atualmente. As redes de infraestrutura são muito antigas, e acompanharam a evolução das cidades, sendo a rede viária⁶⁹ a primeira a surgir, herança deixada primeiramente, assim como o patrimônio, pelos povos romanos. Constituíam-se inicialmente por perfis de calçamento utilizadas principalmente para uso militar, passagem de carroças e pessoas. Entretanto, a maior evolução ocorreu com o surgimento do automóvel (MASCARÓ; YOSHINAGA. 2005).

O reconhecimento da cidade e da malha urbana como um objeto material ocorreu a partir da modificação do espaço urbano no período da Revolução Industrial no Século XVIII, onde a cidade antiga passou a ser estudada para o surgimento de novas escalas urbanas. A partir desse momento, arquitetos e engenheiros entram em cena para entendê-la, surgindo então o urbanismo (CHOAY, 2006).

De acordo com RuskinapudChoay (2006), a malha urbana é o conteúdo da cidade, o que faz dela um patrimônio intocável e que deve ser inteiramente protegido. Atualmente, o sistema viário é percebido como um dos elementos mais nítidos na forma de uma cidade, que dispõe a ordem dos edifícios e quarteirões e tem a função de ligar os diversos espaços e partes de uma localidade. O traçado caracteriza o plano, e está relacionado com o crescimento da cidade de forma hierárquica, em função da importância do deslocamento e do percurso de pessoas e objetos. (LAMAS, 2011)

Os moradores de cada localidade precisam ter uma ligação com a cidade, sentir-se parte dela e a partir do conhecimento de sua história, valorizar o lugar em que habitam, não vendo-a meramente como local de moradia, trabalho e lazer. Cada imóvel e traçado urbano preservados revelam as características das pessoas, famílias que ali iniciaram, quais eram seus conhecimentos, costumes, hábitos e materiais disponíveis na época, assim como os problemas enfrentados e as soluções encontradas por eles. Esse conhecimento auxilia na formação da identidade cultural do povo, como na criação de programas e políticas públicas que respeitem a história das pessoas que construíram a cidade para os cidadãos e para viverem, não visando apenas o capital. Com base nisso, pretende-se relevar a história do traçado urbano de São Miguel do Oeste, e como ele

⁶⁸ **Malha** Viária - vias do Município, classificadas e hierarquizadas segundo critério funcional, observados os padrões urbanísticos do município. Vias de circulação – vias abertas a circulação de acordo com sua utilização.

⁶⁹ **Arrede** viária - mapa com as atuais rotas rodoviárias, ferroviárias, etc.

representa um Patrimônio Histórico e Cultural da cidade, a fim de ressaltar sua importância.

Em um primeiro momento realizou-se uma pesquisa bibliográfica com diversos autores, para contextualizar inicialmente os impactos do capital na reestruturação das cidades e posteriormente uma pesquisa bibliográfica da história de São Miguel do Oeste, a fim de realizar um comparativo com a situação atual.

A CIDADE E O CAPITAL

Segundo Lefebvre (1999), o capitalismo se fez mais presente a partir de 1845, com a Revolução Industrial, um ambiente fabril, a formação de uma classe operária e uma nova realidade que se multiplicava com rapidez. A sociedade nova que se origina a partir desse período, possui traços característicos e de fácil percepção, onde o poder econômico torna-se o centro dos interesses sociais. Homens transformam-se em máquinas, realizando atividades repetidamente e por longos períodos, vilarejos surgem em torno das fábricas e aos poucos, toda a cidade fica refém dessa nova prática, que visa exclusivamente o lucro.

A relação dos objetos ou serviços com o capital implica no seu valor de uso e valor de troca, afirma Lefebvre (1999, p. 135) que “O valor de uso corresponde à necessidade, à expectativa, à desejabilidade. O valor de troca corresponde à relação dessa coisa com as outras coisas, com todos os objetos e com todas as coisas [...]”. Esse conhecido “mundo da mercadoria” se amplia, de modo que abrange o mercado mundial, onde tudo se compra e tudo se vende e o principal objetivo do capitalista é gerar dinheiro e obter lucro, tornando-o um ciclo vicioso (LEFEBVRE, 1999).

Neste contexto, de acordo com Lefebvre (1999), as necessidades sociais ficam a cargo do Estado, que são tratadas em função dos interesses de uma pequena parcela da sociedade privilegiada, transitando as decisões entre a propriedade privada, a da terra e a do capital. A cidade passa a fazer parte dessas circunstâncias históricas ligadas ao capitalismo, sendo resultado dos interesses de uma classe e da acumulação do capital. O sistema contratual (jurídico), que o “Estado mantém e aperfeiçoa enquanto poder (político) repousa na propriedade privada, a da terra (propriedade imobiliária) e a do dinheiro (propriedade mobiliária)” (LEFEBVRE, 1999, p. 138).

Com o tempo, as condições do capitalismo e as necessidades dessa parcela da população privilegiada são aceitas como naturais e culturais, dando espaço para que se promovam ainda mais. A cidade abriga e faz parte das mais diversas faces do capitalismo, tendendo à sua autodestruição, quando esse começa a se destacar nas decisões sociais e urbanas. A cidade conforma-se como um palco para os desejos e ações da classe mais imponente e aos poucos começa a ser prejudicada pelos interesses desses, a ponto de perder sua identidade histórica para fornecer mais dinheiro à uma pequena parcela de pessoas (LEFEBVRE, 1999).

De acordo com Carlos (2004), no mercado imobiliário o solo urbano torna-se mercadoria, agregando uma sentença acumulativa por meio da venda, troca e aluguel, visando a reprodução do capital. Isso significa, segundo a autora, que há diversos interesses envolvidos no uso e concepção dos espaços. É em meio a este jogo de interesse que são, por diversas vezes, deixadas de lado questões importantes como o traçado urbano regular, visando somente o lucro e desconsiderando as características e história local.

A cidade e a sociedade que ela abriga se confundem em diversas ocasiões, pois a primeira, recebe o poder capitalista conhecido como Estado e, ele por sua vez a administra. É na cidade que todas as relações comerciais e sociais acontecem. É ela que por muitas vezes sacrifica, em prol do capitalismo e do progresso, o meio ambiente e suas riquezas naturais, criando um aglomerado de subprodutos sociais; e em outras é sacrificada, também visando o lucro, tendo sua história e evolução destruídas por novos contextos capitalistas (LEFEBVRE, 1999).

Para Carlos (2001), o sistema de produção capitalista produz um espaço, assim como todo modo de elaboração, no entanto, esse só ocorrerá se permitir a valorização do capital, tendo sempre um lado estratégico e político de grande importância e influência. E essa relação estende-se também à formação dos espaços em uma cidade.

De acordo com Lefebvre (1999), a civilização foi marcada pela propriedade mobiliária da terra, pelo dinheiro e capital que ela fornece. Desde antigamente o homem enriquece comprando terras, utilizando-a e construindo nela. A sociedade incorpora a terra ao mercado, fazendo dela um “objeto” comercializável, com um valor de troca e não um valor de uso. Os terrenos disponíveis para construção da cidade, seus preços e especulação imobiliária criam um novo cenário, onde a terra passa a ser vendida por

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

parcelas, e isso acarreta na transformação das cidades, a forma dos edifícios passa a ser resultado dos loteamentos e da compra da terra fracionada.

A cidade é portanto, de acordo com Carlos (2001), uma atividade materializada, surgindo da relação do construído com o não construído, das articulações entre um e outro e das movimentações dentro dela, tanto de pessoas como de mercadorias. Sua paisagem é composta por diversos momentos históricos diferentes, produzidos pelas relações entre o novo e o velho.

No princípio, a palavra patrimônio era ligada à ideia de estruturas familiares, termo que vem, com o tempo, se modificando e tendo novos conceitos agregados. Hoje sabe-se que patrimônio não está limitado apenas a imóveis e bens materiais, abrangendo também trechos urbanos e até mesmo objetos com valores apenas sentimentais (FUNARI; PELEGRINI, 2006). De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (2014), diversas são as cidades brasileiras com espaços públicos tombados, inclusive seu traçado urbano, muitos mantidos desde a época colonial, que engloba diversos outros patrimônios em sua extensão, tendo uma importante parte da história preservada, para que todas as gerações possam ter acesso e vivenciar peculiaridades de outras épocas.

Choay (2006, apud RUSKIN, 1861), declara que a malha urbana é o conteúdo da cidade, fazendo dela um patrimônio intocável, que deve ser inteiramente protegida. Para Lamas (2011), o sistema viário é um dos elementos mais evidentes na forma de uma cidade, já que dispõe a ordem dos edifícios e quarteirões, com a função de ligar os espaços entre um local e outro, assim como na compreensão das intenções de quem a projetou. É o traçado que define o plano, ligado diretamente ao sentido de permanência, já que não é totalmente modificável.

Há pouco tempo percebeu-se a importância do traçado urbano como patrimônio histórico, e suas qualidades para a história de cada local, isso porque, de acordo com Somekh (201-), organizadora do livro “Preservando o Patrimônio Histórico: um manual para gestores municipais”, o valor figurativo atribuído a alguns bens transforma-se em valor econômico quando expande a imagem da cidade, atraindo assim novos olhares e negócios. Portanto, a preservação de determinados trechos está aliada à diversos melhoramentos, promovendo uma articulação urbana, aumentando seus lucros e rendimentos.

No entanto, a mesma questão faz o traçado urbano ser deixado de fora na concepção de novos loteamentos e partes de cidades, quando o poder econômico e aquisitivo fica na frente da história local e popular, dando lugar a interesses comerciais de compra e venda. Isso vem tornando-se um problema nos dias atuais, onde percebe-se ruas cada vez mais estreitas, sem um traçado organizado e sem seguir as funções pelas quais foram pensadas, visando somente o aumento dos lotes e o consequente lucro financeiro.

Preservar um patrimônio é manter viva as lembranças de uma cidade, é conceder uma identidade única ao local, a fim de que planejem seu futuro sem desconsiderar o passado. Para Choay (2006, apud RUSKIN, 1861), a malha urbana apresenta um papel memorial de monumento, que fixa seus habitantes e relações no espaço e no tempo, possuindo uma perspectiva histórica que deve ser mantida para a garantia de uma identidade pessoal, local, nacional e humana.

Choay (2006) cita o relatório apresentado por Guizot, Ministro do Interior, ao rei, em 21 de outubro de 1830, para a criação do cargo de inspetor geral dos monumentos históricos na França, ressaltando a importância dos mesmos:

“Vossa Alteza, os monumentos históricos que cobrem o solo da França causam admiração e inveja à Europa erudita. Tão numerosos quanto os dos países vizinhos e mais variados, eles não pertencem apenas a uma determinada época da História, mas formam uma série completa e sem lacunas, desde os druidas até os nossos dias, não há uma época memorável da arte e civilização que não tenha deixado em nossa terra monumentos que a representem e expliquem. (...) A França não pode ficar indiferente a essa parte notável de sua glória (GUIZOT, 1830 *apud* CHOAY, 2006, p. 259).

Esse contexto configura-se como um desafio da modernização, onde, atualmente, diante da grande valorização do capital e dos interesses pessoais, faz-se necessário um olhar mais íntimo para a cidade e para a preservação cuja trajetória poderá ser mantida durante todas as gerações. Demarcando as características locais, que ajudaram a formar o presente, tem valor relevante para a conservação e para a identidade da cultura de um povo. Tal esboço serve para validar que a arquitetura de uma cidade conta a história e contribuem para manter vivos os costumes, a identidade de uma sociedade e a memória nacional, além de provocar a valorização do lugar pelos moradores. No entanto, para

conservar a memória de uma nação é preciso conservar a memória de cada estado e município, a começar pelo nosso.

SÃO MIGUEL DO OESTE NO PRINCÍPIO

A migração faz parte da história de diversos países, estados e municípios, sendo motivada por diversos acontecimentos, seja por pandemias, Guerras, fome, miséria, entre outros. No caso do Brasil, as migrações foram constantes durante um determinado período de sua história, onde grupos vinham de outros continentes em busca de trabalho e melhores condições de sobrevivência. (FAUSTO 1998). Da mesma forma, as migrações internas também foram relevantes e, em sua maior parte, foram ocasionadas pelos fatores econômicos. A exemplo, a colonização e povoamento do Extremo Oeste de Santa Catarina foi motivado, principalmente, pelo fator econômico. Em especial, pela expansão das fronteiras agrícolas, exploração de madeira para serragem, transporte e exportação, além da busca por terras férteis e baratas, já que as terras gaúchas haviam se esgotado, tornando-se impróprias para o plantio de cereais, o que levou inúmeras famílias de colonos⁷⁰ a migrar para terras catarinenses em busca de solo fértil (DE BONA, 2004).

Segundo Staub (1960), no início retiravam da mata os recursos para a construção que abrigou os colonos e carpinteiros que trabalhavam nas primeiras obras do novo povoado. A partir do ano de 1940, aumenta o número de colonizadores que chegava à região, trazendo consigo um espírito mais empreendedor, sendo então fundada a empresa colonizadora Barth Benetti & Cia Ltda. Nos primeiros meses foi delimitado o local para a sede do povoado que se iniciava e construído um barracão provisório para as famílias, assim como a instalação de um templo católico. Em 1944, chegou ao local o administrador Olímpio Dal Magro, que por sua visão e eficiência, conferiu à empresa o sucesso alcançado tanto na extração e exportação de madeiras, quanto na colonização (DE BONA, 2004).

Após o desmatamento, a primeira medida de Olímpio Dal Magro foi a elaboração de um projeto de loteamento. A área, em forma de triângulo, foi dividida em quadras e em 500 lotes urbanos. A área que rodeou o loteamento foi dividida em chácaras de 2,5

⁷⁰ Família de agricultores proveniente das colônias velhas do Rio Grande do Sul.

hectares e o restante das glebas adquiridas teve sua divisão em blocos e estes subdivididos em lotes coloniais ou rurais, para serem vendidos aos colonos que chegavam (DE BONA, 2004).

Após a divisão, o administrador iniciou a abertura da avenida Getúlio Vargas, com largura de 25 metros, fixando em 20 metros a largura das demais ruas. No entanto, o projeto de dimensões das ruas e avenidas não agradou os diretores da empresa. Os mesmos exigiam que a largura fosse de 15 e 11 metros, respectivamente. Olímpio Dal Magro, com sua visão futurista e baseando-se no trânsito de Florianópolis (SC), permitida somente em uma direção, devido à pouca largura das ruas afirmou: “Daqui a 50 anos, quando isto aqui for cidade, nós não estaremos aqui para ouvir as críticas. Agora a terra é barata, mas no futuro vai valer muito e aí será tarde”. Diante disso, os diretores concordaram com as dimensões propostas pelo administrador, e assim, instituiu-se os modelos conhecidos das vias do município de São Miguel do Oeste (SC) (DE BONA, 2004).

De acordo com a Lei Complementar 003/2011 prevista no Plano Diretor do município de São Miguel do Oeste, as vias previstas para loteamentos industriais não devem possuir largura inferior a 20 metros.

O traçado do município de São Miguel do Oeste (SC) inicia-se na Avenida Willy Barth, já que ela faz a ligação da entrada e saída da cidade com os municípios vizinhos por meio da BR-163. O traçado possui forma quadrangular e retilínea, com os lotes divididos em quadras de aproximadamente 100 metros de comprimento.

A CONFIGURAÇÃO ATUAL

No ano de 1958, apenas 15% da população de São Miguel do Oeste (SC) vivia na área urbana, no entanto, apesar do baixo número de habitantes, o município continuava seu desenvolvimento, melhorando gradativamente seus equipamentos e infraestrutura. Em 1965 São Miguel do Oeste (SC) já contava com novas edificações, escolas, agências bancárias e moradores, sendo vista como uma cidade de evolução e progresso na região. Diante desse crescimento, os serviços mais urgentes a serem realizados eram o nivelamento e a abertura de novas ruas, o calçamento das ruas centrais, assim como a ampliação do perímetro urbano (SILVA, 2010).

De acordo com Silva (2010), a configuração urbana do município nesse período mostrava-se funcionalista e ordenada. Contava com largas vias dispostas em um plano retilíneo, dividida em uma forma geométrica clara. Isso aconteceu pois São Miguel do Oeste (SC) foi projetada desde seu início, na década de 1940, seguindo o modelo de cidades modernas do mundo ocidental. Ela foi criada para ser organizada, bonita e progressista. No ano de 1970, quando entrou em vigor o novo Plano Diretor, a largura de 20 e 25 metros para ruas e avenidas foram mantidas, tendo sido definidas assim desde o início da colonização (SILVA, 2010).

A partir da década de 1950, a área urbana começa a crescer, principalmente nos arredores da Igreja Matriz São Miguel Arcanjo. Já na década de 1960, o município desenvolve-se no eixo norte-sul, acompanhando a Rua Waldemar Ramgrab, que naquele momento era uma das principais vias de acesso a São Miguel do Oeste. Na década de 1970 e nos anos seguintes, ocorreu um aumento do perímetro urbano, principalmente pela vinda de agricultores das áreas rurais, momento em que as ocupações começaram a acontecer de forma desordenada e irregular, aumentando o número de loteamentos feitos em chácaras, alterando definitivamente a fisionomia do município de São Miguel do Oeste (SC) (SILVA, 2010).

Nos dias atuais, o município já atingiu um maior grau de desenvolvimento, com diversos loteamentos novos nos arredores, novas ruas e caminhos a serem percorridos. No entanto, no decorrer deste tempo, a configuração das ruas foi se modificando. Por meio de pesquisa em campo, percebeu-se que as ruas em determinados loteamentos do município de São Miguel do Oeste (SC) não possuem largura conforme a lei. A medição foi realizada em 02 loteamentos em porções opostas da cidade, onde um apresentou rua com 8 metros de largura no total, sendo 2,5 metros destinados para cada caixa de rua e 1,5 metros de acostamento em cada lateral. No segundo loteamento analisado, a rua contava com 10 metros de largura, com 2,5 metros para as caixas de rua e 2,5 metros para cada acostamento lateral. A Lei Complementar 003/2011, Art. 9º, item IV, p. 3, prevista no Plano Diretor do município afirma referente às dimensões das Vias Locais: Local: 14,00 m (quatorze metros), sendo: a) 6,00m de caixa (2 faixas de circulação com 3,00m cada); b) 2,00m de acostamento para cada lado; c) 2,00m de passeio para cada lado.

Foi percebido, de acordo com as visitas aos novos loteamentos, que, não somente as ruas diminuíram, mas também o tamanho dos terrenos, que no princípio eram grandes, com espaço para a residência e pátio, tanto na frente quanto nos fundos. Hoje, há lugar somente para a residência, com os recuos e área permeável necessária. Isso ocorreu também em função do capital, já que, diminuindo a área de cada terreno, poderia se ter um maior número deles a venda e conseqüentemente um maior lucro de mercado.

Além disso, é possível perceber a partir da análise de mapas da cidade, que além da largura necessária, as ruas e avenidas perderam seu formato e continuação, abstendo-se da forma quadrangular retilínea que caracteriza o centro da cidade. A medida que as ruas avançam para as periferias, perdem o traçado característico, assim como nos loteamentos, que mesmo sendo pensados e projetados, adotam medidas inferiores para as vias, com a intenção de aumentar o número de terrenos disponíveis para venda e conseqüentemente o lucro gerado por eles.

A medida que a cidade se desenvolve, valores primordiais, como a preservação do traçado urbano como patrimônio e história da cidade perdem-se, dando lugar a supremacia do capital e o poder. Portanto, não há mais a mesma preocupação que havia no princípio, onde os colonizadores pensavam no futuro e nas pessoas que aqui habitariam. Hoje, priorizam principalmente o lucro e o mercado imobiliário, esquecendo-se da parte mais importante e mais prejudicada: a cidade, sua memória e evolução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo da mercadoria se amplia gradativamente, onde tudo se compra e tudo se vende e o principal objetivo do capitalista é gerar dinheiro e obter lucro. A terra torna-se um objeto de comercialização e de grande especulação imobiliária, principalmente nas cidades, sendo fracionada e vendida em parcelas. Diante disso, a cidade moderna torna-se refém do capital, passando a ser moldada pelo poder econômico.

Torna-se cada vez mais difícil programar e pensar o desenho e o traçado de uma cidade. Isso compromete não somente sua história, mas o desenvolvimento do seu traçado. Legado deixado pelos pioneiros fundadores dessas terras. A paisagem de uma

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

cidade é composta pela relação do novo e do velho, no entanto, essas partes devem completar-se e terem uma continuidade, demonstrando respeito e valorizando sua história que é a identidade do seu povo

Além da valorização, essa história contada por meio das edificações históricas e o traçado das cidades revelam quais eram os saberes que aquele povo possuía quando passaram a pensar e desenhar as primeiras ruas e estradas, quais eram os costumes, porque se construiu dessa maneira, quais eram os materiais que estavam disponíveis na época e quais eram os problemas a serem enfrentados na construção. Da mesma forma é possível fazer essa leitura na atualidade e observar como a sociedade molda o espaço. Portanto, preservar esses bens, seja eles moveis ou imóveis, de âmbito cultural, histórico ou ambiental, significa reconhecer seus valores e dar importância à identidade e a história de um povo.

A cidade enquanto concentração de pessoas, trabalhadores e reserva de mão de obra, produz e reproduz a divisão social do trabalho. A articulação entre trabalhadores e indústria implica, também, uma configuração espacial própria, capaz de permitir o consumo, distribuição e troca. Nesse caso, a infraestrutura como: ruas e rodovias ganham importância, uma vez que a circulação de mercadorias e pessoas é fundamental para que o capital se desenvolva. Assim, o traçado urbano de uma cidade perde seu caráter histórico para desempenhar papel articulador do processo produtivo trabalho-capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONA, Avelino de. **Evolução Histórica de São Miguel do Oeste – SC**: Edição Comemorativa do Cinquentenário da Instalação do Município (1954 – 2004). São Miguel do Oeste: McLee, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 6 ed. – São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O espaço urbano: Novos escritos sobre a cidade**. São Paulo, Contexto, 2004.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 4ª ed. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6ª ed. – Editora de Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998.

FUNARI, P. P., PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em 22 Set. 2018.

LAMAS, José Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

LEFEBVRE, Henri, **A Cidade do Capital**. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

Lei Complementar 003/2011 – **Normas relativas ao sistema viário do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, e da outras providências**. Disponível em: <<https://www.saomiguel.sc.gov.br/plugins/ViewerJS/#/uploads/5116.pdf>> Acesso em 15 Jan. 2019.

MASCARÓ, Juan Luis. YOSHINAGA, Mário. **Infra-estrutura urbana**. Porto Alegre: Masquatro, 2005.

SILVA, Adriano Larentes da. **Fazendo cidade: memória e urbanização no extremo oeste catarinense** – Chapecó, SC : Argos, 2010.

SOMEKH, Nádía – Organizadora. **Preservando o Patrimônio Histórico: um manual para gestores municipais**. (201-)

STAUB, Euclides, STAUB, José Raul, 1960. **Povoamento e Colonização do extremo-oeste de Santa Catarina: segundo os primeiros moradores**. São Miguel do Oeste: Gráfica Porto Novo/Editora e Gráfica São Miguel, 2014.

OS PROCESSOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE ACOLHIMENTO PARA HAITIANOS EM MARINGÁ-PR

Alex Sandro dos Santos⁷¹

RESUMO: O ano de 2010 marcou o início da imigração haitiana no Brasil. A entrada dos haitianos via Tabatinga, no Amazonas, começou a ser notada em fevereiro de 2010, logo após o terremoto, que sacudiu violentamente o Haiti, e em particular a capital, Porto Príncipe. O primeiro grupo de haitianos chegou à na cidade de Maringá, no Estado do Paraná em 2010, seguidos por outros fluxos migratórios internacionais. O objetivo da pesquisa é discutir a presença dos migrantes haitianos na região metropolitana de Maringá, seus desdobramentos e por fim mostrar atuação das políticas públicas e assistencialismo social local frente a este grupo. A metodologia adotada consistiu na pesquisa bibliográfica, histórica e na observação in loco do fenômeno, mormente, na cidade de Maringá PR. Por fim, o estudo procurou avaliar os principais aspectos da problemática, que é identificar quais as políticas públicas locais e ações de acolhimentos voltadas aos Haitianos. O resultado final da pesquisa demonstrou que há na cidade de Maringá, apenas ações não governamentais de acolhidas aos migrantes haitianos e que ação de punho político nas ações pública, ainda está em fase inicial de criação de projetos voltados para políticas públicas para esse grupo de migrantes na cidade.

Palavras-chaves: Migrantes; Haitianos; Maringá; Políticas públicas.

PUBLIC POLICY AND WELCOME PROCESSES FOR HAITIANS IN MARINGÁ-PR

ABSTRACT: The year 2010 marked the beginning of Haitian immigration to Brazil. The entry of Haitians Tabatinga, in Amazonas, began to be noticed in February 2010, shortly after the earthquake, which violently shook Haiti, and in particular the capital, Port-au-Prince. The first group of Haitians arrived in the city of Maringa, in the State of Paraná in 2010, followed by other international migratory flows. The objective of the research is to discuss the presence of Haitian migrants in the metropolitan region of Maringa, its developments and, finally, to show the performance of public policies and local social assistance towards this group. The methodology adopted consisted of bibliographic, historical research and observation in loco of the phenomenon, mainly in the city of Maringa PR. Finally, the study sought to assess the main aspects of the problem, which is to identify which are the local public policies and welcoming actions aimed at Haitians. The final result of the research showed that in the city of Maringa, there are only non-governmental actions to welcome Haitian migrants and that political fist action in public actions is still in the initial phase of creating projects aimed at public policies for this group of migrants in the city

⁷¹Mestrando em Ciências Sociais pela UEM- Universidade Estadual de Maringá, Professor da Educação básica do estado do Paraná e rede privada. E-mail: alexsoldy@hotmail.com
Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

Keywords: Migrants; Haitians; Maringá; Public policy.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tendo como unidade de análise os atuais fluxos migratórios de haitianos para o Brasil, empenhou em investigar os processos de políticas públicas e de acolhimentos á haitianos a cidade de Maringá Estado do Paraná. Essa população de haitianos, na cidade de Maringá, foi aumentando progressivamente, segundo dados fornecidos pela Entidade ⁷²Aras Caritas localizada na cidade Maringá, que presta assistências sociais a imigrantes, em 2014 estimou-se um número superior de 4.000 indivíduos haitianos na região metropolitana de Maringá. A Mesma fonte estima-se que atualmente vivem na cidade de Maringá cerca de 1.900 Haitianos. Verificou com a pesquisa que os migrantes haitianos, que vivem na cidade, constituem um exército de reserva para regular o salário, a mobilização entre os trabalhadores e estão móveis e sujeitadas as forças do capital e que ainda não existe de fato uma política pública estabelecida pelo governo local, que atenta essa população.

As políticas públicas são uma resposta do Estado às necessidades do coletivo que, por meio do desenvolvimento de ações e programas, objetivam o bem-comum e a diminuição da desigualdade social. Segundo Leonardo Secchi, (2010), em seu livro “Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos”, para estabelecer uma política pública, deve ser estruturado um ciclo de políticas que são as fases de maneira funcional e sequencial, para tomar possível a produção e organização do projeto. O capítulo três do livro Políticas Públicas, descreve como sendo o ciclo de políticas públicas os seguintes: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação avaliação e extinção.

A questão das políticas pública no Brasil, mediante os tantos problemas encontrado em sentido nacional, vem sendo gratuitamente melhorando seus conceitos e suas implementações. Desse modo, Celina Souza (2006) afirma que, nas últimas décadas, se registrou o ressurgimento da importância do campo de conhecimento,

⁷²Aras- Caritas (Associação de Reflexão e Ação Social), constituída em 06 de fevereiro de 2006, é uma organização não governamental e sem fins lucrativos, com sede na cidade de Maringá, Estado do Paraná, situada à Rua Vereador Joaquim Pereira de Castro, 267 na Vila Santo Antônio.
Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

denominado políticas públicas e das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação.

Diante disso, verificou na pesquisa que na cidade de Maringá a implantação de políticas pública para população haitiana que vivem na cidade, está dentro do ciclo na fase de formação de agenda, que conjunto de problemas ou temas que a comunidade política perceba como merecedor de intervenção pública, ou seja, é aquela que elenca os problemas ou temas que o poder público já decidiu enfrentar. A fase dessa implementação ainda está sendo constituídas por reuniões e formações de setores interessados ou convidados pelos órgãos competentes na criação de ações que levarão a políticas públicas na cidade e região.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O passado do país Haiti, mais pobre da América, segundo relatório de 2010 da United Nations Conference on Trade and Development – Unctad⁷³, e está entre os 49 mais pobres do mundo e é marcado pela violência, desigualdade social e instabilidade política desde o início de sua formação. A princípio, a ex-colônia francesa enfrentou treze anos de lutas sangrentas para conseguir sua independência em 1804, tornando-se a primeira república negra do mundo.

As consequências do terremoto que atingiu, esse país já tão estigmatizado no dia 12 de janeiro de 2010 revelam, mais do que a falência do Estado daquele país, mas também o fracasso de organizações que lutavam pela sua reconstrução, seja econômica ou de desigualdades.

A chegada de um grupo de haitianos no Brasil (Tabatinga-AM), dias após o terremoto, causou surpresa a todos, pois, ainda a presença desses imigrantes em solos brasileiros era algo novo se e à medida que tal fluxo foi aumentando nas fronteiras brasileiras essa surpresa deu lugar a tamanho despreparo em caráter de acolhida e num curto espaço de tempo, esses imigrantes se encontravam em todos os estados do Norte e

⁷³ A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento foi estabelecida em 1964, em Genebra, Suíça, no contexto das discussões de liberalização do comércio no Acordo Geral de Tarifas e Comércio.

Centro-Sul do Brasil, ou pelo menos por ali passaram, inserindo-se em diferentes atividades do mercado de trabalho.

A presença de Haitianos no Brasil era quantitativamente inexpressiva até 2010, como demonstra registros do IBGE. 2015.

1940	16 Haitianos
1950	21 Haitianos
1970	90 Haitianos
2000	15 Haitianos
2009	36 Haitianos
2014	21.430 Haitianos

Fonte: IBGE 2015- Haitianos no Brasil.

Na tentativa de intensificar e identificar o perfil dessa imigração haitiana, diferentes bases de dados já foram construídas e analisadas, entre elas, a dos registros da Polícia Federal sobre a entrada de estrangeiros no Brasil (Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros – Sincere/PF), produzida por Duval Fernandes e Andressa Virgínia de Faria (2016). Tais dados apontam para uma população com idade média de 31,7 anos, sendo que a maioria (70%) se concentra entre as faixas etárias de 25 a 39 anos. Com relação ao sexo, verifica-se que os homens ainda constituem o maior contingente, embora a proporção de mulheres venha aumentando nos últimos anos, chegando a 40% em 2015, fato que pode indicar um processo de reunificação das famílias que lá no Haiti haviam ficado (Fernandes, Faria, 2016, p. 106).

Não importa se a migração é em grande proporção ou não, o certo é que a mesma ocorre a todo tempo. Cada um dos indivíduos tem sua história, e acabam por deixar seu país por possuírem uma motivação.

A LEI 9474/97 DE PESSOA REFUGIADA E AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO

A Lei 9474/97⁷⁴ é a lei que no Brasil define o conceito de pessoa refugiada e as políticas de proteção e acolhimento às pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio. O Estatuto dos refugiados é o nome que se estabeleceu dar à Convenção de 1951, da qual o Brasil foi signatário. Todo refugiado tem direito à proteção internacional e os Estados têm o dever jurídico de respeitar a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, sendo que muitos dos direitos relevantes à proteção dos refugiados são direitos fundamentais assegurados pela Declaração Universal (PIOVESAN, 2015, p. 132).

Já o asilo é aplicado em casos de perseguição política. Importante destacar que o asilo é constituído por um ato soberano do Estado, não se sujeitando a nenhum organismo internacional. O refúgio, ao contrário, não se reveste de cunho político, é de forma geral e internacional visto o seu caráter universal, que visa o auxílio às pessoas vítimas de violações em seus direitos humanos fundamentais, que permite o termo de refugiados.

Antes de contar com uma lei própria, os pedidos de refúgio no Brasil eram julgados de acordo com os termos da Convenção e o conceito de refugiado ampliado pelo Protocolo de 1967. O Brasil tem um misto de migrações, recebendo diferentes migrantes: econômicos, em situação de necessidade humanitária, refugiados, apátridas, indocumentados, enfim, categorias específicas que necessitam de políticas específicas e por isso que instituir uma lei que visa tratar desses assuntos é de suma importância. A lei brasileira define que também é refugiada a pessoa que deixou seu país em razão de grave e generalizada violação de direitos humanos (Declaração de Cartagena, 1984).

O Estatuto editado pela lei nº 9474, de 1997, com 49 artigos traz para o conceito e tema sobre os refugiados, uma característica, mas familiar, trata para os refugiados sua condição jurídica, os procedimentos para o pedido de refúgio, lembrando que a situação irregular, conforme exposto na lei em seu artigo 8º, não constitui impedimento para o pedido; cessação da situação de refugiado, expulsão e repatriação.

NOVA LEI DE MIGRAÇÃO NO BRASIL

⁷⁴ LEI Nº 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

Texto substitui o Estatuto do Estrangeiro, criado em 1980, e trata o migrante sob a ótica dos direitos humanos. A lei é bastante inovadora e está em consonância com obrigações internacionais assumidas pelo Brasil. As principais mudanças e avanços que a nova lei traz são sobre proteção aos apátridas. Nenhuma outra norma anterior à Lei de Migração tratava da proteção aos apátridas, asilados e brasileiros no exterior, apenas tratados internacionais. A nova lei organiza a cooperação jurídica entre países para essa finalidade.

A nova lei determina a existência de um visto temporário específica para o migrante em situação de acolhida humanitária, para pessoas que precisam fugir dos países de origem, mas que não se enquadram na lei do refúgio. Migrantes com documentação inexistente ou irregular poderão regularizar a situação dentro do Brasil. O Estatuto do Estrangeiro proibia imigrantes de participarem de qualquer atividade de natureza política. A nova lei que foi publicada no Diário oficial em Brasília - DF, quinta-feira, 25 de maio de 2017, acaba com a proibição e garante o direito do imigrante de se associar a reuniões políticas e sindicatos.

Entre os desafios que migrantes e refugiados enfrentam no Brasil estão formas e situações em que as desigualdades de que são portadores se transformam em fatores de exclusão ou de discriminação. Para Charles Tilly (2006) as desigualdades se dão entre categorias sociais separadas por fronteiras onde acontece a interação dos sujeitos que pertencem a tais categorias. Sendo assim, o que temos é uma desigualdade categórica. Por desigualdade categórica entende-se que há formas de benefício desigual em que conjuntos inteiros de pessoas não recebem o mesmo tratamento.

Para Marta Arretche (1996), que em uma de suas obras, analisa todos os desdobramentos da desigualdade, seja ela social, de gênero ou de etnias descreve a desigualdade como sendo um “termo compreendido de forma plural”. Marta Arretche (1996), “no mundo social, existem múltiplas assimetrias, seja entre pobres e ricos, entre mulheres e homens, entre as etnias, que se manifestam em diversos fatores da vida cotidiana como a renda, no acesso a serviços básicos e na participação política. Entender a desigualdade é examinar suas múltiplas dimensões”.

Certamente, a questão migratória no Brasil está ganhando mais espaço no debate público. No âmbito nacional, se discute um novo marco jurídico para a questão migratória, através da adoção de uma lei que substitua o atual Estatuto do Estrangeiro

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

(criado durante a ditadura militar). É perceptível que para uma melhor compreensão de todas essas desigualdades que envolvem esses indivíduos, encontra o Estado como centro primordial, para tais processos.

Segundo Robert Alan Dahl (2005), “O Estado deve garantir o direito de existência de tudo àquilo que podemos considerar como sendo associações que permitem uma melhoria na vida dos cidadãos”. Ou seja, o Estado é potencializado de políticas públicas até mesmo no sentido de reduzir dificuldades de discriminação aos migrantes e não só de ações sociais.

Em 2014, foi realizada a 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (Comigrar), reunindo migrantes, profissionais e estudiosos envolvidos na temática migratória, servidores públicos e representações nacionais e internacionais diversas, para uma reflexão coletiva e elaboração de aportes para a construção da Política e do Plano Nacionais de Migrações e Refúgio.

DESTINO BRASIL

O recente fluxo migratório de haitianos para o Brasil iniciou-se de forma tímida, após o tremor de 2010, porém intensificou-se no final de 2011 e começo de 2012. Estima-se que, neste período, cerca de 4.000 imigrantes haitianos, segundo dados do Ministério da Justiça – MJ, entraram ilegalmente no país. Os haitianos adentraram principalmente pelas fronteiras do Acre e do Amazonas, mas há rotas nos estados de Roraima, Mato Grosso e Amapá.

Simultaneamente, a toda essa crise no Haiti, havia um grande crescimento econômico, e em especial na região sul brasileira, em que a região metropolitana de Maringá, tem destaque nesse processo econômico e torna-se um polo de atração. Faltava mão de obra na indústria da construção civil e na indústria agropecuária, como os frigoríficos da região e a solução foi trazer essa mão de obra para a região, eram os haitianos que foram recrutados no Acre ou em São Paulo. Subjetivamente concluí que a migração ainda tem o mesmo papel que tinha no período do império⁷⁵ que era de

⁷⁵O Império do Brasil foi um Estado que existiu no século XIX e que compreendia, aproximadamente, o território que forma o Brasil e o Uruguai atuais. Seu governo era uma monarquia constitucional parlamentar representativa, tendo tido como imperadores D. Pedro I e seu filho, D. Pedro II. Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

resolver o problema da falta de mão de obra escravista e não capacitados de direitos algum. Toda essa problemática aumenta, quando o imigrante não é acolhido com políticas públicas que os capacita de direitos. Tais políticas ainda é tabu para maioria da sociedade é um tema que ainda causa estranheza por parte de muitos cidadãos. Segundo o site Band.com, em matéria apresentada em abril de 2012, os haitianos que chegam ao Paraná também recebem ajuda de Pastorais, devido à falta de políticas do Estado. As entidades ligadas à Igreja Católica eram as que prestava uma ajuda imediata aos migrantes, como a doação de roupas, alimentos e também ajudam a encontrar um lugar para ficar. Os haitianos buscavam no início da imigração, empregos em fábricas e usinas, e eram considerados uma mão de obra qualificada por aprenderem rapidamente suas tarefas. Hoje encontramos haitianos em diversos estados brasileiros, mas principalmente no sul e centro oeste do país. A maioria vem para o Brasil e deixa suas famílias para trás.

OS HAITIANOS NA CIDADE DE MARINGÁ

Segundo a Polícia Federal, o núcleo de migração na região de Maringá, os Haitianos são a maioria. Até o primeiro semestre de 2018 estavam registrados cerca de 5.562 haitianos na região de Maringá e no início do ano de 2019, foram regularizados mais 824 haitianos na cidade e região e que dos imigrantes haitianos residentes em Maringá, 72% é do sexo masculino, e 28% do sexo feminino e em relação à faixa etária todos estão em idade ativa. As mulheres apresentam uma média de idade mais jovem que os homens, e aproximadamente 50% estão entre 18 e 29 anos, onde desses cerca de 69% são solteiros e 28% casados, e os restantes estão entre viúvos (1%) e divorciados (2%).

Para migrar juntaram todas as suas economias e passaram por uma diversidade de obstáculos para realizar esse percurso e chegar ao Brasil, e em especial em Maringá. Encontramos esses imigrantes haitianos na rotina maringaense. Estão trabalhando nos restaurantes da cidade, nas ruas como camelos, em indústrias e até mesmo no campo.

No dia (14) de junho de 2014, aconteceu na Prefeitura de Maringá a criação do Comitê do Migrante que tem como objetivo principal a elaboração de propostas para compor o plano municipal de políticas públicas. Comitê formado com a articulação feita Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

pelas ARAS, pelo Vereador Carlos Mariucci e pela Associação de Moradores Vila Santo Antônio, levando as demandas que já são trabalhadas nas entidades para o Município.

Sobre números de haitianos em Maringá, é muito difícil definir, pois a vulnerabilidade é muito grande. (Não tem emprego em Maringá, eles vão para Londrina, Curitiba) e essas saídas não são comunicadas a polícia federal, ou seja, não tem como contabilizar 100%. Assim sendo a entidade trabalha com estimativas. E segundo essa estimativa há hoje cerca de 1.900 haitianos em Maringá.

AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS AOS HAITIANOS EM MARINGÁ

Pela primeira vez o município de Maringá, incluiu os estrangeiros na pauta administrativa. O Prefeito em exercício Ulisses Maia deu total autonomia ao comitê com a garantia de verbas para implementação dos projetos.

Foi Criado um Comitê do Migrante da Cidade de Maringá em 14/06/2017, para a elaboração de propostas para compor o plano municipal de políticas públicas. O comitê está disponibilizado seu decreto^o. 743/2017, no site da Prefeitura Municipal de Maringá. O comitê é composto por entidades governamentais e não governamentais e por algumas secretarias, tais como – SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Urbanismo; SASC – Secretaria de Assistência Social e Cidadania; SEMUC – Secretaria Municipal de Cultura, SEDUC – Secretaria Municipal de Educação; SESP – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer; SEMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Bem-estar Animal; SEMULHER Sec. Municipal da Mulher, Igualdade Racial, Juventude e Pessoa Idosa, SAUDE – Secretaria Municipal de Saúde; UEM – Universidade Estadual de Maringá; NRE – Núcleo Regional de Educação.

Os membros das entidades não governamentais são compostos por ARAS Caritas, Associação Haitiana em Maringá; Associação Comunitária da Vila Santo Antônio; OPEM – Ordem de Pastores Evangélicos de Maringá; associação Comunitária da Vila Esperança; Comissão dos Estrangeiros e Migrantes da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil. Entre as atribuições do comitê está a formação de grupos de trabalho para formulação de propostas de políticas públicas, elaboração do plano

municipal com diretrizes, metas, objetivos, instrumentos e ações governamentais, considerando a preservação da história, memória e influência cultural dos migrantes.

O comitê também tem como papel se articular com órgãos e instituições encarregadas para proteção e defesas de direitos humanos, ampliando as informações e serviços voltados aos migrantes, formulando estudos e pesquisas para identificação de demandas. O Prefeito Ulisses Maia destacou o dia da criação do comitê de políticas públicas para migrantes haitianos como “histórico” e ressaltou que a administração irá construir junto com a comunidade as políticas públicas para os migrantes:

“Não temos apenas acolher os migrantes, mas garantir de forma plena seus direitos. Toda essa qualidade da saúde e educação deve ser prestada também a essas pessoas. Queremos humanizar Maringá. Lembro-me de meu pai que era grego e veio ao Brasil, no final dos anos 40, e penso na dificuldade que os migrantes passam. A partir de hoje, vocês que vieram de outros países podem se considerar cidadãos maringaenses”, afirmou o prefeito (2017).

O haitiano Fritzner Saint Cloris, 27 anos, da cidade de Gonaïves, uma das maiores do país, está em Maringá há quatro anos, e disse estar “muito feliz” pela criação do comitê:

“Viemos para o Brasil para ter uma vida melhor e não para passar dificuldade e sofrer. Somos de um país pobre, mas isso não significa que não temos uma cultura rica. O imigrante não quer fazer mal, a maioria dos que vêm aqui é para fazer o bem. Queremos crescer juntos com os maringaenses”, afirmou o Haitiano (2017).

Também a Prefeitura Municipal da cidade de Maringá, disponibiliza via site, <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/>, um guia de Informações e Contatos para Migrantes, Refugiados e Apátridas, onde é descrito alguns endereços de assistências locais. Criação da Associação de Haitianos em Maringá – PR e estudo sobre criação da “Casa de Passagem” para os haitianos. Nessa casa de passagem, os haitianos recém-chegado na cidade terá acolhimento e encaminhamento a entrevistas de empregos. A casa registrará o acompanhamento dos migrantes até o mesmo conseguir moradia e emprego.

AÇÕES DE ACOLHIDAS AOS HAITIANOS NA CIDADE DE MARINGÁ ATRAVÉS DA ENTIDADE ARAS CARITAS

Aras – Caritas (Associação de Reflexão e Ação Social), constituída em 06 de fevereiro de 2006, é uma organização não governamental e sem fins lucrativos, com sede na cidade de Maringá, Estado do Paraná, situada Rua Vereador Joaquim Pereira de Castro, 267 na Vila Santo Antônio. Com o título de Utilidade Pública Municipal na forma da Lei nº 7849/07 e membro da Rede Caritas Brasileira, possui atuação em todo o território nacional, entretanto desenvolve seus principais projetos na Região Metropolitana e Arquidiocesana de Maringá.

ARAS – Caritas Maringá fez as suas primeiras inserções com os migrantes que se estabeleciam na região. O objetivo era estabelecer um maior diálogo, desdobrando em um melhor acolhimento dos migrantes no Norte-Central do Paraná. Desse modo a entidade começou a acompanhar os trabalhos dos solicitantes de visto de permanência e no diálogo percebia e identificava as possibilidades e limites do órgão responsável pela regularização e pedido de refúgio, em Maringá.

As ações de acolhimento aos Haitianos na cidade, conduzidas pela Associação Aras, são várias e de estilos diferentes. Entre elas destacaram, o cadastramento e atendimento humanitário aos haitianos (ponte entre haitianos e polícia federal), a distribuição de cestas básicas, curso de língua portuguesa, com a colaboração de professores voluntários com a consultoria de professores da UEM, e regularização de passaportes, ou vistos de permanência e outros documentos. A Associação, sempre teve o intuito de ser um órgão informativo aos haitianos e ações voltadas para auxílio em quesitos sobre sociedade, cultura e ações sociais entre elas, palestras sobre questões trabalhistas, reprodução de cartilhas sobre questões trabalhistas, disponibilização de um advogado voluntário de plantão todas as terças-feiras de manhã para atendimento aos migrantes nas questões trabalhistas, auxiliando juridicamente esse grupo em situação de vulnerabilidade, atividades culturais (Dia das Mães, Páscoa), condução de situações tristes como a organização de velório, enterro e almoço de confraternização no Natal. Todas essas ações são realizadas por recursos próprios, oriundos de ajudas individualizadas e parcerias com a sociedade civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo discutiu a presença dos migrantes haitianos na região metropolitana de Maringá, apurando que, em seus desdobramentos, verificam-se até o atual cenário, apenas ações de acolhidas por órgãos não governamentais para os migrantes haitianos. Na ausência de uma política consolidada por parte do Estado, a sociedade civil busca a sua organização, ora desarticulada e ora coordenada, que atentam de forma satisfatória as necessidades desses indivíduos, que estão na cidade de Maringá, na esperança de um futuro melhor.

Verificou no contexto de acolhidas aos haitianos, ações da entidade Aras Caritas Maringá e outra série de ações vistas pelos voluntariados, de diversas origens e religiões, todas as ações individuais. O Estado começa a dar passos lentos em relação ao acolhimento, por meio de criação de comitê para implantação de políticas públicas aos haitianos, mas muito aquém das necessidades emergenciais que os haitianos se encontram em Maringá.

Como resultado final na presente pesquisa, foi observado, algumas ações que foram e estão sendo realizadas para amparar esta população, porém, aquém das necessidades destes migrantes. É perceptível uma desarticulação tanto dos agentes sociais e da governança no acolhimento destes migrantes, ficando esta função com maiores efetividades para organizações independentes de políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS

ARRETCHE, Marta TS. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. **Boletim Informativo e Bibliográfico em Ciências Sociais**, v. 39, p. 3-40, 1995.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

DE Moraes, Isaias Albertin, Carlos Alberto Alencar de Andrade, and Beatriz Rodrigues Bessa Mattos. **A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios**. *Conjuntura austral* 4.20 (2013): 95-114.

FERNANDES, Duval; FARIA, Andressa Virgínia de. A diáspora haitiana no Brasil: processo de entrada, características e perfil. **Imigração haitiana no Brasil. Jundiá:** Paco Editorial, p. 95-111, 2016.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade manipulada.** Rio de Janeiro: LTC, 2013.

<http://aras.org.br/?cod=pagina/caritas-maringaacute/257> (Acesso em 12/11/2019).

<http://www.ibge.gov.br/home/> (Acesso em 09/12/2019).

<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/> (Acesso em 11/02/2020).

SECCHI, Leonardo. Introdução: percebendo as políticas públicas. **Políticas Públicas: conceito, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, n. 16, p. 20-45, 2006.

CULTURA RELIGIOSA AFRO-BRASILEIRA NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU

Jarbas da Silva Guimarães⁷⁶

RESUMO: Este trabalho proporciona oportunidade de analisar sobre o conhecimento e a representação do sistema religioso cultural afro-brasileiro na cidade de Foz do Iguaçu – Paraná, na Tríplice Fronteira, onde se encontram diferentes tradições e manifestações culturais religiosas presentes em sua sociedade. Tendo como objetivo a análise e a reflexão do processo de religiosidade enquanto elemento simbólico e na participação coletiva nos movimentos políticos e sociais. A metodologia utilizada para este trabalho foi a pesquisa bibliográfica, e as revisões bibliográficas e documentais foram embasadores nas discussões do tema. O fato religioso, como todos os fatos humanos, pertence ao universo da cultura e, portanto, tem uma importância cultural e o sistema religioso é parte desses elementos culturais. E a compreensão de concordância dos padrões culturais religiosos e seus mecanismos para a construção de uma inclusão, favorece o respeito cultural religioso, promovendo conceitos contra a toda e qualquer forma de preconceito e discriminação sobre a cultura religiosa afro-brasileira e seus processos, que hoje ocupa o espaço público, juntamente com religiões de outras matrizes.

Palavras-chave: Afro-brasileira; Religião; Candomblé; Umbanda.

CULTURA RELIGIOSA AFRO-BRASILEÑA EN LA CIUDAD DE FOZ DO IGUAÇU

RESUMEN: Este trabajo brinda la oportunidad de analizar el conocimiento y la representación del sistema religioso cultural afrobrasileño em la ciudad de Foz do Iguaçu - Paraná, em la Triple Frontera, donde existen diferentes tradiciones y manifestaciones culturales religiosas, presentes em su sociedad. Conel objetivo de analizar y reflexionar sobre el proceso de religiosidad como elemento simbólico y em la participación colectiva em movimientos políticos y sociales. La metodología utilizada para este trabajo fue la investigación bibliográfica, y lãs revisiones bibliográficas y documental es fueron la base para lãs discusiones sobre el tema. El hecho religioso, como todos los hechos humanos, pertenece al universo de la cultura y, por lo tanto, tiene una importancia cultural y el sistema religioso es parte de estos elementos culturales. Y la comprensión de la concordancia de los estándares culturales religiosos y sus mecanismos para la construcción de la inclusión, favorece el respeto cultural religioso, promoviendo conceptos contra todas y cada una de las formas de prejuicio y

⁷⁶Mestrando do Programa Pós-Graduação Stricto Sensu: Sociedade, Cultura e Fronteira – Centro de Educação, Letras e Saúde – CELS – UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu; Especialista em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino pela UTFPR; Graduado em História pela Universidade União das Américas – UNIAMÉRICA – jarbasmoreno@hotmail.com
Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

discriminación sobre la cultura religiosa afrobrasileña y sus procesos, que hoyndía ocupa el espacio público, junto com religiones de otras fuentes,

Palabras clave: Afrobrasileña; Religión; Candomblé; Umbanda

INTRODUÇÃO

Devemos considerar a pluralidade religiosa existente em nossa sociedade, e para falarmos da influência religiosa da Cultura Afro-brasileira na Cidade de Foz do Iguaçu necessitamos então, abranger uma discussão tendo em vista as diferentes formas de organização social e cultural, e desenvolver estudos concernentes espacialidade religiosa cultural, e às reproduções sociais.

Este trabalho tem por objetivo analisar e refletir a religiosidade afro-brasileira em nossa sociedade, bem como sua influência na construção coletiva e individual do sujeito, e dos grupos sociais. Para uma melhor compreensão do mundo e das nossas relações com ele, e da nossa realidade social, desconstruindo fortes preconceitos dentro da nossa realidade cultural, como os de etnias, religião, e credo, produzindo uma analogia positiva com as diferentes culturas existente na nossa fronteira.

Para compor este trabalho foram utilizados para a pesquisa bibliográfica, autores que desenvolveram suas investigações a partir de trabalhos realizados ao tema e estudos já realizados por outros pesquisadores das Universidades da região. Na pesquisa documental, a investigação concentrou-se em dados obtidos à partir da coleta de dados dos eventos realizados pelos Órgãos Municipais, Estaduais, Federais e de iniciativas privadas.

Este trabalho sobre a Cultura Religiosa Afro-brasileira na cidade de Foz do Iguaçu, tendo em vista as diferentes formas de organizações sociais e culturais altercará às reproduções sociais, através da interação social e cultural. Esse estudo tem peculiaridades igualitárias, uma vez que fortalece as representações religiosas afro-brasileira na sociedade iguaçuense, seu relacionamento e desenvolvimento social na Tríplice Fronteira.

CULTURA RELIGIOSAAFRO-BRASILEIRA

Nos países Latino-americanos a cultura religiosa africana sofreu a influência das culturas européias, especialmente portuguesa e espanhola, e também das culturas nativas. Hoje, as características da cultura de origem africana nesses países encontram-se em geral mescladas ou sincretizadas a outras alusões culturais. E sobre sincretismo o autor Ferretti (1999) descreve que o Brasil foi formado com a contribuição de diferentes culturas e o sincretismo é um fato evidente, especialmente se tratando das religiões Afro-brasileiras, e se preocupa em defesa da pureza das religiões, pois, o termo faz alusão a uma mistura e não a pura religiosidade. O sincretismo está muito presente na religiosidade popular e nas religiões afro-brasileiras, como forma de relacionar as tradições africanas e católicas. Os deuses que compõem o panteão de Orixás africanos são comparados aos Santos Católicos, atribuindo-lhes valores de crenças e mitos. Para Eliade (1991) o sincretismo é uma combinação e nos fala do entendimento do mito e da crença cultural, no sentido de que o entendimento fornece os modelos para a cultura humana, e uma compreensão através dos fenômenos humanos, fenômenos culturais e fenômenos espirituais, conferindo-lhes um valor religioso. E com base nessa interação o sincretismo torna-se evidente desde os nossos colonizadores em suas histórias territoriais através de toda a Idade Média, com as Invasões dos Bárbaros, apresentando misturas de civilizações, ou seja, combinando as culturas. Para o antropólogo Da Matta (1993) deve-se dar mais atenção a palavras como: misturas, confusão, combinação, e outras mais que designam aquilo que verdadeiramente é necessário conhecer, os interstícios e as simultaneidades ou como tem afirmado em seu trabalho, as relações culturais.

O interesse pela cultura manifesta-se pelos muitos estudos nos campo da Sociologia, Antropologia, Etnologia, Música, Linguística, História, entre outros, centrados na expressão e evolução histórica cultural. Para Laraia (2004), traços fortes da cultura afro-brasileira podem ser encontrados hoje em variados aspectos, como a música popular, a religião, a culinária, o folclore e as festividades populares. Ao distinguir as particularidades da integração cultural, nota-se que os estudos das comunidades religiosas e seus relacionamentos sociais compartilham de um projeto mais amplo, a partir da informação sobre as identidades religiosas e a diversidade étnica, o que proporciona um olhar comparativo e respectivo sobre a influência religiosa da cultura africana. E sobre a uniformidade cultural para o antropólogo Geertz (1989), trata-se de

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

uma visão de relacionamento com o comportamental sobre o que é cultura, as interpretações culturais e suas representações, que sofrem impactos ainda maiores quando se trata não apenas de uma cultura, mas, de várias culturas, pois dentro de uma sociedade, as diferenças também são reconhecidas juntamente com os vários tipos de indivíduos existentes dentro de uma cultura. E ao se falar de religião, para Guareschi (2007), a religião de uma cultura é fundamental para o social;

A religião é superestrutural quando se torna um conjunto de mediações simbólicas e gestos rituais, quando se torna doutrina explicativa do mundo, a serviço de Nações e Impérios (...) nesse sentido a religião se torna o ópio do povo. É a ideologia que justifica o sistema e dá coerência absoluta, teórica, além de toda a crítica ao poder. (GUARESCHI, 2007, p.119).

Admirar a crença desde o campo de suas afinidades políticas e aprender as expressões das integrações sociais, das crenças e cultos, onde a ideologia de ordem usa mais os símbolos do sagrado para persuadir a todos, haverá permanentes transformações, que para Brandão (1986), o poder de uma religião é a concepção dentro e fora do poder;

Olhada mais de perto, a Religião revela que legitima modos definidos do poder que sustentam a ordem de dominância política segundo os interesses definidos por algumas de suas classes. Mais de perto ainda, às vezes pelo lado de dentro, as agências e as ideologias mostram que respondem por funções e serviços de significação diferenciada de modos sociais de vida, e dos projetos políticos de cada uma das classes de uma mesma formação social. (BRANDÃO, 1986, p. 297-298).

A duas principais práticas da Cultura Religiosa Afro-brasileira são o Candomblé e a Umbanda, e na Cidade Foz do Iguaçu existem muitos Centros/Terreiros destas práticas. Há uma compreensão de que o Candomblé é uma religião de origem africana, e a Umbanda é considerada uma religião brasileira e incorpora elementos cristãos, africanos, espíritas, indígenas. Essa integração religiosa entre o Candomblé e a Umbanda incide em um intercambio cultural linguístico e social, havendo um relacionamento entre as casas responsáveis de manter os cultos afro-brasileiros em Foz do Iguaçu.

No entanto, ainda não se pode afirmar se há números oficiais sobre a quantidade de seguidores de religiões afro-brasileiras em Foz do Iguaçu, porém, no último censo, O Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), divulgou em 1º de julho de 2019, que a estimativa da população de Foz do Iguaçu era de 258.532 habitantes, a sétima maior população do estado do Paraná. Com estimativa de 3.604 declarantes como Espíritas, e no mesmo censo registrou 211 seguidores da Umbanda e Candomblé, mas, na cidade de Foz do Iguaçu existem muitos indivíduos praticantes e que se encontram espalhadas por todas as comunidades e que quando perguntados sobre sua religião, afirmam serem católicos. Segundo Prandi (2003, p.16), é muito comum, mesmo atualmente, quando a liberdade de escolha religiosa já faz parte da vida brasileira, muitos seguidores das religiões afro-brasileiras ainda se declararem católicos.

Assim, os adeptos das religiões nominadas de umbanda, candomblé, batuque e outras religiões de origem africana, na maioria das vezes se declaram para o censo do IBGE como Espíritas ou Católicos, crendo ser a forma mais social de se afirmar no campo religioso brasileiro, para o índice estatístico das religiões, e de forma geral no discurso de afirmação da identidade religiosa em uma sociedade com base cristã. E para Candau (2012), estas respostas estão relacionadas aos aspectos fundamentais das relações entre o indivíduo e seu grupo social, pois nesse momento, sua identidade religiosa é redefinida na interação social, já que vivemos numa sociedade com bases católica.

A Cultura religiosa da África chegou ao Brasil, em sua maior parte, ocasionada pela escravidão na ocasião do tráfico de escravos na época da Colonização nas Américas. E no período escravagista, muitos negros africanos foram capturados e vendidos pelos Daomeanos aos colonizadores e trazidos para as colônias da América do Sul, onde conservaram suas reminiscências. E o Brasil pode ser considerado um dos mais legítimos representantes dos costumes africanos e o maior das tradições culturais sobre a religiosidade. Para Oliven (2006) as culturas viajam com seus portadores;

Sabemos que os escravos trouxeram suas religiões da África para o Brasil.(...) É interessante que as religiões afro-brasileiras se transformaram hoje em religiões multiétnicas professadas frequentemente por brancos criados como católicos. (OLIVEN, 2006, p.161).

Assim, percebemos e entendemos como é exercida e compreendida a prática de uma cultura religiosa em uma determinada região, através da afirmação de que os

indivíduos neste período escravagista viajaram junto com suas roupas, suas línguas, seus costumes e ideias, assim conservando suas culturas.

Os Yorubanos são o segundo maior grupo étnico na Nigéria abrangendo 18% da população local e também são encontrados em Benin, Togo, Serra Leoa, Cuba e Brasil. Rodrigues (1982) informa que grupo dos yorubas, também são conhecidos por Nagôs e encontrados em várias cidades africanas. E a maior parte dos negros escravizados que foram trazidos para o Brasil, juntamente com grupo yorubano era de etnia banta e para Rodrigues (1982), eles tiveram participação significativa na formação da cultura e do povo brasileiro. Além disso, a cultura dos bantus contribuiu também com surgimento da Umbanda Brasileira. E as etnias kikongo, Kimbundo, kioko e Umbundo influíram em nossa linguagem atual.

A religião africana como o candomblé, a partir do ponto de vista dos afrodescendentes, e a falta de informação sobre a História religiosa das culturas africanas estabelecem uma barreira intelectual e social, que para Mattos (2008), este incipiente conhecimento impossibilita a abrangência religiosa da própria cultura brasileira, a qual marcada pela concepção eurocêntrica ignora sua própria origem, que é oriunda da miscigenação. Depara-se hoje com um novo pensar sobre as culturas africanas, principalmente as dos negros yorubanos e bantos, pois, a Cultura Yorubano/Banto começou a tomar força e a envolver a comunidade religiosa nos meios de comunicações em massa, divulgando e se estruturando e se afirmando com o Candomblé como religião em relação ao negro e sua cultura, bem como sua influência na construção coletiva e individual do sujeito e dos grupos sociais. Necessita-se então, considerar a pluralidade religiosa existente em nossa sociedade, pois, somos criados convivendo dentro de uma sociedade herdeira da cultura cristã, fruto da colonização. E falar da Prática Religiosa da Cultura Afro-brasileira auxilia na compreensão na cultura religiosa existente em nossa sociedade. Para Passos (2008) quanto maior for à integração cultural dentro de uma sociedade, maior será o nível de concordância entre os seus membros e maior será a estabilidade social na comunidade.

A Influência Religiosa da Cultura Yorubana e Banta em Foz do Iguaçu adquire grande valor fundamental à articulação entre a cultura de identidades, dentro das comunidades afro-religiosas e suas representações na sociedade.

A Umbanda é uma religião brasileira surgida em 15 de novembro de 1908. Fundada por Zélio Fernandino de Moraes, em Niterói no Rio de Janeiro. Para Bettiol (1963) A Umbanda é uma religião composta pelas mais variadas formas de ser, sentir e se relacionar por que suas crenças misturam elementos do candomblé, da pajelança indígena (rituais indígenas), do espiritismo e do catolicismo, denominando-a afro-brasileira, e que mais tarde agregaria o nome de Umbanda, com base na Fé, na caridade, no amor, na esperança e o respeito ao sagrado. Para Oliveira (2009) o caráter nacionalista atribuído à Umbanda fazia parte de um conjunto de estratégias de um grupo de pertencimento e de legitimação;

A umbanda, entretanto, apresenta uma peculiaridade que a diferencia das demais: enquanto os adeptos das religiosidades mais africanizadas buscavam legitimar suas práticas exaltando a pureza das tradições nagô, os líderes do “movimento umbandista” fizeram questão de apresentá-la como uma religião brasileira. (OLIVEIRA, 2009, p.60).

Estes aspectos torna o espaço religioso da Umbanda fundamental para um determinado grupo, onde o poder da religião como afirmação identitária e modo de vida social, o poder simbólico e político no setor religioso, um lugar de desafio para a integração social. Para Candau (2012) estes aspectos são afirmações identitárias, tanto individual, como coletiva, numa reação e interação de pertencimento.

A natureza do funcionamento dos cultos afro-brasileiros têm variações importantes como os sacrifícios de animais, das comidas de santo, dos rituais de sangue, do uso da pólvora, dos defumadores, das bebidas, e fatores esses que classificaram os cultos afro-brasileiros como selvagens/primitivo ou bárbaro/cruel, pela sociedade que a princípio lhe foi antagônica. Para Ortiz (1978), a adequada abrangência dos cultos afro-brasileiros é a própria sociedade brasileira e as mudanças sociais que os cultos vêm experimentando.

O Candomblé é uma religião em que as divindades africanas estariam representadas através do sincretismo de santos católicos e que no seu início sofre sobrepujado pela classe dominante. Apesar da repressão sofrida, o candomblé, embora cultuado pelos negros, uma minoria branca e de mulatos, dependia para sua existência da aceitação da classe dominante. Um processo semelhante, porém talvez mais complexo, ocorreu em relação à Umbanda. Conforme Ortiz (1978) afirma, a Umbanda

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

não é uma religião negra, em contraposição ao Candomblé, este sim tentando manter viva a memória coletiva africana. E que a Umbanda pode ser vista como produto das transformações sociais brasileira. Neste contexto, uma sociedade na qual a ideologia branca é dominante, a Umbanda decodifica a tradição afro-brasileira conforme as conveniências da cultura branca e passa representar uma integração na sociedade e consolidação da nova religião com o embranquecimento da cultura religiosa afro-brasileira. Para Prandi (1996) devemos considerar que vivemos em uma sociedade com religiões e mistérios sobrenaturais e que mesmo assim, ela permite a individualização religiosa ou de grupo;

Essas religiões todas nos mostram infundável capacidade da nossa sociedade de criar espaços e formas de expressão que parecem retiradas de um passado sobre qual esta mesma sociedade se ergueu. Mostram também como a construção das religiões é um processo constante de empréstimos, substituições de símbolos e práticas e redefinição de sentidos. (PRANDI, 1996, p.33).

O mais importante é que as representações estão escondidas ao mesmo tempo no coração das estruturas sociais, na prática social, ou seja, na cultura em si e nos componentes culturais como forma significativa, interativa de conhecimentos singulares, coletivos para dimensionar espacialidades em uma sociedade e nas representações religiosas. Para Durkheim (1970) a religião para o ser humano precisa de algo maior do que sua própria experiência, para afiançar sua própria existência e sua integração social;

Toda religião é um fenômeno social, de origem e de natureza social; representa a intenção de toda sociedade, bem como das pessoas que a integram, de salvaguardar os princípios morais dos valores sobre os quais se funda. (DURKHEIM, 1970, p.83).

Assim a religião preserva o poder da ordem, o misticismo, e um modelo social organizado. Dentro dessas dimensões pode-se alcançar e entender suas formas de crença, de valores éticos e poder político social.

A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU

A presença da cultura religiosa afro-brasileira na cidade de Foz do Iguaçu – Paraná, ainda se encontra em trabalho de reconhecimento. As casas responsáveis em manter os rituais afro-religiosos em funcionamento são compostas por brasileiros, argentinos e paraguaios, de acordo com o mapeamento registrado pela Secretaria Extraordinária de Direitos Humanos de Foz do Iguaçu (2018). No dia 08/08/2019, na Fundação Cultural de Foz do Iguaçu, aconteceu uma reunião intitulada “Povos de Terreiro e Políticas Públicas” que foi organizada por uma equipe composta pela “Secretaria Extraordinária de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade” – da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, tendo por objetivo a realização de um seminário para se pensar políticas públicas na área de enfrentamento à intolerância religiosa, além de fortalecer uma organização dos povos tradicionais de matriz africana e seus terreiros, presente na cidade de Foz do Iguaçu. Com um resultado positivo dando origem ao I Seminário de Políticas Públicas e Povos de Terreiro – Enfrentamento ao Racismo Religioso: legislação e diálogo com o poder público. Que foi realizado no dia 29 de junho de 2019, onde houve debates sobre o racismo religioso, sabedoria tradicional e Direitos Humanos.

A liberdade de expressão e de culto é assegurada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição Federal do Brasil (1988), no entanto esses religiosos sofrem preconceito e violência. Com o crescimento da diversidade religiosa no Brasil é verificado um crescimento da discriminação religiosa, tendo sido criado o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa (21 de janeiro) por meio da Lei nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007, sancionada pelo presidente, como um reconhecimento do próprio Estado da existência do problema.

A assistência religiosa ocupa também proeminente papel na educação integral do preso no Sistema Penitenciário do Paraná. E todas as unidades contam com espaço destinado à assistência religiosa. De acordo com o Diretor Geral do Departamento Penitenciário de Foz do Iguaçu, a unidade da cidade, conta com um espaço e dias consagrados para a realização dos cultos afro-brasileiros em seu interior, oferecido aos detentos daquela instituição e obtendo um excelente resultado no relacionamento religioso interno.

A Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA, também contribui para o fortalecimento dos estudos culturais, com a realização de “Seminário Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

Latino-Americano de Estudos em Cultura – (SEMLACult)”, onde pesquisadores apresentam seus trabalhos sobre Cultura Religiosa Afro-brasileira em seu espaço. Assim com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, e as outras Universidades da região, com seus Simpósios, Congressos, Encontros, Semanas Acadêmicas, etc.

As festas dos Santos/Orixás da Cultura Religiosa Afro-brasileira acontecem em sincronia com as datas comemorativas dos Santos da Igreja Católica, assim, podemos observar que o sincretismo religioso colabora para a realização dos festejos sagrados das religiões, tais como: 02 de Fevereiro, dia de Nossa Senhora dos Navegantes, festa de Yemanjá, onde oferendas (perfumes, flores, espelhos, etc.) são entregues no Rio Paraná em embarcações, dia 23 de abril, dia de São Jorge, festa de Ogum, quando as casas de Santos entregam pães e oferecem feijoada aos participantes, dia 27 de setembro, dia de São Cosme e São Damião, festa de Ybeji (crianças) as casas distribuem doces e servem caruru (comida feita com quiabo), etc.

As casas que administram os cultos religiosos afro-brasileiros na cidade de Foz do Iguaçu recebem adeptos de outras regiões como Paraguai e Argentina. A cultura religiosa afro-brasileira na região de fronteira está vinculada ao saber religioso transmitido culturalmente pelos africanos escravizados em nosso território e seus descendentes, assim como nos territórios que fazem fronteira. Nesse sentido, a identidade dos indivíduos da cultura religiosa afro é percebida mais como um instrumento considerado na delimitação das fronteiras simbólicas e das identidades que classificam os membros destas comunidades.

Os estrangeiros que cultuam a religião afro-brasileira, como o Candomblé, a Umbanda, e outras, em sua maioria são oriundos do Paraguai e da Argentina, todavia, há adeptos de outras etnias que se identificam com a religião africana. Para Durkheim (1970) a religião para o ser humano precisa de algo maior do que sua própria experiência, para afiançar sua própria existência e sua integração social.

Ao fazermos uma reflexão sobre as regiões de fronteira politicamente e incluirmos as representações religiosas, notaremos vários motivos que apontam para a importância de se pensar essas fronteiras culturais nas zonas de contato, entre esses motivos podemos citar as diferenças identitárias nacionais e não as identidades religiosas, pois elas neste momento se relacionam fazendo com que essas afirmações

identitárias sejam negociáveis. Para Cardin (2018), essa concepção relacional de fronteira é importante;

As fronteiras foram pensadas pelas ciências sociais predominantemente como frentes de expansão/colonização, zonas de contato/conflito, relações entre identidade e diferença ocorridas em determinadas regiões dos territórios nacionais e com grupos étnicos específicos. (CARDIN; ALBUQUERQUE; 2018, p. 117).

Nos espaços de fronteiras entre grupos étnicos podemos perceber como as afinidades e os aspectos de acordos que delineiam as fronteiras distanciam um grupo étnico de outro grupo, e outro conceito, é mais barthiano, apóia a experiência de como o indivíduo se percebe pela comunidade étnica ou como ele é percebido e o fato de compartilhar uma cultura é uma consequência. Para Cardin (2018) as fronteiras precisam ser observadas e entendidas;

Embora sejam dimensões importantes dessas realidades entre os Estados nacionais que merecem serem estudadas, as fronteiras são mais que isso, podem ser compreendidas também como territórios de oportunidades, de trânsitos, de intercâmbio cultural e de expressões identitárias que permitem construir uma mirada específica e situada dos diversos fenômenos contemporâneos. (CARDIN; ALBUQUERQUE; 2018, p. 119).

Neste sentido, observa-se a fluência que os relacionamentos fronteiriços em Foz do Iguaçu causam aos indivíduos envolvidos na cultura religiosa afro-brasileira num fluxo de trânsito, entre as fronteiras, delivres escolhas de pertencimento. Toda religião é um fenômeno social, de origem e de natureza social e representa a intenção de toda sociedade, bem como das pessoas que a integram, (DURKHEIM, 1970, p.83).

As representações religiosas existente numa sociedade estão escondidas ao mesmo tempo no coração das estruturas sociais, na prática social, ou seja, na cultura em si e nos componentes culturais como forma significativa e interativa de conhecimentos singulares e coletivos para dimensionar espacialidades em uma sociedade e nas representações religiosas.

Devemos então, abarcar uma alteração sobre a influência da prática religiosa afro-brasileira, tendo em vista as diferentes formas de organização social e cultural em

contextos de sociedade, e desenvolver estudos concernentes, à diversidade religiosa, e às reproduções sociais, através da integração social e cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho sobre a Prática Religiosa Afro-brasileira na Cidade de Foz do Iguaçu mostra a diversidade da comunidade religiosa em cada contexto de integração social e cultural. Os rituais realizados do Candomblé e da Umbanda acontecem dentro dos calendários litúrgicos afro-brasileiros relacionados às datas de comemoração dos Santos católicos num respeitoso sincretismo religioso. Esse estudo tem peculiaridades igualitárias, uma vez que fortalece as representações religiosas Afro-brasileira na sociedade iguaçuense e, sobretudo, das ações dos Órgãos Federal, Estadual e Municipal na participação, colaborando para produção de uma analogia positiva com as diferentes culturas religiosas existente na cidade de Foz do Iguaçu, com destaque para a apreciação da reprodução na religiosidade afro-brasileira e suas expressões nas sociedades e suas identidades, e da integração social de cada religião. Com destaque para suas expressões religiosas nas sociedades, da integração social dos países vizinhos e dos indivíduos no sentimento de pertencimento religioso, onde esses sujeitos sociais são o elo, onde possuem identidades as quais são negociadas. Uma sociedade tende a ser estabilizada se cada grupo étnico ocupa diferentes espaços sociais evitando conflitos.

Em seu espaço a cultura religiosa afro-brasileira, o candomblé, como exemplo, permanece atuando e venerando seus deuses africanos, através do uso simbólico dos Santos católicos desde o processo de Colonização, classificado como sincretização, onde seus Orixás são perpetuados e cultuados dentro dos ritos africanos, e ao mesmo tempo aceitos pela elite dominante.

A realização dos rituais nas casas de cultos religiosos afro-brasileiros em Foz do Iguaçu é composta por migrantes de regiões vizinhas brasileiras e locais. E seus adeptos são de várias etnias, advindos dos países fronteiriços e também de brasileiros de outras regiões.

Ao analisar como o processo de religiosidade enquanto elemento simbólico para dimensionar o conhecimento para compreensão do mundo, e da nossa realidade social, nota-se que acabamos desconstruindo preconceitos dentro da nossa realidade social e

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

cultural, como o da religião. Como procedimento, não se pode intensificar a etnografia (cultura dos povos, sua língua, raça, religião) e sim abranger como se aciona organização social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIA:

BASTIDE, Roger. **As Religiões Africanas no Brasil**: contribuição a uma Sociologia da Interpretação de Civilizações. São Paulo: Pioneira, 1971.

BENISTE, José. **Orún – Aiyè: o encontro com dois mundos**: o sistema de relecionamento nagô-yorubá entre céu e a Terra. Rio de Janeiro: 3ª ed., Bertrand Brasil, 2002.

BETTIOL, Leopoldo. **Do batuque e das origens da Umbanda**: simbolismo, ritualismo, interpretação. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1963.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os Deuses do Povo** – um estudo sobre religião popular. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1986.

BRASIL. Decreto-lei nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007. **Institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa**. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11635-27-dezembro-2007-567636-publicacaooriginal-90930-pl.html>. Acessado em 06 de setembro de 2019.

BRASIL. **Constituição Federal** de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 06 de setembro de 2019.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: 1ª ed., Contexto, 2012.

CARDIN, Eric Gustavo; ALBUQUERQUE, J. L. C. Fronteiras e deslocamentos. **Revista Brasileira de Sociologia** | Vol. 06, No. 12 | Jan-Abr/2018. <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.236>

DURKHEIM, E. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Paulus, 1970.

DA MATTA, Roberto. **Conta de Mentiroso. Sete ensaios de antropologia** brasileira. Rio de Janeiro: Roço, 1993.

DURKHEIM, E. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Paulus, 1970.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Mito e Realidade**. São Paulo: Perspectiva S.A, 3ªed. 1991.

F. Barth. **Grupos étnicos e limites**: a organização social da diferença cultural. Oslo: Universitetsforlaget, 1969.

FERRETTI, Sergio. **Repensando o Sincretismo**. São Paulo: EDUSP, 1995.

_____. **Sincretismo Afro-brasileiro e Resistência Cultural**. São Luis: FAPEMA, 1999.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GUARESCHI, Pedrinho. **A Sociologia Crítica**: Alternativa de Mudança. Porto Alegre: Mundo Jovem, 60 ed., 2007.

IBGE – **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Pesquisa Religiosa. Foz do Iguaçu, 2010.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/pesquisa/23/22107>.

acessado em 02 de setembro de 2019.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MATTOS, Regiane. **História e Cultura Afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2008.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Departamento penitenciário**. DEPEN, Foz do Iguaçu.

<http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=33>. Acessado

em 06 de setembro de 2019.

NASCIMENTO, Dr^a Elisa Larkin. **Introdução às Civilizações Africanas Antigas**.

IPEAFRO – Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-brasileiros. Rio de Janeiro, UERJ, 1987.

OLIVEIRA, José Henrique Motta de. Entre a Macumba e o Espiritismo: uma análise comparativa das estratégias de legitimação da Umbanda no Estado Novo. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação de Mestrado em História Comparada, IFCS/UFRJ. ISSN 1517-6916 CAOS - **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. Número 14 – Setembro de 2009, Pág. 60 – 85. Acessado em 03 de setembro de 2019.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade**: Ensaios sobre a etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006.

OLIVEN, Ruben George. Território, fronteira e identidades. In: SCHÜLER, F. L.; BARCELLOS, Marília de Araújo (Orgs.). **Fronteiras**: arte e pensamento na época do Multiculturalismo. Porto Alegre, Sulina, 2006.

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro**: Umbanda, integração de uma religião numa sociedade de classes. Petrópolis, Vozes, 1978.

_____. **Cultura e Mordenidade:** a França no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense. 3. ed. 1994.

PASSOS, L. A. **Substrato Religioso:** o fundamento do comportamento da sociedade contemporânea. São Paulo: Mundo dos Filósofos, 2008.

PRANDI, Reginaldo. **As religiões afro-brasileiras e seus seguidores.** Civitas. Porto Alegre: PUC/RS, v.3, n. 1, jun. 2003, p. 15-34.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil:** religião, sociedade e política. SP: Hucitec, 1996.

POUTIGNAT, Ph. e J. Streiff-Fenart. **Teorias de Etnicidade:** São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

RODRIGUES, João Carlos. **Pequena história da África Negra.** São Paulo: Globo, 1990.

RODRIGUES, Nina E. **Os Africanos no Brasil.** São Paulo: Nacional, 1982.

VILLAR, Diego. “**Uma abordagem crítica do conceito de “etnicidade” na obra de Fredrik Barth.**” Em Mana, vol.10, no. 1. Rio de Janeiro, 2004. versão impressa ISSN 0104-9313 versão On-line ISSN 1678-4944.

OUTRAS FONTES CONSULTADA:

<http://blogdefoz.blogspot.com/2014/05/multiplicidade-religiosa-de-foz-do.html>

acessado em 02 de setembro de 2019.

RELATÓRIO DE CAMPO DE VISITA FRUSTRADA À FEDERACIÓN DE MOTOTAXISTAS DE CUIDAD DEL ESTE

Roberto Rigaud Navega Costa⁷⁷

Tatiane dos Santos Navega Costa⁷⁸

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo descrever uma ida ao campo de pesquisa, feita por nós, mas que não foi bem sucedida, e como pudemos mudar o foco de nossa atenção a tempo de transformarmos um contratempo em uma fonte de observações valiosas a respeito das diferenças que dois espaços contíguos, as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, podem acarretar nos ritmos da vida cotidiana de sujeitos diversos, tendo como local de pesquisa o ônibus de linha internacional que liga as duas cidades. Para tanto lançamos mão da observação participante como método de pesquisa, e pudemos ainda avaliar a atuação dos fiscais da Receita Federal brasileira no ato de combater o contrabando e o descaminho, acrescentando observações a um trabalho anteriormente feito por nós. Esperamos, ao final do trabalho contribuir para exemplificar como fizemos o trabalho de campo, e quais conclusões pudemos acrescentar ao estudo de nossa realidade fronteiriça, demonstrando que há uma multiplicidade de modos de se apreender o real, e que podemos ter um olhar múltiplo ao irmos em campo.

Palavras-chave: Observação participante; Fronteira; Temporalidade.

INFORME DE CAMPO DE VISITA FRUSTRADO A LA FEDERACIÓN DE MOTOTAXISTAS DE CUIDAD DEL ESTE

RESUMEN: El propósito de este documento es describir un trabajo de campo que hemos realizado, pero que no ha tenido éxito, y cómo hemos cambiado nuestro enfoque a tiempo para convertir un revés en una fuente de información valiosa sobre las diferencias que dos espacios contiguos, las ciudades de Foz de Iguazú y Ciudad del Este, pueden conducir a los ritmos de la vida cotidiana de diversos sujetos, teniendo como lugar de investigación el autobús internacional que conecta las dos ciudades. Con este fin, utilizamos la observación participante como método de investigación, y también pudimos evaluar las acciones de los inspectores de Receita Federal de Brasil en el acto de combatir el contrabando y el descamino de fondos, agregando observaciones a un trabajo realizado previamente por nosotros. Esperamos, al final del trabajo, ayudar a ejemplificar cómo hicimos el trabajo de campo y qué conclusiones podríamos agregar al estudio de nuestra realidad fronteriza, demostrando que hay una multitud de formas de

⁷⁷Bacharel em Filosofia; Mestrando no PPG em Sociedade, Cultura e Fronteiras, Unioeste, Foz do Iguaçu. E-mail: ramosnavega@gmail.com

⁷⁸Pedagoga, Psicóloga, Psicopedagoga, Neuropsicóloga. Coordenadora do curso de Pedagogia e Docente na Uniamérica, Foz do Iguaçu. E-mail: navegapsicologia@gmail.com
Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

captar lo real y que podemos tener una mirada múltiplea medida que avanzamos en el campo.

Palabras-clave: Observación participante; Frontera; Temporalidad.

INTRODUÇÃO

Uma fronteira nos apresenta um laboratório a céu aberto extremamente rico, dando-nos oportunidades variadas de observação à custa de um pequeno deslocamento. Estando a pesquisar o combate ao contrabando e ao descaminho na fronteira Brasil Paraguai, entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, quisemos comparar os sindicatos dos mototaxistas dos dois lados do rio Paraná.

No entanto, não conseguimos a entrevista pretendida com o representante da Federación de mototaxista de Ciudad del Este, que estava ausente no momento em que chegamos ao endereço conseguido a algum custo. Tendo perdido a viagem nos pegamos observando um fato novo, para o qual não havíamos prestado nenhuma atenção até então, a saber, a diferença de ritmo entre as duas cidades citadas acima.

Assim, esta nota de pesquisa de campo tem como finalidade demonstrar como podemos aproveitar outras fontes de conhecimento que a realidade nos fornece, e compartilharmos com os demais pesquisadores dados obtidos em campo, nesta data, e que enriquecera nosso entendimento a respeito das interações tempo-espço.

A observação participante, utilizada quase que por acaso, já que decidimos utilizar de um olhar científico na volta de nossa tentativa frustrada de entrevista, foi o método escolhido para obtermos os dados que necessitamos para organizar esta descrição. Ainda fizemos relação dos fatos observados com textos que produzimos anteriormente, e com leituras anteriores.

Abaixo descreveremos os acontecimentos em campo e após discutiremos os resultados. Para maior conhecimento do procedimento, dos percalços de pesquisa e dos dados que elencamos posteriormente neste texto sugerimos a consulta da bibliografia, que se ateve ao mínimo necessário para a complementação deste entendimento.

OBSERVAÇÕES

A atividade foi frustrada pelo fato de nós termos chegado à Federación de Mototaxistas de Ciudad del Este muito cedo pela manhã, e somente ali ficamos sabendo que o sr. Ever Olmedo (Alemán), presidente da federação em estudo, apenas comparece ao local bem mais tarde.

No entanto, já imaginávamos que tal fato poderia vir a ocorrer, já que não houve contato antecipado entre as partes, e sequer sabíamos se seríamos bem recebidos pelo representante da categoria dos mototaxistas de Ciudad del Este ou não, e já havíamos passado por percalço semelhante em Foz do Iguaçu, quando procuramos contato com o presidente do sindicato de mototaxistas deste município.

Mas, nem tudo foi perdido naquela manhã, pois pudemos realizar outras observações, principalmente quanto ao procedimento diferenciado dos ônibus “de linha” que atendem tanto a Foz do Iguaçu, quanto a Ciudad del Este. Também, pudemos relembra fatos concernentes ao procedimento da Receita Federal do Brasil, no que tange à abordagem dos passageiros dos mesmos ônibus citados acima e à fiscalização do contrabando e do descaminho.

Para minha sorte consegui tomar o mesmo ônibus, da viação Riza, com o mesmo motorista, o que nos permitiu verificar as diferenças de procedimento por parte do motorista e dos passageiros quando se está indo do Brasil para o Paraguai, e na volta, quando se vem do Paraguai ao Brasil. Pudemos observar fatos que passavam despercebidos, apesar do tempo que já vínhamos empregando em tais observações.

A passagem do ônibus custa onze mil guaranis, ou sete reais, e o coletivo é de um tipo bem antigo, mal conservado, construído pela empresa brasileira Marcopolo, num modelo bem conhecido no Brasil, e que era novo na década de 1990 e início dos anos 2000. Neste veículo não havia catraca e o motorista fazia as cobranças e dava o troco aos passageiros que iam entrando.

Assim, quando fomos de Foz do Iguaçu para Ciudad del Este não havia nada de novo a ser observado em relação ao que já acontecia antes, e não havia diferença entre nenhum dos ônibus que temos em Foz do Iguaçu. Há uma rota a ser cumprida e o veículo segue seu rumo, apenas sendo parado pelo engarrafamento e pelos passageiros que sobem e descem do ônibus conforme seus interesses.

Na volta, no entanto, o rádio do coletivo já estava ligado a uma certa altura incômoda, mas os passageiros não prestavam a atenção, o que nos sugere que se trata de

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

uma situação normal naquele contexto. Esta linha de ônibus vai da rodoviária internacional de Foz do Iguaçu até a rodoviária de Ciudad del Este, que está localizada ao lado de um estádio de futebol e de uma espécie de mercado municipal. E daí volta até a rodoviária de Foz do Iguaçu novamente.

As músicas no rádio davam o fundo musical para minhas observações, que no início tiveram o ritmo de músicas “pop” dos anos 1980-1990. Com o ônibus seguindo lentamente pelo eixo principal de tráfego daquela parte da cidade, um eixo sul-norte, ladeado de lojas fechadas, para alugar (“se alquila”), com “moradores de rua” abaixo das marquises das mesmas, num cenário que nos recordava o Rio de Janeiro na mesma década de 1980-1990, pós governos Sarney e Collor.

Do outro lado da pista havia uma sequência enorme de praças e de campos de futebol, numerados, razoavelmente bem conservados, com cercas em volta, uma estrutura impressionante. Mas, nenhuma das praças e nenhum dos campos de futebol estavam sendo usados. A explicação pode variar desde o fato de ser um dia comum de semana e de as pessoas estarem estudando ou trabalhando, até o fato de ser uma obra que não despertou o interesse dos moradores da cidade.

Quando o coletivo vira em direção ao eixo principal que vai da Ponte da Amizade em direção ao oeste do país, o motorista simplesmente para o ônibus, desce do mesmo e vai conversar com uma vendedora de comida que trabalha abaixo de uma passarela de pedestres, compra um copo grande de café com leite (uns 300ml) e um salgado típico do local, uma espécie de empanada assada.

Neste momento começa a tocar no rádio uma canção dos anos 1960, *Unchainedmelody*, música de *The Righteous Brothers*, e era como se estivéssemos em outro tempo, pois não havia da parte do motorista e dos demais passageiros nenhuma preocupação com o tempo perdido naquela parada, que para nós era desnecessária, mas que como possibilidade de observação participante, já que éramos também passageiros, se demonstrava um ganho de conhecimento inesperado.

E o cantor fazendo o fundo musical (*Oh, my love, my Darling - I've hungered, for your touch - A long, lonely time - Time goes by soslowly - And time can do somuch - Are you still mine?*) nos deu a deixa para entender o que se passava - e que pudemos perceber melhor com o restante da viagem - que aquele ônibus, naquela parte do trajeto,

obedecia a uma lógica temporal diferenciada da lógica que se aplicava no Brasil, pelo menos o da minha experiência.

Aparentemente não havia compromisso com a pressa, e este tempo já estava incluso no cômputo total da viagem, e além disso, contava com a complacência dos passageiros, que já deveriam acrescentar esta parada a seu cronograma interno, sabendo que aconteceria e que era inevitável. Assim, após uns cinco minutos o motorista retornou ao veículo e partiu com o mesmo em direção ao microcentro de Ciudad del Este.

No primeiro ponto do microcentro o motorista parou novamente, mais uns três minutos, dando tempo de ouvirmos mais uma música alta em seu rádio. Não anotamos qual foi a canção, mas se não lembramos não deve ter sido significativa para o momento. Um ponto a ser observado é o fato de em cada parada longa que o motorista faz o motor do veículo continuar ligado, lançando dentro do coletivo um cheiro bem forte e desagradável de óleo diesel queimado, que com a proximidade de bocas de lobo ao longo da pista asfaltada se misturava com o cheiro de esgoto, um problema nesta parte da cidade, e com o cheiro de fritura que vinha dos ambulantes locais.

Após passarmos à segunda “rotunda” – estrutura circular que distribui o trânsito e que dispensa semáforos – conforme é nomeado no Paraguai, o motorista parou novamente, no rádio tocava agora uma música de Marina Lima, “fullgás”, e gastamos mais uns cinco minutos naquele local. Como era um ponto movimentado, com muitos mototaxistas e vans da associação A.T.A.C.A, pudemos perceber que a estratégia da empresa de ônibus era a de tentar pegar a maior quantidade possível de passageiros, o que justificaria a demora naquele ponto e no seguinte. Ao mesmo tempo, o gasto de combustível, a espera dos demais passageiros e a oferta considerável de ônibus – muitas vezes há dois deles parados esperando passageiros – sugere que não haveria necessidade deste expediente.

Novo ponto, em frente a loja mais procurada por turistas e sacoleiros em Ciudad del Este, a Mega Eletrônicos, que tem cinco andares somente de estoque, com eletrônicos dos mais diversos. Não estranhamos também ser o ponto onde maior número de passageiros entra no coletivo, que também parou por uns outros cinco minutos. Pouco antes de sua saída o rádio começou a tocar “Não quero dinheiro (só quero

amar)”, de Tim Maia, com o seu: Quando a gente ama não pensa em dinheiro - Só se quer amar, se quer amar, se quer amar.

Daí o veículo foi se encaminhando para a Ponte da Amizade, seguindo lentamente o ritmo do tráfego, se dirigindo para a aduana da Receita Federal do Brasil, onde o ritmo passou a ser outro, era agora o ritmo da fiscalização, da revista, da suspeita. A nossa posição era muito cômoda, pois não havíamos tentado passar com nada comprado nas lojas paraguaias e tivemos tempo para prestar atenção a cada fato ocorrido no local.

Quando paramos na pista própria para ônibus, no lado direito de quem entra na aduana, já havia três fiscais da Receita Federal nos aguardando. Eram três pessoas experientes, devem estar quase para se aposentar, e já devem ter visto muita coisa naquela parada, pois se separaram em atividades diversas. Uma fiscal entrou pela frente do veículo e já foi nos dando bom dia, o que é inusual nestes procedimentos, outra ficou nos olhando pelo lado de fora, como quem procura por uma movimentação suspeita. O terceiro entrou pelos fundos do ônibus e foi se dirigindo para a frente.

A fiscal da frente foi muito minuciosa, pois verificou bolsa por bolsa dos passageiros, e ainda afastou cada um de nós dos bancos, para ver se havia algo em nossas costas, sendo que foi a primeira vez que víamos este procedimento. Levantou alguns cobertores, apertou, balançou, na tentativa de sentir algo escondido no meio da embalagem. O curioso é que um destes cobertores tinha uma estampa verde na forma de folhas de maconha.

A cordialidade da fiscal não combinava com a atividade de revista, mas aliviava a tensão inerente ao processo. É como se algo infantil em nós se apresentasse e receasse em ser descoberto em algo de errado que havíamos feito. Na nossa vez, após o bom dia da fiscal e o pedido para que nos afastássemos do banco, para ver nossas costas, acreditávamos que teríamos a mochila revistada, o que não ocorreu - para nosso desapontamento.

Os demais passageiros, da parte de trás do coletivo, já haviam sido revistados pelo fiscal que veio dos fundos do ônibus e pouco após nossa vez na revista o veículo foi liberado. O motorista saiu lentamente da aduana e nos encaminhamos para a pista de tráfego novamente, dissipando o cheiro de óleo diesel que o motor velho queimou

inutilmente naqueles intermináveis minutos de combate ao contrabando e ao descaminho.

A música não era mais ouvida por nós, não pela redução do volume, mas pela competição de sons externos, já que ao sair da aduana o motorista “magicamente” mudou de modo de agir. Acelerou, parou agilmente de ponto em ponto onde deixava os passageiros, parando o tempo necessário para abrir, descarregar, fechar portas e partir. Era como se houvesse acontecido uma troca de condutor no veículo.

Daí até ao TTU (terminal de transporte urbano), onde descemos, o trajeto foi normal, como se sempre houvesse sido desta forma. Ágil, preciso, cronométrico, econômico, como se o rádio inaudível estivesse cantando construção de Chico Buarque: “tijolo por tijolo num desenho lógico... seus olhos embotados de cimento e tráfego”, mas nunca saberemos o fundo musical que regia aquele novo ritmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia principal destas notas de pesquisa de campo é a de demonstrar que não há ida ao campo que seja totalmente um desperdício de tempo e de recursos, como já exposto por Rosana Pinheiro-Machado (2009) em sua tese de doutorado, quando não conseguia fazer com que sua intérprete e guia a levasse onde ela queria, tendo que se deixar levar e tentar auferir algum ganho para a pesquisa durante o campo.

Aprendemos que os líderes sindicais no Paraguai fazem o próprio horário – a exemplo do Brasil, apesar de seus representados chegarem bem cedo a seus pontos de mototáxi, no caso desta categoria. No entanto a certeza apenas teremos quando houver uma entrevista efetiva com o representante da categoria em Ciudad del Este, por enquanto é apenas especulação, que uma única ida a este campo não permite confirmar.

E mais importante foi o fato de encontrarmos este estranho funcionamento, em dois tempos, do sistema de transporte internacional entre Brasil e Paraguai, passando na fronteira ligada pela Ponte da Amizade. Havendo um tempo, para o mesmo veículo e o mesmo motorista, em Foz do Iguaçu e outro tempo para Ciudad del Este. Como se o lugar abrigasse uma inércia própria, que vai se modificando na medida em que se passa a outro lugar.

Nós nunca teríamos observado tal fato se utilizássemos de um outro meio de transporte, e nunca teríamos presenciado a postura dos fiscais da Receita Federal do Brasil na aduana, agindo de uma forma bem particular, própria e exclusiva daqueles três agentes. Costa e Cardin (2019) já haviam analisado tanto o conceito de tática e de estratégia, a primeira empregada por sacoleiros na passagem pela Ponte da Amizade, e a segunda pelas forças de combate ao contrabando e ao descaminho, e esta nota de campo pode agregar mais dados práticos de uma e outra ação.

Este campo foi, também, um exemplo de observação participante, mesmo sem querer nos inserimos em uma realidade, a analisamos e fizemos parte dela, apesar do completo desconhecimento da parte dos demais passageiros do coletivo, do motorista e dos fiscais da aduana, tudo o que vivemos foi real, sem acréscimo de atenção – caso soubessem o que estávamos a fazer – e sem atuação de nenhum dos sujeitos analisados.

Esperamos ter contribuído para o trabalho de demais estudantes e de profissionais, que estejam utilizando entrevistas, trabalhos de campo, e observação participante, para que atentem para os detalhes que podem passar despercebidos por nós, em nosso cotidiano, e que podem não receber o tratamento analítico que merecem.

Apontamos, também, que tanto a diferença de temporalidade, quanto sua articulação com o espaço, podem ser matéria de futuras pesquisas, e que pode haver um grande ganho em conhecimentos a respeito do ser humano em diferentes cenários, mesmo sem trocar de persona, num ponto de vista Jungiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO G., Juan Carlos. **La Psicología Analítica de Jung y sus aportes a la psicoterapia**. Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá, Colombia: Universitas Psychologica, vol. 3, núm. 1, enero-junio, p. 55-70, 2004.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e Observação Participante**. Porto Alegre: Ed. Artmed. 2009.

COSTA, Roberto Rigaud Navega.; CARDIN, Eric G. **Táticas Aplicadas por Sacoleiros na Realização do Descaminho na Ponte da Amizade**. *Revista Alamedas* (Unioeste. Toledo), v. 7, nº 1, jan-maio. p. 77-94, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, R. **Made in China: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil**. 2009. f 332. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Porto Alegre: UFRS, 2009.

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

O FASCISMO NO CONDOR? O DEBATE SOBRE A IDEOLOGIA FASCISTA NAS DITADURAS MILITARES DO CONE SUL

Guilherme da Conceição de Lima⁷⁹

RESUMO: O artigo aborda como certos aspectos do fascismo podem ser encontradas como características do plano Condor (autoritarismo, censura, criação de um inimigo, perseguição política), através de observações sobre a discussão historiográfica sobre a temática, além de retrataras práticas coercitivas destes governos totalitários contidas nos testemunhos e documentos acerca da Operação Condor. O presente trabalho parte, portanto, para uma discussão teórica e apontamentos levantados por pesquisadores do tema em que certa medida podemos perceber elementos contidos nos regimes fascistas tradicionais presentes dentro das ditaduras militares do Cone-Sul na segunda metade do século XX. Desta maneira, o artigo discute como os regimes militares pertencentes ao plano Condor continham caracteres fascistas dentro de sua estrutura institucional, influenciando as ações destes Estados.

Palavras-chave: Fascismo; Plano Condor; Ditaduras; Repressão.

FASCISM IN THE CONDOR? THE DEBATE ON ELEMENTS OF FASCIST IDEOLOGY IN MILITARY DICTATORSHIP IN THE SOUTH CONE.

ABSTRACT: The article discusses how certain aspects of fascism can be found as characteristics of the Condor plan (authoritarianism, censorship, creation of an enemy, political persecution), through observations on the historiographical discussion on the theme, as well as portraying the coercive practices of these totalitarian governments. contained in the testimonies and documents about the Operation Condor. The present work, therefore, starts with a theoretical discussion and notes raised by researchers on the subject to which extent we can perceive elements contained in the traditional fascist regimes present within the military dictatorships of the Southern Cone in the second half of the 20th century. In this way, the article discusses how the military regimes belonging to the Condor plan contained fascist characters within their institutional structure, influencing the actions of these states.

Keywords: Fascism; Condor Plan; Dictatorships; Repression.

SOBRE O FASCISMO

Para abordarmos a relação entre a ideologia fascista e as ditaduras do cone sul envolvidas na Operação Condor, é preciso antes de tudo situar os principais aspectos

⁷⁹ Bacharel e licenciado no curso de História pela Universidade Federal De Santa Catarina(UFSC). Atualmente mestrando da pós-graduação em história da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: guilherme.2lima@gmail.com
Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

referentes a o que é o fascismo em si. É importante ressaltar os predicados inseridos dentro da concepção do ideário fascista afim de evitarmos os anacronismos. É de vital relevância deixar isto claro, pois os modelos nazifascistas dos estados europeus do entreguerras do século XX (Espanha, Itália e Alemanha), contém estruturas e conjecturas em vários aspectos diversos daquelas contidas pelos regimes ditatoriais abarcadas pela operação Condor.

O plano Condor foi um pacto entre as ditaduras militares da América do Sul (Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai). Firmado em 1975 entre os militares destes países secretamente, a operação Condor tinha o intuito de estreitar as relações de cooperação internacional das ditaduras em seus métodos de repressão e perseguição a opositores políticos destes regimes. Este acordo foi feito em 26 de novembro de 1975 no Chile, e o nome Condor fazia alusão a ave símbolo nacional do Chile, o condor andino. Estes governos foram organizados e criados através de golpes militares pondo o controle dos países na mão das forças armadas. A instauração destes regimes contou com apoio dos setores mais conservadores da sociedade, se utilizando do clima de instabilidade política destas nações para pôr em pratica projetos de poder e modelos econômicos encampados pelos apoiadores dos golpes, sejam a classe hegemônica nacional ou de potências estrangeiras, neste caso os Estados Unidos, em que a guerra fria fazia os estadunidenses apertarem ainda mais o laço de dominação em sua esfera de influência na América Latina (SOUZA, 2011).

Mas porque falar de fascismo especificamente nestes regimes, sendo que pela teoria política de estado eles não se encaixariam nos moldes tradicionais do fascismo? A resposta é que o fascismo não é somente uma nomenclatura ou um modelo de governo originado durante o período entre guerras mundiais no século XX. O Fascismo não é somente uma nomenclatura ou um modelo de governo originado durante o período entre as guerras mundiais no século XX. Boa parte das características do fascismo enquanto pensamento político de tomada de ações por instituições e indivíduos pode ser observado em outras formas de governo, até mesmo em democracias, lembrando que o partido nazista participou de eleições democráticas na república de Weimar, antes de chegar ao poder. Robert Owen Paxton (2007) explana que a gênese do fascismo está presente na sociedade, e não é algo exclusivo de uma região ou país, já que acaba se manifestando geralmente em momentos de instabilidade da sociedade agindo pelo

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

medo, receio e ódio instigado pelo senso comum, buscando culpados e bodes expiatórios para atitudes violentas e antidemocráticas. Perseguição a minorias e adversários políticos fazem parte deste esquema, como as ações da Alemanha nazista contra a população de origem judaica e os membros dos partidos de oposição, sobretudo o partido comunista. Como Paxton expõe, o fascismo é uma força de “[...] um amálgama poderoso dos ingredientes distintos, mas combináveis, do conservadorismo, do nacional socialismo e da direita radical, unidos por inimigos em comum e pela mesma paixão pela regeneração, energização e purificação da nação [...]” (PAXTON, 2007, p. 336). O fascismo enquanto ideia política assume as mais variadas facetas dentro de uma sociedade. Sua condição e nascedouro estão implicados em uma determinada conjuntura política, social e econômica que possibilita sua ascensão, principalmente ligada a crises, sejam elas institucionais, econômicas e sociais.

Como observado por Nicos Poulantzas (1978), a análise do fascismo revela que seus traços possibilitam uma melhor compreensão da própria natureza do estado capitalista e das problemáticas que um estudo aprofundado acaba por derivar, sobretudo em como atuam a pequena burguesia e a classe média no seio do fascismo. Indo por esta perspectiva, a relação entre ideologia e as relações políticas é essencial para compreender o fascismo, se valendo da concepção de que a ideologia é uma soma de ideias, pensamentos e ações que agregam para a reprodução e manutenção da sociedade como um todo (CHAUI, 1984). A pequena burguesia e a classe média foram a principal força social que o fascismo angariou em prol de sua causa. O fascismo acaba se aproveitando da ideologia pequeno burguesa. Historicamente a pequena burguesia tende a se inclinar aos setores mais conservadores e das classes hegemônicas, tendo uma relação de afastamento e até mesmo de oposição as camadas mais baixas da sociedade. Portanto a pequena burguesia acabou tomando para si o projeto fascista, que faria com que ela retomasse a ordem e estabilidade social atacada pelas diversas crises econômicas e sociais que estavam gerando greves e instabilidade financeira. Mesmo com certa crítica ao grande capital e discurso um tanto quanto anticapitalista presente (angariando apoio até em setores da classe trabalhadora), a principal adesão das massas ao fascismo tanto na Alemanha de Hitler quanto na Itália de Mussolini veio da classe média e pequena burguesia. A defesa incondicional e o fanatismo do movimento foram abraçados entusiasticamente por ambas, sendo o alicerce e base social de suas tomadas

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

de ação.

É Nesta Perspectiva que a obra de Wilhelm Reich, *“Psicologia de Massas do fascismo*, pode contribuir para o debate acerca de elementos fascistas presentes não só nas ditaduras militares pertencentes a operação Condor, mas sim até mesmo se manifestar em ambientes concebidos politicamente como democráticos, inclusive na atualidade. Fascismo nada mais é que a expressão estrutural do caráter do homem médio, na medida em que suas vontades e desejos acabam sendo reprimidos pelos costumes e cultura da sociedade a qual pertence. O fascismo é posto por Reich como ação emocional e irracional do ser humano oprimido.

Oliveira e Cruz (2009) dissertam de que o fascismo possui um caráter e influência mecanicista quando se manifesta, denotando o fascismo como um movimento de psicologia de massas enquanto fenômeno que se aproveita da irracionalidade humana, definido desta forma por Reich:

O fascismo é um fenômeno internacional que permeia todos os corpos da sociedade humana de todas as nações. [...]. As minhas experiências em análise do caráter convenceram-me de que não existe um único indivíduo que não seja portador, na sua estrutura, de elementos do pensamento e de sentimentos fascistas. [...] como o fascismo é sempre e em toda a parte um movimento; apoiado nas massas, revela todas as características e contradições da estrutura do caráter das massas humanas: não é, como geralmente se crê, um movimento exclusivamente reacionário, mas sim um amálgama de sentimento de revolta e ideias sociais reacionárias. [...] O fascismo, na sua forma mais pura, é o somatório de todas as reações irracionais do caráter do homem médio. (REICH, 2001, p. 12)

O DEBATE SOBRE O FASCISMO NA OPERAÇÃO CONDOR

Contudo, a discussão de estabelecer as ditaduras do Plano Condor como fascistas adentra em um campo de intenso debate, pois vai na direção das narrativas bem como na construção memorial destes governos ditatoriais, de como eles estão enquadrados historicamente. João Fábio Bertonha (2015, p. 205) ressalta que devemos ter um cuidado com o termo “fascista” ao adota-lo para as ditaduras sul-americanas, para evitar anacronismos e confusões entre os regimes fascistas clássicos, e aqueles comandados pelos militares na América do Sul.

Hélgio Trindade (2000) denota que neste debate para se compreender as origens

e métodos aplicados pelos regimes militares, pesquisadores como Jorge Tápia Valdés, Joseph Comblin, Agustin Cueva, Zavaleta Mercado e Theotonio dos Santos, amparados pelas ideias marxistas, acabaram por utilizar o termo “fascismo” para classificá-los sociologicamente. Eles seriam a versão mais atual do modelo fascista, em que os militares e as forças armadas atuariam como partidos de massa. Ricardo Souza Mendes (2013) discorre por exemplo, em como Joseph Comblin e Jorge Tapia Valdés abordam o fascismo dentro da constituição ideológica dos regimes militares latino-americanos.

Comblin (1979) ressalta que a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) elaborou um Estado forte, centralizador e peça-chave na determinação de uma ordem social, numa conjunção de proposições precisas e bem articuladas. Comblin assim põem isto como uma configuração de uma ideologia pertencente a estes regimes totalitários, e usa de duas premissas régias para esta finalidade: a geopolítica e a guerra total. De acordo com a geopolítica no plano externo, a América Latina por estar situada no Ocidente, deveria obrigatoriamente se aliar as ideias e perspectivas do mundo ocidental, no caso os EUA e seus aliados europeus. Internamente, estes países deveriam estabelecer uma identificação única entre estado e nação. Já a guerra total entraria num contexto da bipolaridade entre Ocidente e Oriente, comunismo contra capitalismo. Os pregadores da DSN seguiam a premissa de que a luta contra o comunismo na verdade, era uma questão de sobrevivência. A DSN seguiria então com a prerrogativa de estabelecer “objetivos nacionais”, que seriam constituídos de métodos combativos de contrarrevolução, que tinham como meta identificar, eliminar e exterminar por completo membros ou simpatizantes de quaisquer doutrinas socialistas e comunistas, pondo fim a qualquer oposição a estes regimes. Isto aliado a uma elaboração de um ambiente dentro da sociedade civil que buscava extrair qualquer elemento de espectro comunista. (MENDES, 2013 p. 14-15).

Sendo mais visceral que Comblin, Jorge Tápia Valdés parte da ideia de um fascismo dependente. Valdés frisa as ações e conduta das elites civis de direita com inclinações fascistas para a propagação do ideário da DSN. Ele ressalta que a Doutrina de Segurança Nacional era um modelo específico que estabelecia uma certa forma de se pensar a política, a economia e a sociedade. O regime seria legítimo amparado por características vitais para alcançar seus fins: autoridade pela política, censura e violência. Outro ponto levado em conta por Valdés é o conhecimento da relação nos

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

regimes fascistas de estado e direito. O nazi-fascismo parte da dicotomia binária entre amigo-inimigo, elaborando um sujeito outro completamente oposto, que deve ser extirpado. Desta forma, seria o Estado encarregado de eliminar esta suposta ameaça. Isto também foi incorporado pelas ditaduras seguidoras da DSN, em que a perseguição e aniquilação do inimigo era prática rotineira. Com isso, todo o sistema jurídico seria fragmentado, sendo imposta uma hierarquização de normas e valores, abarcando em seu bojo também a esfera jurídica. Por esta mirada, o fascismo latino-americano fora configurado não com o endosso das “massas” amparadas em um partido político, mas feito de cima para baixo, através do aparelhamento do estado sob o domínio da burguesia assegurado pela força militar. Como Mendes (2013) detalha sobre as ideias de Valdés, o fascismo latino-americano também incluiria o terror, onde ele [...]”tornava-se o principal instrumento de obtenção dos objetivos políticos, ferramenta básica para a subordinação da sociedade adotando a detenção arbitrária, o desaparecimento, o assassinato e os campos de concentração.”[...] (MENDES, 2013, p. 22).

Fazendo o contraponto as ideias de Valdés e Comblin, temos Alain Rouquié e sua obra *O Estado Militar na América Latina*. Publicado originalmente em 1982, o livro retrata a militarização dos processos políticos na América Latina. Rouquié, como ressalta Mendes (2013 p. 33), vai relativizar os impactos da DSN na América-Latina. Ao contrário das perspectivas de Comblin e Valdés, para ele os regimes militares não possuíam uma ideologia específica. Na verdade, a DSN seria uma ferramenta que visava velar o quanto estes governos seriam ilegítimos, do que assegurar a legitimidade dos mesmos. As ideias contidas na Doutrina de Segurança Nacional não formariam um cerne ideológico nem seriam um substituto para o mesmo, sequer teria essa funcionalidade. De acordo com Rouquié, para se compreender as ditaduras latino-americanas da segunda metade do século XX, não se pode fiar-se somente no modelo adotado pela DSN, mas sim em como foram montadas estruturalmente e a base de formação das forças armadas Latino-Americanas. As características do militarismo latino-americano derivam em: controle interno do estado cada vez mais nas mãos dos militares; um isolamento acarretado pela tecnização ligado ao processo de modernização; e por fim, a inexistência na prática dentro das forças armadas, de conflitos internos e de cunho político, que facilitou a compreensão do papel de estabilizador dos militares. (MENDES, 2013, p. 33).

Outro autor que também contesta esta conceituação de que as ditaduras do Cone Sul seriam do ponto de vista político fascistas, é o brasileiro Francisco C.T. Silva (2000). Silva vai denotar que a DSN, sendo entendida como ferramenta ideológica utilizada pelos Estados Unidos Da América para assegurar a região da América do Sul como sua zona de influência, faria com que as ditaduras do Cone Sul estivessem submetidas aos interesses financeiros internacionais. Logo é incongruente, dentro das características da ideologia fascista, atrelar estes interesses estrangeiros com os da pátria-nação. Indo além, um dos cerne do fascismo é uma ojeriza concreta ao liberalismo econômico, pois para os fascistas um dos grandes causadores dos males que pode assolar sua nação seria este liberalismo. No caso das ditaduras pertencentes ao plano Condor, é exatamente o oposto: todas elas tiveram intensos processos de privatizações e abertura do capital nacional para o mercado internacional (FERNANDES, MORETT, 2018, p.43-44). O caso mais evidente é o do Chile, que foi laboratório para as teses neoliberais da escola de Chicago capitaneadas pelas teses econômicas de Milton Friedman, o que aprofundou ainda mais a dependência econômica chilena aos interesses financeiros exteriores. (CALDÉS, 1995).

Também se tem a perspectiva da Teoria política. Como bem apontado por João Fábio Bertonha (2015, p. 206-207), partindo de uma análise dentro do campo da ciência política, os governos pertencentes à operação Condor não se encaixam nos moldes tradicionais do fascismo, pois alguns elementos dos regimes fascistas tradicionais não se encontram nestas ditaduras, sobretudo na ideia de um Estado organicamente hierarquizado, amparado em uma figura de liderança incontestável partindo de um partido político único, que difundiria uma ideologia una, incorporando toda a sociedade em torno de si. Este partido único serviria como o grande promotor do regime. Ele estabeleceria uma relação total, pois “[...] iria além de uma simples negação de outros ou de uma estrutura amorfa para acomodar interesses, mas uma real máquina de mobilização popular e transmissão ideológica [...]” (BERTONHA, 2015, p. 207).

Porém isto não invalida a presença de aspectos fascizantes, tampouco a influência destas ideias dentro das instituições e de certos setores da sociedade dos países pertencentes ao Plano Condor. Tomemos como indicativo a ditadura chilena de Augusto Pinochet. A classe média chilena foi uma das principais apoiadoras do golpe de 1973, devido ao temor deste setor da sociedade com as greves e a os movimentos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

operários chilenos, endossando a nova ordem política que surgiu com a ditadura militar, esta evidentemente repressiva. Para estes, a ditadura chilena acabou por “derrotar o mal”, encarnada na figura do presidente deposto Salvador Allende e a classe operária chilena, que visava transformar o Chile em uma “segunda Cuba” latino-americana. Seguindo os ditames da ideologia de segurança nacional, foi preciso eliminar os “inimigos internos” da ordem dentro do Chile, a qualquer custo. Rafaella de Aguiar Coradini (2017) destaca que os militares chilenos e seus colaboradores optaram pela via do golpe, levando este a cabo da instauração do terrorismo e perseguição política estatal, se valendo de métodos de tortura e eliminação física de seus opositores. Este apoio político que boa parte dos setores de classe média chileno deram, explica muito de um silenciamento paulatino da sociedade frente as arbitrariedades cometidas pelo governo de Augusto Pinochet.

Também é preciso ressaltar a influência e auxílio que a extrema-direita fascista prestou ao ideário dos militares mais antigos destes Estados, que vivenciaram os regimes fascistas europeus das décadas de 20 e 30 do século XX, tendo um importante papel para o surgimento das ditaduras sul americanas, constituindo uma bela ferramenta para entender o surgimento destes regimes e suas especificidades. (BERTONHA, 2013, p. 209). Isto se deve sobretudo que muitos destes militares antigos participaram durante as décadas de 30 e 40 de movimentos similares ao fascismo em seus países, como a Legião Cívica Argentina, criada em 1931 pelo general José Félix Uriburu. (BEIRED, 2000, p. 307). No Brasil tivemos a presença de ex-membros da Ação Integralista Brasileira (AIB) como agentes do Golpe civil-militar em 1964. A Ação Integralista Brasileira foi o maior partido fascista surgido fora da Europa, durante os anos 1930. (BERTONHA, 2013).

Agustin Cueva (2013) detalha que a caracterização dos regimes de exceção do Cone Sul em fascistas ou não está muito distante em constituir uma fórmula mágica que seja eficaz em desvendar com precisão total a linha política exata dos governos militares da região no período da aplicação da Doutrina de Segurança Nacional e do Plano Condor. Mesmo a caracterização concreta dos governos militares da América do Sul como fascistas ou sua negativa, não encerram as pesquisas e investigações sobre a influência do pensamento fascista neste período. Estudos mais aprofundados acerca deste tema podem representar uma conceituação e melhor elaboração em como a

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

historiografia, bem como a ciência política, podem perceber as nuances de caracteres fascistas para além do recorte histórico do entreguerras do século XX, e como este tipo de ideologia pode se espriar na história do nosso tempo presente e em seu contexto de pluralismo político.

PARA ALÉM DO FASCISMO: REPRESSÃO, TORTURA E TERRORISMO DE ESTADO NA OPERAÇÃO CONDOR

A discussão de afirmar ou não de que as ditaduras pertencentes a Operação Condor em fascistas ou não, acaba por derivar na complexidade de determinismo conceituais e de certa forma, no uso pejorativo destes. Pode-se passar a impressão de que estas ditaduras seriam muito mais nefastas e escabrosas se fossem consideradas fascistas, o que é um erro. Um regime ditatorial totalitário e repressivo por si só não necessita de adjetivos negativos para tornar-se o que já é: um governo que oprime e sujeita sua população as mais terríveis privações.

O que se realmente deve se destacar neste contexto, foram os métodos de repressão e do terrorismo de estado aplicado pelos agentes responsáveis pela operação Condor. O Plano Condor se tornou uma organização transnacional de trocas de informação, experiências, treinamentos e auxílio mútuo dos órgãos de repressão, tortura e perseguição aos seus opositores. Amparado pela Doutrina de Segurança Nacional e o Terrorismo de Estado, as ditaduras do Cone Sul vão basear todos os seus projetos e ações repressivas contra os elementos considerados “indesejáveis” à ordem estabelecida, o combate ao subversivo. Segundo Mariana Joffily:

É na base da prioridade dada à questão da segurança nacional que se estabelece como fator mobilizador o confronto do “inimigo interno”, ou seja, um ser indeterminado, de perfil político elástico, que pode ser qualquer um. Argumento central utilizado por regimes que impediam o funcionamento de leis e normas de proteção aos cidadãos, para sequestrar, prender, torturar e até executar aquelas pessoas “qualificadas” como “inimigas internas”, ou seja, subversivas e/ou potenciais subversivos contra a ordem vigente(JOFFILY, 2018, p. 5).

Com isso a operação Condor se organizava através da instituição de uma política de medo e terror que se espriava pelos países pertencentes ao pacto entre as ditaduras.

Aqueles enquadrados nesta perspectiva de agentes da “subversão” eram perseguidos e torturados, como demonstrado pelo relato de Claudio Niro, mantido clandestinamente como prisioneiro da ditadura militar argentina (1976-1983):

Outro grupo da guarda eram os nazis. Quando vinham, o faziam ovacionando a Hitler, cantando uma canção que diz: “Aí vem Adolfo pela rua, matando judeus para fazer sabão”. Estes verdugos punham gravações onde se escutava a voz de Hitler e quando vinham buscar-nos nos golpeavam com toda a fúria, produzindo a ruptura dos ossos de alguns dos detidos. O problema de estar encapuzado é de não saber de onde procedem golpes e, portanto, permanecer em um estado de total indefesa. Estes tipos se entusiasmavam obrigando-nos a fazer ginástica militar (corpo ao solo, saltos de rã, etc.), mantendo-nos algemados na parede, durante horas. Gritavam contra nós, no meio dos ruídos das cadeias e ameaçavam-nos com a picana se não cumpríssemos com a consigna. Efetivamente, se alguém não resistisse, com este tratamento, era levado a casa 2 onde se encontrava o quirófano. Ali se torturava pelo simples prazer de torturar. Com um total sadismo. Enquanto tudo isto se passava, escutávamos na televisão o Mundial de 78. Cada vez que um rival fazia um gol na Argentina era muito triste para nós, porque os verdugos descontavam moendo-nos a pau. (NIRO, ZARANKIN, 2008, p 187-188).

A descrição relata o divertimento que o grupo de guardas e torturadores sentia em obrigar os seus prisioneiros a situações e condições vexaminosas, imergindo-os em atos repletos de violência tanto física quanto psicológica pelo simples prazer de torturar, como mesmo afirma Niro em seu testemunho. Como abordado por Bauer (2008, p. 19), também se tem o comportamento do torturador e dos indivíduos responsáveis pelas práticas de tortura e caça aos inimigos dos regimes. O sadismo nas torturas e os métodos utilizados para fazer as vítimas falarem e denunciarem companheiros eram tremendamente desumanos. Muitos se eximiam da culpa por acreditarem piamente que estavam recebendo ordens hierarquicamente superiores baseada no código militar. Contudo, diversos registros e testemunhos presentes em comissões da verdade e investigações pós ditaduras, revelam os cruéis métodos utilizados pelos torturadores a mando dos órgãos de repressão, como o conhecido *Nunca Más* da Argentina. Caroline Silveira Bauer (2008) escreve que o *Nunca Más* foi organizado pela *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), criada em 1983 pelo governo de Raúl Alfonsín após o fim da ditadura militar argentina. O CONADEP foi importante, pois se tornou o precursor de diversas outras comissões com semelhante temática pelos países do Cone Sul, como a Comissão da Verdade brasileira e a *Comisión Verdad y Reconciliación* chilena. Publicado em 1984, o *Nunca Más* trazia depoimentos e detalhes

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

de como funcionavam os meandros dos crimes cometidos contra os direitos humanos pela ditadura argentina. O informe do *Nunca Más* desnuda de forma clara, com provas cabais e documentos oficiais, como órgãos do Estado elaboraram um complexo aparato de repressão, se utilizando de sequestros, tortura, morte, desaparecimentos e outras ilegalidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com certeza estabelecer as ditaduras do plano Condor como fascistas, sob a ótica da ciência política e em comparação aos regimes nazifascistas das décadas de 30 e 40, podem nos levar a labirintos de questionamentos e respostas dúbias e imprecisas. Contudo, é possível delinear que muitos aspectos fascistas estavam presentes na macroestrutura estatal representada pelos órgãos governamentais e os agentes responsáveis pela repressão e Terrorismo de Estado. Percebendo como os indivíduos atuavam na conjuntura, influenciado por um ambiental que o encorajava a portar uma determinada postura, é que se possibilita uma compreensão geral de como certas estruturas do fascismo estavam presentes dentro da Operação Condor. Dito isto, é preciso ressaltar que o fascismo é uma ideologia que não necessariamente está presa somente a uma época. Ele consegue fazer-se presente na atualidade, basta ver a o apoio e aumento de atitudes e discursos de ódio de governantes com pensamentos de extrema-direita e fascistas, como no caso dos chefes de Estado de países como Hungria e Polônia, tendo posturas de negar os crimes cometidos pelo nazismo na segunda guerra. Ainda na Europa temos o crescimento dentro da Alemanha do AFD (Alternativa para a Alemanha, em alemão: *Alternative für Deutschland*), partido claramente influenciado pela doutrina nazista, e na França Marine Le Pen, representante da nova extrema-direita francesa, é uma força política a se considerar atualmente. Manifestações de neonazistas crescem ao redor do globo, o caso mais evidente ocorreu em Charlottesville nos Estados Unidos da América em 2017, onde ocorreu um protesto realizado por grupos neonazistas e de extrema-direita contra a remoção de um monumento do general Confederado Robert E. Lee, em que estes entraram num confronto com grupos antifascistas. Se junta a isso a escalada do terrorismo doméstico (ataques terroristas cometidos por cidadãos do próprio país, geralmente pertencendo ao grupo étnico

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

dominante da população) estadunidense desde a eleição de Donald Trump em 2016, vitimando sobretudo imigrantes e minorias étnicas, alvos preferidos dos discursos de ódio nos EUA. No Brasil, após a deposição da presidenta Dilma Rousseff, ressurgiu com força os discursos voltados para a criminalização da esquerda, amparadas em uma paranóia de um suposto anticomunismo presente no imaginário político conservador brasileiro, o que influenciou na eleição presidencial de 2018 que teve como resultado a eleição de Jair Messias Bolsonaro, político famoso por sustentar um discurso racista e preconceituoso contra negros e LGBT's, além de contar com apoio de grupos de extrema-direita, cristãos conservadores e militares. Este panorama montado gerou um aumento de crimes de ódio no Brasil e ataques sistemáticos ao trabalho de imprensa (FENAJ, 2020). Como se pode perceber, o fascismo é um pensamento que transcende períodos ou recortes históricos específicos.

Para se compreender esse nosso presente, é necessário então voltarmos aos desenrolares de nosso passado, a fim de entender como chegamos ao estágio atual de sociedade, daí a importância de pesquisas e investigações sobre o Plano Condor. Leonardo Marmontel (2014, p. 133) evidencia a importância de estudos referentes à Operação Condor e seus efeitos e desenrolares. A disputa pela revelação dos acontecimentos e a condenação daqueles que praticaram atos criminosos durante este período permanece difícil e insuficiente. Já vão mais de 45 anos em que foi firmado o pacto da Operação Condor, e as informações referentes à totalidade e o tamanho de seu alcance não estão bem desveladas, permanecem indefinidas no seu montante. Muitas evidências e documentos acabaram se perdendo ou foram eliminados intencionalmente, de modo que muitos crimes acabem permanecendo impunes por não terem mais nenhuma evidência documental física, perdidas pelo esquecimento e das práticas de destruição da memória, como a queima e ocultação de fontes e documentos de interesse público. Novos fatos, pesquisas, estudos vão revelando as peças do enorme quebra cabeça deste momento histórico, com o objetivo de desnudar os crimes cometidos neste período e as facetas dos criminosos que os cometeram.

Ao analisar os documentos e transcrições dos relatos indelévels das torturas e operações realizadas pelos responsáveis da Operação Condor, o trato com a memória e o respeito devem ser totais. As particularidades das situações envolvidas, bem como a relação intrínseca entre os mais variados aspectos políticos, sociais, culturais, Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

econômicos e psicológicos devem ser levados em conta. Documentos serão apenas dados reunidos se não tivermos as chaves de interpretação para deles extrair informações e transformá-los em fontes históricas concretas. A história não é o retorno total ao passado, “[...] mas a memória pode lhe fornecer o fio de Ariadne, o vínculo carnal do qual ela, ainda assim, tem necessidade para tornar o passado inteligível. Ela o faz escutar outras vozes que iluminam os fragmentos de realidades passadas.” [...] (JOUTARD, 2007, p. 234).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Caroline Silveira. **A produção dos relatórios Nunca Mais na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão.** *Revista de História Comparada (UFRJ)*, v. 3, 2008. 19 p.

_____. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países.** 445 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande. 2007.

BEIRED, José Luis Bendicho. **A grande Argentina: os nacionalistas e o sonho de potência latino-americana.** *Revista Brasileira de História*, vol. 21, nº 42, p. 303-322, 2001.

BERTONHA, João Fábio. **Sobre fascismos e ditaduras: a herança fascista na formação dos regimes militares do Brasil, Argentina e Chile.** *Revista de História Comparada (UFRJ)*, v. 9, p. 203-231, 2015.

BRAGA, Leonardo Marmontel. **A internacionalização do terror: o caso argentino.** 225 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013.

CALDÉS, Juan Gabriel. **Pinochet's Economists — The Chicago School in Chile.** Cambridge, Cambridge University Press, 1995, 334 páginas.

CHAUI, Marilena. **O que é Ideologia.** São Paulo, Brasiliense, 1984.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos militares na América Latina.** São Paulo: Contexto, 2001.

COMBLIN, Joseph. **Ideología de segurança nacional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CORADINI, Rafaella Aguiar. **Y Los Clandestinos, Dónde Están? Rastros da Ditadura Chilena, de 1973 a 1990.** 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria.

CUEVA, Agustín. **Autoritarismo y fascismo en América Latina. Centro de Pensamiento Crítico.** Biblioteca Agustín Cueva. Serie: Cuadernos Políticos No. 2. Equador, Quito 2013.

DINGES, John. **Os anos do Condor: Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul.** São Paulo, Cia das Letras, 2005.

ECO, Umberto. **O Fascismo Eterno.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil. Relatório 2019.** Federação nacional dos jornalistas – FENAJ. Brasília, 2020.

FERNANDES, Hiago Rangel; MORETTI, Matheus Teixeira. **As Ditaduras Militares da América Latina e o fenômeno do fascismo: uma análise comparativa.** *Revista Multidisciplinar Discente Mundo Livre*, p. 29-47. 2018.

FINCHELSTEIN, Federico. **La Argentina fascista, Los orígenes ideológicos de la dictadura.** Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008.

FUCKS, Mario Pablo. **Reich e a relação entre psicanálise e política.** *Instituto Sedes Sapientia*, São Paulo, 2018. p. 17

FUNARI, Pedro. Paulo. ZARANKIN, Andrés; REIS, José A. **Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na era das ditaduras (1960-1980).** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

HERRERA, Genaro A. **El pensamiento político de los militares.** Santiago: Centro de Investigaciones Socioeconómicas, 1986. 6ª. Edição

JOFFILY, Mariana. **Terrorismo de Estado na Argentina e a violência sexual: algumas reflexões sobre esta prática e seus desdobramentos durante o período democrático.** *XIV Encontro Estadual de História - ANPUH RS – Democracia, Liberdades, Utopias.* 2018. 17 P. p 5.

JOUTARD, Philippe. **Reconciliar história e memória.** *Escritos: revista da Casa de Rui Barbosa*, Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, ano 1, n. 1, p. 223-235, 2007. p. 234

MARIANO, Nilson. **As garras do condor: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

MARMONTEL, Leonardo. **“Operação Condor: A internacionalização do terror”.** *Estudios Avanzados 21* (Santiago, jun. 2014) p. 111- 136

MENDES, Ricardo Antonio Souza. **Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia.** *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 06 - 38.

MIX, Miguel Rojas. **El dios de Pinochet: Fisonomía del fascismo Iberoamericano.** Buenos Aires, Prometeo Libros, 2007.

OLIVEIRA, Dayse Maria; CRUZ, Maria Helena Simão. **Sobre a Psicologia de Massas do Fascismo de W. Reich.** *Revista psicologia e saúde*, v. 1, p. 70-76, 2009.

OLIVEIRA, Luciano. **Ditadura militar, tortura e história: a "vitória simbólica" dos vencidos.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)*, v. 26, p. 7-25, 2011.

PADRÓS, Enrique Serra. **Ditaduras de Segurança Nacional em regiões de fronteira: o Rio Grande do Sul e a rede de Direitos Humanos.** In: *XVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento Histórico e Diálogo Social*, 2013, Natal. Conhecimento Histórico e Diálogo Social, 2013. 16 p.

PAXTON, R. O. 2007. **A anatomia do fascismo.** São Paulo, Paz e Terra, 420 p.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de Massas do Fascismo.** Tradução: Maria da Graça M. Macedo. 3ª. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2001

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina.** Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1984.

SILVA, Francisco C. T. **“Os Fascismos”.**In: *REIS, Daniel A. (org). O século XX: o tempo das crises.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 111-162

SOUZA, Farias Fabiano. **Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas.** *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, v. 3, p. 159-176, 2011.

TRINDADE, Helgio. **O fascismo e o neo-fascismo na América Latina.** In: *Luiz Milman; Paulo Vizentini. (Org.).Neo-nazismo, negacionismo e extremismo político.* 1ed.Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000, v., p. 51-78.

_____.**El tema del fascismo en America Latina.** *Revista de estudios politicos*, v. 10, n.30, p. 131-147, 1982.

VALDÉS, Jorge Alberto Tapia. **El terrorismo de Estado: la doctrina de la seguridad nacional en el Cono Sur.** México (DF): Editorial Nueva Imagen, 1980.

O ESTADO DE DIREITO E O BOICOTE À LIBERDADE

Clarisse Goulart Nunes⁸⁰

RESUMO: Em filosofia política a clássica problemática entre Estado e liberdade apresenta-se como um importante e sempre atual ponto de tensão. Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre o modelo de Estado de Direito com a liberdade. O conceito de Estado de Direito será delimitado a partir de formulação de Jeremy Waldron e o conceito de liberdade, a partir do ensaio “Dois Conceitos de Liberdade” de Isaiah Berlin. A discussão procura estabelecer uma reflexão a respeito da possibilidade de a forma de governar própria do Estado de Direito ser compreendida como uma forma de boicote à liberdade e, conseqüentemente, ao ideal de viver bem.

Palavras-chave: Estado de Direito; Liberdade Negativa; Liberdade Positiva; Viver bem.

THE RULE OF LAW AND THE BOYCOTT OF LIBERTY

ABSTRACT: In political philosophy, the classic problematic between State and liberty presents itself as an important and always current point of tension. This article aims to analyze the relationship between the rule of law model and liberty. The concept of the rule of law will be delimited from Jeremy Waldron's formulation and the concept of liberty - from the essay “Two Concepts of Liberty” by Isaiah Berlin. The discussion seeks to establish a reflection on the possibility that the way of governing the rule of law can be understood as a means of boycotting liberty and, consequently, the ideal of living well.

Keywords: Rule of Law; Negative Liberty; Positive Liberty; Live Well.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Moralidade, ética e política estão relacionadas, assim como as ações coletivas, as individuais e a interferência do Estado nas esferas pública e privada dos indivíduos. O espaço de atuação dos indivíduos na sociedade é mediado pela interferência da lei nas ações individuais e coletivas. Ainda que seja ponto controvertido a importância do valor da liberdade para os modelos de governar disponíveis, a liberdade em si é um valor apreciado.

Em escopos conceituais diversos, porém com certa ligação, estão os conceitos de liberdade e de bem viver. Ronald Dworkin em “*Justice For Hedgehogs*” (DWORKIN,

⁸⁰ Doutorado em andamento Filosofia – UFRGS. Mestre Filosofia – UFRGS. Graduação Direito – UNIRITTER. E-mail: clarissegn@gmail.com
Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

2011) estabelece a observância a dois princípios como requisitos fundamentais para viver bem. O primeiro princípio é o do respeito próprio e o segundo o da autenticidade. Entende-se por respeito próprio a atitude de considerar a importância de viver bem. E por autenticidade a compreensão do viver bem como uma forma de vida certa para si próprio, que traz consigo a exigência pessoal de comprometimento com certos padrões de ideais balizares às nossas ações. Outros conceitos que estão relacionados a estes dois princípios apresentados são o de livre-arbítrio e liberdade.

Pode-se dizer que alguém agiu com livre arbítrio quando foi capaz de deliberar livremente a respeito da sua ação, ou seja, de tomar uma decisão fruto de reflexão. Está certo que para alguns o arbítrio nunca é livre; é sempre causado por uma combinação de fatores fora do controle do agente. Parece-nos insustentável conceber a ideia de bem viver sem aceitar o livre-arbítrio como possível. Ficamos com a argumentação desenvolvida por São Tomás de Aquino, segundo a qual a aceitação da existência do livre-arbítrio deriva da racionalidade humana, ou seja, o homem é capaz de orientar suas ações segundo a vontade, orientada ou não pela razão (TOMÁS DE AQUINO, 1984. p. 486). A questão se aprofunda quando o indivíduo requer um espaço público para atuar, ou seja, quando o agente, comprometido com o bem viver, conforma suas ações às exigências ditadas pelo Estado de Direito. Este artigo tem como objetivo analisar em qual medida o Estado de Direito constituiu um modelo de governar apto a boicotar a liberdade.

ESTADO DE DIREITO

Jeremy Waldron (WALDRON, 2008), no ensaio “*The concept and the rule of law*”, esclarece que o conceito de “*rule of law*” é um conceito “multifacetado”, e identifica no seu núcleo a ideia de restrições, impostas pelas normas públicas, às pessoas quanto às preferências pessoais. Neste contexto, é importante a previsibilidade, a estabilidade e a publicidade das normas. Lon Fuller (FULLER, 1969), na obra *Morality of Law* descreve quais são oito princípios internos da moralidade da lei, a observância destes princípios descreve um meio para obter um sistema legal saudável, que viabilize a fidelidade dos cidadãos ao governo. Segundo Lon Fuller (FULLER, 1969), o fracasso de um sistema legal se deve aos seguintes motivos:

o primeiro e o mais óbvio está no fracasso em alcançar regras, de modo que cada questão deve ser decidida de forma *ad hoc*, ou seja, as regras não são gerais, são criadas para resolver casos específicos. Os motivos são: a falha em divulgar, ou pelo menos disponibilizar à parte afetada, as regras que ele deve observar; o abuso da lei retroativa, que não só não pode guiar a ação, mas prejudica a integridade das regras prospectivas em vigor, uma vez que as coloca sob o impacto da mudança retrospectiva; a falha de fazer leis incompreensíveis; a promulgação de regras contraditórias ou regras que exijam conduta além das atribuições da parte afetada; introduzir mudanças tão frequentes nas regras que o sujeito não pode orientar seu ato por elas; e, finalmente, uma falha de congruência entre as regras conforme anunciadas e sua administração real (FULLER, 1969, p.39).

Dito de outra forma, para que haja um bom sistema jurídico, as leis devem ser: gerais, promulgadas publicamente, prospectivas (e não retroativas), inteligíveis, consistentes, praticáveis, estáveis, o comportamento dos oficiais devem ser conforme as leis (WALDRON, 2002, p. 154). Tendo em vista que as normas são padrões de conduta, que não só orientam mas também limitam ações humanas, influenciando a liberdade individual, os indivíduos necessitam saber, antecipadamente, quais serão as consequências de suas condutas, sejam elas conforme ou não a prescrição ditada pelo Estado de Direito.

Considerando que tanto as condutas individuais, quanto as condutas dos agentes públicos devem ser norteadas pela observância ou não das prescrições legais, é preciso destacar dois diferentes conceitos: o de Estado de Direito e o de lei. Seria formidável se houvesse coincidência entre as prescrições da lei em abstrato e a sua aplicação, ou seja, entre as decisões de cunho político-jurídico que definem o Estado de Direito e as possíveis interpretações conferidas às leis.

É na ausência desta coincidência que o cenário das decisões político-jurídicas confere descrédito à concepção do Estado de Direito, na medida em que o “Estado de Direito é um ideal frequentemente invocado quando os governos tentam conquistar seus objetivos por meio de ações arbitrárias e opressivas, ou passando por cima das normas e procedimentos estabelecidos pela legislação de seus países” (WALDRON, 2008, p. 05).

Fartos são os exemplos em que decisões de cunho político-jurídico são fundamentadas em termos obscuros e com caráter inovador. Há ausência de previsibilidade e de estabilidade nelas, tanto em caráter procedimental quanto em caráter argumentativo. Casos emblemáticos denotam tal discordância, em especial

quando está em discussão a disputa de cargos políticos, e, de forma ainda mais “grave”, na escolha de chefes de estado.

No contexto eleitoral, podemos citar, de modo exemplificativo a recontagem de votos na Flórida nas eleições nos Estados Unidos da América (EUA) no ano de 2000 (WALDRON, 2002, p. 140-141). O caso refere-se à eleição entre: George W. Bush (Republicano) e Albert Arnold “Al” Gore Jr (Democrata), o presidente anterior foi Bill Clinton, que governou por 2 mandatos consecutivos. O resultado da polêmica eleição era 271 vs 266 votos. Al Gore levantou a possibilidade de irregularidades na contagem de votos na Flórida (quarto estado mais populoso, ou seja, o número de votos lá apurados era decisivo para o resultado das eleições tão “apertadas”) e requereu a recontagem dos votos. Al Gore tinha a maioria dos votos em todos os outros colégios eleitorais). A Suprema Corte, composta em sua maioria por Republicanos, declarou inconstitucional a recontagem. Para alguns, tal decisão foi um “legítimo golpe de Estado”.

Neste caso considerar inconstitucional a recontagem de votos fragilizou o sistema democrático e o Estado de Direito. A Suprema Corte preferiu uma decisão com a “reserva” de que tal decisão não poderia ser adotada como precedente, ou seja, a corte reconheceu, a partir desta restrição, o caráter estapafúrdio de seu ato. Decisões como esta são proferidas em vários países, interpretações a respeito de procedimentos e entendimentos que são alterados sem qualquer previsibilidade e fundamentação de cunho jurídico. Dentre outros aspectos que poderiam ser analisados, é pertinente considerar o exercício da função dos tribunais superiores em resolver conflitos de natureza política. A controvérsia deste tema está presente desde sua origem, até mesmo na concepção clássica aristotélica, a quem se atribui a criação do Estado de Direito, sem saber exatamente como definir este termo. Em Aristóteles, é possível extrair posições diferentes quando se trata de situações “políticas”, ou seja, a relação entre observância à lei em geral e em casos políticos comporta tratamento excepcional (WALDRON, 2002, p. 140-141).

Como se sempre fosse necessária uma “dose extra” de discricionariedade às decisões judiciais quando versarem sobre assuntos políticos, como se fosse plenamente aceitável (ou até mesmo necessária) um grau de incerteza neste campo. Está certo que existem divergências quanto à interpretação dada a concepção aristotélica neste assunto, Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

a partir da frase enigmática: “a lei é a razão não afetada pelo desejo”. Alguns compreendem que não se deve conferir discricionariedade pessoal aos juízes, outros argumentam que deve haver fé na virtude do Poder Judiciário, ou confiança na lei. Parece então que a relação entre lei e razão é especialmente afetada quando se trata de decisões de cunho político. É razoável compreender que as estruturas legais devam facilitar o exercício da razão (WALDRON, 2002, p. 142), ou seja, que se espera a racionalidade nas decisões fundamentadas na lei. A partir desta expectativa é compreensível que os indivíduos não queiram ser governados por estado que permita decisões arbitrárias, em especial quando se trata de assuntos políticos, ainda que o mais comum seja ver decisões políticas motivadas por interesses pessoais.

Importante é a contribuição de Herbert L. A. Hart, na obra “*The Concept of Law*” (HART, 2011), que caracteriza as decisões que estão fora da moldura da legalidade como sendo decisões extrajurídicas, deste modo, Hart não aceitaria o uso do termo decisões político-jurídico, uma vez que tais decisões estão fora da moldura da lei elas não podem ser consideradas jurídicas. Para Hart, os casos difíceis são decididos a partir da escolha do juiz, não havendo somente uma resposta para cada um deles, e sim mais de uma resposta “correta” para tanto (HART, 2011, p. 165), ou seja, os casos difíceis abrem espaço para uma solução extrajurídica, pois a interpretação não pode eliminar incertezas e o silogismo jurídico serviria apenas para os casos de simples solução.

Esta solução extrajurídica comporta dois importantes pontos de discussão com relação a qual fundamento assenta a atuação discricionária do juiz: o primeiro deles é considerar a falta de objetividade da solução quando baseada algo que não sejam as regras; e o segundo é compreender que o julgador usará parâmetros pessoais, ou seja, ele irá solucionar o caso concreto de acordo com os seus entendimentos a respeito da questão. Deste modo, o panorama que estabelece é de incerteza, de ausência de clareza e previsibilidade (próprios do Estado de Direito) os quais refletem no modo de agir dos indivíduos, em especial no que se refere à liberdade.

LIBERDADE E ESTADO DE DIREITO

A conceituação de liberdade e as perspectivas sobre a qual este problema será abordado é estabelecida a partir do artigo “*Two Concepts of Liberty*”, de Isaiah Berlin, publicado em 1969 (BERLIN, 1969). Segundo Berlin, os problemas no campo da política sempre ocorrerão, ainda que possa ser tentador pensar na substituição de homens por máquinas para solucioná-los, na ilusão de que possam ser resolvidos com base na técnica e não em “interesses políticos”, isso não vai ocorrer. Por mais coerente que possa ser é utópico crer que questões políticas, sobre problemas sociais, possam ser resolvidas com base em soluções racionais ou técnicas. Diante desta impossibilidade, Berlin alerta para o perigo da ausência de críticas às ações políticas e considera a importância do pensamento político na compreensão dos movimentos sociais.

Berlin aponta como questão política central a relação entre obediência e coerção: “Por que eu deveria (ou alguém) obedecer a mais alguém? Por que não devo viver como quero? Devo obedecer? Se eu desobedecer, posso ser coagido? Por quem, e em que grau, e em nome de quê e por causa de quê?” Para responder a estas perguntas Berlin diferencia liberdade negativa de positiva, que de forma sucinta pode ser apresentada na seguinte formulação: liberdade negativa pode ser definida como a ausência de obstáculos, de impedimentos ou restrições; enquanto liberdade positiva refere-se a possibilidade de agir de forma a concretizar os objetivos fundamentais do indivíduo. (BERLIN, 1969).

Esta distinção não é apenas conceitual na medida em que expressa ideias políticas rivais. A defesa da liberdade é algo incontroverso, a controvérsia estabelece-se entre as duas liberdades, bem como quanto ao grau de liberdade. Ian Carter (CARTER, 2019) aponta que a defesa da liberdade negativa corresponde ao ideal do liberalismo político, sobre este ponto de vista, para haver o favorecimento da liberdade individual deve haver fortes limitações no poder do Estado. Aqueles que criticam essa posição defendem que a realização da liberdade pode depender da intervenção estatal, argumentando pela defesa da liberdade positiva, compreendida como a busca por autodeterminação e autorrealização.

É oportuna a diferença entre os dois conceitos de liberdade negativa e positiva levando-se em conta a distinção entre fatores externos e internos que as influenciam. Enquanto na liberdade negativa os teóricos se interessam em qual grau de interferência externa os grupos ou indivíduos sofrem; na liberdade positiva, interessa quais fatores

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

internos afetam o grau de autonomia dos indivíduos ou grupos. A partir desta distinção, poder-se-ia pensar que um filósofo político deveria se dedicar à liberdade negativa, enquanto a psicologia ou a filosofia moral à liberdade positiva. Carter considera essa separação precipitada, pois a filosofia política se ocupa de ação política, e da questão: “É possível o Estado promover a liberdade positiva dos cidadãos em seu nome?”. E se seria desejável que o Estado fizesse isso. (CARTER, 2019).

A promoção da liberdade positiva envolve referência a uma concepção do eu como racionalmente autodeterminante. Nesse sentido, a liberdade dos indivíduos de atingir a autodeterminação racional, apesar das restrições externas e internas de irracionalidade, má informação ou autoconhecimento equivocado. Aqueles que argumentam pela defesa da liberdade positiva compreendem os objetivos do agente não como uma questão de preferência, ou seja, não como "o impulso do mero apetite", mas como o que realmente é do interesse do agente. Ao tratar sobre autonomia, geralmente relacionam este termo com a liberdade positiva, mas "autonomia" também pode se referir a uma capacidade de governar a si mesmo, uma condição de autogoverno, um ideal ou uma questão de autoridade moral. A capacidade de ser autônoma depende de fatores como educação, informação e capacidade de refletir, avaliar alternativas e agir de acordo com as próprias escolhas. A condição de autonomia envolve satisfazer as próprias preferências, em vez de satisfazê-las pelos outros. Envolve alcançar ativamente os objetivos, em vez de apenas desfrutar do bem-estar. A autonomia também envolve aspectos como autodomínio, individualidade, autenticidade, integridade, autocontrole, iniciativa e responsabilidade. (HAUSAMNet *et al.*, 2017).

Já a promoção da liberdade negativa envolve a esfera externa de ação do agente, a partir dos limites de interferência do Estado. Promover a liberdade negativa é promover a existência de uma esfera de ação dentro da qual o indivíduo é soberano e dentro do qual ela pode realizar seus próprios projetos, sujeita apenas à restrição de que respeita as esferas dos outros.

Está certo que esfera de ação individual não poderia ser ilimitada, segundo Berlin, por duas razões: porque seria um caos a ausência de limites; e porque a liberdade dos mais fortes sufocaria a dos mais fracos, pois as atividades humanas não estão harmonizadas. Os valores dos objetivos de justiça, felicidade, cultura, segurança, certo

grau de igualdade, devam ser equacionados para garantir a liberdade, sob pena de esses valores sacrificarem a liberdade.

Os limites à esfera da ação individual são fornecidos pela lei. Saber qual deve ser a “medida”, o “tamanho” ou “grau” deste limite, qual dever ser o limite mínimo de interferência da lei na liberdade dos indivíduos perpassa pela compreensão da máxima, segundo a qual “A liberdade de uns deve depender da restrição de liberdade de outros”(BERLIN, 1969).

Jeremy Waldron, no artigo “*Why Law – Efficacy, Freedom, or Fidelity?*” (WALDRON, 1994), relaciona, considerando também sobre outros aspectos, o Estado de Direito com o respeito à liberdade e propõe-se à reflexão acerca dos benefícios de ser fiel (de obedecer) à lei, uma vez que a lei representa uma forma de restrição. Neste artigo, Waldron analisa a argumentação apresentada por Lon Fuller (FULLER, 1969) a respeito da obediência dos denominados princípios internos da moralidade, no que se relaciona à adoção do Estado de Direito como um meio eleito para governar por intermédio de regras. São definidos como princípios internos da moralidade: “os princípios da generalidade, promulgação, prospectividade, clareza, não-contradição, praticabilidade, constância e congruência entre a ação oficial e a regra declarada”, os quais devem ser observados para que o estado alcance a fidelidade à lei por parte de seus governados.

A questão que se quer especular é de qual modo este modelo de governar, definido como Estado de Direito, é um instrumento capaz de viabilizar a liberdade positiva, ou em qual medida para a concretização da liberdade positiva, impõe-se a ausência de fidelidade à lei. Adotando-se uma argumentação mais forte, em qual medida o Estado de Direito constitui-se como modelo apto a boicotar a liberdade positiva. Vamos nos propor a responder a esta questão enfrentando o argumento a partir dos seguintes passos: ponto de partida: a sociedade está organizada em um “modelo” de Estado de Direito, este é um bom modelo? O que este modelo de estado tem produzido: decisões político-jurídico de “qualidade”? É possível fidelidade à lei quando os princípios internos moralidade são cotidianamente afrontados? A liberdade positiva é “importante” para o Estado de Direito? Haveria outro meio de governar que não fosse seguindo o modelo de Estado de Direito?

Consideramos que a delimitação do que seja o Estado de Direito é conceito multifacetado, do qual se pode extrair algumas características. Destas três características citadas: previsibilidade, estabilidade e publicidade, nenhuma delas é cumprida quando se trata de decisões político-jurídica, ou seja, o modelo de Estado de Direito, tanto os modelos baseados em leis ou precedentes judiciais, a “promessa” do modelo de Estado de Direito não é cumprida. A ponto de o Estado de Direito ser

(...) um ideal frequentemente invocado quando os governos tentam conquistar seus objetivos por meio de ações arbitrárias e opressivas, ou passando por cima das normas e procedimentos estabelecidos pela legislação de seus países (WALDRON, 2008, p. 5).

Os exemplos dessas ações arbitrárias e opressivas, são fartos na história de países pelo mundo inteiro, repercute nas respostas das duas próximas questões. Sob a égide do Estado de Direito decisões de cunho político-jurídico chancelam a afronta dos princípios estabelecidos por este “mesmo” Estado de Direito, ou seja, o Estado de Direito estabelece regras que ele mesmo viola quando decide casos políticos. Tais violações repercutem nas respostas as três questões posteriores. Talvez este modelo de governar até fosse um bom modelo, se fosse seguido e se não produzisse afronta aos princípios que ele mesmo estabelece. Então, qual é a finalidade de seguir apostando num modelo que é frequentemente traído pelo ele próprio?

Poderíamos nos questionar se o ponto de controvérsia é modelo de governar ou a sociedade, poderíamos considerar a análise bem engendrada por Hanah Arendt a respeito da perda da esfera pública. A completa extinção entre privado e público, a submersão de ambos a esferado social. Na era moderna há a confusãodos limites entre o privado e o público, ao mesmo tempo a alteraçãodo significado dos dois termos e a sua importância para a vida do indivíduo e do cidadão, ao ponto de torná-los quase irreconhecíveis (ARENDDT, 2008).

A *polis*era para eles(os gregos)o espaço político por excelência destinado ao exercício da liberdade, enquanto a esfera da vida privadaera um eespaço pré-político responsável pela manutenção das necessidades. O que diferenciava a *polis* do lar era o fato dena*polis* o homem estar entre “iguais”, livre das necessidades da vida e ao mesmo tempo fazendo uso de suasingularidade através do discurso e da ação(ARENDDT, 2008).

Esta análise é importante porque a cidade da Grécia Antiga era vista como um espaço de sociabilidade, de discussão, no qual buscava-se o bem da coletividade, os cidadãos inseridos no espaço público sentiam-se parte das decisões públicas. Em uma sociedade como a dos gregos, ainda que a democracia de poucos comporte conhecidas críticas, a fidelidade à lei era influenciada, talvez até determinada, por este envolvimento com as decisões públicas. Ainda assim, esta sociedade produziu uma decisão de cunho jurídico-político que guarda semelhança com tantas outras ao longo da história.

O julgamento de Sócrates retrata o *ethos* da sociedade grega, Sócrates aceita a sentença que lhe é imposta não por reconhecer ela como justa e sim por reconhecer que ela é fruto do entendimento da sociedade na qual ele se insere. Esta sociedade era também governada por um modelo de Estado de Direito, que, desde sua origem, atenta contra a liberdade.

É pertinente trazer à discussão a argumentação desenvolvida por Jeremy Waldron no artigo “*Why Law – Efficacy, Freedom, or Fidelity?*”. Ao analisar a relação entre a obediência dos princípios internos da moralidade, próprio do Estado de Direito, o autor defende a ideia de que tais princípios promovem um ambiente social que possibilita às pessoas organizarem suas vidas, planejando e agindo livremente, por intermédio da lei. Aponta para a importância de a justiça social viabilizar que as pessoas sejam “agentes livres”. Waldron considera que para a teoria política é preciso equilibrar outros valores sociais com a liberdade.

No entanto, segue o autor argumentando que o respeito à liberdade envolve questões complexas, às vezes, o respeito à liberdade pode levar a políticas e escolhas sociais que estejam em desacordo com o Estado de Direito. Ele inicia com o chamado ponto de vista liberal segundo o qual a causa da liberdade pode, por vezes, envolver a intervenção governamental e a gestão da economia que de uma forma exclui as formas, os limites, os procedimentos e as garantias tradicionalmente associado à lei. Waldron compara a garantia da liberdade para a classe trabalhadora é diferente da garantia aos empresários capitalistas. Enquanto para a classe trabalhadora “bastaria” garantir vagas de emprego; para os empresários capitalistas tais medidas poderiam causar impactos conflitantes com seus interesses. Do mesmo modo ocorreria para garantir a liberdade

para outros segmentos sociais que dependem da “generosidade” do estado. Está certo que a liberdade envolve sacrifícios de valores ligados à legalidade, ainda assim, ela pode não estar ligada de forma hegemônica no modelo do Estado de Direito(WALDRON, 1994, p.4).

A questão que persiste é compreender como o Estado de Direito, ou o modo de organização estatal instituído desta forma, viabiliza ou não a liberdade individual. Waldron traz à tona concepção de Jonh Stuart Mill na obra “*On Liberty*” (MILL, 1859), na qual Mill esclarece que a “ordem social” é inerentemente hostil à liberdade, e apresenta como contraponto a posição de Fuller, para quem as formas institucionais (legais) são essenciais para a liberdade em si (WALDRON, 1994, p.4).Note-se que é controvertido compreender a liberdade individual como um valor para o Estado de Direito. Para alguns a liberdade possui um “preço” alto demais, e para outros sequer há possibilidade de consenso a respeito do como a liberdade possa ser exercida em sociedade.

É interessante que ao relacionar a obediência aos princípios internos da moralidade com a viabilidade da liberdade individual,Waldorn, esclarece que para as ações governamentais deve haver outro padrão de funcionamento, ou seja, que os princípios internos da moralidade não são adequados para todos os fins do exercício do poder do estado (WALDRON, 1994, p. 272-273). Causa estranheza compreender como ações governamentais estariam “liberadas” de obedecer aos princípios internos da moralidade, considerando-se que tais princípios são amplos, ainda que as consequências das ações governamentais sejam peculiares mostra-se difícil sustentar que elas devam ser obedecidas pelos cidadãos e não pelas ações governamentais.

E esta estranheza é a que se verifica na prática, o modelo de Estado de Direito estabelece regras de obediência geral, mas que são excepcionadas quando se trata de ações governamentais. Inegável que ao aceitar este panorama, a fidelidade à lei resta prejudicada. Como o indivíduo irá se sentir compelido à obedecer as regras, em sacrifício próprio (seja existencial, seja material) sabendo que este sacrifício deve ser cumprido somente pelos particulares e, quando o estado for guiar suas ações, elas não sofrerão tais restrições.

Sabe-se que a moderna teoria dos direitos humanos nasce neste panorama de abuso de direito por parte dos Estados, ou seja, quando o estado nacional viola direitos

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

humanos de seus cidadãos outra estado (internacional) é chamando para proteção individual. Exemplos de estados tirânicos não são raros, o que torna esta concepção tão alarmante, modelos de estado de direito que sacrificam não só a liberdade individual, mas, antes disso, a dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importante conclusão que se presente apresentar a partir da reflexão em tornodos temas da eficácia, liberdade e fidelidade à lei é colocar em dúvida a eficácia do modelo de governar por regras. As questões sobre liberdade, autoridade, legitimidade política, a razão pela qual as pessoas obedecem às leis e cooperam com as instituições que não estão dispostas a apoiar ‘aquilo que as pessoas valorizam’, não podem ser estabelecidas *a priori*. Tais razões são verificadas empiricamente, ou seja, não se pode determinar, *a priori*, que o modelo “definido” como Estado de Direito, traga mais vantagens do que outros meios aos cidadãos(WALDRON, 1994, p. 272-273).O modo como o modelo de Estado de Direito lida com as liberdades, compreendidas neste termo tanto a negativa como a positiva, exige muitas vezes que os indivíduos atuem de forma contrária aos limites fornecidos. Se o modelo de Estado de Direito deveria oferecer segurança jurídica e estabilidade, as quais poderiam incentivar a concretização do ideal de liberdade e, em certa medida, de bem viver. Cada vez que a segurança jurídica e a estabilidade das decisões judiciais, em especial aqueles que envolvem questões políticas, ofendem tais preceitos a esfera da ação individual é atingida e os ideias do Estado de Direito boicotam a liberdade dos indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Editora Forense Universitária, Rio de Janeiro. 2007.

BERLIN, Isaiah. ‘**Two concepts of liberty**’, 1969. In I. Berlin, *Four Essays on Liberty*, London: Oxford University Press. New ed. in Berlin 2002.

CARTER, Ian, "**Positive and negative liberty**". *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2019 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Disponível em:

<<https://plato.stanford.edu/archives/win2019/entries/liberty-positive-negative/>>. Acesso em: 08 de abr. 2019.

DWORKING, Ronald. **“Justice for hedgehogs”**. Harvard University Press. Cambridge. 2011.

DWORKING, Ronald. **“Taking rights seriously”**. Harvard University Press. Cambridge. 1977

FULLER, Lon L. **The morality of law**. London, Yale University Press. 1969.

HART, Herbert L. A. **The concept of law**. Oxford University Press. Oxford. 1961.

HAUSMAN, Daniel, **Michael McPherson, and Debra Satz**. *Economic Analysis, Moral Philosophy, and Public Policy*. Third Edition. New York, NY: Cambridge University Press, 2017.

MILL, John, Stuart. **On liberty**. *Batoche Books: Kitchener, Ontário*. 2001

TOMÁS DE AQUINO. **Suma TEOLÓGICA**. Volume II, questão 83, p. 486. 1984.

WALDRON, Jeremy. **Is the rule of law an essentially contested concept (In Florida)**. *Law and Philosophy*, In the Wake of Bush v. Gore: Law, Legitimacy and Judicial Ethics, Vol. 21, No. 2, pp. 137-164. 2002.

WALDRON, Jeremy. **The concept and the rule of law**. *Georgia Law Review*. New York University School of Law, v 43, n 1. fall 2008.

WALDRON, Jeremy. **Why Law – Efficacy, Freedom, or Fidelity?** *Law and Philosophy*, Kluwer Academic Publishers. 13, 259-284. 1994.

DIRETRIZES PARA AUTORES

Artigos e ensaios: Devem ser inéditos, indicar título, resumo entre 100 e 150 palavras, máximo de 5 palavras-chave (português, espanhol ou inglês). Limite mínimo de 8 páginas e máximo de 15 páginas, incluídas as referências. Não serão publicados artigos e ensaios que excedam esse limite.

Resenhas: De livros editados nos dois últimos anos a contar da data de publicação do mesmo. Devem indicar a referência bibliográfica do trabalho resenhado. Não devem ultrapassar 2.400 palavras. Não serão publicadas resenhas que excedam esse limite.

Entrevistas: Devem apresentar o(s) nome(s) do(s) entrevistado(s) e entrevistador(es). Devem trazer também uma apresentação de, no máximo, 400 palavras. Solicitamos também o envio da autorização do(s) entrevistado(s), concordando com a publicação do trabalho. As entrevistas não devem exceder 15 páginas, incluindo as notas e as referências.

Normas para tabulação

Todos os artigos devem ser submetidos em formato DOC ou DOCX. A página deve, obrigatoriamente, estar configurada com margens de 2cm e espaçamento 1,5 entrelinhas. Quanto à fonte, deve se utilizar Times New Roman, tamanho 12.

Os trabalhos deverão ser submetidos ao portal da revista no endereço eletrônico <http://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas>. É necessário que os autores se cadastrem no sistema antes de submeter um artigo; caso já tenha sido cadastrado ou publicado anteriormente basta acessar o sistema e iniciar o processo de submissão.

As produções devem obedecer às seguintes orientações:

Os manuscritos devem ser anexados sem quaisquer informações que permitam identificar seus autores, tais como: nome e informações institucionais, agradecimentos, vinculação do artigo a projetos de pesquisa, ou a instituições universitárias. Contudo, estes dados devem ser corretamente informados no cadastro online dos usuários. As dúvidas a este respeito devem ser enviadas para revistaalamedas@gmail.com.

Título do trabalho - no topo da primeira página, escrito em caixa alta e centralizado. Havendo subtítulo, colocar na linha imediatamente abaixo do título, centralizado e em espaço simples.

Resumos - Os resumos devem apresentar o objetivo, as principais hipóteses, a metodologia empregada e as principais conclusões apresentadas no artigo. A formatação do resumo deve utilizar fonte Times New Roman tamanho 12 e espaçamento simples. Pede-se no mínimo 3 e no máximo 5 palavras-chave.

Quadros, mapas, tabelas, imagens etc. - Eventuais ilustrações e tabelas (com suas respectivas legendas) já devem estar situadas nos locais corretos. No caso das fotografias, devem estar digitalizadas com resolução acima de 300dpi, formato JPG e acompanhadas com os dados do autor/fonte e ano de produção.

Notas - As notas devem constar no final, eliminando-se os recursos das notas de rodapé. Notas finais devem ser curtas e só serão publicadas se forem essenciais para a compreensão de ideias e conceitos-chave.

Obs.: Não colocar as referências em notas.

Normas para as citações e referências bibliográficas

Todos os títulos e documentos citados deverão ser apresentados ao final do artigo, com o título Bibliografia. As citações em língua estrangeira deverão ser traduzidas para o português.

Citações: As citações dispostas no meio do texto devem seguir o padrão: (autor, ano da obra, número da página). Por exemplo: (LÉVI-STRAUSS, 1962, p. 122). Caso exista a repetição de um mesmo autor em citações sucessivas deverá repetir-se o formato (autor, ano da obra, número da página).

As citações com mais de três linhas deverão ganhar um parágrafo separado com recuo em todo o parágrafo de 4 cm, o espaçamento entre linhas simples e tamanho 10. As citações com tal parágrafo separado não devem ser envolvidas por aspas.

Referências Bibliográficas: As referências bibliográficas utilizadas serão apresentadas no final do artigo, listadas em ordem alfabética, obedecendo às seguintes normas (NBR 6023):

Livro: SOBRENOME, Nome (abreviado). **Título:** subtítulo. Número da edição, caso não seja a primeira. Local da publicação: nome da editora, ano.

Coletânea: SOBRENOME, Nome (abreviado) Título do ensaio. In: SOBRENOME, Nome (abreviado) do(s) organizador(es). **Título da coletânea:** subtítulo. Número da edição, caso não seja a primeira. Local da publicação: nome da editora, ano.

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000. E-mail: revistaalamedas@gmail.com

Artigo em periódico: SOBRENOME, Nome (abreviado). **Título do artigo.** *Nome do periódico em itálico*, local da publicação, volume e número do periódico, intervalo de páginas do artigo, período da publicação, ano.

Dissertações e teses: SOBRENOME, Nome (abreviado). **Título: subtítulo.** Ano. Páginas. Dissertação (mestrado) ou Tese (doutorado) (Grau acadêmico e área de estudos). Instituição em que foi apresentada. Local.

Internet (documentos eletrônicos): SOBRENOME, Nome (abreviado). **Título.** Ano, Disponível em: [endereço de acesso]. Acesso: em [data de acesso].

As referências a autores no decorrer do artigo devem subordinar-se ao seguinte esquema: (SOBRENOME DE AUTOR, data) ou (SOBRENOME DE AUTOR, data, página). Ex.: (Santos, 1994) ou (Santos, 1994, p. 25). Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano serão identificados por uma letra após a data. Ex.: (SANTOS, 1989a), (SANTOS, 1989b).